

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO

**A representação política das mulheres nos órgãos de
poder: uma evolução para a democracia paritária?**

MESTRADO EM DIREITO – PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL

Paloma Paes Rodrigues

2017

**Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito**

A representação política das mulheres nos órgãos de poder: uma evolução para a democracia paritária?

Dissertação apresentada no curso de
Mestrado em Direito - perfil em Direito
Constitucional, como requisito para a
obtenção do título de Mestre em Direito.

Paloma Paes Rodrigues

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Margarida Salema d' Oliveira Martins

**Lisboa
Dezembro 2017**

Calçada de Carriche

Luísa sobe, sobe a calçada
sobe e não pode que vai cansada.

Sobe, Luísa, Luísa, sobe
sobe que sobe, sobe a calçada.

Saiu de casa
de madrugada;
regressa a casa
é já noite fechada.
Na mão grosseira,
de pele queimada,
leva a lancheira
desengonçada.

Anda, Luísa, Luísa, sobe
sobe que sobe, sobe a calçada.

Luísa é nova,
desenxovalhada,
tem perna gorda,
bem torneada.
Ferve-lhe o sangue
de afogueada;
saltam-lhe os peitos
na caminhada.

Anda, Luísa. Luísa, sobe
sobe que sobe, sobe a calçada.

Passam magalas,
rapaziada,
palpam-lhe as coxas
não dá por nada.

Anda, Luísa, Luísa, sobe
sobe que sobe, sobe a calçada.

Chegou a casa
não disse nada.
Pegou na filha,
deu-lhe a mamada;
bebeu a sopa
numa golada;
lavou a loiça,
varreu a escada;
deu jeito à casa

desarranjada;
coseu a roupa
já remendada;
despiu-se à pressa,
desinteressada;
caiu na cama
de uma assentada;
chegou o homem,
viu-a deitada;
serviu-se dela,
não deu por nada.

Anda, Luísa. Luísa, sobe
sobe que sobe, sobe a calçada.

Na manhã débil,
sem alvorada,
salta da cama,
desembestada;
puxa a filha,
dá-lhe a mamada;
veste-se à pressa,
desengonçada;
anda, ciranda,
desaustinada;
range o soalho
a cada passada,
salta para a rua,
corre açodada,
galga o passeio,
desce o passeio,
desce a calçada,
chega à oficina
à hora marcada,
puxa que puxa, larga que larga,
puxa que puxa, larga que larga,
puxa que puxa, larga que larga,
puxa que puxa, larga que larga,
toca a sineta
na hora aprazada,
corre à cantina,
volta à toada,
puxa que puxa, larga que larga,
puxa que puxa, larga que larga,
puxa que puxa, larga que larga,
puxa que puxa, larga que larga,
(...)

António Gedeão
Poesias Completas (1956-1967)

Agradecimentos

Agradecer significa exprimir agradecimentos, qualidade do que é grato, capacidade de expressar reconhecimento por um bem recebido. Assim, manifesto a qualidade de ser grata à Deus, pese embora ao longo desses meses eu tenha questionado a Sua existência, a minha capacidade e razão de existir. Mesmo inundada por Darwin, Schopenhauer, Harari, fui amada e acolhida nesta trajetória tão solitária.

De outra parte, agradeço à minha mãe querida, que suportou a saudade e um oceano de distância só por me querer bem. Ao meu querido amigo e companheiro Hugo, pela paciência e devoção nas horas mais obscuras. À minha família portuguesa, que me abraçou e me acolheu nos dias de saudade do verão tropical e da maresia com cheiro de samba. Ademais, expresso minha imensa gratidão às/aos amigos/as, pois mesmo distantes, estiveram sempre muito presentes no meu caminhar. Dar nomes não seria justo, pois cada um teve seu papel e importância nesta jornada em terras até então desconhecidas.

Com imenso respeito e afeto agradeço à minha orientadora a Professora Doutora Margarida Salema d'Oliveira Martins, por me apresentar o tema e incentivar a busca pelo conhecimento.

Ademais, agradeço à Teresa Coelho pelo seu tempo e atenção ao conceder a entrevista acerca da representação política das mulheres. A sua visão traduz, de certa maneira, uma ótica do trabalho e uma profunda reflexão sobre a questão.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos queridos/as colegas da Divisão Académica da Universidade de Lisboa, especialmente pelas palavras de conforto e atenção de Conceição Valente. Sem seu carinho e incentivo teria sido muito mais difícil a conclusão desta etapa.

Resumo

Em 2015 a Organização das Nações Unidas num projeto ambicioso adotou a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Esse documento estabeleceu o prazo de quinze anos para alcançar diversos objetivos globais, sendo um deles a igualdade de género. Consoante o rol estabelecido pela ONU, a igualdade é a quinta meta a ser alcançada dentre o total de 17 desígnios.

Nesta senda, foram fixadas diretrizes para o alcance da igualdade de género, como acabar com todas as formas de discriminação, eliminar todas as formas de violência, além da garantia da participação plena das mulheres nos órgãos de tomada de decisão.

Nesta perspetiva, para que mulheres e homens possuam as mesmas oportunidades e usufruam os mesmos direitos, é imperiosa a participação delas na vida pública, mediante a sua inserção nos assuntos públicos, através do exercício do poder político, sobretudo o direito de votar e ser votada.

Sem embargo, a representatividade política das mulheres nos órgãos de poder é uma das questões que acompanham o princípio da igualdade de género. Assim, ao pesquisarmos esta temática consideramos os fatores que proporcionaram esse debate nos dias atuais: a influência das teorias feministas do Direito, a consagração da igualdade nas normas internacionais, regionais e comunitárias, bem como a sua irradiação para a ordem doméstica dos Estados.

Portanto, pese embora a controvérsia relacionada com a implementação de medidas positivas para a efetivação do exercício da capacidade eleitoral passiva, esta pesquisa propõe a reflexão acerca do sistema jurídico e as medidas que foram tomadas para a concreção da igualdade entre mulheres e homens no seio da sociedade.

Em contrapartida, a despeito da igualdade integrar as constituições da maioria dos Estados, estes não conseguiram implementar de forma eficaz uma concreta participação das mulheres no cenário político. Então, apesar dos países possuírem processos históricos e emancipatórios completamente distintos, possuem em comum um Parlamento maioritariamente composto por homens.

Desta feita, este trabalho busca identificar as teorias, medidas normativas e decisões judiciais que proporcionaram uma mudança de paradigma no exercício do direito político por parte das mulheres, bem como pondera se tais mecanismos foram suficientes para o alcance da igualdade.

Com efeito, esta pesquisa possui três capítulos que contém pontos de interseção: algumas reivindicações das teóricas feministas terão uma repercussão nas normas internacionais, assim como tais normas influenciam direta ou indiretamente o ordenamento jurídico interno.

Assim, o primeiro capítulo introduz o pensamento das teorias feministas do Direito, suas postulações, críticas, bem como uma breve análise acerca do conceito de género, ao passo que na parte seguinte são apresentadas as normas de Direito Internacional, Regional e Comunitário relacionadas aos direitos das mulheres. Adiciona-se que nesta parte do trabalho foram analisadas as decisões de algumas Comissões e Comitês, como o Comité da CEDAW, com o intuito de compreender o aparato normativo protetivo, seu entendimento e mecanismo de funcionamento em casos de violação. Por fim, a última parte explorou o princípio da igualdade e não discriminação, seu enquadramento na Constituição portuguesa e o significado de paridade e as medidas positivas na esfera política.

Os resultados apurados demonstram que o arcabouço normativo existente não foi suficiente para o alcance da igualdade na esfera da representação política, especialmente, no caso português, na Presidência de Câmara Municipal onde representam 10,4% do total dos/as eleitos/as. No entanto, constatamos um avanço considerável nesta área, uma vez que os resultados das últimas eleições para a Assembleia da República alcançaram um terço dos assentos parlamentares. Desta feita, deverão ser pensadas estratégias e implementados outros mecanismos de incentivo para a inclusão de mulheres nas Câmaras Municipais, bem como deverão ser concebidos instrumentos para o incremento de mulheres na esfera parlamentar.

Palavras-chave: mulheres; representação; política; igualdade; género.

Abstract

In 2015, the United Nations adopted the 2030 agenda for sustainable development. This document established the deadline of fifteen years to achieve several global goals for prosperity and global peace, one of them being gender equality. Gender equality is in fifth place out of 17, according to the agenda's goals defined by the UN.

For this purpose, guidelines were defined to achieve gender equality, such as ending all forms of discrimination, terminate all forms of violence, as well as guarantee full participation of women on decision making bodies.

In this perspective, for women to have the same opportunities and rights as men, their participation on public life is essential, by means of their insertion in public affairs, through the means of political power, especially the right to vote and stand for election.

However, the political representability of women on the power organs is one of the questions that mark the principle of gender equality. As such, by researching this thematic we consider the factors that allowed this debate on the present day: the influence of feminist theories of law, the consecration of equality on international standards, regional and communitarian, as well as their impact on the domestic order of the states.

Therefore, although the implementation of positive measures to ensure the full political rights, including the right to stand for election, are riddled with controversy, this research suggests a contemplation on the juridical system and the measures that were taken to assure the equality of women and men in society.

Nevertheless, even though equality integrates the constitution of the majority of the States, these could not effectively implement a clear and certain participation of women on the political scenario. Despite the fact that the countries had completely distinct historical and emancipatory processes, they have in common a Parliament mainly composed by men.

In this sense, this work seeks to identify the theories, normative measures and judicial decisions that allowed a paradigm change on the

exercise of political rights by women, as well as reflect if such mechanisms were enough to achieve the desired equality.

Consequently, this research is comprised of three chapters that contain intersecting points: some claims of the feminist theories have a repercussion on international norms, as well as such norms influence direct or indirectly the domestic legal orders.

Accordingly, the first chapter introduces the understanding of the feminist theories of Law, their postulations, critics, as well as a brief analysis about the concept of gender. In contrast to this, the next part introduces International, Regional and Community laws related to women's rights. In addition, that part of the thesis contains analysis of some decisions by Commissions and Committees, such as the Committee of CEDAW, with the purpose of understanding the protective normative apparatus, its understanding and functioning mechanism in cases of its violation. Lastly, the final part explored the principle of equality and non-discrimination, its framework on the Portuguese Constitution, the meaning of parity and its positive impact on the political sphere.

The findings made, show that the normative legal framework that exist, were not enough to achieve the equality on the political representation sphere, especially, on the Portuguese case, on the Town Council elections where only 10,4% of the candidates were women. Still, we observe a considerable progress on this area, since the results of the past elections for the Assembly of the Republic reached one third of the parliament's seats. Under these conditions, strategies and other effective encourage mechanisms to ensure the inclusion of women on the Town's Councils should be considered, as well as instruments to increase the women in the parliamentary sphere should be conceived.

Keywords: women; representation; politics; equality; gender.

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

CDPM	Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres
CEDAW	Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres
CEDH	Convenção Europeia dos Direitos do Homem
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
IPU	Inter-Parliamentary Union
PIDCP	Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos
PIDESC	Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais
ONU	Organização das Nações Unidas
STA	Supremo Tribunal Administrativo
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TC	Tribunal Constitucional
TEDH	Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
TUE	Tratado da União Europeia

Índice

Agradecimentos	V
Resumo	VI
<i>Abstract</i>	VIII
Lista de abreviaturas e siglas	IX
Introdução	1

Capítulo 1

Introdução às Teorias Feministas	7
1.1 Teorias feministas	9
1.1.1 Feminismo Liberal	11
1.2 O reconhecimento da diferença pelo feminismo	16
1.2.1 Feminismo Cultural	20
1.2.2 Feminismo Radical	23
1.3 Feminismo Pós-Moderno	27
1.4 Teoria Feminista do Direito – <i>Feminist Jurisprudence</i>	31
2 Luzes acerca da definição de género	42
2.1 Diferença entre sexo, mulher e género	44
2.2 Diferença entre género, mulheres e grupos vulneráveis.....	47
2.3 A perspetiva de género	49

Capítulo 2

O Direito e as Mulheres	54
1 As normas de Direito Internacional e Comunitário na agenda para a expansão dos direitos das mulheres	54
1.1 Instrumentos internacionais especializados	54
- Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças e Protocolo retificado, 1921	55
- Carta das Nações Unidas, 1945	57
- Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948	59

- Convenção Internacional sobre os Direitos Políticos da Mulher, 1953.....	61
- Convenção Internacional sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, 1957.....	61
- Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do ensino, UNESCO, 1960	63
- Convenção sobre o Consentimento para o Casamento, Idade Mínima para o Casamento e o Registo dos Casamentos, 1962	63
- Os Pactos Internacionais	64
- Declaração sobre a Eliminação de Discriminação contra a Mulher, 1967.....	70
- A Declaração sobre a Proteção da Mulher e da Criança em Estados de Emergência e de Conflito, 1974	71
- I e II Conferências das Nações Unidas sobre a Mulher	71
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), 1979.....	73
i. Protocolo Opcional, 1999	80
- As III e IV Conferências das Nações Unidas sobre a Mulher	84
- Conferência de Viena, 1993	87
- Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Plataforma de Cairo, 1994)	88
- As Convenções da Organização Internacional do Trabalho	89
1.2 Principais instrumentos regionais africanos e interamericanos especializados de proteção dos direitos humanos	92
1.2.1 Os principais instrumentos regionais africanos	92
- Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, 1981.....	93
- Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África, 2003	95
- Declaração sobre a Igualdade de Género em África, 2004.....	101
- Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governança, 2012.....	102
1.2.2 As normas regionais interamericanas	103

- Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, 1948	104
- Convenção Americana sobre Direitos Humanos (ou Pacto de São José), 1969	105
- Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, 1994 (Convenção de Belém do Pará, OEA)	110
1.3 As normas do Direito Comunitário	113
- O Tratado de Amsterdão	116
- As normas voltadas à igualdade e a União Europeia	118

Capítulo 3

Igualdade, não discriminação e direito à representação política	126
1 As Constituições e um renovado horizonte para a igualdade	126
1.1 O princípio da igualdade no domínio constitucional	126
1.1.1 Breve abordagem conceptual	126
1.1.2 O enquadramento constitucional português	135
1.2 O princípio da não discriminação	139
1.3 Breves comentários acerca da conformação da igualdade e representação política das mulheres, discriminação positiva e os Tribunais Constitucionais	146
1.3.1 O posicionamento do Conselho Constitucional francês ..	146
1.3.2 O Tribunal Constitucional italiano	147
1.3.2.1 A decisão n.º 422, de 6-12 de setembro de 1995.....	148
2 A efetivação dos direitos políticos e a lei de paridade em Portugal	152
3 Discussões acerca da implementação das quotas	159
3.1 Os/as críticos/as da ação/discriminação positiva	159
3.2 Os/as defensores/as dos mecanismos de discriminação positiva.....	162
4 A Paridade	163
Conclusão	174
Anexos	182

Apêndice	201
Referências bibliográficas	213

Introdução

De acordo com a tradição judaico-cristã, Deus criou o homem à Sua imagem e semelhança. Assim, concebeu Adão para habitar e povoar a Terra. No entanto, não era bom o homem estar sozinho, razão pela qual Ele fez uma «ajudadora idónea». Desse modo, surge Eva gerada da costela de Adão, a primeira mulher, mãe da humanidade. Contudo, de ajudadora passou a transgressora, porquanto definida pelo cometimento do pecado original: responsável pela primeira infração, o primeiro ilícito. A partir de então, recaiu sobre a mulher o fardo da expulsão do paraíso, o conhecimento do bem e do mal.

Esse retrato da mulher na mitologia judaico-cristã é uma representação carregada de simbolismo acerca de sua personalidade e papel social. A sua conduta fez Adão violar a lei do paraíso, razão pela qual deverá a mulher se redimir dessa ação, sendo conivente, devota e obediente ao seu marido. Foram anos da influência judaico-cristã na vida em sociedade, permanecendo em nosso inconsciente o crime cometido por Eva.

Historicamente, há mais de cinco mil anos as sociedades fundamentam a sua estrutura social na dicotomia sexual, sendo o homem o parâmetro de referência das leis, dos comportamentos, daquilo que se entende como humano. Homem equivale a humanidade. Um conceito amplo, neutro e absoluto.

O direito não ficou indiferente a este protagonismo e foi um dos instrumentos utilizados para consolidar a diferença das mulheres frente aos homens. A partir do momento em que eles consagraram o seu poder, tornaram-se um padrão absoluto, ao passo que as mulheres se sujeitaram a esta condição subalterna, acessória e dominada.

Com efeito, desde os primórdios da humanidade são utilizados argumentos distintos para justificar a supremacia do macho, mas apesar das culturas e histórias serem discrepantes, elas têm em comum quatro pontos: uma ideologia que subjaz uma linguagem que diminui o valor atribuído às mulheres, menosprezando as referências e características relacionados a elas; a criação de histórias cujas ações são negativas, maléficas e danosas, servindo de exemplo do tipo de comportamento que não deve ser seguido; a sua exclusão

nos espaços de poder; e, por fim, a divisão sexual como alicerce social, situando o homem como supremo e naturalmente propenso a assumir o seu papel (Facio e Fries, 2010).

Sem embargo, nos dias de hoje as sociedades democráticas ocidentais afirmam mediante a sua estrutura jurídica o rompimento com o mito de Eva, estando mulheres e homens em igualdade de condições. Conceitualmente, ambos os sexos desfrutam de uma igualdade jurídica, tendo acesso a todos os campos da vida.

Nessa perspetiva, consoante as informações da data base constitucional mundial sobre a igualdade de género da ONU Mulheres, 192 países possuem em suas constituições a previsão da igualdade entre os sexos e a proibição da não discriminação entre mulheres e homens (UN Women, 2017).

Entretanto, apesar da quase totalidade dos Estados do globo estabelecerem em seus textos constitucionais a previsão da igualdade e não discriminação, verifica-se que na ordenação da sociedade ocidental, a mulher ainda é tratada como cidadã de segunda classe, a outra, o contrário daquilo que é o natural. Em diferentes extratos sociais há em comum a aceitação de que o homem é o personagem principal, cabendo a ele exercer o seu poder no campo do direito, da afetividade, da política, da religião, entre outros.

Citemos como exemplo, a representatividade das mulheres na esfera parlamentar. De acordo com o *Inter-Parliamentary Union* a média mundial de mulheres nos parlamentos passou de 22,6% em 2015 para 23,3% em 2016. Isso quer dizer que nem um terço das mulheres estão a ocupar os assentos parlamentares, pese embora numericamente configurarem quase a metade da população mundial (IPU, 2017).

Desta feita, o tema desta pesquisa é o tratamento jurídico conferido às mulheres para o efetivo exercício dos direitos políticos, nomeadamente, o sufrágio passivo, a capacidade de ser eleita. A questão da representatividade política das mulheres suscitou debate académico e ganhou relevo com o advento da Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto, a denominada Lei da Paridade. As obras de Vera Lúcio Carapeto (2004), Maria Regina Tavares da Silva (1994 e 2013) e Jorge Miranda (2006) foram fundamentais para compreender e situar a

dogmática discursiva sobre as diferentes cosmovisões envolvendo a igualdade e o princípio democrático.

Por outra parte, a questão relativa à representação política das mulheres tem ocupado um espaço cada vez maior nos *media*, especialmente, pelas falas de políticos que vão de encontro ao movimento igualitário. Em março de 2017, o eurodeputado polaco Janusz Korwin-Mikke declarou que as mulheres devem ganhar menos porque «são mais fracas, mais pequenas e menos inteligentes» (Expresso, 02-03-2017).

Já em abril de 2016, o economista Pedro Arroja afirmou que a ascensão de mulheres nas direções das agremiações é «um sinal de degenerescência dos partidos», uma vez que as religiões e os grandes partidos políticos foram criados e mantidos por homens. Ele se referia a liderança de Catarina Martins (BE), Assunção Cristas (CDS) e a disputa de mulheres para vice-presidência do PSD, e, destacou que os alicerces da sociedade são geridos por homens porque eles são sectários, ao passo que as mulheres são mais comunitárias, e, portanto, elas pertencerem às direções partidárias enfraquece o princípio partidário (Diário de Notícias, 06-04-2016).

Ainda, o jornal Público ao relatar a disputa eleitoral no Reino Unido, onde concorriam mulheres para a liderança dos dois principais partidos, colocou a seguinte questão: «De repente há mulheres a disputar o topo da política britânica. Isso é bom?». Como se vê, mulheres e política ainda é um assunto incómodo, capaz de gerar dissensos, questionamentos e comentários a respeito da falta de habilidade da mulher no exercício do poder político, tendo em vista que este não é o seu lugar (Público, 10-07-2017).

Em contrapartida, a aceitação das medidas de ação positiva para a inclusão das mulheres no seio da política tem ganhado espaço, como revela reportagem na imprensa sobre as quotas (Diário de Notícias, 08-03-2017) e os depoimentos de Assunção Cristas (CDS/PP) e Virgínia Rodrigues (investigadora da Universidade de Coimbra), bem como o artigo de Rui Nunes (professor catedrático da Universidade do Porto) sobre a modificação do percentual de 33,3% previsto na Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto, para 50%, tornando-se de facto uma lei de paridade (Público, 19-06-2015).

Não obstante, o tema ganhou projeção na sociedade portuguesa em 2015, por dois acontecimentos invulgares: as candidaturas de Maria de Belém e Marisa Matias às presidenciais e a ocupação de um terço dos assentos da Assembleia da República por mulheres. Desde a escolha de Maria de Lourdes Pintasilgo como ministra dos Assuntos Sociais em 1974, e, depois como primeira-ministra, em 1979, a política portuguesa ainda não havia presenciado tamanha apropriação do espaço público por parte das mulheres.

Em contrapartida, este fenómeno não se repetiu nas eleições para a Presidência de Câmara Municipal, tendo em vista que em 2013 elas representavam 7,5% do total de eleitos/as (23 eleitas), passando para 10,4% em 2017 (32 mulheres eleitas).

Verifica-se que esta temática possui multivariáveis, sendo uma questão complexa, ampla e não linear. Assim, a fim de delimitar a pesquisa, nos cingimos à representação parlamentar portuguesa, ante o seu sistema eleitoral de listas fechadas e sua conformação com os aspectos evocados para justificação da paridade.

Destarte, com a finalidade de compreender o significado do exercício pleno da capacidade passiva pelas mulheres, estruturou-se o trabalho em três partes. No primeiro capítulo, foram identificadas as teorias feministas do Direito, sua trajetória, importância e impacto no direito das mulheres. Nesta perspetiva, examinamos as principais linhas teóricas feministas do Direito, como as feministas liberais, as radicais, culturais, as pós-modernas, sem esgotar as demais correntes feministas, fazendo um estudo sobre as suas bases teóricas, suas críticas ao direito, reivindicações e conquistas. Nada obstante, exploramos, com cautela, algumas questões a respeito do significado de género, a confusão semântica com outras terminologias e a perspetiva de género. Esta avaliação acerca do género teve um recorte voltado para o âmbito jurídico, uma vez que o exame mais aprofundado iria requerer um estudo e análise de cariz sociológico, o que fugiria ao escopo deste trabalho.

O segundo capítulo intitulado «O Direito e as Mulheres» possui uma índole mais descritiva, uma vez que buscou-se traçar um panorama sistémico internacional, regional e comunitário, envolvendo o direito das mulheres, principalmente, o direito à igualdade, não discriminação e os direitos políticos.

Assim, foram analisadas as convenções de diferentes épocas - algumas não são necessariamente específicas para as mulheres -, pormenorizando as normas legais, as decisões das Comissões e Comitês no tocante à violação dos direitos das mulheres, a jurisprudência e doutrina voltados ao estudo do tema. Aspiramos nesta parte do trabalho expor a mudança do texto normativo, inicialmente, contendo a previsão da igualdade formal perante a lei, e, com o passar dos anos, a viragem na compreensão do significado de igualdade entre os sexos e aplicação da norma. Assim, nesta parte da pesquisa identificamos a existência de vários diplomas normativos protetivos a favor das mulheres, os reequacionamentos na aplicação da norma através da jurisprudência e a influência dos movimentos feministas como motor de mudança legal.

Por fim, o terceiro capítulo realizamos o estudo do princípio da igualdade e não discriminação, sua índole conceitual, evolução e significado, bem como o enquadramento constitucional português. Outrossim, pesquisamos a não discriminação no contexto internacional e em conformidade com a doutrina portuguesa, a discriminação positiva e algumas decisões dos Tribunais Constitucionais acerca das medidas especiais. Nesse caso, colacionamos as decisões da Corte Constitucional francesa e do Tribunal Constitucional italiano. Ambas as jurisprudências são referências para os argumentos contrários e favoráveis à aplicação das quotas.

Não obstante, investigamos a Lei da Paridade em Portugal, sua implementação, bem como os debates favoráveis e desfavoráveis à sua previsão. Por conseguinte, introduzimos o conceito de paridade e democracia paritária, os aspetos positivos e negativos do tema, bem como as diferenças entre paridade e quotas.

Outro ponto relevante no tocante a esta pesquisa, é o uso da linguagem inclusiva na produção do conhecimento, nomeadamente, a inserção da linguagem inclusiva na produção científica. Seguimos as diretrizes do Recomendação Rec (2007) 17, do Comité de Ministros aos Estados-Membros sobre Normas e Mecanismos para a Igualdade, adotada em 21 de Novembro de 2007. Ainda, neste trabalho compulsei obras não traduzidas para português e as citações oriundas destes textos em língua não portuguesa são da minha integral responsabilidade.

Afinal, este estudo tem a pretensão de apresentar uma contribuição para a discussão jurídica acerca da representação política das mulheres nos órgãos de poder, especificamente, as Assembleias Parlamentares por sua influência e importância na vida de todas as pessoas.

Capítulo 1

Introdução às Teorias Feministas

Em 2015 existiam aproximadamente mais de 7,3 mil milhões de pessoas no mundo, sendo 50,44% homens e 49,66% mulheres. Em Portugal, as mulheres representavam 5,482 milhões (52,62%) da população portuguesa, enquanto que no Brasil elas eram 104,678 milhões (50,82%) das habitantes em território brasileiro¹ (*World Population Prospect*, 2017).

No entanto, apesar de constituírem quase metade da população mundial, de acordo com o relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas, mulheres e homens não usufruem das mesmas condições, sendo o segundo alvo de maiores privilégios, seja na esfera económica, laboral, política, entre outros. Esta afirmação foi feita em 1949 por Simone de Beauvoir na sua célebre obra *Le Deuxième Sexe* (1970) e, ultrapassados quase setenta anos, esse dado permanece atual².

De acordo com o *Inter-Parliamentary Union* (IPU) no *Women in Politics 2017* as mulheres ocupavam 23,3% dos assentos parlamentares³, ou seja, mundialmente elas não representavam nem um terço dos cargos parlamentares.

A propósito, consoante o relatório elaborado pelo *World Economic Forum* (2016: 7) para medir a lacuna existente entre os géneros no mundo, verifica-se que dos cinco países que estão no topo da lista dos Estados que mais aproxima-

¹ Números extraídos dos relatórios elaborados pela Organização das Nações Unidas, sendo: i) total da população – ambos os sexos; ii) total da população de homens; iii) total da população de mulheres. Ver «World Population Prospects 2017». Disponível em: <<https://esa.un.org/unpd/wpp/Download/Standard/Population/>>, acedido em 20 Out. de 2017.

² Nesse sentido: «Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas» (Beauvoir, 1970: 14). Em 2017 foram veiculadas notícias nos *media* demonstrando que as mulheres trabalham mais que os homens e recebem menor remuneração, bem como ainda estão sub-representadas na política (Jornal O Globo, 21-02-2016 e ONU Mulheres, 17-03-2017). Nesta perspetiva: «As mulheres continuam a escassear nos lugares cimeiros das distintas estruturas sociais: na política, na economia, na universidade, no exército, no judiciário, nos media. As mulheres continuam a receber, como trabalhadoras, nas distintas posições, remunerações mais baixas que os seus colegas homens e a participar menos na esfera pública (no trabalho, na sociedade) não alterou o papel social que lhe está atribuído na esfera privada, onde continua a ser percebida como principal 'cuidadora'» (Calheiros, 2013: 499). Ver também (Luísa Neto, 2009: 172).

³ Este valor é correspondente as duas casas combinadas, ou seja, a Câmara Única ou Baixa e o Senado ou Câmara Alta. É importante destacar que os países com maior percentual de representação feminina são Ruanda e Bolívia. Elas ocupam na Câmara Baixa o percentual de 61,3% e 53,1%, e, na Câmara Alta ou Senado, 38,5% e 47,2%, respetivamente. Disponível em <<http://www.ipu.org/pdf/publications/wmnmap17-sp.pdf>>, acedido em 18 Jul. 2017.

se da igualdade de género, quatro são de origem nórdica (Islândia, Finlândia, Noruega e Suécia)⁴. Destaca-se que a quinta posição é ocupada por Ruanda, país que está em primeiro lugar no *ranking* mundial com o maior percentual de mulheres a ocupar os assentos parlamentares (IPU, 2017)⁵.

Cumpra-se acentuar que na maioria das sociedades democráticas ocidentais ainda há uma disparidade entre mulheres e homens na política, o que nos faz questionar: qual é o lugar das mulheres na política? Existem diferenças entre mulheres e homens no exercício da cidadania? De que modo poderemos expandir a participação das mulheres nos órgãos de poder?

Na atualidade, segundo os indicadores-chave de 2017 elaborados pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) relativos à igualdade de género, os residentes em Portugal maioritariamente são mulheres, correspondendo o percentual de 52,6% (2017: 3)⁶.

Por outro lado, em 2015 pela primeira vez na história portuguesa as representantes parlamentares atingiram o patamar de 33% dos assentos na Assembleia da República (anexo 1), ou seja, ultrapassados quarenta anos da revolução de 1974 as cadeiras parlamentares são ocupadas por um terço de mulheres (*idem*: 12)⁷.

Em 2017 Portugal está localizado na 28.^a posição do *ranking* de mulheres a ocuparem os assentos parlamentares, representando o percentual de 34,8% de legisladoras. Todavia, o Brasil encontra-se numa situação oposta ao caso português, por exemplo, uma vez que apesar do número de habitantes do sexo feminino ser superior ao masculino (50,82%), na esfera da representação política elas atingiram o patamar de 10,7% de mulheres parlamentares, estando na 157.^a posição do mesmo *ranking*⁸ (IPU, 2017).

⁴ V. *World Economic Forum* «The Global Gender Gap Report 2016». Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/GGGR16/WEF_Global_Gender_Gap_Report_2016.pdf>, acedido em 18 Jul de 2017.

⁵ Cfr. *Inter-Parliamentary Union*. «Women in Politics 2017». Disponível em: <<http://www.ipu.org/pdf/publications/wmnmap17-sp.pdf>>, acedido em 18 Jul. de 2017.

⁶ Relatório elaborado pelo CIG contendo os indicadores da igualdade de género em Portugal: «Igualdade de género em Portugal indicadores-chave 2017». Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/AF_CIG_FactSheet.pdf>, acedido em 18 Jul. de 2017.

⁷ *Idem*.

⁸ Ver *Inter-Parliamentary Union*. «Women in Politics 2017». Disponível em: <<http://www.ipu.org/pdf/publications/wmnmap17-sp.pdf>>, acedido em 18 Jul. de 2017.

Não obstante a baixa participação feminina no âmbito parlamentar brasileiro, a partir da década de 2000 alguns países da América do Sul deram um passo para a mudança deste cenário, mostrando ao mundo que a política também era um campo alcançável para as mulheres. A contar do final dos anos 2000, foram eleitas três mulheres para a Presidência da República: a argentina Cristina Kirchner (2007-2015), a brasileira Dilma Rousseff (2011-2016) e a chilena Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-).

Tal facto é considerado histórico numa região marcada pela desigualdade de género e sub-representação política feminina, pois apenas como exemplo, no período compreendido entre 1945 e fevereiro de 2005, somente duas mulheres assumiram a presidência, a argentina Maria Estela Martínez de Perón entre 1974-1976 e a boliviana Lidia Gueiler Tejada 1979-1980⁹ (IPU, 2005).

Desta feita, ao examinar os direitos políticos das mulheres, especialmente o direito à representação nos órgãos de poder, é de suma relevância compreender algumas teorias feministas que influenciaram o direito e modificaram o seu *status quo*.

Para tanto, devido a abrangência do tema - como a distinção pelo período histórico (Miguel, 1995: 217-246), ou a categorização por vaga (Morán, 2011)¹⁰ -, por uma questão metodológica, circunscrevemo-nos às teorias feministas ocidentais e fixaremos o marco temporal o século XX em diante. Por fim, utilizaremos a classificação adotada por Teresa Pizarro Beleza (1993) e Rita Mota Sousa (2015) para delimitarmos o nosso campo de estudo¹¹.

1.1. Teorias Feministas

Ao discorrermos sobre os direitos das mulheres devemos conceber, preliminarmente, a influência causada pelas teorias feministas no Direito¹². Estas

⁹ Cfr. *Inter-Parliamentary Union*. «Women in Politics: 1945 - 2005». Disponível em: <<http://www.ipu.org/pdf/publications/wmnmap17-sp.pdf>>, acedido em 18 Jul. de 2017.

¹⁰ Dividindo o feminismo em pré-moderno, moderno e contemporâneo (classificação com base no fator histórico) ou, no feminismo de primeira, segunda e terceira vagas. A classificação do feminismo em vagas foi concebida para traduzir uma ideia de percurso temporal diverso que impacta nas esferas política, histórica e social (Santos, 2015: 62).

¹¹ A classificação das correntes feministas é abrangente e multidisciplinar, razão pela qual esta pesquisa dará enfoque àquelas que tiveram maior influência no direito (Maccise, 2011: 148).

¹² Neste caso, é empregada a palavra direito com letra maiúscula para designar a reunião de conhecimentos a respeito da ciência do Direito (Barroso, 2009: 47).

doutrinas, cujo alcance e força inicialmente obtiveram maior destaque nos países ocidentais a partir das décadas de 60 e 70 do século XX, têm como principal questão o alcance da igualdade de género.

No entanto, é relevante destacar que esta corrente de pensamento que reapareceu nas universidades europeias e estadunidense, foi inspirada pelo movimento feminista, cujo objetivo era fazer cessar a relação de subordinação da mulher ao homem, acarretando na transformação dos papéis atribuídos a cada um dos sexos¹³.

Em contrapartida, a teoria feminista propõe uma reflexão acerca da posição das mulheres na sociedade como sujeitas de direito¹⁴, que vivem em situação discriminatória e de desigualdade em razão do seu sexo, explorando as suas origens e impactos de tal situação, bem como apresentando soluções para que esta condição seja modificada (Moscardó, 2011: 75). Por conseguinte, ela busca a concreção da igualdade em todas as esferas da vida em sociedade, seja política, jurídica, económica e social, extinguindo a desvantagem existente¹⁵.

Sem embargo, muito embora em diversos países as mulheres detenham uma vantagem numérica, esta circunstância não foi suficiente para garantir de forma efetiva a fruição de direitos em igualdade de condições com os homens (Beauvoir, 1970: 14)¹⁶.

¹³ Note-se que o movimento feminista é qualificado como um movimento social de matriz política e intelectual e, por esta razão, desenvolveu «uma grande capacidade teórica e ideológica» (Alberdi, 1999: 10). Exemplos de movimento feminista: as sufragistas, NOW (*National Organization for Women*), *International Alliance of Women*, UDI (*Unione delle Donne Italiane*), o Femen, entre outros. Para uma leitura mais detalhada acerca do movimento feminista: Miguel (1995), Moscardó (2011), Santos (2015), Zabala (2008).

¹⁴ Interessante análise realizou Valdés sobre a forma como as mulheres foram retratadas pelo Direito, realizando um breve exame histórico do Constitucionalismo liberal até as modificações constitucionais de concretização da igualdade substancial (2006).

¹⁵ As definições acerca da teoria feminista são múltiplas e divergentes, sendo esta apenas uma de suas facetas. Contudo, é pertinente este conceito: «El feminismo no se circunscribe a luchar por los derechos de las mujeres, sino a cuestionar profundamente y desde una perspectiva nueva, todas las estructuras de poder, incluyendo – pero no reducidas a – las de género. De ahí que, cuando se habla de feminismo, se aluda a profundas transformaciones en la sociedad que afectan necesariamente a hombres y mujeres» (Facio e Fries, 2005: 263). Para uma maior compreensão conceitual do tema: Balaguer (2005), Beleza (1993), Calheiros (2013), Ergas (1995), Tavares (2008).

¹⁶ Assim sendo, a teoria feminista revisa e questiona o papel das mulheres em nossa sociedade, incluindo a forma como o direito posiciona-se. Ao escrever o prefácio de uma obra introdutória às teorias feministas do Direito, Maria Clara Sottomayor esclareceu: «O direito é uma ciência conservadora, que mantém os métodos e os conceitos clássicos, e que é pouco aberto a inovações. As normas jurídicas refletem os interesses e o pensamento masculinos, pois as mulheres, como grupo subordinado, objeto de uma discriminação históricas, foram excluídas da

Não obstante esta breve explanação, é vulgar em nossa sociedade confundir o movimento feminista e a teoria feminista, sendo o objeto deste estudo tecer maiores considerações acerca da teoria feminista, uma vez que o seu suporte teórico contribuiu para a conquista, alcance e mudança de direitos voltados para as mulheres.

Entretanto, é relevante frisar que devido a pluralidade de pensamentos, alguns teóricos utilizam o termo ‘feminismos’, com a finalidade de indicar a diversidade de ideias e cosmovisões (Tavares, 2008)¹⁷.

Em rigor, a palavra feminismo possui uma carga valorativa com diferentes significados, seja para designar a ideia de igualdade, como para apontar o extremismo. Neste sentido, podemos encontrar nas teorias estereótipos relacionados às mulheres e homens, divergências e estigmatização acerca dos papéis de género¹⁸.

De toda sorte, apesar do dissenso teórico é de suma relevância o avanço proporcionado por suas colaborações na seara académica, pois conferiu visibilidade às questões que gravitavam em torno do paradigma sexual.

Desse modo, centraremos a pesquisa deste capítulo no estudo de algumas ramificações da teoria feminista do Direito, as suas reverberações na seara jurídica¹⁹, bem como a incorporação da perspectiva de género.

1.1.1. Feminismo Liberal

educação, do poder político e do poder económico. A única voz ouvida nas instituições da sociedade era a masculina» (Sousa, 2015: 9).

¹⁷ Digo feminismos em itálico para destacar a interpretação que é atribuída às diversas formas de feminismo. Aliás: «(...) es difícil hablar de “feminismo” en singular ya que existen distintas corrientes. Es precisamente su pluralidad ideológica y de prácticas la que permite comprender cómo y qué tan profundamente la ideología patriarcal permea todas las cosmovisiones, el conocimiento y hasta nuestros sentimientos más íntimos. En el marco de esta diversidad hay consensos y disensos al igual que encualquier otra corriente de pensamiento» (Facio e Fries, 2005: 264).

¹⁸ Na parte introdutória da pesquisa, será utilizada de forma similar os significados atribuídos ordinariamente ao sexo e género. Esclarecemos as distinções conceituais adiante.

¹⁹ Em suma: «(...) el feminismo estudia la construcción social del sexo y de la identidad sexual de las personas, que las coloca em posiciones jerárquicamente diferentes en la sociedad, según se acomode al paradigma dicotómico y mandado, basado en la diferencia sexual. La desviación de estos paradigmas provoca el reproche social y, más importante aún, jurídico. Es ahí donde el estudio del feminismo se torna relevante para el Derecho, pues señala ciertas distinciones sociales que corresponden a situaciones discriminatórias – que implican una disminución en el goce y ejercicio de los derechos fundamentales – prohibidas por nuestro sistema jurídico» (Maccise, 2011: 141).

O renascimento²⁰ do feminismo liberal ocorrido a partir da década de 60 do século XX é atribuído à expansão do ingresso de mulheres nas universidades. Isso porque a contar deste período, iniciaram os primeiros debates nos tribunais estadunidense acerca da igualdade entre os sexos e da situação de inferioridade atribuída às mulheres pela sociedade, razão pela qual foi questionada a necessidade de alterações do sistema legal até então existente (Bowman *et al.*, 1998). O principal foco de discussão era voltado à igualdade e a discriminação sexual (Moscardó, 2011: 78 e Sousa, 2015: 25).

Sem embargo, embora o presente trabalho tenha como linha de corte as concepções engendradas a partir do século XX²¹, é relevante citar alguns precursores da doutrina liberal, como Olympe de Gouges que em 1791 escreveu o primeiro documento ‘jurídico’²² com enfoque na igualdade de género, a *Déclaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne*. Este documento foi uma resposta à Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e é considerado um importante marco reivindicatório de liberdade e justiça para as mulheres (Calheiras, 2013).

Nesta senda, Mary Wollstonecraft em sua obra *Vindication of the rights of women* (1792) postulou a igualdade entre mulheres e homens, bem como destacou a importância da educação na vida das mulheres para o exercício da cidadania. Anos mais tarde, o filósofo utilitarista John Stuart Mill escreveu *The*

²⁰ Menciona-se renascimento uma vez que as discussões teóricas relacionadas aos direitos das mulheres foram olvidadas no período entre as duas grandes guerras (Balaguer, 2005: 37). Todavia, embora tenha sido um período considerado mais tímido em termos teóricos, indubitável que ocorreram mudanças significativas no âmbito do direito, como a aprovação da proteção a maternidade na Organização Internacional do Trabalho (1919), a Carta das Nações Unidas (1945), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), entre outros (Garzon, 2012).

²¹ Alguns autores como Balaguer (2005) e Moscardó (2011) remontam a origem da teoria liberal a partir do Iluminismo.

²² Diz-se ‘jurídico’ porque este documento não tinha força vinculante. Acrescenta-se que embora anteriormente outros autores tenham criticado a posição de inferioridade das mulheres - como Christine de Pisan em «La cité de dammes» (1405), Poulain de la Barre em sua obra «De l'égalité des deux sexes: discours physique et moral où l'on voit l'importance de se défaire des préjugés» (1673), e, Marquis de Condorcet em «Sur l'Admission des femmes au droit de cité» (1790) -, foi Olympe de Gouges que de maneira pioneira elaborou um documento em forma de declaração com uma perspectiva de sexo. Dois anos mais tarde foi condenada a guilhotina (Abarca, 2010: 803 e Santos, 2015: 63). Não obstante, é interessante destacar que ao final da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã consta um formulário para um contrato social entre homem e mulher. Nesta parte, mulher e homem consentem uma união igualitária, dividida com os filhos – legítimos ou não -, bem como afirmam que caso ocorra a separação, a fortuna será igualmente dividida, observado o quinhão pertencente aos filhos. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/mulheres.htm>>, acessado em 16 Set. de 2017 e <<http://www.iep.utm.edu/gouges/>>, acessado em 16 Set. de 2017.

subjection of women (1869) onde condenou a condição das mulheres na sociedade inglesa²³, sendo o primeiro parlamentar inglês a entregar uma petição apoiando o voto feminino (Moscardó, 2011: 83).

No contexto jurídico, a teoria feminista liberal²⁴ expôs os fatores discriminatórios que acarretavam na desigualdade sofrida pelas mulheres pela simples circunstância de não pertencerem ao sexo masculino, estruturando-se na noção da igualdade formal e não discriminação.

Esta teoria está calcada na conquista de direitos por intermédio do alcance da igualdade formal, competindo a lei não fazer distinções entre mulheres e homens. De acordo com as feministas liberais, caberá a norma igualar as relações entre os sexos, alargando os direitos das mulheres em contraposição à discriminação que as impedem de ter o pleno desenvolvimento da vida em sociedade (Macionis *et al.*, 2011: 350).

Segundo este posicionamento, a igualdade até então existente - por intermédio do direito ao voto e direitos civis limitados à concessão do homem (pai, marido ou irmão) -, não era suficiente para romper o desequilíbrio em nossa sociedade, razão pela qual demandavam a incidência da igualdade de cariz aristotélico.

Por conseguinte, esta doutrina tem como premissa a aplicação do tratamento igual para aqueles que estão em igualdade de condições e desigual para aqueles que estão em situação desigual. Desta feita, homens e mulheres receberiam o mesmo tratamento para que finalmente fossem corrigidas as distorções existentes e ser atingida a justiça²⁵ (Sousa, 2015: 26).

²³ No primeiro capítulo do livro «A sujeição das mulheres», Mill é enfático ao defender a igualdade entre os sexos: «(...) a subordinação legal de um sexo ao outro – está em si mesmo errado, constituindo hoje um dos principais obstáculos ao desenvolvimento humano; e que, justamente por isso, deveria ser substituído por um princípio de perfeita igualdade, que não admitisse qualquer poder ou privilégio de um dos lados, nem discriminação do outro» (Mill, 2006: 33).

²⁴ A concepção de liberal relaciona-se a ideia do liberalismo clássico, qual seja, todos/as deveriam nascer livres para ampliar as suas habilidades e ir em busca dos seus interesses (Macionis *et al.*, 2011: 350).

²⁵ Cfr. Eichner: «O feminismo liberal parte, pois, da premissa de que não existem diferenças assinaláveis, relevantes, entre homens e mulheres, que justifiquem um tratamento diferenciado. O tratamento diferenciado, onde se verifique, é injusto, e – porque se baseia na diferença – resolver-se-ia pela aniquilação da diferenciação. A igualdade seria alcançada quando apagadas as diferenças e sublinhadas as semelhanças entre mulheres e homens» (Eichner, 2001: 23 *apud* Sousa, 2015: 26).

À vista disso, caberia a norma estipular que mulheres e homens são iguais perante a lei, independentemente do seu sexo, não podendo ser reconhecido qualquer tratamento sexual diferenciado. Assim, o sexo não é considerado uma condição de diferenciação, devendo a lei incidir de forma neutra e não em termos categóricos.

Uma das consequências deste raciocínio, foi a desconsideração de fatores biológicos maioritariamente femininos²⁶ como a gestação, o parto e o aleitamento. Portanto, para essas teóricas, não caberia ao Estado reconhecer esta diferença, sejam pelas normas ou por implantação de políticas públicas, sob pena de incorrer na violação da igualdade (Sousa, 2015: 27-28 e Maccise, 2011: 149).

As feministas liberais apontavam que as distinções de caráter físico e biológico foram utilizadas para justificar a opressão e submissão femininas, e, desta forma, estas diferenças só dariam suporte à manutenção do sistema desfavorável às mulheres. Um exemplo ilustrativo era a oposição a existência de normas especiais voltadas às mulheres – como a proteção à mulher divorciada pelo recebimento de alimentos e a inclinação da custódia dos filhos-, tendo em vista que este tipo de instrumento legal só serviria para reforçar os estereótipos atribuídos ao sexo feminino, como a fragilidade física e incapacidade de manutenção da sua subsistência.

Esta teoria teve uma ampla difusão na sociedade estadunidense, sendo uma das figuras representativas a norte-americana Betty Friedan, a autora da obra *The Feminine Mystique* (1974) e uma das fundadoras da *National Organization for Women* (NOW). Esta organização ainda em atividade, tem como objetivo abolir a discriminação e promover a igualdade de género (Quintana, 2006: 31).

Note-se que foram as feministas liberais que questionaram a teoria das esferas separadas²⁷, que consistia na afirmação de que o espaço público era

²⁶ Esclareça-se que o termo «maioritariamente» neste caso foi empregado porque um homem transgénero, o norte-americano Trystan Reese, gerou seu filho biológico, fruto do relacionamento com o seu marido Biff Chaplow. Logo, atualmente é possível um homem conceber uma criança, sendo incorreto o uso do termo exclusivo (Jornal O Globo, 16-07-2017).

²⁷ As esferas separadas eram a representação simbólica da divisão sexual existente na sociedade: o espaço público era reservado aos homens para exercerem a atividade política, económica, social, ligadas ao conhecimento e saber. Por outro lado, no espaço privado as mulheres desempenhavam o papel de esposas e mães, assumindo as tarefas de cuidado e

território masculino, ao passo que o privado era feminino, sendo certo que o direito colaborou durante anos na manutenção deste entendimento, especialmente na criação de leis que proibiram o voto às mulheres, o exercício de determinadas profissões, entre outros. Todavia, o foco do debate era obtenção dos mesmos direitos e não a mudança do sistema até então existente (Moscardó, 2011: 86 e Sousa, 2015: 29).

Em contrapartida, os detratores desta doutrina reprovavam a ausência de críticas ao sistema legal estruturante e organização social existente. Outrossim, diziam que embora a igualdade em seu aspeto formal fosse importante para inserção das mulheres no domínio do espaço público, não era capaz de, por si só, modificar a infraestrutura do poder patriarcal²⁸ (Bowman *et al.*, 1998: 252 e Sousa, 2015: 30).

Outro ponto sujeito à crítica está a universalidade atribuída a esta teoria. Isso porque esta doutrina levava a crer que a conquista de direitos, entre eles o direito de votar e ser votada, ocorreu de forma simultânea em todos os contextos e sociedades, o que de facto não aconteceu (*vide* anexo 2). Portanto, o discurso sustentado por elas não refletia as diferentes trajetórias na luta pelo direito das mulheres, uma vez que nem todas alcançaram direitos fundamentais básicos como a educação formal por exemplo.

Não obstante, apesar de refutarem a ideia de um tratamento sexual diferenciado, com o tempo essa teoria amadureceu e chegou ao entendimento que a igualdade formal não era suficiente para diminuir a discriminação sexual. Sendo assim, é lançado um outro olhar para o conceito de igualdade, saindo da esfera puramente formal para ser compreendida no âmbito da igualdade de oportunidades, ou seja, numa sociedade regida pela meritocracia onde há

administração do lar. Registe-se que esta diferenciação só é aplicável às mulheres, uma vez que os homens sempre circularam em ambas as esferas (Facio e Fries, 2005: 266). Adiciona-se que Bourdieu apresenta-nos um esquema sinóptico das oposições da ordem social: o masculino relaciona-se ao oficial, ao público, ao dominante e sagrado, ao passo que o feminino é o privado, o mítico, oficioso e ordinário (2002).

²⁸ O patriarcado foi um conceito muito utilizado pelas Feministas Radicais, sendo emblemática a definição elaborada por Kate Millet em seu livro *Política Sexual* (1970), como um sistema de dominação sobre o qual estão alicerçados raça e classe, onde predomina o papel do macho como ator principal da vida social. Neste sentido: «(...) el patriarcado há tenido como consecuencia la subordinación histórica de las mujeres, ejerciendo y manteniendo un sistema de dominación, capaz de reproducirse ideologicamente. Desde esta posición definida como una diferencia social determinada por el género, la función que el feminismo atribuye al patriarcado es la dominación ideológica que obstaculiza e impede la igualdad» (Balaguer, 2005: 24). Para uma leitura detalhada acerca do patriarcado: ver Puleo (1995).

oportunidades desiguais, deverão ser criados meios para corrigir estas desigualdades, como as ações positivas²⁹ (Bodelón, 1998).

Com efeito, o legado do feminismo liberal pode ser visto até hoje nas principais legislações que proíbem a discriminação baseada no sexo e/ou género³⁰, sendo apontado como propulsor para que as mulheres tivessem condições de exigir legalmente a igualdade salarial, acesso ao ensino universitário, a participação política e aos cargos públicos endereçados exclusivamente aos homens (Miguel, 2011: 23).

Por fim, é interessante observar o impacto destas reivindicações, especialmente no Reino Unido entre 1970 e 1980. Durante a década de 70 foram aprovados diversos instrumentos de garantias e proteção a favor das mulheres: a Lei do Salário Igual (1970), a Lei sobre a Discriminação Sexual (1975), a Lei de Proteção no Emprego cuja previsão constava a licença maternidade obrigatória e paga (1975), a Lei dos Processos Matrimoniais e Violência Doméstica (1976), entre outros³¹. Embora nem todos os instrumentos citados tenham tido a irradiação direta das feministas liberais, é inegável a sua influência na busca da igualdade e na melhoria de condições para as mulheres dentro da sociedade (Ergas, 1995: 584).

1.2. O reconhecimento da diferença pelo feminismo

O contributo das teóricas liberais foi fundamental para impulsionar mudanças significativas relacionadas a igualdade e não discriminação para as mulheres. No entanto, a igualdade reconhecida pelo direito na célebre frase «todos são iguais perante a lei sem qualquer distinção com base no sexo» não foi suficiente para garantir a almejada igualdade factual.

²⁹ Dessarte: «El concepto de igualdad del feminismo liberal debe ser delimitado. Se trata de una igualdad entendida como igualdad de oportunidades en una sociedad meritocrática. Cuando las oportunidades son desiguales, uno de los sistemas propuestos por el feminismo liberal para corregir dichas desigualdades es el de “las acciones positivas o trato preferente”, que pretende establecer una “meritocracia contrafactual”, se trata de una medida temporal que pretende reequilibrar la balanza de la igualdad de oportunidades y facilitar el funcionamiento social de la meritocracia» (Bodelón, 1998: 3).

³⁰ Os conceitos de igualdade de género e discriminação em função do sexo ou género serão detalhados posteriormente. V. (Luísa Neto, 2009: 162) acerca da distinção entre os termos.

³¹ Na mesma década foram aprovadas 71 normas relacionadas aos direitos das mulheres nos Estados Unidos da América (Ergas, 1995: 584).

Ultrapassada a euforia das alterações legislativas constatou-se que o cenário era desfavorável às mulheres: elas eram mais pobres comparativamente aos homens nas mesmas condições, tinham uma jornada dupla de trabalho, não conseguiam aceder aos cargos de topo em suas carreiras e não transcendiam a barreira existente no campo político (Sousa, 2015: 33).

Em muitos países ocidentais as mulheres alcançaram a plena capacidade eleitoral, mas não recebiam votos suficientes para alçar os assentos parlamentares; podiam trabalhar e exercer livremente o seu ofício, embora a grande maioria não conquistasse os cargos de chefia; tinham acesso ao emprego da mesma forma que os homens, todavia as mães trabalhadoras tinham mais uma jornada de trabalho não remunerado a cumprir ao chegar a casa.

Baseado nesses fenómenos foram criados os conceitos de «teto de vidro» e «feminização da pobreza» para narrar a lacuna existente entre os sexos em diferentes áreas³².

Verificou-se que o «poder transformador do igualitarismo jurídico» (Sineau, 1995: 563) não considerou a realidade contrastante vivenciada pelas mulheres, o que acarretou em maiores desigualdades. O direito buscou igualar uma situação desigual, mas não levou em consideração as diferenças existentes entre ambos os sexos, principalmente, por conta da influência das teóricas liberais.

Destarte, a pedra de toque para o feminismo neste momento fundamentou-se na aceitação da diferença como um fator de igualdade, ou seja, não eram as mulheres que deveriam alterar a sua situação para conseguir uma aproximação ao regime jurídico gozado pelos homens, e sim, caberiam as instituições (incluindo o direito) comprometerem-se a reconhecer e tutelar as diferenças existentes.

Em rigor, as feministas indicavam que as diferenças entre mulheres e

³² Cfr. Maccise: «Empezaran, entonces, a desarrollar conceptos específicos para describir la brecha de igualdad entre ambos sexos en distintos ámbitos, tales como los techos de cristal, que hacen referencia a normas no escritas, y en principio invisibles, que impiden o dificultan a las mujeres acceder a puestos de decisión, tanto en el ámbito público como en el privado; o la feminización de la pobreza, que busca resaltar que la mayoría de las personas ensituación de pobreza son mujeres, y ello es resultado de ciertas condiciones estructurales que impactan diferente a las mujeres y a los hombres, perjudicando más a las primeras, entre otros» (2011: 149-150).

homens deveriam ser reconhecidas e acolhidas, e não minoradas ou escondidas, pois não há como negar as características diferenciadoras ligadas à sexualidade e reprodução, por exemplo. Ainda, refutavam a ideia de universalidade, posto que os sujeitos não são iguais, cabendo no momento da aplicação do direito à igualdade o reconhecimento das diferenças (Moscardó, 2011: 94).

Por conseguinte, defendiam a incidência do tratamento diferenciado, requisitando que as normas não permanecessem indiferentes às situações biológicas, como a gravidez e a consequente regulação da licença maternidade. Este entendimento rompia com a tese acolhida pelas feministas liberais, pois para elas não haveria de se falar em tratamento especial, cabendo estas situações serem equiparadas as licenças usufruídas pelos homens³³.

As principais teóricas desta linha de pensamento são Annie Leclerc que publicou *Parole de femme* (1974), Hélène Cixous *Le Rire de la Méduse* (1975) e Luce Irigaray cuja obra *Speculum de l'autre femme* (1974) afirma que a mulher deve buscar uma linguagem própria (*idem: ibidem*).

Para as feministas francesas da diferença, o binarismo mulher/homem deve ser compreendido num sentido existencial, ou seja, verifica-se que a mulher representa o outro, propondo o estudo do inconsciente como forma de reconstruir a identidade feminina (Aguilera, 2009).

A justificação da aceitação da diferença pelo feminismo era com base nas distorções causadas pela igualdade *de jure* eis que «as instituições estavam concebidas de acordo com um protótipo masculino» (Sousa, 2015: 34). Assim, o sistema jurídico da forma que estava estruturado não conseguia resolver as questões colocadas pelas mulheres, uma vez que ele não é neutro. Portanto,

³³ Logo: «Para as defensoras da igualdade formal, para quem igualdade significava igualdade de tratamento, o tratamento especial era contrário à igualdade. Tendo o presente contributo de certos privilégios legais para o enraizamento da ideologia da diferença, afirmava-se que o tratamento especial seria mais pernicioso do que efetivo porque reforçava estereótipos» (Sousa, 2015: 33). Porém, as liberais não analisaram a situação sob outro viés e não previram a injustiça causada por esta neutralidade: «Se as mulheres forem rigidamente equiparadas aos homens, a sua maternidade será tratada como uma das várias doenças de que um trabalhador pode ser vítima, gozando a mulher de uma licença equivalente à dos seus companheiros masculinos. Neste contexto, os empregadores passam a ser mais cautelosos na contratação de mulheres, uma vez que estas representam um investimento de alto risco, já que é elevada a probabilidade de (periodicamente) requererem baixa em virtude de tal “doença”» (Raposo, 2004: 256).

todo o sistema foi concebido alicerçado com a visão e valores androcêntricos³⁴, razão pela qual ela não se ajustava à realidade suportada pelas mulheres.

Assim, apesar da lei proporcionar uma igualdade jurídica, este tratamento não tinha como consequência mulheres e homens partirem da mesma posição. Ao revés, a igualdade defendida pelas liberais não era capaz de proporcionar os mesmos resultados para ambos os sexos, permanecendo os homens em posição de vantagem. A este fenómeno foi denominado discriminação indireta³⁵ ou por resultado, posto que como mulheres e homens estão em diferentes pontos de partidas, haverá efeitos distintos na aplicação da norma. O efeito produzido será uma experiência diferenciada para cada sexo (Maccise, 2011: 150).

De facto, a maternidade foi apontada como um fator de grande desvantagem para as mulheres, pois ela era uma das razões que amparavam os argumentos para o pagamento de menores salários, não contratação de mão-de-obra feminina ou na não ascensão a determinados cargos, sendo a diferenciação no tratamento uma maneira de posicionar ambos os sexos no mesmo ponto de partida, proporcionado a todos/as uma competição justa na esfera do trabalho.

Portanto, esta linha de pensamento modifica a forma como é vista a igualdade, abandonando o panorama da igualdade neutra e formal para a

³⁴ Definição esclarecedora acerca do significado de androcêntrico: «Si el hombre se asume como representante de la humanidad toda, todos los estudios, análisis, investigaciones, narraciones y propuestas se enfocan unicamente desde la perspectiva masculina, la cual es asumida en su parcialidad, sino como una no perspectiva, como un hecho totalmente objetivo, universal e parcial» (Facio e Fries, 2005: 274).

³⁵ Desvenda Raposo que a discriminação direta é mais perceptível, pois ocorre quando uma norma cria diferenças com fulcro em parâmetros proibidos. Ela é clara, injustificável, ostensiva e mais difícil de ser detetada hoje em dia. Porém, a discriminação indireta é subtil, aparentemente neutra e de acordo com os ditames legais. Assim.: «Em contrapartida, encontramos normas que empregam critérios aparentemente neutros, mas que acabam por produzir um resultado que afecta de forma especialmente desfavorável certo grupo de pessoas. Em regra, a norma fixará determinada exigência, obstáculo ou proibição, aparentemente aplicável a todos/as, indiscriminadamente. Simplesmente, emergem grupos que logo à partida estão inibidos de satisfazer a exigência, ultrapassar o obstáculo ou evitar a proibição. A discriminação indirecta pode definir-se como a situação de desfavor decorrente da pertença a determinado grupo, que deriva não de actos deliberadamente discriminatórios, mas de complexas conjunturas sociais, económicas e culturais, que se reflectem de forma negativa sobre o estatuto do sujeito considerado» (2004: 301).

diferença igualitária ou igualdade diferenciadora³⁶. Deste raciocínio foram associadas duas correntes doutrinárias: o feminismo cultural e o radical.

1.2.1. Feminismo Cultural

Inserido no contexto da diferença surge o feminismo cultural. A autora Carol Gilligan³⁷ realizou um estudo em *In a Different Voice* onde foram identificados modelos diferentes para obter as resoluções para dilemas morais e conflitos entre mulheres e homens. Sucintamente, de acordo com esta análise as mulheres buscavam uma solução alternativa, com uma abordagem contextual e casuística, ao passo que os homens aplicavam um raciocínio hierarquizado em relação aos valores em conflito, bem como possuíam um parâmetro mais universal (Sousa, 2015: 35).

Esta investigação realizada por Gilligan teve como parâmetro entrevistas com mulheres e homens de faixas etárias diferentes, onde foram extraídas as experiências pessoais em situações de conflito e avaliadas as concepções de moralidade (Facchi, 2005).

Já a obra de Nancy Chodorow possui uma natureza mais psicanalítica, pois apontou que a experiência biológica não é determinante para se perceber a forma de resolver os conflitos. Segundo o seu entendimento, o fator definidor dos papéis a serem adotados pelas pessoas em razão de seu sexo é concebido pelo sistema social, sendo reafirmado por sistemas psicológicos (Sousa, 2015: 37). Em rigor, o caráter de cuidadora da mulher, verificando-se de forma mais nítida na relação da mãe com a filha, coloca-a no papel da mãe como reprodutora e educadora, perpetuando assim a estrutura patriarcal. Por outro lado, os homens

³⁶ Esclarece Raposo: «Conclui-se que o único meio de lograr a igualdade através do direito obriga a renunciar a uma igualdade defronte ao direito. Não já um direito igual caracterizado pela máxima generalização possível, mas um direito especial singularizado pela máxima particularização praticável. Deixa de ser a realidade a adequar-se ao direito para passar a ser o direito a adequar-se à realidade» (2004: 256).

³⁷ Carol Gilligan examinou as diferentes formas de desenvolvimento moral entre mulheres e homens, afirmando que a ética masculina era fundamentada na agressividade, competitividade e egoísmo, ao passo que a feminina firmava-se nos afetos, na sensibilidade e altruísmo (Aguilera, 2009: 66). Segundo Facchi o seu pensamento teve grande repercussão no pensamento feminista, sendo uma referência até os dias de hoje para o debate jurídico. Assim.: «La obra de Gilligan há contribuido a una lectura de teorías políticas y jurídicas en una perspectiva de género y há tenido gran influencia sobre el debate teórico concerniente a las relaciones entre mujeres, feminismo y derecho» (2005: 33).

não têm essa afinidade de cuidados com a mãe como ocorre com a filha, tendo em vista que o masculino vive uma relação de separação e não de continuidade com sua mãe.

Consoante este raciocínio, deverão ser destacadas as diferenças existentes entre mulheres e homens, uma vez que pelo facto das mulheres serem capazes de conceber uma vida, possuem uma conexão mais estreita com outros seres humanos. Nessa perspetiva, esta teoria considerava o género uma questão de diferença e identidade³⁸.

Sob este enfoque a mulher possui uma vivência mais relacional, isto é, uma vida fulcrada no afeto, no cuidado das necessidades do outro. Assim, elas privilegiariam a conciliação em detrimento ao conflito, influenciando o surgimento dos mecanismos alternativos de resolução de litígios e na mediação (Sousa, 2015: 41). Esta corrente privilegia as características femininas, abrindo caminho para soluções jurídicas alternativas, sob um enfoque feminista (Facchi, 2005).

Os críticos apontaram uma aproximação a teoria das esferas separadas enfatizando por meio destes argumentos, que as mulheres estão predispostas a cuidar do lar e da família, restringindo-se assim ao espaço privado. Além disso, reforça os estereótipos de género relacionados às mulheres³⁹, como cuidadora e conciliadora, corroborando os fundamentos históricos de sua opressão (Maccise, 2011: 151).

Uma das consequências perniciosas do uso deste entendimento foi o julgamento EEOC (*Equal Employment Opportunity Comission*) vs. Sears, Roebuck & Company⁴⁰, onde foi suscitada pela comissão de igualdade

³⁸ Segundo Aguilera: «Sin embargo, desde otras posturas que también se incluyen en el feminismo cultural sí se plantea un esencialismo biologista. Así, algunas feministas culturales, como Susan Brownmiller, Germaine Greer, Andrea Dworkin o Mary Daly, sostienen ideas como que la sexualidad masculina es agresiva e incluso potencialmente letal, frente a la femenina que se orienta a las relaciones interpersonales; que las mujeres son moralmente superiores a los hombres; que la opresión femenina tiene su causa en la supresión de la esencia de las mujeres y, por eso, es necesario acentuar las diferencias entre los sexos y adoptar el lesbianismo como alternativa, ya que la heterosexualidad es condenada por su connivencia con el mundo masculino» (2009: 66).

³⁹ Assim: «En general, se ha constatado que incluso las normas inspiradas en el modelo de la diferencia pueden conducir a efectos perversos y tener implicancias dañosas para una política de liberación femenina. Ellas de hecho amenazan con replantear imágenes y roles tradicionales de las mujeres, confirmando la separación del ámbito femenino del masculino y, en última instancia, su subordinación» (Facchi, 2005: 34). Ver também Sousa (2015: 40).

⁴⁰ Esta decisão é emblemática nos debates feministas, uma vez que foi objeto de intensa discussão envolvendo igualdade *versus* diferença (Scott, 2008: 210).

estadunidense, discriminação sexual contra as mulheres na contratação de comissionista de vendas. Segundo o governo norte-americano, entre os anos de 1973 a 1980 não foi contratada nenhuma mulher como comissionista de vendas, existindo na empresa uma grande diferença estatística de mulheres e homens em algumas categorias laborais, o que configuraria a discriminação em razão do sexo.

Por outro lado, a base da defesa apresentada pela Sears foi a diferença sexual - e não a discriminação -, que explicaria os desequilíbrios existentes em sua empresa nos distintos setores de trabalho. Com efeito, o arguido apresentou inúmeras alegações, sendo as mais relevantes: i) as mulheres não se candidatavam às vagas de comissionistas de vendas em razão do ambiente competitivo, pois precisariam atingir metas e superar os seus colegas. Logo, elas não tinham interesse em trabalhar num ambiente fora da sua natureza, razão pela qual as candidaturas eram feitas para a área de vendas não comissionistas; ii) além disso, elas não tinham interesse em vender os produtos, pois fornhalhas e vedações não estavam relacionados ao seu universo, mas sim joias, cosméticos, roupas, etc.; iii) elas buscavam um trabalho a tempo parcial, e como a venda comissionista era um trabalho a tempo integral, não despertava o seu interesse. Assim, a empresa não possuía mulheres em determinadas posições por conta da falta de interesse delas, e não por um motivo discriminatório (Sousa, 2015: 40).

Neste processo as partes contaram com a colaboração de historiadoras para apresentarem o seu testemunho sobre o caso. A Sears representada pela historiadora Rosalind Rosenberg asseverou que mulheres e homens possuem anseios diferentes no mercado de trabalho, tendo em vista que por conta dos modelos de socialização, nem todas as mulheres sonham em ter maiores ganhos de natureza económica ou trabalhar em funções competitivas.

Por outro lado, o EEOC asseverou a existência de discriminação sexual com fundamento na igualdade. No entanto, a historiadora Alice Kessler-Harris não foi frontal ao apresentar a questão igualitária, e, utilizou como estratégia rebater as razões trazidas por Rosenberg. Assim, sustentou que comprovadamente as mulheres realizavam atividades laborais diversificadas e que sua diminuta presença em determinados postos de trabalho estava

relacionada às escolhas das empresas e não por sua ausência de interesse. Acrescentou que um maior ganho económico era um incentivo para a superação dos papéis definidos pela socialização, o que incluía novas posturas e posições. Para ela havia igualdade de interesses entre mulheres e homens, mas não conseguiu explicar as diferenças apontadas pelo seu próprio estudo (Scott, 2008 e MacKinnon, 1995).

Não obstante, Rosalind Rosenberg encontrou na obra de Alice Kessler-Harris menção à preferência das mulheres por trabalhos que combinam com as tarefas domésticas. Esta brecha na obra de Kessler-Harris foi suficiente para apontar o seu discurso como incongruente e inaceitável, dando ganho de causa à Sears.

O caso Sears é apontado como um alerta para os académicos, pois demonstrou como é possível adulterar e manipular conceitos construídos, bem como subverter a sua aplicação e justificação⁴¹.

1.2.2. Feminismo Radical

Foram as feministas radicais que agitaram a discussão teórica feminista a partir da década de 70. Com sua abordagem implacável acerca do sistema de dominação criado pelos homens para sujeitar as mulheres, elas afirmavam que as diferenças entre os sexos foram criadas e inventadas para possibilitar essa hegemonia.

Apesar da controvérsia acerca da linha teórica adotada por Simone de Beauvoir (1949), é certo que a sua obra influenciou as teóricas radicais. Assim como Beauvoir, elas rechaçavam a essência feminina como algo inerente à mulher, sendo esta sujeição fruto da sua opressão histórica. As mulheres como conhecemos, dotadas com as características ditadas pela sociedade, são o resultado de uma construção social e não um produto geneticamente formado.

Não é a genética que define o papel de mãe, filha e cuidadora do lar às mulheres. Tampouco o papel de macho, provedor e racional aos homens. Esses

⁴¹ Cfr. Scott: «La igualdad versus diferencia era la trampa intelectual que emplearon los historiadores para argumentar no acerca de las disparidades estadísticas minúsculas de las practicas de empleo en Sears, sino acerca del comportamiento normativo de los hombres hacia las mujeres» (2008: 214).

conceitos são fruto daquilo que foi sistematizado ao longo dos séculos, concebido pelo homem para manter a sua dominação. A mulher representa o que não é masculino, sendo este a regra, o padrão, o género neutro⁴².

Por conseguinte, para as feministas radicais a diferença representa a dominação masculina⁴³, assim como a igualdade, pois ambos foram concebidos pelo patriarcado com o intuito de subjugar as mulheres. Por isto, o que deverá ser questionado é se a norma cria dominação e não se ela é desigual⁴⁴, tendo em vista que as instituições sociais foram concebidas pela norma masculina.

Catharine MacKinnon afirma que o liberalismo através da criação da lei - que via de regra é neutra e abstrata -, institucionaliza o poder masculino e mantém a sua supremacia. Ela critica a suposta neutralidade presente no sistema jurídico, uma vez que toda a estrutura foi estratificada com base no pensamento masculino, sendo a mulher excluída de todas as esferas⁴⁵ (1995: 429)

Ademais, ao ponderar acerca da desigualdade e diferença, ela afirma que a diferença é abstrata e etérea, ao passo que a desigualdade é material, substantiva. Destarte, uma norma que centra seu discurso na diferença tem como escopo encobrir as disparidades do poder, mesmo nas situações em que aparentemente as critica. Por conseguinte, as diferenças estão definidas pelo poder, razão pela qual é considerada «a luva de veludo sobre o punho de ferro da dominação» (*idem*: 398).

⁴² De acordo com Bourdieu a visão de mundo masculina dispensa a necessidade de qualquer explicação, uma vez que ela institui-se como neutra e, portanto, não precisa de legitimação (2002).

⁴³ Uma das compreensões acerca da dominação masculina é: «o efeito do desejo dos homens de transcender sua alienação dos meios de reprodução da espécie. O princípio da continuidade geracional restaura a primazia da paternidade e obscurece o trabalho real e a realidade social do esforço das mulheres no ato de dar à luz» (Scott, 1995: 77).

⁴⁴ Logo.: «(...) o conceito de igualdade também é falocêntrico, dado que sublinha as diferenças biológicas ou económicas da mulher para justificar e legitimar o seu tratamento desigual como uma fatalidade. Propõe um modelo de igualdade como aceitação, que, sem assumir que as diferenças culturais entre homens e mulheres são biologicamente determinadas, reconhece, no entanto, a sua existência para perscrutar o modo como justificam a desigualdade de tratamento» (Sousa, 2015: 44).

⁴⁵ MacKinnon enfatiza: «Quienes detentan el poder en la sociedad civil, que no son las mujeres, diseñan sus normas y sus instituciones, que se convierten en status quo. Quienes detentan el poder, que normalmente no son mujeres, escriben constituciones, que se convierten en el patrón más elevado de la ley. Quienes detentan el poder en unos sistemas políticos que no diseñaron las mujeres y de los que se ha excluido a las mujeres escriben la legislación, que establece los valores dominantes» (1995: 429)

Em adição, sustenta uma oposição às linhas de precedentes, tendo em vista que estas foram desenvolvendo-se ao longo dos anos – inclusive nos períodos onde as mulheres não votavam e tampouco tinham instrução -, distante da ótica das mulheres, sendo utilizadas até hoje como fundamento válido de interpretação⁴⁶ (*idem*).

As feministas radicais compreendiam que não era suficiente a ocupação do espaço público pelas mulheres, mas era vital atingir e modificar o espaço privado.

A célebre frase de Carol Hanish «o pessoal é político» tornou-se um marco desta corrente de pensamento, pois colocou em foco que a opressão e violência sofrida pelas mulheres não era um problema restrito às pessoas envolvidas, e sim, parte de uma estrutura permissiva que perpetuava este comportamento. O silêncio era uma atitude esperada pelo patriarcado, ao passo que seu rompimento exibía toda a incapacidade estatal e social de assegurar o exercício e efetivação dos direitos humanos mais básicos (Facio e Fries, 2005).

Esta doutrina colocou em debate questões consideradas «restritas» ao universo feminino, ligadas a vida privada das pessoas, por isso até então desprezadas pelo direito, como a violência contra as mulheres, a violação e

⁴⁶ Tal crítica é significativa, especialmente nos países de sistema jurídico anglo-saxão. Mas sob esta ótica podemos questionar a aplicação - em determinados casos - de uma fonte do Direito do sistema romano-germânico: os costumes. Segundo Bronze: «O costume jurídico é uma prática reiterada, com força vinculante, e que, por isso mesmo, é observada como norma de comportamento. O próprio comportamento perfila-se, neste âmbito, com vinculatividade normativa, apagando-se, à medida que se instaura a tradição, a memória do (... assim tornado imémoro) problema originante da sua criação» (2002: 635). Isso porque: «La historia del derecho muestra que la subyugación de las mujeres há sido sempre la norma, hasta tal punto que se convirtió en costumbre» (Vianello e Caramazza, 2002: 111). Assim, o costume pode tornar-se um instrumento de perpetuação da desigualdade, sob o véu de «norma aceita pela sociedade e já enraizada como obrigatória pela consciência do povo». Este foi o argumento utilizado em sede liminar para fundamentar a ilegalidade de Nota Técnica que dispunha sobre a irregularidade da cobrança diferenciada para mulheres e homens em bares e boîtes. De acordo com esta norma, a aplicação de valores pecuniários distintos para mulheres e homens em bares e boîtes são práticas comerciais abusivas, tendo em vista que as entidades privadas utilizavam a mulher como estratégia de *marketing*, afrontando os valores da dignidade humana e isonomia. Todavia, para o juízo esta é uma prática costumeira, aceitável pela sociedade, assim como as gentilezas corriqueiras. Ato contínuo, fundamenta a sua decisão sob o viés de que a cobrança diferenciada decorre da condição social da mulher – menores salários e menor liberdade-, sendo esta distinção um estímulo para elas saírem de suas casas e proporcionar uma maior sociabilidade. Processo n.º5009720-21.2017.403.6100, da Justiça Federal de São Paulo, de 31 de julho de 2017, publicada a decisão no DJE 03 de agosto de 2017. Disponível em: : <https://pje1g.trf3.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?c_a=326b0ad68b00e049566d686d9365bc6107aaeb4122d22908>, acessado em 18 de Ago. de 2017. Para uma leitura mais específica acerca dos costumes e seu possível impacto positivo no Direito das Mulheres: Stang-Dahl (1993: 75-83).

assédio sexuais, a pornografia, entre outros. A despeito de existirem normas de regulamentação desses temas, elas eram pouco eficazes e sua aplicação tinha como pressuposto a realidade vivida pelos homens (Maccise, 2011: 153).

Isto posto, constata-se que a o argumento central não é a igualdade entre mulheres e homens, nem as diferenças culturais existentes: o protagonismo reside em como é feita a distribuição de poder⁴⁷.

Segundo essas teóricas as mulheres são oprimidas pela circunstância de terem nascido mulher e a partir de então foi concebido todo um conjunto identitário moldado para perpetuar a situação de dominação. Desta feita, toda a ordem que gravita ao redor da mulher (identidade, desejos, sonhos, dever) foi maculada pelo patriarcado⁴⁸, não havendo que se falar em consentimento e consciência desta realidade.

No mesmo sentido, a desigualdade entre os sexos é sustentada pelo desequilíbrio social, ou seja, embora a lei garanta a igualdade em termos formais, numa sociedade desigual para que os sexos atinjam a igualdade é necessário que ambos sejam socialmente iguais. Portanto, dentro da sociedade as mulheres encontram obstáculos de natureza legal e social, havendo em quase todas uma convergência entre a lei e a sociedade. Desta maneira, a desigualdade está relacionada com domínio e subordinação, não sendo uma questão de diferença ou identidade (MacKinnon, 1995).

Nota-se que para MacKinnon não há de se falar em igualdade entre sexos, uma vez que se existisse de facto este fenómeno elas não seriam maioritariamente sexualmente exploradas, desacreditadas nos processos de violação, marginalizadas e nem vítimas de tráfico humano.

Compreendido o sistema patriarcal e sua forma da manutenção do poder, como as mulheres conseguirão quebrar esse sistema de dominação? Como elas

⁴⁷ Dito de outra forma: «En este sentido, las feministas radicales no situánen las diferencias de género la desigualdade entre hombres y mujeres, puesaseguran que “[u]na desigualdad basada en el sexo no es una cuestión de diferencia que salió mal.” MacKinnon no niega que haya diferencias derivadas del sexo, pero haceénfasisen que éstas no son el origen de la desigualdad, sino las diferencias socialmente construidas sobre ellas, esdecir, el género» (Maccise, 2011: 152). Ainda: «La desigualdade tiene que ver con el poder, sudefinición y suincorrectadistribución. La desigualdad fundamental se interpreta como cuestión de jerarquía, que – igual que el poder logra construir la percepción social y la realidad social – por derivación se convierteendistinciones categóricas, en diferencias» (MacKinnon, 1995: 435).

⁴⁸ As feministas radicais concebiam o patriarcado como sistema de dominação universal que se harmoniza com diferentes sistemas (feudalismo, capitalismo, socialismo, democracia, etc).

recriarão um novo significado do ser mulher fora da estrutural patriarcal? Essas perguntas não foram respondidas pelas feministas radicais, sendo apontado por alguns como uma debilidade desta doutrina (Sousa, 2015: 46).

Outra questão sujeita a críticas é que esta corrente de pensamento, como as demais, centralizou o seu debate na dicotomia mulheres e homens, relegando o *status* de outras mulheres, com realidades distintas, como as negras e lésbicas. Nesta linha, esta teoria é acusada de ser universalista e essencialista, uma vez que não examinou a desigualdade intra-sexos, ou seja, as diferenças existentes entre as próprias mulheres (Branco, 2008: 109).

1.3. Feminismo Pós-Moderno

Atualmente, a teoria feminista pós-moderna é objeto de intenso debate, pois assimila parcialmente as discussões das demais teorias. Além disso, considera a diferença experimentada pela mulher do feminismo cultural, bem como a dominação sofrida pelas mulheres heterossexuais descritas pelas radicais. Mas estas teóricas vão além desses conceitos concebidos para as mulheres, tendo em vista que as linhas de pensamentos anteriores não levavam em consideração as experiências vividas por cada mulher e homem, pois nem todas/os serão mães, pais ou terão relações heterossexuais. Cada mulher e homem vive uma história, uma realidade, que a universalidade das teorias anteriores não foi capaz de cobrir.

De acordo com as feministas pós-modernas não há de se falar no padrão binário (mulher/homem, fêmea/macho, emoção/razão) de gênero, pois este engloba uma diversidade de gêneros possíveis. É posta em causa a centralidade do debate num único sujeito (mulher), uma vez que para esta doutrina existem vários sujeitos diferentes e, conseqüentemente, uma maior fluidez na sua identidade⁴⁹ (Moscardó, 2011: 98 ss).

⁴⁹ Logo: «(...) la orientación sexual y la identidad sexual o de género de las personas es el resultado de una construcción social y por lo tanto, no existen papeles esenciales o biológicamente inscritos en la naturaleza humana, sino formas socialmente variables de desempeñar uno o varios papeles sexuales. Es decir, esta teoría rechaza la clasificación de los individuos en categorías universales como «homosexual», «heterosexual», «hombre» o «mujer», diciendo que estas esconden un número enorme de variaciones culturales, ninguna de las cuales es más fundamental que las otras» (Moscardó, 2011: 98).

Ademais, as feministas questionam a abrangência das medidas concebidas para as mulheres, tendo em vista que não leva em consideração as diferentes realidades vivenciadas por elas. Uma mulher imigrante, negra e pobre vivenciará uma experiência diversa de uma mulher branca, letrada e rica, por exemplo. Isto é a denominada perspectiva interseccional, onde deverão ser considerados, além do género, fatores diversos que dão ensejo a uma situação de desvantagem e submissão. Consoante este entendimento foi possível identificar outros mecanismos de diferença e subordinação, como a classe social, a raça, etnia, religião, entre outros⁵⁰ (Yuval-Davis, 2006: 194 ss).

O termo interseccionalidade foi apresentado por Kimberlé Crenshawem seu artigo *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics* (1989) quando ela introduziu o debate relacionado a empregabilidade da mulher negra nos Estados Unidos. Em 2001 foi convidada para esclarecer as questões concernentes a este tema na Conferência Mundial contra o Racismo Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida na África do Sul, tendo em vista a popularidade do termo (*idem, ibidem*).

Em rigor, a interseccionalidade está relacionada com a maneira de interação entre o género com diversas forças sociais, como a raça, idade, classe social, cultura, entre outros⁵¹ (Vakulenko, 2010: 196-197).

Sem embargo, este conceito foi acolhido pelo Comité da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) em sua Recomendação Geral n.º 25 referente às medidas especiais de carácter temporal⁵².

⁵⁰ Além desses fatores incluem na divisão social: idade, incapacidade, sexualidade, etc. (Yuval-Davis, 2006: 202).

⁵¹ Basicamente: «It means that our experiences of gender are shaped by all those things, thus complicating simplistic, singular understandings of the nature of women's disadvantage» (Vakulenko, 2010: 197).

⁵² Ademais, a Recomendação n.º 28, § 18, esclarece este conceito ao discorrer sobre as obrigações dos Estados Partes em combater o tratamento discriminatório contra as mulheres: «Intersectionality is a basic concept for understanding the scope of the general obligations of States parties contained in article 2. The discrimination of women based on sex and gender is inextricably linked with other factors that affect women, such as race, ethnicity, religion or belief, health, status, age, class, caste and sexual orientation and gender identity. Discrimination on the basis of sex or gender may affect women belonging to such groups to a different degree or in different ways to men. States parties must legally recognize such intersecting forms of discrimination and their compounded negative impact on the women concerned and prohibit them».

As correntes de pensamento anteriores foram alvo de críticas das feministas pós-modernas, pois atribuíam a um determinado sujeito uma universalidade de identidade, retirando-lhe o contexto social, histórico e individual. Essa unicidade acarreta no entendimento que todas as mulheres possuem realidades semelhantes e que se diferenciam dos homens da mesma forma, ou seja, experimentam a mesma opressão, sendo considerável somente as diferenças entre os dois sexos⁵³ (Sousa, 2015: 49-50).

Esta teoria propõe tentar compreender como as distintas identidades têm acesso aos direitos e oportunidades, avaliando nos pontos de intersecção como funciona a discriminação⁵⁴ (Branco, 2008: 111). Portanto, este entendimento afasta a ‘pureza’ da discriminação de género, uma vez que o ser humano está inserido dentro de um contexto.

Com o intuito de superar o conceito de igualdade - eis que ela não é suficiente para penetrar nas diversas realidades sentidas por diferentes sujeitos -, criou-se a noção de vulnerabilidade. Isso em razão de que em algum dado momento da vida poderemos estar numa posição de vulnerabilidade, sendo uma condição universal e humana. As razões são diversas: seja pela idade (criança ou idoso), sexo, fator social, económico, entre outros, todos/as em determinado momento da vida poderemos incorrer numa posição de sujeito vulnerável⁵⁵ (Sousa, 2015: 49 segs.).

Esta teoria tem um traço de interpelar e desconstruir conceitos até então enraizados em nossa sociedade, vindo a questionar a teoria feminista do direito acerca da sua habilidade para libertar as mulheres do quadro de sujeição.

<<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CEDAW/Pages/Recommendations.aspx>>, acedido em 08 Ago. 2017.

⁵³ Portanto: «Todas as correntes da teoria do direito feminista apresentadas – liberais, culturais e radicais – foram criticadas pelo feminismo pós-moderno pela associação a uma certa visão essencialista, que fixaria aos sujeitos uma identidade universal e lhes adjudicaria um significado estável, invariável com o contexto social, cultural, histórico e individual. Neste contexto, o essencialismo corresponde à visão de acordo com a qual as mulheres são semelhantes e partilham uma essência comum que as distingue dos homens» (Sousa, 2015: 49-50).

⁵⁴ Esclarece Branco: «A perspectiva da interseccionalidade permite deixar de pensar apenas em termos binários, relacionando género e poder, indo mais além e ultrapassando a visão das mulheres como um grupo homogéneo, o que torna muitas situações invisíveis e opacas e não permite que sejam tratadas adequadamente, já que apenas são problemas próprios de determinados grupos de mulheres» (2008: 111).

⁵⁵ Judith Butler utiliza o termo vida precária para fazer uma análise da vulnerabilidade tendo como pano de fundo o conceito de vida digna (2011).

De toda sorte, é indelével o impacto desta doutrina no direito, especialmente com a consolidação em alguns países do direito à diversidade (o que inclui a visão identitária que cada indivíduo possui de si e seu gênero), acarretando no reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo, na desburocratização do reconhecimento do nome social e da adoção por casais homossexuais.

Em decorrência do desenvolvimento da pluralidade de identidades, encontramos o feminismo crítico da raça *Critical Race Feminist* e o feminismo lésbico *Lesbian Feminism*. A primeira ressalta que para compreendermos o fenômeno da desigualdade é necessário analisar a opressão sob diferentes óticas, pois a discriminação poderá ter efeitos mais nefastos dependendo da combinação de elementos de cada pessoa. Esta linha de pensamento está amparada sob alguns aportes dos estudos críticos do Direito, o *Critical Legal Studies* e desconstrói a neutralidade e objetividade da lei, sendo esta apenas uma forma de manutenção das relações de poder. Já as feministas lésbicas desmontam o paradigma da experiência feminina, destacando a conexão entre o sexismo e o heterossexismo (Maccise, 2011: 154).

As feministas pós-modernas modificaram a forma como era tratada a discriminação, principalmente após o exame desta ocorrência sob o olhar da interseccionalidade. Portanto, as características que dão ensejo a discriminação deverão ser analisadas simultaneamente⁵⁶, e não de maneira separada, uma vez que quando estão reunidas verifica-se uma nova forma de discriminação (*idem*: 155).

⁵⁶ Para uma melhor compreensão acerca desta questão, Vakulenko conta a história de uma escrava estadunidense chamada Sojourner Truth que lutou pelo abolicionismo e direito das mulheres. Em seu discurso na Convenção de Direitos das Mulheres, em 1851 na cidade de Akron (Ohio), questionou a diferença atribuída a mulheres brancas e negras, desafiando as feministas brancas da época, posto que as primeiras detinham melhor tratamento: «[t]hat man over there says that women need to be helped into carriages, and lifted over ditches, and to have the best place everywhere. Nobody helps me any best place. And ain't I a woman?». Seu discurso retrata as diferentes discriminações sofridas por mulheres brancas de classe média e escravas afro-americanas, sendo considerado «powerful antecedent of intersectionality feminism». Interessante notar que este reconhecimento foi feito pelo Comitê da Eliminação da Discriminação Racial em sua recomendação geral A/55/18, de 20 de março de 2000: «General Recommendation XXV, Gender Related Dimensions of Racial Discrimination, UN Doc A/55/18 (20 March 2000) Annex V, 152 [1]» (2010: 197-202).

Por conta dessa teoria valorizar as experiências e vivências individuais, sua fragilidade reside em adequar tais parâmetros com os exigidos pela norma, uma vez que esta deve ser geral e abstrata (Sousa, 2015: 54).

De igual forma, ela é criticada porque a diversidade de sujeitos dificulta a apresentação de reivindicações e debate na agenda política. Como uma pretensão irá abranger a todas essas identidades? As teorias anteriores através dos movimentos sociais e outras formas de manifestações, ao centralizarem suas reivindicações num sujeito único (mulher), conseguiram inserir suas demandas na agenda política e causar algumas mudanças legislativas importantes. Será possível uma pretensão abarcar as mulheres negras, brancas, muçulmanas, transgêneros, transexuais, lésbicas, etc.?

Assim, há um receio em relação a subjetividade, eis que a análise discriminatória é feita baseada em categorias individuais, além de diferentes relações de opressão⁵⁷ (Vakulenko, 2010: 206).

Apesar desta questão ficar sem resposta, esta teoria introduziu no discurso jurídico a ideia de diversidade, respeito ao diferente e aceitação do outro/a.

1.4. Teoria Feminista do Direito – *Feminist Jurisprudence*

Conforme visto acima as teorias feministas trouxeram um grande contributo ao questionar e exigir uma mudança jurídica - e de mentalidade -, em relação a condição das mulheres.

Depois de escancarar a sua situação de subordinação, de alteridade e objeto (Beauvoir, 1949), muitos teóricos pensaram e discutiram a circunstância na qual está inserida a mulher, sendo inevitável que esta análise chegasse ao campo do Direito⁵⁸.

⁵⁷ Cfr. Vakulenko: «In sum, intersectionality has been successful at highlighting the problem of the marginalisation of certain identities and experiences in feminist politics, law and broader human rights discourse. Intersectionality feminists have had impressive influence in the international human rights arena. However, the concept's utility beyond this 'representational function' is open to question» (2010: 213). Para uma leitura mais específica relacionada a interseccionalidade: Crenshaw (1991), McCall (2005), Vakulenko (2010).

⁵⁸ Para Sousa: «A luta das mulheres é, tem de ser, uma luta que se trava no campo do direito: luta pelo reconhecimento da igualdade e da diferença, e dos arquétipos políticos e métodos legais através dos quais a igualdade e a diferença, se irão acomodar. Luta por um direito

A teoria feminista do Direito ou *Feminist Jurisprudence* realiza um exame analítico do sistema jurídico existente com o enfoque feminista, ou seja, analisa a maneira como o direito aborda os casos envolvendo as mulheres e os métodos utilizados⁵⁹. Esse enfoque possui natureza multidisciplinar, sendo capaz de transpor as barreiras existentes dentro e fora do Direito⁶⁰ (Beleza, 1990).

Nessa perspectiva, foi desenvolvido o denominado *Women's Studies*⁶¹, ou seja, um novo âmbito de estudo e análise, onde prosperam investigações, teorias e práxis feministas, sendo reelaborado o conceito de justiça, o arcabouço teórico e filosófico do direito, bem como repensado os demais ramos da ciência, como a Criminologia, a Sociologia, a Filosofia, entre outros (Beleza, 1989). Por conseguinte, esta teoria busca uma transformação mais profunda na área do conhecimento, tanto de natureza estrutural como epistemológica.

Consoante as correntes doutrinárias examinadas anteriormente terem sido analisados separadamente da *Feminist Jurisprudence* - o feminismo liberal, da diferença, cultural, radical e pós-moderno -, é importante destacar que elas estão compreendidas como teorias feministas do Direito, mas sob perspectivas diferentes. É dizer, para uma melhor compreensão da teoria examinamos as perspectivas sob o viés do Direito, mas incluímos outros campos do saber, como

novo, pensado de uma perspectiva nova, que inclui as diferenças sem sublinhá-las, e que não reforça as desigualdades» (2015: 20).

⁵⁹ Uma definição mais completa foi elaborada por Teresa Beleza: «Feminist Jurisprudence (Teoria feminista do Direito) é uma reflexão filosófico-jurídica que analisará e informará – como é próprio da Teoria do Direito e da Jurisprudência (consoante a genealogia intelectual anglo-saxónica ou alemã) – os preceitos legais, a Dogmática, a jurisprudência, as práticas jurídicas de outros níveis, sempre de um ponto de vista crítico feminista» (1993: 272).

⁶⁰ Para Emmenegger a jurisprudência feminista estuda a influência do género na criação e aplicação do direito, sendo esta teoria constituída no campo: 1) da dogmática, 2) da teoria do direito, e, 3) na crítica jurídica feminista. A dogmática versa sobre a sistematização e forma de interpretação do direito; a teoria do direito analisa o fundamento filosófico; e, por fim, a crítica jurídica feminista examina os efeitos práticos do direito sob o viés do género (2000). Para uma análise de algumas interpretações acerca do pensamento feminista sobre o direito, com diferentes perspectivas e autoras, consultar Evans (1997), Facchi (2005), Goldfarb (2005), Rubio (2008) e Stang-Dahl (1993). Em contraposição, a autora Carol Smart realizou uma dura crítica a teoria feminista do direito e sua atuação (Casaleiro, 2014).

⁶¹ A professora Stang-Dahl publicou o livro «Women's Law» cuja proposta é examinar as regras que determinam a vida das mulheres e apresentar respostas para que esta situação seja modificada. É uma obra que reflete a necessidade da existência do direito das mulheres, introduz-no na ciência jurídica, apresentando fontes, métodos e princípios orientadores (1993). Ela menciona que o estudo das mulheres até aquele momento tem sido o «estudo das desgraças», porém, aponta-nos o seu propósito: «Um dos objectivos dos estudos sobre as mulheres é revelar a forma e o conteúdo da cultura alternativa das mulheres. Por um lado, ela tem a marca da hegemonia cultural do patriarcado – cujo resultado é uma cultura feminina - e, por outro lado, tem algo de novo, feita das experiências e dos esforços das mulheres, que deve ser desenvolvido e transmitido à cultura dos homens» (*idem*: 19-20).

a Sociologia. Assim, buscou-se separar as diferentes concepções para extrairmos o seu impacto nas decisões.

Mas qual a razão de se repensar a forma como o direito atua sob um olhar crítico feminista? O direito foi concebido para possuir abstração, neutralidade⁶² e universalidade, razão pela qual, hipoteticamente, o seu sistema funciona em consonância com os parâmetros de legalidade, igualdade e justiça.

Não obstante, apesar do grande avanço em termos igualitários em alguns países ocidentais, donde foram superados os ditames da igualdade formal para a aplicação da igualdade material, constatou-se que o direito ainda era fonte de injustiças e desigualdades⁶³, uma vez que este caráter de abstração, universalidade e neutralidade eram dotados de uma visão hegemónica masculina⁶⁴, ignorando por completo o olhar feminino (Valdés, 2010: 140). Assim, para esta teoria o direito é alheio à mentalidade feminina, representando a realidade de uma forma distorcida: a masculina⁶⁵ (Vianello e Caramazza, 2002: 110).

Stang-Dahl condena a maneira de como o Direito retrata as mulheres, uma vez que este olhar é o reflexo da ótica de um determinado grupo, ou seja, o Direito é maculado pela visão parcial fulcrada num determinado segmento da sociedade representada pelos homens. Não está em causa uma visão

⁶² Conforme Beleza: «Toda a Teoria feminista, em rigor, se debate com este aparentemente insolúvel dilema, entre a igualdade (que pressupõe divisão, separação) e a neutralidade (que implica diferenciação). Esta seria, será possível se aquela materialmente existir – a neutralidade formal perpetua a desigualdade material. Mas os comandos, os esforços para a igualdade perpetuam a divisão, a base-moderna conceitual de desigualdade - separação» (1990: 145-146). Todavia, o questionamento à neutralidade é uma das questões sensíveis para a jurisprudência feminista, pois o sujeito ao qual é dirigida a norma possui características próprias, como a classe social, raça, sexo, entre outros (Facchi, 2005).

⁶³ Apesar da consagração da igualdade em alguns textos constitucionais contemporâneos, tal facto não foi suficiente para modificar o *status* de cidadã de segunda classe atribuído às mulheres. Assim: «Sin embargo ni la consagración de la igualdad en las Constituciones ni su desarrollo normativo há possibilitado la erradicación de la situación secular de desigualdad de mujeres y hombres, lo que equivale a afirmar que el reconocimiento de las mujeres como sujetos de derechos no se há completado» (Valdés, 2006: 36).

⁶⁴ Raewyn Connell é na atualidade uma das referências no estudo das masculinidades, ampliando-se o debate acerca da perspectiva de género sob o viés masculino (2005). Assim como no feminismo, foram desenvolvidas algumas perspectivas teóricas como o «Men's Studies», «Critical studies of men» e Antifeministas. V. os estudos de Henry Brod, Jeff Herm, Michael Kaufman e Michael Kimmel.

⁶⁵ MacKinnon menciona que a perspectiva masculina é sistémica e hegemónica, definindo o que seria o ponto de vista masculino: «The perspective from the male stand point is not always each man's opinion, although most men adhere to it, non consciously and without considering it a point of view, as much because it makes sense of their experience (the male experience) as because it is in their interest» (1983: 636).

maniqueísta da sociedade ou de uma teoria da conspiração, mas sim o reconhecimento da predominância do pensamento masculino em aspetos diversos da existência, ou, o que se pode denominar de «hegemonia cultural»⁶⁶ (1993: 5-6).

Pode-se verificar o reflexo desta ótica masculina em alguns instrumentos legais, como por exemplo o Código Penal brasileiro. Até 2005 era possível a extinção da punibilidade à pessoa que tenha cometido o crime de violação pelo casamento com a vítima. Este mesmo código previa que o sujeito passivo do atentado ao pudor mediante fraude só poderia ser a mulher honesta⁶⁷: «Art. 216. Induzir mulher honesta, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal». Logo, antes de analisar se houve a configuração do crime, era verificado se a mulher era honesta para a perfeita subsunção do fato à norma⁶⁸.

Além da esfera penal, uma demonstração de como o direito reforçou a discriminação com base no sexo era a regulação civil até meados do século XX. Isso porque alguns códigos civis declaravam a mulher relativamente incapaz para praticar certos atos da vida civil (Facio e Fries, 2005). Um exemplo era a previsão constante no Código Civil brasileiro de 1916 em seu artigo 6.º, cujo texto asseverava que as mulheres casadas eram incapazes, relativamente a certos

⁶⁶ Em rigor: «O Direito constitui uma enorme parcela da hegemonia cultural dos homens, numa sociedade como a nossa, e uma hegemonia cultural significa que aceitar uma visão da realidade específica dum grupo dominante é considerado normal no enquadramento da ordem natural das coisas, mesmo por quem, na realidade, lhe está subordinado. É assim que o Direito contribui para manter a posição do grupo dominante» (Stang-Dahl, 1993: 6).

⁶⁷ Em *habeas corpus* o Superior Tribunal de Justiça definiu mulher honesta: «A expressão "mulher honesta", como sujeito passivo do crime de posse sexual mediante fraude, deve ser entendida como a mulher que possui certa dignidade e decência, conservando os valores elementares do pudor, não sendo necessário, portanto, a abstinência ou o desconhecimento a respeito de prática sexual» Acórdão em *Habeas Corpus* n.º 21129/BA, do Superior Tribunal de Justiça, de 06 de agosto de 2002, publicada a decisão no DJ 16 de setembro de 2002. Disponível em:

<<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=mulher+honesta&b=ACOR&p=true&l=10&i=2>>, acedido em 15 de Ago. de 2017.

⁶⁸ Não obstante, o mesmo artigo previa que era possível a extinção da punibilidade caso a vítima se casasse com terceiro e: i) se o crime foi cometido sem grave ameaça ou violência real; e, ii) a ofendida não apresentasse interesse no prosseguimento do inquérito penal no prazo de 60 dias após o casamento. A extinção da punibilidade pelo casamento com a vítima foi retirada do Código Penal brasileiro pela Lei n.º 11.106, de 28 de março de 2005, tendo a mesma lei alterado o texto do artigo 216 para: «Induzir alguém, mediante fraude, a praticar ou submeter-se à prática de ato libidinoso diverso da conjunção carnal». Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 1940, retificado em 03 de janeiro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>, acedido em 23 Out. de 2017.

atos da vida civil enquanto subsistisse a sociedade conjugal. Esta norma esteve em vigor até a alteração legal que retirou esta disposição por intermédio da Lei n.º 4.121, de 27 de agosto de 1962.

Portanto, adjetivos como mulher honesta, relativamente incapaz ou esposa do seu violador, habitaram as normas legais até um passado recente, razão pela qual estas teóricas sustentam que esta doutrina é necessária para melhorar as «condições socio-jurídicas de vida das mulheres» (Beleza, 1990).

A finalidade da teoria feminista do Direito é possibilitar o protagonismo das mulheres no campo jurídico, inserindo-as no centro das discussões legislativas, possibilitando uma abordagem sob o prisma feminino do sistema jurídico (Raposo, 2004: 36-37). Deste modo, é adotado o ponto de vista das mulheres, partindo da premissa de que elas estão numa posição de desigualdade em relação aos homens.

Um exemplo recente expressivo da aplicação androcêntrica do direito foi o acórdão⁶⁹ proferido pelo Supremo Tribunal Administrativo (STA) que utilizou como parâmetro de diminuição do montante indemnizatório fixado pela primeira instância, a idade e sexo da mulher. Trata-se de uma utente que aos 50 anos foi submetida a uma cirurgia por conta de problemas ginecológicos. Esta intervenção teve como consequências: incontinência ou retenção urinária e fecal, perda da sensibilidade vaginal, dores intensas, complicações para andar e sentar, e, incapacidade para praticar relações sexuais. Além disso, devido às sequelas da cirurgia precisou recorrer ao uso de medicamentos para combater a depressão, uma vez que se sentia «menos mulher» devido ao impacto dessa intervenção em sua vida e pensou em praticar o suicídio⁷⁰. O hospital foi

⁶⁹ Acórdão de 09 de outubro de 2014, rec. n.º 0279/14, Relator Costa Reis (1.ª Secção). Disponível

em: <<http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/683aef3e81f7522480257d70004aee6f?OpenDocument&ExpandSection=1>>, acedido em 09 Ago. 2017.

⁷⁰ Ademais, de acordo com os argumentos da autora: «Os danos morais sofridos pela A., na escala de graduação do IML são muito próximos dos valores máximos atribuídos: - A Nível psicológico e psiquiátrico uma incapacidade de 12 (Doze) pontos numa escala que vai até 15 (cfr. Documentação junta aos autos de fls. 566 e seguintes); - A Nível de *Quantum Doloris* 5 (Cinco) pontos numa escala de 7 (Cfr. fls. 573 e seguintes); - A Nível de Prejuízo Sexual 3 (Três) pontos numa escala de 5 (Cfr. fls. 573 e seguintes); 9. Em termos de incapacidade multiuso, realizada por junta médica, nos termos do DL n.º 341/93, de 30/09 foi-lhe atribuída uma incapacidade permanente global de 73% (setenta e três por cento)» (STA, 2009: 4-5) Disponível em:

<<http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/683aef3e81f7522480257d70004aee6f?OpenDocument&ExpandSection=1>>, acedido em 09 Ago. 2017.

condenado inicialmente ao pagamento de uma indemnização pecuniária por danos patrimoniais e não patrimoniais e foi fixado um montante para o pagamento relacionado aos serviços domésticos.

Em sede recursal, o STA em 9 de outubro de 2014 entendeu que foi configurado o dano, porém reduziu a quantia relativa aos serviços domésticos de 16.000€ para 6.000€ e a compensação não pecuniária de 80.000€ para 50.000€. De acordo com o entendimento do tribunal, que deu ensejo a apresentação de queixa contra o estado português junto ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH), o *quantum debeatur* não pecuniário deveria ser diminuído, uma vez que a dor sentida pela autora foi agravada pela cirurgia - mas não era um facto novo (ante a submissão ao tratamento ginecológico desde 1993) -, não resultando exclusivamente da lesão sofrida. Além disso, levou em consideração que a utente já apresentava os sintomas depressivos, e, que na data da cirurgia ela tinha dois filhos e 50 anos, não sendo a sexualidade uma questão tão importante como é para os mais jovens⁷¹.

Em adição, em relação a indemnização fixada para o pagamento dos prejuízos decorrentes de despesas com os serviços domésticos, asseverou o tribunal que 16.000€ era um valor exagerado, pois não foi comprovada a incapacidade para as tarefas domésticas. Segundo esta decisão «(...) uma coisa é a actividade profissional fora de casa e outra o trabalho doméstico». De igual maneira, fundamentou que não haveria necessidade de manter uma empregada doméstica a tempo integral, uma vez que devido a idade dos filhos ela teria que *apenas* cuidar do marido.

Diante deste cenário, foi apresentada queixa contra Portugal no TEDH. O caso Carvalho Pinto de Sousa Morais vs. Portugal foi julgado em 25 de julho de 2017, tendo este decidido pela inobservância dos artigos 14.º (proibição de discriminação) e 8.º (direito ao respeito da vida privada e familiar) da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH). O estado português foi condenado a pagamento indemnizatório de 3.250€ e 2.460€ por despesas e custas.

⁷¹ Cfr: «Por outro lado, importa não esquecer que a Autora na data da operação já tinha 50 anos e dois filhos, isto é, uma idade em que a sexualidade não tem a importância que assume em idades mais jovens, importância essa que vai diminuindo à medida que a idade avança» (*idem*: 26).

Em síntese, o TEDH mencionou em sua decisão que, via de regra, não se admite discriminação em razão do sexo. Na presente circunstância, os fatores idade e sexo foram preponderantes para que o STA decidisse pela redução dos valores fixados em primeira instância, pois partiram do pressuposto que a sexualidade não é importante para uma mãe de dois filhos com 50 anos de idade. Ainda, consideraram em sua decisão que foi ignorada a realização sexual desta mulher e outras dimensões de sua sexualidade, evidenciando-se uma visão preconceituosa preponderante no Poder Judiciário português⁷².

Esta decisão teve grande repercussão mundial⁷³ e mostra como o direito vestido com sua neutralidade⁷⁴ e universalidade pode ser um instrumento de discriminação (no caso da decisão do STA), bem como assumir um outro olhar e entender que ter tolhida a sua vida sexual aos 50 anos, acarreta num impacto nefasto na vida de qualquer pessoa, independentemente do seu sexo (v. decisão do TEDH)⁷⁵.

Nota-se que, é pertinente pensar sob o viés feminista as normas jurídicas, a forma como elas são interpretadas e aplicadas, razão pela qual deve ser concebido um método para que novos olhares sejam introduzidos de maneira

⁷² Assim: «In the Court's view, those considerations show the prejudices prevailing in the judiciary in Portugal, as pointed out in the report of 29 June 2015 by the UN Human Rights Council's Special Rapporteur on the Independence of Judges and Lawyers (see paragraph 28 above) and in the CEDAW's concluding observations on the need for the respondent State to address the problema of gender-based discriminatory stereotypes (see paragraph 26 above). They also confirm the observations and concern sex pressed by the Permanent Observatory on Portuguese Justice regarding the prevailing sexism within judicial institutions in its report of November 2006 about domestic violence (see paragraph 29 above)» (TEDH, 2017). Relevante ainda que foram mencionados dois casos julgados pela Supremo Tribunal de Justiça, onde dois utentes do sexo masculino foram vítimas de negligência médica, tendo consequência na sua vida sexual. Em ambos os casos, entendeu-se que o facto de um homem não poder ter uma vida sexual normal resulta um forte impacto mental, independentemente da sua idade ou número de filhos, sendo arbitrado o *quantum* indemnizatório em 224.459,05€ e 100.000€. V. Carvalho Pinto de Sousa Morais c. Portugal, Acórdão de 25 de Julho de 2017, Queixa n.º 17484/15. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-175659"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>.

⁷³ A notícia foi veiculada nos media com grande repercussão (Jornal Público, 28/07/2017, New York Times, 25/07/2017, El País, 26/07/2017 e The Times of India, 27/07/2017).

⁷⁴ Para Moreira e Gomes o facto de os documentos de direitos humanos terem ostracizado o direito das mulheres durante décadas, demonstra a ausência de neutralidade de género na seara normativa – seja internacional ou nacional –, razão pela qual só será eliminada a discriminação sofrida por elas quando as sociedades forem neutrais em relação ao género (Moreira *et al.*, 2014: 196).

⁷⁵ A decisão do TEDH é apontada como uma vitória para a igualdade de género, mas é questionável o valor da indemnização fixado pelo tribunal ao estado português.

concreta⁷⁶. Deve-se considerar a realidade das mulheres como início para analisar o Direito (Emmenegger, 2000).

No caso concreto supramencionado, uma mulher de 50 anos (na época do facto), empregada doméstica, perdeu a capacidade de realizar qualquer atividade – remunerada ou não -, bem como terá que conviver com dores e sofrimentos não experimentados anteriormente (de caráter físico e psíquico) para o resto de sua vida. No entanto, teve a sua indemnização reduzida por ser uma mulher de meia-idade, estando por trás deste conceito a ausência de prazer ligado a sexualidade. Veja-se que em dois casos semelhantes – ocorridos com homens com idade superior a 50 anos – o Poder Judiciário português não diminuiu o valor indemnizatório, destacando que a perda da atividade sexual é um tremendo choque.

Esta situação onde casos semelhantes são julgados de formas diferentes configura o que se denomina ordinariamente como «dois pesos, duas medidas». Neste caso, verificamos que persistem as agruras do sexismo na forma como é aplicado o direito, independentemente do sexo do julgador. Como vimos no acórdão proferido pelo STA, a abstração é realizada tendo como pressupostos a realidade sentida e vivida pelos homens, embora na Secção constasse uma mulher⁷⁷.

Portanto, o Direito apresenta esta dupla perspetiva: por um lado, perpetua a hegemonia masculina, e, em contrapartida, pode ser um instrumento de transformação na vida de mulheres e homens (Stang-Dahl, 1993: 7).

Por seu turno, o método jurídico feminista leva em consideração o mesmo fio condutor do método tradicional: indução, dedução, analogia, uso das hipóteses, dos princípios jurídicos e gerais do direito. No entanto, acrescentam

⁷⁶ Neste sentido: «A compreensão dos métodos jurídicos feministas tem a virtualidade de introduzir novas leituras e perspetivas do direito, da norma jurídica, da sua interpretação e aplicação. As possibilidades apresentadas pelos métodos jurídicos feministas deslocam o direito do seu movimento androcêntrico e reequilibram-no, oferecendo diferentes centralidades e propostas concretas para a correção do seu viés patriarcal, onde exista» (Sousa: 2015: 56).

⁷⁷ As mulheres enquanto grupo não homogéneo possuem saberes, vivências e experiências diferentes. Portanto, tal como os homens, estão expostas à influência patriarcal e sexista, razão pela qual não é razoável atribuir uma decisão maior ou menor justiça por conta da presença de uma mulher.

o exame dos factos e de outros fatores que podem vir a influenciar a interpretação da norma⁷⁸ (Sousa, 2015: 61).

Um exemplo de como essa prática está a ser absorvida, é a recomendação do TEDH e TJUE para os tribunais nacionais utilizarem dados estatísticos para decidir uma causa relativa a discriminação. Quando há uma alegação de discriminação injustificável voltado a um determinado grupo de pessoas, indica-se usar os recursos estatísticos para identificar quantas pessoas foram afetadas por esta discriminação, e, se restar demonstrada que esse grupo é alvo deste tipo de conduta, é invertido o ónus da prova.

Além disso, é de suma relevância para o funcionamento deste método a «consciencialização feminina⁷⁹», isto é, a assimilação de diferentes realidades vivenciadas por mulheres e homens, onde as primeiras durante séculos foram afastadas das decisões de poder e de toda a vida pública. Desta feita, é fundamental a compreensão da dinâmica na qual está inserida a mulher, na forma como ela é afetada pela desigualdade dentro da estrutura de poder existente (Sousa, 2015: 63).

Um caso emblemático acerca desta diferenciação do olhar, ocorreu quando o Supremo Tribunal de Washington determinou a anulação do julgamento em sede de 1.º grau, tendo em vista que o juiz não mencionou ao júri que eles deveriam analisar a conduta da ré sob o viés da mulher razoável e não do homem comum ou razoável (Beleza, 1990).

Não obstante, para Catharine MacKinnon a questão primordial a ser enfrentada pelo Direito não é a defesa do tratamento isonómico entre mulheres e homens, mas sim que o direito continue a ser um instrumento de opressão e subordinação (1995). Para esta autora, o tratamento discriminatório sofrido pelas

⁷⁸ No mesmo sentido, o processo de investigação utiliza os conhecimentos provisórios e hipotéticos, realiza sua reunião e utilização das experiências, aplicando a intuição e reflexão para descrever e compreender a realidade, para então criar novas hipóteses. A partir de então, aparecem novas conexões, ampliam-se os conhecimentos, tornando a hipótese mais fundamentada, uma visão mais primorosa acerca do estudo (Stang-Dahl, 1993: 20).

⁷⁹ Cfr. Sousa: «No que concretamente concerne ao direito, a consciencialização feminista vem iluminar o facto de que os métodos tradicionais valorizam o aspeto mais formal da lei e deixam de alcançar a finalidade de justiça substantiva. Além disso, porque valorizam a coerência do sistema, a predictibilidade, a certeza e a firmeza das regras, os métodos tradicionais contribuem para a manutenção do *status quo* e dos equilíbrios de poder existentes, sem grande abertura à possibilidade de mudanças a favor dos que são oprimidos pelas dinâmicas sociais dominantes e pelas estruturas de poder existentes» (2015: 63).

mulheres advém da hierarquia existente, que acarreta a dominação de um sexo sobre o outro (Beleza, 1989).

Então, diferentemente da análise tradicional – objetiva e distante –, este método propõe uma aproximação ao sujeito e a identificação entre o analista e seu objeto de estudo⁸⁰. Por conseguinte, esta doutrina visa modificar a situação das mulheres usando o direito como instrumento emancipatório, sendo certo que esta corrente de pensamento afetou a produção do conhecimento científico⁸¹.

É curiosa a leitura feita por esta teoria em relação a forma como se resolvem os conflitos, pois seus defensores apontam que deverão ser feitas incorporações e conciliações, de modo que sejam encontradas soluções criativas e inovadoras. A lei não será desconsiderada, ao revés, serão examinados todos os ângulos, mas seu critério de escolha não é um princípio se sobrepujando ao outro, e sim, averiguar todas as soluções de maneira a causar um menor impacto e maior ganho geral⁸².

Nos Estados Unidos uma mulher foi absolvida da acusação de homicídio por ter atuado em legítima defesa, tendo em vista que o guarda prisional ameaçou violá-la. Apesar da legítima defesa ser aplicável para as situações em que a resposta à agressão é o uso moderado dos meios necessários para repelir injusta agressão, há um mecanismo no ordenamento estadunidense que prevê

⁸⁰ Para Sousa: «O raciocínio prático feminista não deixa de utilizar o método comum, mas escolhe os factos, identifica a questão jurídica, escolhe o direito e aplica-o com base em pressupostos diferentes daqueles tradicionalmente empregues. Se o modo de julgamento masculino é centrado na abstração, resolvendo os conflitos pelo recurso à priorização dos princípios abstratos em confronto, e declarando um vencedor e um perdedor, o método feminista introduz na solução do conflito as perspetivas individuais dos vários intervenientes e tenta a sua conciliação com o menor dano e o maior ganho para todos» (2015: 67). Essa visão tem uma forte influência utilitarista e apresenta falhas, pois numa demanda onde não é acolhida a resolução alternativa de conflitos, em muitos casos haverá um vencedor e um perdedor. Outrossim, ao destacar a tentativa conciliadora, reforça estereótipos relacionados às mulheres.

⁸¹ Na verdade, a perspectiva feminista no Direito «efectua um corte transversal sistemático, através das normas legais existentes, visando aperceber-se de conexões significativas para todos os indivíduos» (Stang-Dahl, 1993: 25).

⁸² Esta apreciação leva em consideração uma abordagem mais ampla do Direito. Contudo, existe a análise mais profunda da teoria feminista no direito penal, laboral, constitucional. Neste último ramo, afirma-se que a incorporação da teoria ainda é fruto de forte resistência, pois «La fuerte orientación positivista que domina en la actualidad el Derecho Constitucional (como destacados constitucionalistas han puesto de relieve a propósito de una encuesta sobre orientación y método del Derecho Constitucional, en Teoría y Realidad Constitucional, núm. 21, 2008) no propicia una incorporación de la teoría feminista más que de forma fragmentada y que, en muchos casos, no resiste un análisis estrictamente jurídico. Eso sucede a menudo porque en el constitucionalismo actual se prescinde del factor histórico; y para la teoría feminista dicho factor es insoslayable» (Valdés, 2010: 142).

esta possibilidade⁸³ para evitar a violação (Beleza, 1990). Desta feita, o que é ventilado pela teoria não é o afastamento do direito, mas a forma como ele é aplicado, os seus valores, os conceitos de justiça, objetividade e sua neutralidade⁸⁴ (Bodelón, 1998).

Como foi exposto nos tópicos anteriores, o feminismo é plural, diverso, controverso. É movimento social, político, teoria, ideologia, crítica social cujo objetivo primordial é retirar as mulheres da condição de subordinação, tornando-a peça fundamental em todos os domínios de nossa sociedade. Sua existência questiona os papéis atribuídos aos sexos, os privilégios inter-sexos e intra-sexos, as ideologias em curso e a narrativa que foi construída ao longo dos anos.

É interessante notar que exploramos algumas teorias feministas e apesar das divergências de pensamento⁸⁵, conseguimos identificar que todas apontam razões culturais como fundamento de discriminação, desmistificando as alegações biológicas ou de origem natural. Ademais, o discurso é uníssono ao afirmar que mulheres e homens devem ser tratados/as e considerados/as iguais. Elas têm em comum a busca pelo reconhecimento efetivo e concreto da

⁸³ Cfr. Beleza: «Assim se invocará a característica de ser mulher a ré que se defende de uma acusação de homicídio, dizendo que é essa mesma condição que a impediu de reagir a uma agressão, em curso ou iminente (ou assim julgada) como se fôra um homem, parte igual ao seu agressor, em termos não só de força física, mas também e sobretudo enquanto (in)capaz de se utilizar dela, por ter sido artificialmente treinada para a passividade, pela educação, pelas expectativas sociais, pelos modelos que interiorizou. Por isso mesmo a teoria feminista do Direito tem, de facto, algo de diferente e novo a acrescentar à teoria tradicional, em que tais desequilíbrios estruturais de poder psico-social não são, claramente, enquadráveis» (1990: 158).

⁸⁴ Esta reflexão é aplicável ao caso julgado em 2004 nos Estados Unidos, onde uma jovem chamada Cyntoia Brown foi condenada a prisão perpétua pelo homicídio do seu ofensor e agressor sexual. Embora tenha sido drogada e forçada a se prostituir, foi sentenciada como adulta e condenada a prisão perpétua, pois de acordo com a acusação, ela não atuou em legítima defesa, mas tinha como objetivo roubar o dinheiro da vítima. Independentemente do juízo de valor que se aplique ao caso, até porque os dados apurados são os que constam nas notícias e não no processo, a aplicação de uma pena tão desproporcional a uma jovem de 16 anos nos faz pensar acerca da indiferença aos atos sofridos pela autora do homicídio. Verifica-se que na aplicação da pena não foi sopesada a violência sofrida pela condenada, razão pela qual é relevante a atuação da teoria feminista do Direito (CNN, 27-11-2017).

⁸⁵ Não obstante as diversas formas de apresentação dos feminismos, houve simultaneamente forte oposição a esta doutrina - o denominado «backlash» -, principalmente nas discussões relacionadas ao aborto e o direito à vida. Essa reação ao feminismo ocorreu nos finais do século XX, afirmando os opositores que esta doutrina estava morta e ultrapassada. Sem embargo, devido a limitação da temática feminista com enfoque no direito, não abordaremos no presente trabalho o antifeminismo e suas *nuances*. Para uma análise mais alargada do tema: Ergas (1995: 586) e Tavares (2008: 310 segs). De acordo com Ventura (2016: 10), foi a jornalista Susan Faludi que popularizou o termo em sua obra «Backlash: the undeclared war against american women» (1991).

igualdade, justiça e liberdade para todas/os, havendo discordâncias acerca das desigualdades, injustiças e opressão (Stove-Dahl, 1993: 16).

2. Luzes acerca da definição de gênero

Ultrapassada a exposição relacionada às teóricas feministas, é relevante esclarecer os conceitos que envolvem a palavra gênero. Até este momento, esta pesquisa utilizou a aceção de gênero como similar a de sexo. Essa utilização mais alargada dos termos teve como finalidade introduzir as teorias feministas no contexto jurídico, sem tornar a leitura repetitiva ou confusa, pois para muitos estas palavras possuem a mesma classificação. Na atualidade, esses conceitos são utilizados indistintamente, sendo ainda identificado que mulher é igual a feminino e o homem é equivalente ao masculino⁸⁶. Pois bem.

A partir da década de 60 do século XX a medicina indica a dissociação entre sexo e gênero⁸⁷. Muitos debates surgiram e ainda ocorrem, mas é compreendido que o gênero é uma construção social (Almeida, 2014: 102). Quando se menciona a classificação binária (masculino e feminino), estão concentradas nestas palavras a dimensão cultural dos seus significados, atribuindo cada sociedade num determinado período de tempo a sua valoração.

Em 1972 Ann Oakley introduziu o termo gênero no discurso das ciências sociais no livro *Sex, Gender and Society* e sublinhou a separação de sexo e gênero, bem como realçou que os papéis de gênero são concebidos socialmente.

É pertinente destacar que este raciocínio rompe com as ideias existentes que fundamentavam a diferença sexual por razões biológicas. Durante muitos anos foram realizados estudos que ‘comprovavam’ a inferioridade das mulheres em razão de sua anatomia, hormonas e estrutura física⁸⁸ (Facio e Fries, 2005).

⁸⁶ V. Scott (2008: 12 segs).

⁸⁷ O pesquisador Robert J. Stoller realizou um estudo de um caso de gémeos idênticos, onde por acidente um deles teve amputado o seu órgão sexual no momento da circuncisão. Por decisão da família e médicos, eles optaram em socializar a criança como menina ao invés de um homem sem um pênis. Assim, o médico refletiu acerca da identidade sexual e da possibilidade de sua desvinculação com o sexo de nascimento (Facio e Fries, 2005). O termo gênero foi cunhado na obra «Sex and Gender» (1968) onde o autor realizou a distinção entre sexo e gênero.

⁸⁸ O fator biológico foi um dos fundamentos para justificar a diferença social existente entre mulheres e homens, sobretudo em relação a divisão sexual do trabalho (Bourdieu, 2002).

À vista disso, esta teoria retirou a naturalidade enraizada nos discursos que afirmavam esta inferioridade e demonstrou que o género significa um construído, um dado criado e pensado pelos seres humanos⁸⁹.

A Recomendação Geral n.º 25 do Comité da CEDAW ao citar um estudo mundial sobre o desenvolvimento do papel da mulher, realizado em 1999, trouxe a definição de género⁹⁰, afirmando que é um conceito atribuído por fatores culturais, afetando assim todas as relações sociais. Desta feita, o conceito de género relaciona-se ao enfoque atribuído por determinada sociedade sobre o que significa ser mulher e homem⁹¹.

É importante frisar que a Recomendação Geral n.º 25 do Comité da CEDAW aprimorou este significado, mas não foi o primeiro documento em sede internacional a trazer uma definição de género⁹².

Sem embargo, o termo género foi introduzido nos debates e textos internacionais de forma gradativa, sendo alvo de polémica e intensas

⁸⁹ Para Okin o género está compreendido como: «(...) institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas» (2008: 306).

⁹⁰ O Comité utiliza um conceito amplo de género: «Gender is defined as the social meanings given to biological sex differences. It is an ideological and cultural construct, but is also reproduced within the realm of material practices; in turn it influences the outcomes of such practices. It affects the distribution of resources, wealth, work, decision-making and political power, and enjoyment of rights and entitlements within the family as well as public life. Despite variations across cultures and over time, gender relations throughout the world entail asymmetry of power between men and women as a pervasive trait. Thus, gender is a social stratifier, and in this sense it is similar to other stratifiers such as race, class, ethnicity, sexuality, and age. It helps us understand the social construction of gender identities and the unequal structure of power that underlies the relationship between the sexes». Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CEDAW/Pages/Recommendations.aspx>>, acedido em 08 Ago. 2017.

⁹¹ A Comissão Europeia define género como: «Conceito que remete para as diferenças sociais (por oposição às biológicas) entre homens e mulheres. Estas diferenças são tradicionalmente inculcadas pela socialização, são mutáveis ao longo do tempo e apresentam grandes variações entre e intra culturas» (1998: 30). Disponível em: <<https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/7342d801-86cc-4f59-a71a-2ff7c0e04123/language-pt>>, acedido em 18 Nov. de 2017.

⁹² Podemos citar como exemplo o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional em seu artigo 7(3): «For the purpose of this Statute, it is understood that the term "gender" refers to the two sexes, male and female, within the contexto of society. The term "gender" does not indicate any meaning diferente from the above»; o relatório emitido pelo Secretário-Geral intitulado «Integrating the Human Rights of Women throughout the United Nations System»; documento elaborado pela UNESCO em 2003 no «Gender Mainstreaming Implementation Framework»; entre outros (Silva, 2013: 62-67). Destaca-se que consoante a tradução do Estatuto de Roma para o português, o artigo 7(3) menciona o conceito de sexo, mas no texto em inglês constata-se que a palavra utilizada é «gender». Note-se que além do conceito de género, o estatuto prevê em seu artigo 21.º a não discriminação baseada no género, bem como a representação equitativa na composição do tribunal (Escameia, 2005: 53-55).

discussões⁹³. O seu uso é aplicado na Conferência do Rio (1992) sobre ambiente e desenvolvimento, na Conferência de Viena (1993) sobre direitos humanos, na Conferência de Cairo (1994) sobre população e desenvolvimento, na Conferência de Pequim (1995) sobre as mulheres, entre outros (Silva, 2013: 63). Em contexto europeu podemos encontrar o conceito de género no artigo 3.º (c) da Convenção de Istambul sobre violência contra as mulheres.

Desta forma, constata-se que a definição atribuída a palavra género reúne as características, comportamentos, papéis, aptidões, funções, ou seja, todo o processo que envolve a dicotomia sexual. É dizer, género é todo o conjunto de atributos definidos socialmente do que se considera feminino e masculino, por isso é variável conforme a época e o tipo de sociedade.

2.1. Diferença entre sexo, mulher e género

Conforme dito acima o conceito de género está relacionado às definições criadas pela sociedade envolvendo mulheres e homens, o que inclui as suas atribuições, papéis, atitudes, pensamentos, entre outros. Contudo, o significado de sexo é mais restrito e estático, qual seja, o sexo é o conjunto de diferenças biológicas existentes entre mulheres e homens⁹⁴.

Com efeito, em razão dessa idealização artificialmente criada pela sociedade, o género muda de configuração – dependendo do tipo de sociedade e do momento histórico -, sendo por consequência apontado como um fenómeno dinâmico (Valdés, 2010: 139).

⁹³ Nas semanas anteriores à Conferência de Pequim um subcomité dos Estados Unidos realizou audiências para apurar os efeitos nefastos do termo género. Já no âmbito das Nações Unidas alguns países apresentaram a sua definição de género (Guatemala, Paraguai e a Santa Sé) como restrito ao género feminino e masculino (Scott, 2000). Em Portugal, a utilização da palavra género foi objeto de debate: «Contra o uso da palavra género no sentido de variável que caracteriza normativamente as pessoas segundo critérios discursivamente ligados ao sexo feminino ou masculino que biologicamente as define, têm-se pronunciado algumas autoras (I. Ramalho S. Santos, 1990. Amaral, 1990). A possível confusão com género literário poderá ser mais preocupante no contexto da teoria literária. Mas creio que o carácter polissémico de uma palavra – fonte de erro que habitualmente suportamos – não é argumento decisivo» (Beleza, 1990: 143).

⁹⁴ Embora exista esta separação conceitual entre sexo e género, subsiste certa desorientação nos textos quando fazem referência a sexo ou género. Um exemplo é o Estatuto de Roma no citado artigo 7.º (3), cujo texto está sujeito a críticas pela similitude conceitual ao sexo (Silva, 2013: 67);

Além disso, há o entendimento que atribui um caráter mais hermético ao conceito de sexo, afirmando que ele também é uma construção subjetiva e cultural. Logo, sexo é gênero (Butler, 2003). Isso quer dizer que o que está biologicamente definido é alvo de uma interpretação subjetiva, posto que há um percurso que não é tão linear de variáveis genéticas entre o XX e o XY.

Em rigor, tal situação pode ocorrer quando uma pessoa possui atributos genéticos femininos (os cromossomos XX), mas seu órgão sexual é masculino. Ainda, quando os genitais apresentam uma característica ambígua ou os cromossomos são diferentes como o XXY (Fausto-Sterling, 2000). Afinal, qual é o sexo desta pessoa? Levamos em consideração o aspecto genético ou físico⁹⁵?

A bióloga Anne Fausto-Sterling em seu polêmico artigo *The Five Sexes* (1993) afirmou a existência de cinco sexos: mulheres, homens, hermafroditas, «merms» (homem pseudo-hermafrodita – nasceu com um ou alguns aspectos da genitália feminina) e «ferms» (mulher pseudo-hermafrodita que possui ovários combinado com algum aspecto da genitália masculina). Porém, revisou o seu entendimento e assinalou que essa dicotomia sexo/gênero é melhor definida como «pontos num espaço multidimensional» (2000: 22).

Apesar de polêmica, estas matérias suscitam questionamentos e reflexões acerca do que é o sexo e se de facto o fator biológico, por si só, é suficiente para conceituá-lo.

Na esfera das Nações Unidas, apesar do conceito mais amplo destacado na Recomendação Geral n.º 25 do Comité da CEDAW, subsistem outras definições em documentos esparsos, tendo como diretrizes comuns a ideia da construção social dos papéis definidos para mulheres e homens⁹⁶ (Silva, 2013: 67).

⁹⁵ Atualmente, algumas organizações de direitos humanos, como a *Human Rights Watch* e InterACT, estão a debater e combater a intervenção cirúrgica nas crianças e bebés intersexos, tendo em vista que estas cirurgias podem resultar, para o resto de suas vidas, na perda do prazer sexual, incontinência, infertilidade, entre outros. Eles entendem que uma criança não possui capacidade para consentir e conseguir expressar como se sentem, sendo realizadas intervenções plásticas nos genitais desnecessárias. Na opinião da Dra. Ilene Wong: «There's a growing community of doctors who are realizing that intersex care is one of the greatest failures of modern medicine. And I think that it's failure on a very systemic level. We can raise our children telling them there are different ways to be women, or men, or people». Classificam a intervenção plástica genital em menores de idade como uma violação dos seus direitos humanos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AW871mJHXxk>>, acedido em 01 Nov. de 2017.

⁹⁶ Esclarece Silva: «Poderíamos dizer que, não obstante as variações, há um olhar comum sobre o uso do termo gênero no âmbito das Nações Unidas, que se caracteriza por algumas dimensões essenciais: papéis socialmente construídos, com atributos, comportamentos e

De igual forma, género não é o mesmo que mulheres ou a sua opressão⁹⁷, na verdade ele representa a análise desta construção cultural com base na diferença sexual. É dizer, os estudos relacionados ao género⁹⁸ retiraram a invisibilidade da opressão social sofrida por mulheres e homens, pois ambos estão envoltos numa forma de ser, num padrão de comportamento a ser cumprido, sofrendo consequências sociais e jurídicas (dependendo da situação) em caso de inobservância destes padrões comportamentais (Maccise, 2011: 144).

Uma das razões deste equívoco decorre dos estudos que tinham como objeto a história das mulheres, tendo em vista que tais pesquisas faziam referência a palavra género para designar mulher. Afirma-se que os estudos tinham esta designação porque foi uma forma encontrada para separar uma análise política (feminismo) da linguagem científica – considerada neutra -, com a finalidade de obter uma legitimidade académica para os estudos feministas (Scott, 1995).

Destarte, género não é sinónimo de mulher/es⁹⁹, pois caso seja compreendido desta maneira terá o seu conteúdo esvaziado de sentido e significação (Valdés, 2010).

Por outro lado, constata-se que alguns governos têm voltado a sua atenção para as questões dos direitos das mulheres, seja pela criação de normas

expectativas que a sociedade e a cultura impõem a homens e mulheres e ao seu relacionamento social, os quais não são fixos e permanentes, mas podem variar em termos de tempo e lugar, porque se inserem em sociedades e culturas específicas» (2013: 69).

⁹⁷ Este equívoco terminológico decorre pelo uso inexato do termo género. Neste sentido: «Por outro lado, importa sublinhar que o termo género é usado com significados diversos. Frequentemente aplicado às mulheres, traduzindo uma necessidade de olhar sobre a sua situação de discriminação; incluindo, por vezes, as crianças, numa formulação de “mulheres e crianças”; como equivalente do termo “sexo”, designadamente referindo-se a dados estatísticos; ou, ainda, traduzindo um olhar abrangente sobre mulheres e homens na sociedade, com o que isso implica de realidades históricas e culturais, de funções e papéis sociais e de visões de masculino e feminino» (*idem*: 56-57).

⁹⁸ Os estudos relacionados ao género são extensos, existindo algumas teorias de género: a perspetiva individual, a teoria interacionista, teoria institucional ou estrutural, teoria *queer* e interseccional. No entanto, devido ao escopo do trabalho não analisaremos estas doutrinas. Obras acerca do tema: Butler (2003) e Connel (1987).

⁹⁹ Interessante notar a definição de mulher apresentada na Convenção n.º 103 da OIT, de 1952, em seu artigo 2.º: «Para fins da presente convenção, o termo “mulher” designa toda pessoa do sexo feminino, qualquer que seja sua idade ou nacionalidade, raça ou crenças religiosas, casada ou não» (Deputados, 2016: 35). E mais: «Enquanto um homem não precisa de se definir como homem, ele enquanto indivíduo está definido, ele é um sujeito, o masculino é o modelo referente de cidadão, de pessoa, o modelo de ser universal, as mulheres são definidas como seres funcionais, orientadas para uma função social específica, estando a centralidade da categoria do sexo sempre presente» (Cruz, 2007: 89).

ou implementação de políticas públicas. Todavia, verifica-se uma confusão terminológica entre política de género e defesa dos direitos das mulheres. No primeiro caso, o objetivo é extinguir a desigualdade existente, tanto no campo dos valores quanto no âmbito do poder. Logo, este tipo de política não é voltado somente para as mulheres, mas envolve a inclusão e participação dos homens. De maneira diversa são as políticas direcionadas para as mulheres, que, via de regra, não possuem a finalidade de modificar as estruturas e relações de género¹⁰⁰ (Facio e Fries, 2005: 277).

Assim, género¹⁰¹ não é o mesmo que mulher, embora existam debates acerca da similitude conceitual em relação ao sexo. No entanto, nas próximas referências, exceto as legais, utilizaremos a definição sexo para indicar o seu viés biológico.

2.2. Diferença entre género, mulheres e grupos vulneráveis

Conforme apontado no item anterior, mulheres e género são conceitos distintos, embora ainda utilizados como sinónimos. Consoante a classificação atribuída ao género, podemos concluir que ele sozinho não integra a proteção designada ao grupo vulnerável, uma vez que é uma construção cultural.

De toda sorte, para melhor compreensão desta questão é relevante apresentar o significado atribuído ao grupo vulnerável ou minoritário. De acordo com as Nações Unidas não há um consenso acerca da definição do que seja um grupo minoritário, estabelecendo que se trata de um grupo de pessoas não dominantes que têm em comum características étnicas, religiosas, linguísticas, entre outros¹⁰² (Nações Unidas, 2002a: 8-10).

¹⁰⁰ As autoras Facio e Fries criticam as leis e políticas públicas dirigidas às mulheres, tendo em vista que não buscam modificar a situação de subordinação e dominação sofrida por elas. De acordo com o seu entendimento, a maioria dos projetos não busca alterar os papéis sociais definidos para as mulheres, tampouco a sua posição e forma como são vistas em sua vida privada (2005: 277).

¹⁰¹ Luísa Neto esclarece acerca do sexo e sua consequência para o género: «(...) o sexo determina papéis sociais de **género** geradores de desigualdade» (2009: 163). Não obstante, a Professora da Universidade de Sidney, Bronwyn Winterum em debate afirmou: «*gender is ideological*». A questão é controversa e geradora de estudos e debates. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HIM_EsgaET4>.

¹⁰² Esta definição surgiu com a adoção pela Assembleia Geral da Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas, a 18 de dezembro de 1992 (resolução da Assembleia Geral n.º 47/135).

Por outro lado, entende-se como grupo vulnerável ou suspeito, o conjunto de pessoas que por razões históricas¹⁰³ foram excluídas da vida em sociedade, sendo alvo de injustiças por fatores como o sexo, a raça, entre outros. Estes indivíduos foram tolhidos de gozarem determinados direitos ao longo dos séculos e, por esta razão, estiveram e ainda estão em posição de desvantagem na sociedade.

Ademais, há quem aponte integrantes do grupo minoritário aqueles indivíduos que obtiveram menor acesso a oportunidade social e política, tendo diminuída a possibilidade de defender os seus interesses de forma mais eficaz (Martins, 2007).

Analisando o conceito fixado pela ONU chegaremos à conclusão que as mulheres não integram o grupo minoritário, tendo em vista que não se enquadram como uma minoria social, tampouco um grupo, uma vez que representam quase a metade dos seres humanos (até 2015), o que exclui esta atribuição de minoritário (Facio e Fries, 2005).

Contudo, há o entendimento que a definição de grupo vulnerável não está relacionada com o aspeto quantitativo ou numérico dos indivíduos, mas nos processos de discriminação sofridos pelas pessoas ao longo da história, consubstanciado em motivos injustificáveis, como o sexo ou a raça por exemplo, o que não os permitiu/permite o pleno gozo dos direitos mais elementares¹⁰⁴ (Moreira *et al.*, 2014).

Simone Beauvoir expôs alguns argumentos para explicar a razão da submissão de determinado grupo sobre outro, destacando que a desvantagem numérica é fator justificador do privilégio, uma vez que a maioria numérica consegue impor a sua vontade à minoria. Com efeito, destacou que não é o caso das mulheres, uma vez que elas não representavam uma minoria, identificando o cariz histórico como um facto que deu ensejo a sua situação de vulnerabilidade (1970).

¹⁰³ Simone de Beauvoir faz uma detalhada análise histórica da posição ocupada pela mulher ao longo dos séculos, com início nas sociedades mais remotas e primitivas, demonstrando em sua análise a sua posição de submissão e dominação (1970: 81-177).

¹⁰⁴ Ao discorrer sobre a política de quotas no Brasil, Martins situa as mulheres como integrantes de uma minoria, pois: «As minorias são conceituadas não a partir de seu aspecto numérico, matemático, mas levando em conta a sua acepção de oportunidade social e política e conseqüentemente a sua capacidade de defender de forma eficaz os próprios interesses» (2007: 12).

Num outro plano, o Comité da CEDAW firmou entendimento que, independentemente de haver provas da discriminação praticada contra as mulheres no passado, os Estados Partes têm a obrigação de melhorar as condições das mulheres, seja pelas ações positivas ou quaisquer outras medidas¹⁰⁵.

Nesta senda, constata-se que género, mulheres e grupos vulneráveis são conceitos distintos, sendo certo que o primeiro não está inserido no que é considerado grupo vulnerável. Porém, conforme visto em relação às mulheres existem opiniões que não compactuam com o entendimento que estas façam parte do grupo minoritário, admitindo-se somente ser parte de um «grupo vulnerabilizado pelo patriarcado e as estruturas de género» (Facio e Fries, 2005: 277), bem como outras linhas de raciocínio que as inserem como parte integrante da classificação de grupo vulnerável, uma vez que foram e são alvo de discriminação¹⁰⁶ (Moreira *et al.*, 2014).

Nesta medida, embora seja construtiva esta divergência, é relevante destacar que mulheres e homens pertencem a um grupo em razão do seu sexo. Contudo, em ambos os casos identificamos que não há homogeneidade, uma vez que eles/as detêm percepções e experiências diversas uma das outros/as.

Logo, independentemente da linha de raciocínio que se consagre, é facto notório que as mulheres foram excluídas da vida em sociedade, o que acarretou no impedimento da fruição e exercício de direitos, inclusive, havendo contacto com os direitos de liberdades e garantias em momento distinto dos homens, de maneira tardia, sofrendo até hoje as consequências desta exclusão.

2.3. A perspetiva de género

¹⁰⁵ V. Recomendação Geral n.º 28, § 18. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CEDAW/Pages/Recommendations.aspx>>.

¹⁰⁶ Neste sentido: «No entanto, é comum encontrar as mulheres definidas como um grupo específico em vez de aceitá-las como a metade da população do mundo, de cada país, de toda a população indígena e de muitas comunidades. Esta conceção está refletida nos documentos em que as mulheres surgem num parágrafo ou capítulo em conjunto com os grupos vulneráveis, tais como população indígena, população idosa, população com outras habilidades e crianças. O que une estes grupos vulneráveis é que todos/as sofreram e ainda sofrem discriminação e ainda não foram capazes de gozar plenamente os seus direitos básicos» (Moreira *et al.*, 2014: 194).

A perspectiva de género¹⁰⁷ ou *gender mainstreaming* é uma compreensão das relações sociais e institucionais sob a ótica do género, ou seja, é a desconstrução das estruturas sociais para modificar o arcabouço de poder existente que gera hierarquização entre mulheres e homens. Busca-se por meio da perspectiva de género alterar o sistema social para que mulheres e homens consigam finalmente atingir uma autêntica igualdade¹⁰⁸.

Na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres ocorrida em Pequim (1995) após debates envolvendo o conceito de género, foi definido que tanto os governos como a sociedade civil deveriam adotar a perspectiva de género nas políticas e nos programas, cabendo as entidades refletirem sobre os impactos das deliberações sobre mulheres e homens, antes de qualquer tomada de decisão¹⁰⁹.

A partir de então a Comissão Europeia¹¹⁰ (1996) e o Conselho da Europa (1998) pronunciaram-se sobre esta questão, destacando ambos que serão tomadas medidas para o alcance da igualdade de género (García, 2003: 36).

¹⁰⁷ *Grosso modo*, a perspectiva de género aqui introduzida alude à implementação de políticas para o alcance da igualdade de género. Contudo, este termo possui outro significado, atribuído à análise do conjunto de características de mulheres e homens. Neste sentido: «Ya es aceptado que cuando se usa el concepto perspectiva de género se hace referencia a la concepción académica, ilustrada y científica, que sintetiza la teoría y la filosofía liberadora, creadas por las mujeres y forma parte de la cultura feminista. La perspectiva de género permite analizar y comprender las características que definen a las mujeres y a los hombres de manera específica, así como sus semejanzas y diferencias» (Lagarde, 1997: 15). A obra de Lagarde dedica-se ao estudo da perspectiva de género com profundidade, tendo em conta o género e o desenvolvimento humano (*idem*).

¹⁰⁸ Interessante a reflexão de Raposo acerca do *gender mainstreaming*, que nos faz pensar que a criação artificial de mecanismos de igualdade, dentre eles a paridade, é uma solução possível para atingir-se a igualdade. Neste sentido: «Note-se que os papéis que cada sexo desempenha na sociedade não são algo de espontâneo, de inato. Foram também eles socialmente construídos, como de resto a própria organização social. A democracia, com tudo aquilo que a concretiza (instituições políticas, circunscrições eleitorais, métodos representativos), é também uma construção artificial da sociedade. Assim sendo, se tudo não passa de uma edificação artificiosa, que sentido tem esperar que o tempo solucione os problemas, quando podemos modificar aquilo que nós próprios engendramos? Se a evolução civilizacional é uma constante da história, e se tal evolução não dispensa a vontade e acção humanas, porque não haveremos de colocar a nossa vontade e a nossa acção ao serviço da autêntica igualdade entre os sexos? Partindo destes pressupostos, será que faz sentido acusar a paridade, enquanto construção artificial que é, de deturpar a democracia, também ela um artefacto socialmente construído?» (2004: 40-41).

¹⁰⁹ O conceito de *gender mainstreaming* foi inicialmente introduzido em 1985 na III Conferência ocorrida em Nairobi, no entanto, em Pequim foi desenvolvida explicitamente sua estratégia (Conselho da Europa, 2017: 3). Disponível em: <<https://rm.coe.int/16806b6c87>>, acedido em 19 Nov. de 2017.

¹¹⁰ Para citar como exemplo, a Comissão elaborou a Comunicação da Comissão COM (96) 67 final, de 21 de Fevereiro de 1996, denominada «Integrar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no conjunto das políticas e acções comunitárias» e em sua introdução destaca a importância da perspectiva de género.

Nesta medida, em 1998 foi adotada a Recomendação (98)14 do Comité de Ministros aos Estados-membros sobre integração da perspetiva de género¹¹¹.

Em julho de 1997 o Conselho Económico e Social das Nações Unidas definiu o conceito de *gender mainstreaming*, bem como identificou os seus princípios básicos¹¹².

Ainda, o ECOSOC editou a resolução E/Res/2006/36, de 27 de julho de 2006¹¹³, onde ratifica que a perspetiva de género será aplicada a todas as políticas e programas das Nações Unidas, bem como reafirma que o *gender mainstreaming* é uma estratégia global para a promoção da igualdade de género.

Por conseguinte, esta perspetiva está assentada no exame prévio dos impactos positivos ou negativos, para mulheres e homens, das políticas a serem implementadas ou normas a serem produzidas, o denominado «informe sobre o impacto de género»¹¹⁴ (Silva, 2013: 70). Em rigor, o conceito mais claro e que concentra o entendimento acerca da perspetiva de género foi cunhado pelo grupo de especialistas do Conselho da Europa¹¹⁵.

Assim, as políticas transversais de género representam uma responsabilidade, uma estratégia, a ser definida em todos os níveis de decisão¹¹⁶

¹¹¹ Ainda: Recommendation CM/Rec (2007) 13 of the Committee of Ministers to member states on gender mainstreaming in education, (Adopted by the Committee of Ministers on 10 October) e Recommendation Rec(2007)17 of the Committee of Ministers to member states on gender equality standards and mechanisms adopted on 21 November 2007 and explanatory memorandum. Disponível em: www.coe.int, acedido em 19 Nov. de 2017.

¹¹² De acordo com *International Labour Organization*: «Mainstreaming a gender perspective is the process of assessing the implications for women and men of any planned action, including legislation, policies or programmes, in any area and at all levels. It is a strategy for making the concerns and experiences of women as well as of men an integral part of the design, implementation, monitoring and evaluation of policies and programmes in all political, economic and societal spheres, so that women and men benefit equally, and inequality is not perpetuated. The ultimate goal of mainstreaming is to achieve gender equality». Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/bureau/gender/newsite2002/about/defin.htm>>, acedido em 13 Ago. 2017.

¹¹³ V. em *Mainstreaming a gender perspective into all policies and programmes in the United Nations system*. Disponível em: < <http://www.un.org/en/ecosoc/docs/2006/resolution%202006-36.pdf>>, acedido em 03 Nov. de 2017.

¹¹⁴ Com o passar dos anos esta perspetiva ganhou outros relevos, desenvolvendo-se assim a análise de género «gender analysis», impacto de género «gender impact assessment» e orçamento de género «gender budgetting» (Silva, 2013: 70).

¹¹⁵ Assim: «Gender mainstreaming is the (re)organisation, improvement, development and evaluation of policy processes, so that a gender equality perspective is incorporated in all policies at all levels and at all stages, by the actors normally involved in policy-making» (2004: 12). Cfr. «Gender mainstreaming – Conceptual framework, methodology and presentation of good practices». Disponível em: <<https://rm.coe.int/1680596135>>, acedido em 19 Nov. de 2017.

¹¹⁶ Entende-se por decisão qualquer ato praticado pelo Poder Legislativo, Executivo ou Judicial. E também: «(...) a cualquier acto o decisión de todo y cualquier poder social com potestad normativa creadora» (Río, 2005: 43).

(legislação, políticas, programas, administração, entre outros) levando em consideração as experiências e preocupações de mulheres e homens (Río, 2005: 43).

Com efeito, a perspectiva de género é apontada como um instrumento que poderá ter efeitos imprevisíveis, tendo em vista que todas as normas terão que «passar pelo crivo do controlo de género». Nesta senda, na medida em que é aplicada esta perspectiva no momento da confeção da norma, está a ser garantido o princípio da desigualdade compensatória, o que poderá acarretar em discussões acerca de sua constitucionalidade¹¹⁷ (Balaguer, 2005).

Não obstante, o *gender mainstreaming* não é compreendido como uma medida de ação de positiva - em razão da sua natureza mais ampla -, mas sim uma ferramenta mais abrangente para alcançar a igualdade de género¹¹⁸.

De outra parte, esta mudança de olhar para a aplicação das políticas públicas ou confeção das normas por exemplo, tem como consequência a alteração da maneira de se ver e fazer política, pois demanda que seja analisada previamente o impacto da decisão sobre mulheres e homens (Río 2005: 42-43).

Essencialmente, neste capítulo introdutório apresentamos algumas correntes de pensamento feministas, suas bases teóricas, divergências de entendimentos, irradiação nas normas e, conseqüente, influência da forma de ver e compreender o Direito. Não obstante, analisamos os debates relacionados ao género, sua fundamentação e arcabouço teóricos e como esta mudança de olhares resulta numa transformação da forma como compreendemos a lei. Em comum, estes discursos buscam erradicar a discriminação sexual/género, tendo

¹¹⁷ Em suas conclusões sobre este tema Balaguer sintetizou: «La transversalidad es el instrumento jurídico y político que mayor grado de eficacia muestra para la consecución de la igualdad, sobre todo porque efectúa una igualación en el resultado. Frente a aquellas medidas de discriminación positiva basadas en la igualdad de oportunidades, la transversalidad acorta esa distancia otorgando un resultado igual a situaciones en origen desigualitarias. Es precisamente por esta razón por lo que la transversalidad encuentra dificultades para su validación constitucional, al menos cuando se pretende llevar a sus últimas consecuencias» (Balaguer, 2005: 102).

¹¹⁸ A perspectiva de género é um mecanismo para atingir a igualdade entre mulheres e homens nos diversos campos da vida, e, Luísa Neto entende que ela reclama também a implementação de medidas de ação positiva. Outrossim, a autora adota a expressão «equidade entre géneros», pois compreende que esta expressão retrata de forma mais fidedigna a justiça no tratamento entre mulheres e homens (2009: 162). Consoante o relatório elaborado pelo Conselho da Europa denominado «Gender Mainstreaming Activities at the Council of Europe», verifica-se sua atuação na educação, nos *media*, no desporto, na saúde, entre outros. Disponível em: <<https://rm.coe.int/16806b6c87>>, acedido em 19 Nov. de 2017.

como pano de fundo o debate sobre a discriminação e seus efeitos (muitas vezes perversos) na sociedade.

Sem embargo, em decorrência da amplitude deste tema, verificamos que o mesmo não se restringiu às teorias, mas teve impacto na esfera do ordenamento jurídico internacional, assim como no comunitário, sendo este objeto de estudo do capítulo a seguir¹¹⁹.

¹¹⁹ Importante referir que as normas de proteção ao direito das mulheres não tiveram uma trajetória linear. Entretanto, para compreendermos o fenômeno numa visão mais alargada traçamos uma sequência, por vezes temporal, tanto das teorias ventiladas neste capítulo, como na descrição das normas internacionais e comunitárias no capítulo seguinte. O objetivo é demonstrar que o debate acerca da representação paritária foi fruto do amadurecimento teórico e legal, bem como da mudança da concepção da igualdade.

Capítulo 2

O Direito e as Mulheres

1. As normas de Direito Internacional e Comunitário na agenda para a expansão dos direitos das mulheres

Conforme visto no capítulo anterior, a conquista de direitos voltados às mulheres não se traduziu no alcance súbito da igualdade de género. Longe disso, foram necessários anos para que elas fossem efetivamente reconhecidas como seres humanos dotados de iguais direitos e deveres, tal como os homens¹²⁰.

Essa trajetória é refletida na criação de diversos instrumentos jurídicos, cujo propósito foi a salvaguarda dos direitos das mulheres, em menor ou maior escala, consoante a *ratio essendi* da norma.

Em vista disso, após o exame das teorias feministas e sua influência no Direito, dedicaremos este capítulo ao exame dos principais mecanismos¹²¹ de Direito Internacional, Regional e Comunitário dirigidos à proteção dos direitos das mulheres.

Para tanto, centraremos a pesquisa a partir da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), pese embora a existência anterior de alguns instrumentos de proteção de direitos humanos das mulheres, uma vez que o reconhecimento e a efetiva proteção destes direitos são de facto legitimados com a «nova ordem política instaurada após a guerra» (Almeida, 2014: 99).

1.1 Instrumentos internacionais especializados

¹²⁰ Note-se que o reconhecimento jurídico não significou o alcance concreto da igualdade (Cruz, 2007: 88).

¹²¹ Devido a quantidade de instrumentos existentes e o enfoque do presente trabalho, cingiremos-nos aos tratados, declarações e outros textos criados especificamente para a proteção dos direitos das mulheres (planos, programas, conferências) ou que influenciaram o surgimento destes mecanismos (Melo *et al.*, 2012). Não obstante, estas normas não obedecem a uma determinada classificação, sendo instrumentos relativos a formas de discriminação, à cidadania, à prostituição, entre outros. Ver a classificação dos instrumentos de carácter específico apresentada por Miranda (2004: 294-296).

Desde o advento da Organização das Nações Unidas houve uma preocupação em garantir e salvaguardar os direitos das mulheres, seja pela sua participação na estrutura da entidade, seja na criação das normas de direitos humanos (Moreira *et al.*, 2014: 196).

Em 1946, um ano após o surgimento da ONU, foi criada a Comissão para o Estatuto da Mulher¹²² (CEM) com o escopo de fomentar os direitos das mulheres. Inicialmente, era uma subcomissão da Comissão de Direitos Humanos, porém ganhou *status* de comissão autónoma ligada ao Conselho Económico e Social (ECOSOC), com funções e mandato específicos (Silva, 2013: 58). Sua função é apresentar relatórios e fazer recomendações nos assuntos que impactam a vida da mulher, com o fim de propor soluções para a concreção da igualdade. Este órgão foi o responsável pela inserção textual dos direitos das mulheres na Declaração Universal de Direitos Humanos, assim como levou a debate a necessidade de uma atuação mais incisiva para o alcance da igualdade entre os sexos, apresentando por diversas vezes suas recomendações ao ECOSOC (*idem: ibidem*).

Contudo, foram necessários anos para que efetivamente fossem reconhecidos os mesmos direitos às mulheres e homens, sendo esta luta para a igualdade refletida nos diferentes instrumentos Internacionais, Regionais e Comunitário. Assim, no presente capítulo buscaremos perceber as conexões significativas dos textos internacionais e seu impacto na realidade das mulheres.

- Convenção Internacional para a Supressão¹²³ do Tráfico de Mulheres e Crianças e Protocolo retificativo, 1921

Em decorrência da conferência internacional convocada pelo Conselho da Liga das Nações, no período de 30 de junho a 5 de julho de 1921 na cidade de

¹²² A Comissão para o Estatuto da Mulher teve um papel ativo para o reconhecimento e efetivação dos direitos das mulheres na agenda internacional. Ela foi a responsável pela organização das conferências globais cujo tema central envolvia a integração dos direitos humanos e das mulheres, nomeadamente as conferências ocorridas na cidade do México (1975), Copenhaga (1980), Nairobi (1985) e Pequim (1995). V. (Moreira *et al.*, 2014: 198). Para uma leitura pormenorizada da atuação da CEM: Abarca (2010: 816-818).

¹²³ No texto de Moreira *et al.* (2014: 215) é mencionado o termo supressão, ao passo que na legislação brasileira consta repressão. Utilizaremos os dois termos, levando em consideração a fonte utilizada como parâmetro.

Genebra, foi concebida a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, sendo esta o resultado das recomendações registadas no final da conferência (Deputados, 2016: 22).

Esta convenção foi fruto do Acordo de 18 de maio de 1904 e da Convenção de 4 de maio de 1910, com o intuito de tornar mais efetivo o combate ao tráfico de mulheres e crianças, denominado na época de «Tráfico das Brancas». No artigo 6.º consta a obrigação dos Estados Partes signatários em elaborar medidas, caso não tivessem sido feitas, – administrativas ou legislativas –, cuja finalidade é assegurar a proteção às mulheres e crianças a procura de trabalho em outro Estado¹²⁴.

Não obstante tais previsões, em 1933 na cidade de Genebra foi elaborada a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores, segundo a qual deverá ser penalizado aquele que aliciar uma mulher casada ou solteira maior, mesmo com o seu consentimento, para os fins de libertinagem em outro país¹²⁵ (*idem*: 23).

Em adição, por conta da dissolução da Liga das Nações foi confeccionado o Protocolo de Emenda da Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças e da Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores, adotada em 12 de novembro de 1947 por ocasião da Assembleia Geral das Nações Unidas (*idem*: 28).

Sem embargo, devido a quantidade de instrumentos internacionais em vigor para o combate ao tráfico de mulheres e crianças, foi engendrada a Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem, em 21 de março de 1950, em Lake Success, Nova Iorque¹²⁶ (Moreira *et al.*, 2014: 215).

¹²⁴ V. «International Convention for the Suppression of the Traffic in Women and Children». Disponível em: <https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=VII-3&chapter=7&clang=en>, acedido em 21 Out. de 2017.

¹²⁵ Cfr.: «Artigo 1.º Quem quer que, para satisfazer as paixões de outrem, tenha aliciado, atraído ou desencaminhado, ainda que com o seu consentimento, uma mulher [casada] ou solteira maior, com fins de libertinagem em outro país, deve ser punido, mesmo quando os vários atos, que são os elementos constitutivos da infração, foram praticados em países diferentes» (Deputados, 2016: 23). Note-se que o consentimento livre e desembaraçado da mulher era irrelevante para este tratado.

¹²⁶ Este instrumento entrou em vigor na ordem jurídica portuguesa em 30 de setembro de 1992. Foi aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 31/91, de 10 de outubro, publicada no Diário da República, I Série-A, n.º 233/91, passando por ratificação pelo Decreto do Presidente da República (n.º 48/91, de 10 de outubro, publicada no Diário da República, I Série-A, n.º 233/91). O aviso de depósito do instrumento foi o Aviso n.º 19/93, de 26

Este tratado compilou e unificou os textos do Acordo Internacional para a Supressão do Tráfico de Brancas (de 18 de maio de 1904 e alterada pelo Protocolo aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 3 de dezembro de 1948), a Convenção Internacional relativa à Supressão do Tráfico de Brancas (de 4 de maio de 1910 e alterada pelo Protocolo acima mencionado), a Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças (de 30 de setembro de 1921 alterado pelo Protocolo aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de outubro de 1947) e a Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Mulheres Adultas (de 11 de outubro de 1933 e alterada pelo Protocolo anterior)¹²⁷ (Direitos Humanos, 2008b: 116-117).

Esta convenção é um mecanismo que visava em seu nascedouro proteger as mulheres contra a escravidão, sendo na atualidade um instrumento de combate à exploração sexual.

- Carta das Nações Unidas, 1945

A Carta das Nações Unidas foi o resultado da reunião de cinquenta países à Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, ocorrida em São Francisco. Assinada no dia 26 de junho de 1945, só entrou em vigor em 24 de outubro daquele ano (conforme artigo 110.º), data oficial de existência da ONU¹²⁸. Faz parte deste documento o Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, ocorrendo emendas no seu conteúdo ao longo dos anos (Direitos Humanos, 2008a: 19-60).

de janeiro, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, publicado no Diário da República, I Série-A, n.º 21/93 (Direitos Humanos, 2008b: 116).

¹²⁷ Ver no preâmbulo da Convenção para a Supressão do tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/TrafficInPersons.aspx>>, acedido em 04 Out. de 2017.

¹²⁸ Portugal foi admitido como membro da ONU na Assembleia Geral realizada em 14 de dezembro de 1955, tendo a declaração de aceitação por parte deste país dos termos da Carta sido depositada em 21 de fevereiro de 1956 (Direitos Humanos, 2008a: 19). Por outro lado, o estado brasileiro promulgou a Carta das Nações Unidas por meio do Decreto n.º 19.841, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>, acedido em 21 Out. de 2017.

A Carta é um documento abrangente, constando em seu bojo 111 artigos dividido em 19 Capítulos. Em sua introdução¹²⁹ estão descritos os motivos da constituição das Nações Unidas, bem como seus objetivos e os fins para sua concretização (Martins *et al.*, 1996: 11). Consta no artigo 1.º que uma das finalidades das Nações Unidas é a promoção e o estímulo à observância dos direitos humanos sem distinção de sexo, raça ou religião – sendo esta afirmação ratificada ao longo do texto.

Ademais, a importância da Carta para o direito internacional é indiscutível¹³⁰, tendo em vista que abriga em sua história o reconhecimento da igualdade entre os sexos, fruto da insistência das mulheres presentes na conferência. Isto porque apesar delas representarem 3% dos 160 participantes e terem direito a votar em 30 dos 50 países ali presentes, o seu contributo consta até hoje na Carta das Nações Unidas: seja no preâmbulo quando é mencionada a igualdade entre mulheres e homens ou no artigo 8.º que especifica a igualdade de elegibilidade entre os sexos nos órgãos das Nações Unidas (Abarca, 2010: 816)¹³¹.

Não obstante a forte resistência na inserção do termo mulher no preâmbulo, uma vez que para os participantes «direitos humanos para os homens» era suficientemente inclusivo - eis que a palavra homens faz referência a toda humanidade -, a insistência das feministas prevaleceu¹³², constando a

¹²⁹ Em relação ao Preâmbulo, foi discutido na Conferência de São Francisco se o mesmo tinha caráter obrigatório, chegando-se a conclusão que não era razoável compreender em sentido diferente. No entanto, o Tribunal Internacional de Justiça asseverou que o Preâmbulo pode ser uma fonte de inspiração para as normas, ou, «a base moral e política das disposições jurídicas que se enunciam na sua continuação», mas não possui força vinculativa (Martins *et al.*, 1996: 11-12).

¹³⁰ Para Almeida: «Todavia, o corolário jurídico-político fundamental a retirar da referência, no texto da Carta, aos direitos humanos e liberdades fundamentais é o de que as matérias a eles atinentes não cabem já na esfera dos assuntos internos de um Estado, antes são património da comunidade internacional» (2014: 99).

¹³¹ A inclusão da igualdade entre mulheres e homens na Carta das Nações Unidas foi devido a insistência da brasileira Bertha Luz, da dominicana Minerva Bernardino, da canadiana Cora T. Casselman, da estadunidense Virginia Gildersleeve, da uruguaia Isabel P. de Vidal, da chinesa Wu Yi-fang e da australiana Jessi Mary Grey Street. Assim, graças à obstinação das «mães fundadoras das Nações Unidas» o documento faz referência a igualdade entre mulheres e homens, bem como constou a criação de um órgão para a promoção da igualdade (Moscardó, 2011:134). Para maiores informações sobre as diplomatas feministas: <<https://nacoesunidas.org/exclusivo-diplomata-brasileira-foi-essencial-para-mencao-a-igualdade-de-genero-na-carta-da-onu/>>, acessado em 11 jul. de 2017.

¹³² Notícia veiculada no portal das Nações Unidas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/exclusivo-diplomata-brasileira-foi-essencial-para-mencao-a-igualdade-de-genero-na-carta-da-onu/>>, acessado em 11 jul. de 2017.

igualdade de direitos entre mulheres e homens no preâmbulo, e, a promoção dos direitos humanos e às liberdades fundamentais independentemente de sexo, raça ou religião, estampados nos artigos 1.º, n.º 3, 13.º, n.º 1, alínea b), 55.º, alínea c) e 76.º, alínea c) (Nações Unidas, 2003b: 41).

- Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948

A Declaração Universal dos Direitos Humanos¹³³ (DUDH) foi adotada e proclamada em Paris, na Assembleia Geral das Nações Unidas mediante a Resolução 217A (III) de 10 de dezembro de 1948, com a pretensão de ser uma norma de viés universal¹³⁴.

Assim como ocorreu na Carta das Nações Unidas, a sua elaboração passou por intensos debates, sendo um dos temas controversos o uso da palavra homem para designar toda a espécie humana. Sem embargo, constou no texto final a menção a «todos os seres humanos nascem livres e iguais», bem como a modificação do nome da declaração de «Rights of Men» para «Human Rights» (Silva, 2013: 59).

Este documento não possui força obrigatória geral, uma vez que foi criado através de uma resolução, porém sustenta-se como fonte de interpretação¹³⁵ da Carta das Nações Unidas (Almeida, 2014: 99).

Com efeito, verifica-se que a igualdade ganha protagonismo na DUDH, posto que consta em seu preâmbulo a igualdade de direitos entre mulheres e

¹³³ Nota-se que é feita alusão a este documento de duas formas: i) Declaração Universal dos Direitos do Homem (Direitos Humanos, 2008a: 63 e Miranda, 2004: 290) e Declaração Universal dos Direitos Humanos (Almeida, 2014: 99 e Silva, 2013: 59). Adotaremos a nomenclatura utilizada pelas Nações Unidas na Resolução 217A (III) (nossa tradução para *Universal Declaration of Human Rights*). Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a3r217a.htm>>, acedido em 21 Out. de 2017.

¹³⁴ O estado português publicou a DUDH no Diário da República, I Série, n.º 57/78, de 9 de março de 1978 (Direitos Humanos, 2008a: 63).

¹³⁵ Há divergência acerca deste posicionamento, tendo em vista que existe entendimento que a declaração é meramente uma resolução, não cabendo a interpretação da Carta através do seu catálogo de direitos. Por outro lado, há quem esclareça que a DUDH contém princípios gerais de Direito Internacional, tanto no seu aspeto de fonte material e formal, a repercutir em todos os Estados (mesmo aqueles não membros das Nações Unidas). Este entendimento foi adotado por Jorge Miranda que elucidou seu ponto de vista: «Nem pode esquecer-se que foi a partir da Declaração Universal que os princípios atinentes aos direitos do homem difundiram-se e começaram a sedimentar-se na vida jurídica internacional, a ponto de alguns deles elevarem-se a princípios de *juscogens*» (2004: 291-292). Ainda sobre esta questão: (Martins *et al.*, 1996: 164).

homens. Além disso, diz o artigo 1.º que todos/as nascem livres e iguais, ao passo que no artigo 2.º consta a igualdade para o gozo de direitos e liberdades, independentemente do sexo; o artigo 7.º menciona a igualdade de todas/os perante a lei, enquanto o artigo 16.º, n.º1 destaca a igualdade entre mulheres e homens em relação ao matrimónio. Ademais, o artigo 21.º, n.º2¹³⁶ faz menção a igualdade de acesso ao serviço público, assim como no artigo 23.º, n.º 2 a igualdade de remuneração para a mesma função, e, no artigo 26.º, n.º 1 consta o direito à instrução para todos/as.

Interessante destacar o árduo trabalho desempenhado pelo CEM, tendo em vista que logrou êxito ao substituir a palavra homem por definições mais universais: ser humano, pessoa, indivíduo¹³⁸. Naquele contexto, a comissão foi vitoriosa ao inserir a igualdade de direitos sem qualquer restrição às mulheres e homens na esfera do casamento, assim como garantiu a inclusão das palavras *universal* e *igual* associadas ao direito ao sufrágio (Abarca, 2010: 817).

Não obstante, a DUDH tenha previsto direitos às mulheres – mesmo sem a força coercitiva –, este instrumento reproduziu o sistema patriarcal vigente do seu tempo¹³⁹. Isso quer dizer que as previsões expostas no texto, as quais estão a regular o vínculo entre o indivíduo e o Estado, refletem uma visão androcêntrica que desconsiderou a realidade vivida pelas mulheres (Almeida, 2014: 103).

Em contrapartida, para que fosse atribuído o carácter obrigatório ao catálogo de direitos contidos na Declaração Universal, foi necessária a criação de dois instrumentos internacionais: o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, adotados pela Assembleia Geral somente em 1966.

¹³⁶ Para Raposo o artigo 21.º, n.º 1 estatui claramente que o direito ao voto é acessível a todos/as, sendo inaplicável a restrição do seu exercício com base nos critérios coletivos, como sexo, raça, religião, dentre outros (2004: 70).

¹³⁸ A despeito da semântica atribuída a estas palavras serem pensada no padrão masculino, ainda sim esta modificação carrega uma simbologia em relação ao protagonismo da mulher no seio social.

¹³⁹ Pese embora a crítica à DUDH, é mencionado que ela cumpriu uma função moralizadora, influenciando grande parte dos documentos em matéria de Direitos Humanos (Moscardó, 2011: 135-136).

- Convenção Internacional sobre os Direitos Políticos da Mulher, 1953

Em seu preâmbulo este tratado apresenta a sua finalidade: concretizar o princípio da igualdade entre mulheres e homens descrito na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Este documento declara de forma taxativa que todas as pessoas possuem o direito de participar da vida política de seu país, bem como devem poder ter acesso, em igualdade de condições, às funções públicas estatais.

A convenção foi aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas pela Resolução A/RES/7/640 (VII) em 20 de dezembro de 1952. Contudo, entrou na ordem jurídica internacional em 7 de julho de 1954, em observância aos critérios definidos no artigo VI¹⁴⁰ (Direitos Humanos, 2008a: 349).

Este tratado de 31 de março de 1953 foi e é um importante instrumento jurídico para a efetivação dos direitos das mulheres (Moreira *et al.*, 2014: 215), pois prevê a igualdade de condições para o exercício do direito de votar e ser votada, bem como ao acesso às funções públicas em igualdade de condições em seus artigos 1.º, 2.º e 3.º (Deputados, 2016: 33-34).

Contudo, apesar de sua relevância no cenário internacional, é certo que a conquista da cidadania¹⁴¹ pelas mulheres não foi um processo imediato. Exemplificamos tal questão ao examinarmos o exercício do direito ao sufrágio pelas mulheres, uma vez que só foi reconhecido de forma universal a partir da Constituição Portuguesa de 1976, no caso da Suíça a concessão plena em todo o território ocorreu em 1971, ao passo que na Finlândia foi em 1906 (anexo 2).

- Convenção Internacional sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, 1957

A Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas através da resolução 1040 (XI). Em

¹⁴⁰ O Brasil aprovou este instrumento em sua ordem jurídica mediante o Decreto Legislativo n.º 123, de 20 de novembro de 1955, sendo promulgada pelo Decreto nº 52.476, publicado no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 1963 (Deputados, 2016: 33). Por seu turno, até 21 de outubro de 2017, Portugal não assinou ou ratificou o tratado. Disponível em: <https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XVI-1&chapter=16&clang=en>, acessado em 21 Out. de 2017.

¹⁴¹ Numa aceção de reconhecimento legal ao direito de votar e ser votada sem qualquer entrave censitário, por exemplo.

observância ao disposto no artigo 6.º, entrou em vigor na ordem jurídica internacional em 11 de agosto de 1958 (Direitos Humanos, 2008b: 351).

Até outubro de 2017 o estado português não ratificou a convenção¹⁴², ao passo que foi aprovada pelo estado brasileiro através do Decreto Legislativo n.º 27, de 25 de junho de 1968, e promulgada pelo Decreto n.º 64.216, de 18 de março de 1969 (Deputados, 2016: 40).

A presente convenção teve como objetivo dirimir a questão envolvendo a mulher e a consequente perda/aquisição da nacionalidade em razão do casamento, sua dissolução ou modificação de nacionalidade do marido no curso do matrimónio.

Este tratado possibilita o direito de escolha a mulher, ou seja, o casamento deixa de automaticamente alterar a sua nacionalidade. Dito de outra forma, a celebração ou dissolução do matrimónio havido entre nacional e estrangeiro, ou a alteração da nacionalidade do marido no curso do casamento, não serão capazes de forma imediata a alterar a nacionalidade da esposa (*idem: ibidem*).

Esta questão é relevante, tendo em vista que alguns ordenamentos jurídicos, como o português, previam a possibilidade de perda da nacionalidade pelo casamento, não sendo conferido à mulher o direito de escolha entre a sua nacionalidade ou de seu marido. Destaca-se que tal situação não ocorria se um homem contraísse matrimónio com uma mulher estrangeira (Raposo, 2004: 46)¹⁴³.

Portanto, este tratado foi simbolicamente um instrumento importante para a conquista da igualdade fática de direitos entre mulheres e homens, tendo em vista que possibilitou à mulher o direito de escolher entre manter a sua nacionalidade ou modificá-la por seu livre arbítrio.

¹⁴² V. *United Nations Treaty Collection*. Disponível em: <https://treaties.un.org/Pages/ViewDetailsIII.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XVI-2&chapter=16&Temp=mtdsg3&clang=en>, acedido em 21 Out. de 2017.

¹⁴³ Logo: «A mulher portuguesa que contraísse matrimónio com um estrangeiro perdia a nacionalidade portuguesa, excepto se não fosse naturalizada pela lei do país do seu marido (porém, o mesmo não sucedia quando um homem português se casava com uma estrangeira ou quando um estrangeiro se casava com uma portuguesa). Não lhe era reconhecido o direito de optar pela nacionalidade de origem ou pela do seu esposo. Apenas poderia readquirir a nacionalidade portuguesa caso conseguisse reunir uma exigente série de requisitos: a) dissolução do vínculo conjugal; b) estabelecimento do domicílio em Portugal; c) manifestação de vontade nesse sentido» (Raposo, 2004: 46).

- Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino, UNESCO, 1960

Este instrumento inspirou-se na DUDH, sendo fruto da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Foi adotada na 11.^a sessão no dia 14 de dezembro de 1960, contendo disposições acerca da educação.

Seu artigo 1.º prevê o conceito de discriminação e ratifica o significado de igualdade de tratamento voltado ao campo do ensino. Assim, para esta convenção, discriminação é «toda distinção, exclusão, limitação ou preferência fundada na raça, na cor, no sexo, no idioma, na religião, nas opiniões públicas ou de qualquer outra índole, na origem nacional ou social (...)» (Direitos Humanos, 2008a, 122).

Não obstante, esta norma em seu preâmbulo, nomeadamente no primeiro parágrafo, lembra a todos/as o princípio da não discriminação previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e anuncia o direito de qualquer pessoa à educação.

Embora o texto estivesse voltado para a educação e não para a proteção dos direitos das mulheres, pode-se afirmar que é significativo para o alcance da igualdade entre os sexos, tendo em vista que em seu artigo 1.º conceitua o significado de discriminação e reafirma que a educação é um direito de todas as pessoas, sem qualquer distinção sexual¹⁴⁴.

- Convenção sobre o Consentimento para o Casamento, Idade Mínima para o Casamento e o Registo dos Casamentos, 1962

Esta convenção foi adotada por intermédio da resolução 1763 A (XVII) da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em 7 de novembro de 1962.

¹⁴⁴ A presente convenção entrou em vigor em 22 de maio de 1962 na ordem internacional, conforme os preceitos fixados em seu artigo 14. Em Portugal, entrou em vigor em 08 de abril de 1981, ocorrendo a sua aprovação pelo Decreto n.º 112/80, de 23 de outubro, com publicação no Diário da República, Série I, n.º 246/80 (Direitos Humanos, 2008a: 122-128).

Entrou em vigor na ordem jurídica internacional em 9 de dezembro de 1964, conforme preceito expresso no artigo 6.^o¹⁴⁵ (Moreira *et al.*, 2014: 215).

Este tratado dispõe sobre o consentimento livre e desembaraçado para contrair matrimónio, cabendo aos cônjuges fazerem a sua escolha acerca deste facto da vida. Além disso, dispõe sobre uma idade mínima para contrair o casamento, posto que o fator etário afeta o consentimento.

Outrossim, o casamento era (ainda é em muitos lugares e em diferentes aspetos) um evento que tinha um impacto muito grande na vida da mulher (perda da nacionalidade, do nome, entre outros), razão pela qual além do consentimento, buscou-se coibir o matrimónio de raparigas que não atingiram a idade núbil.

Até os dias de hoje muitos países são coniventes com a prática de casamentos forçados, seja por motivação religiosa ou económica, e, ainda permitem o matrimónio infantil. Esta situação tem maior impacto para as meninas e mulheres, razão pela qual criou-se a convenção, pois elas estão mais expostas à violência, fome, gravidez precoce, entre outros¹⁴⁶.

- Os Pactos Internacionais

O Pacto internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), foram adotados pela Resolução n.º 2.200 A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966. Apesar de seu surgimento remontar à década de 60, sua ideia foi concebida no momento da aprovação da DUDH,

¹⁴⁵ De acordo com o artigo 6.º a convenção só entraria em vigor 90 (noventa) dias após o depósito do oitavo instrumento de ratificação, o que ocorreu em 9 de dezembro de 1964. Disponível em: <https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtidsg_no=XVI-3&chapter=16&clang=en>, acedido em 16 Set. de 2017.

¹⁴⁶ A ONG «Girls not brides» destaca em sua listagem que o Brasil é o quarto país com os números mais altos, em termos absolutos, de casamento infantil (2,928 milhões). Esses números levam em consideração mulheres de 20 a 24 anos que se casaram antes dos 18 anos. De acordo com a organização, apesar da questão ser muita complexa, os fatores que conduzem ao casamento infantil são: a pobreza, baixa escolaridade, práticas culturais, entre outros. No entanto, a desigualdade de género é uma condição que influencia muito essa prática (principalmente em razão dos estereótipos e papéis de género), posto que em muitas sociedades a mulher é desvalorizada, vista como um fardo, sendo o casamento uma forma de controlo e alívio para a família. Disponível em: <<https://www.girlsnotbrides.org/>>, acedido em 21 Out. de 2017. Ver também o portal da ONG «Too young to wed». Disponível em: <<http://tooyoungtowed.org/>>, acedido em 27 Out. de 2017.

sendo solicitado pela Assembleia Geral das Nações Unidas ao ECOSOC a elaboração de um instrumento com força obrigatória para garantir a eficácia da declaração universal (Almeida, 2014: 101).

Assim, após debates que duraram quase duas décadas, foram confeccionados dois pactos internacionais: um com enfoque nos direitos civis e políticos e o outro nos direitos económicos, sociais e culturais¹⁴⁷.

O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos prevê a proibição da discriminação em razão do sexo nos artigos 2.º, n.º 1, 4.º, n.º 1 e 26.º. O artigo 3.º declara a igualdade entre mulheres e homens para o gozo de todos os direitos civis, bem como o seu texto faz menção ao direito à vida, como um direito inerente à toda pessoa, a proibição da tortura e do tratamento desumano, degradante ou cruel, o direito à participação na condução dos assuntos públicos, o de votar e ser votado/a (artigo 25.º), entre outros.

Outrossim, o documento dispõe acerca da constituição de um Comité de Direitos Humanos composto por 18 membros, para a monitorização dos direitos reconhecidos no tratado, criação de comentários gerais, entre outros (artigo 40.º)¹⁴⁸.

Por conseguinte com amparo no texto do pacto, na 1834.ª sessão realizada em 29 de março de 2000, o Comité aprovou o Comentário Geral n.º 28¹⁴⁹, acerca da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Em breve síntese, o Comité revisou o seu entendimento anterior e afirmou que os Estados-Partes deverão garantir de todas as formas possíveis, a eliminação dos obstáculos que impedem o pleno gozo dos direitos reconhecidos pelo tratado. Ademais, os Estados deverão criar medidas de proteção e positivas, em todas as esferas, com o fim de proporcionar a igualdade para as mulheres de forma efetiva.

¹⁴⁷ A divisão em dois pactos facilita a vinculação dos Estados, principalmente naqueles que poderiam apresentar maior resistência na aplicação do pacto relacionado aos direitos sociais e económicos (Miranda, 2004: 292).

¹⁴⁸ A norma menciona ainda o sistema de comunicação entre Estados. V. Moco (2010: 188).

¹⁴⁹ Este comentário geral esmiúça as obrigações estatais para o alcance da igualdade entabulada no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. V. *General Comment* n.º 28, CCPR/C/21/Rev.1/Add.10. Este documento substituiu o *General Comment* n.º 4, relativamente a adoção de uma revisão dos textos legais que fazem distinção entre os sexos. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/1_Global/CCPR_C_21_Rev-1_Add-10_6619_S.pdf>, acedido em 17 Out. de 2017.

Acrescenta-se que além do disposto no Comentário Geral supramencionado em relação a interpretação do artigo 25.º, o Comité posicionou-se favoravelmente à adoção de medidas eficazes e positivas para assegurar a participação das mulheres na vida pública e no exercício dos cargos públicos, uma vez que se reconheceu que tais direitos não são gozados em condições de plena igualdade (Nações Unidas, 2003b: 86-87).

Não obstante, além dos comentários acerca da interpretação das normas contidas no pacto e das práticas a serem adotadas pelos Estados-Partes, o Comité de Direitos Humanos é responsável pelo exame dos relatórios enviados pelos Estados, cujo teor sublinha as dificuldades de implementação do tratado, por exemplo, assim como pela elaboração de relatórios contendo os comentários que julgar oportunos.

A título exemplificativo, o Comité confeccionou relatório contendo as observações finais sobre o quarto informe periódico de Portugal, ou seja, o Comité em momento anterior já havia manifestado-se acerca do reporte enviado pelo Estado português, tendo o mesmo apresentado as suas observações. Neste documento, destaca a sua preocupação a respeito da situação das mulheres portuguesas nos postos de responsabilidade no setor público, nas assembleias legislativas, entre outros, eis que ainda elas estão sub-representadas. Ainda, detetaram um desnível salarial em desfavor das mulheres, bem como a incidência de condutas discriminatórias contra as imigrantes, as estrangeiras e as minorias étnicas, recomendando no primeiro caso a adoção de medidas especiais e, no segundo, a intensificação de ações voltadas a evitar a discriminação contra o grupo mencionado¹⁵⁰.

No mesmo sentido, o Comité ao elaborar o relatório contendo as suas observações ao estado brasileiro, menciona preocupação no que tange a representação das mulheres nos órgãos de tomada de decisão ante sua baixa representatividade política¹⁵¹.

¹⁵⁰ Cfr.: *International Covenant on Civil and Political Rights* – CCPR/C/PRT/CO/4 - «Concluding observations on the fourth periodic report of Portugal, adopted by the Committee at its 106th session (15 October-2 November 2012)». Disponível em: http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CCPR%2fC%2fPRT%2fCO%2f4&Lang=en, acedido em 22 Out. de 2017.

¹⁵¹ V. *International Covenant on Civil and Political Rights* – CCPR/C/BRA/CO/2 - «Concluding observations of the Human Rights Committee». Disponível em: http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CCPR%2fC%2fBRA%2fCO%2f2&Lang=en

Por outro lado, o Comité possui competência para receber e examinar as comunicações e queixas oriundas de particulares que se sentirem vítimas de uma violação dos direitos contidos no Pacto, conforme preleciona o Protocolo Facultativo referente ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos¹⁵² (artigo 1.º). Seu objetivo é tornar o pacto mais efetivo, uma vez que a confeção de relatórios a descrever as violações não é suficiente para atingir o seu fim (Lopes, 2005: 161-162).

Com efeito, os particulares deverão observar os procedimentos estabelecidos pelo protocolo, como o esgotamento de todos os recursos internos, proibição do anonimato ou compatibilidade com as disposições do tratado.

Não obstante, vale destacar o posicionamento do Comité de Direitos Humanos em sua Comunicação n.º 202/1986, no caso *Graciela Ato del Avellanal v. Peru*, acerca do princípio da não discriminação disposto no PIDCP¹⁵³.

A autora Graciela Avellanal suscitou violação aos artigos 2.º, § 1.º e § 3.º, 16.º, 23.º, § 4.º e 26.º do pacto, decorrente da discriminação sofrida pelo facto de ser mulher. De acordo com as suas alegações afirmou que em 1974 adquiriu dois prédios de apartamentos na cidade de Lima e, em razão da mudança de proprietário, alguns inquilinos cessaram o pagamento da renda. Após tentativas frustradas, ingressou com ação judicial, sendo o seu pleito acolhido em primeira instância. Porém, a Corte Superior reformou a decisão de primeiro grau, sob o argumento que de acordo com o artigo 168 do Código Civil peruano, quando a mulher é casada, somente o marido é que pode representar os bens do casal – eis que «el marido es el representante de la sociedad conyugal». Diante desta situação, a parte autora recorreu da decisão para a Suprema Corte, suscitando violação da Constituição peruana, tendo em vista que possui em seu artigo 2 (2),

[2fC%2fBRA%2fCO%2f2&Lang=en](#)>, acedido em 22 Out. de 2017. Uma recomendação semelhante foi elaborada pelo Comité relativamente à Croácia e República Checa, pois ambos apresentavam uma baixa participação das mulheres na vida pública e política (Nações Unidas, 2003b: 86).

¹⁵² Em 23 de março de 1976 entrou em vigor na ordem jurídica (artigo 9.º). O estado português assinou em 1 de agosto de 1978, sendo aprovado para adesão: Lei n.º 13/82, de 15 de junho, publicado no Diário da República, I Série, n.º 135/82. O aviso do depósito do instrumento de adesão deu-se pelo Aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros publicado no Diário da República, I Série, n.º 225/83, de 29 de setembro (Direitos Humanos, 2008a: 98).

¹⁵³ V. Communication n.º 202/1986 – *Graciela Ato del Avellanal v. Peru*– Disponível em: <<http://juris.ohchr.org/search/results>>, acedido em 23 Out. de 2017.

a previsão de erradicar a discriminação contra a mulher. Sem embargo, a Corte manteve a decisão e rejeitou o pleito recursal. Entretanto, sob o mesmo fundamento foi interposto o recurso de amparo, sendo o mesmo rechaçado. Desta maneira, a parte autora apresentou questão ao Comité de Direitos Humanos informando que o estado peruano infringiu o seu direito à igualdade perante os tribunais daquele país.

Com efeito, o Comité decidiu pela admissibilidade da comunicação, bem como pela configuração da discriminação em razão do sexo por parte da Corte peruana. Conforme consta na comunicação, o artigo 168 do Código Civil do Peru nega a igualdade entre mulheres e homens perante os tribunais, o que configura em discriminação, violando o disposto constante no pacto. Por fim, apontou que o estado peruano deverá tomar as medidas necessárias para remediar as violações sofridas pela parte.

Por outra parte, há a previsão de outro procedimento para averiguar violações de direitos humanos, conhecido por procedimento 1503, estipulado pela Resolução 1503 (XLVIII) do ECOSOC, sendo reportes confidenciais acerca da prevenção da discriminação e proteção das minorias¹⁵⁴ (Martins *et al.*, 1996: 167).

Constata-se que as atuações do Comité – seja pela elaboração dos comentários gerais, emissão dos relatórios e comunicações - são activas e importantes para assegurar os direitos das mulheres e incentivar os Estados-Partes na implementação de medidas de combate à discriminação e violência.

No entanto, o Comité não é um órgão jurisdicional, sendo certo que as recomendações oriundas das comunicações, dos relatórios e dos comentários geraissão considerados padrões de conduta a serem observados pelos Estados-Partes, mas sua natureza não é vinculativa¹⁵⁵.

¹⁵⁴ Portanto: «(...) existe um outro procedimento destinado a tratar milhares de comunicações, alegando violações de direitos humanos, que são enviadas anualmente às Nações Unidas. Tais comunicações são sumariadas e enviadas confidencialmente aos membros da Comissão dos Direitos do Homem e da sua sub-comissão sobre prevenção da discriminação e protecção das minorias, sendo igualmente enviadas cópias das queixas aos Estados membros visados. As identidades dos subscritores não é, no entanto, revelada, a menos que eles nisso consentam» (Martins *et al.*, 1996: 167)

¹⁵⁵ Em consonância com as lições orais proferidas pelo Professor Doutor Rui Guerra, em 24 de outubro de 2017, no *XIX Curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho* da Faculdade de Direito de Lisboa, apesar destes documentos não possuírem natureza vinculativa («*soft law*»), são utilizados como fontes de interpretação das convenções internacionais. Em contrapartida, há entendimento que pelo facto de ser semelhante aos mecanismos jurisdicionais, as decisões

Do mesmo modo, o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais assegura igualdade o gozo dos direitos económicos, sociais e culturais para mulheres e homens (artigo 3.º)¹⁵⁶, prevê a igualdade salarial para trabalho de igual valor (artigo 7.º)¹⁵⁷, o reconhecimento da previdência social (artigo 9.º), a licença maternidade (artigo 10), entre outros¹⁵⁸.

Sem embargo, embora os pactos assegurem uma ampla proteção, foram necessários dez anos para que entrassem em vigor na ordem jurídica internacional, ocorrendo somente após a ratificação do 36.º Estado-Parte. Constata-se a dificuldade da concreção de direitos ante a inércia dos Estados em assumir compromissos no âmbito dos direitos humanos (Lopes, 2005: 161).

Da leitura dos instrumentos internacionais existentes denota-se que desde a DUDH até o surgimento do Pacto Internacional de Direitos Civis, houve diminuta mudança no tocante aos direitos políticos. Não obstante, verificamos uma modificação subtil na linguagem, tendo em vista que o pacto utiliza o termo ‘cidadão’ e não ‘pessoa’¹⁵⁹ (Raposo, 2004: 71).

A união da DUDH, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais e seus dois Protocolos Opcionais, formam a Carta Internacional dos Direitos Humanos¹⁶⁰. Isso quer dizer que o conjunto destas medidas constituem a base jurídica e moral

do Comité nas comunicações individuais resultam mais justas. Além disso: «Uma característica a que tantas vezes se alude em Direito Internacional é aqui mais uma vez chamada, e isso é importante quando se analisam as visões pessimistas sobre o valor real das comunicações no âmbito da tutela dos Direitos Humanos, especialmente quando se tem presente a situação de desrespeito a instituições tutelares africanas dos “direitos humanos dos povos”, que estudaremos mais adiante. Na verdade, não obstante a falta de força vinculativa dos pareceres do CDH, o facto é que eles são tidos em grande consideração pelos Estados partes, de uma maneira geral, com base, certamente, na força moral e ética das Nações Unidas, através da qual a generalidade dos Estados estão condenados a inserir-se no contexto internacional» (Moco, 2010: 189-191).

¹⁵⁶ Note-se que tanto no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos como no Pacto Internacional de Direitos Económicos Sociais e Culturais, a cláusula de não discriminação encontra-se localizada no artigo 3.º.

¹⁵⁷ Dispõe o artigo 7.º, 2: «um salário equitativo e uma remuneração igual por um trabalho de igual valor, sem qualquer distinção; em particular, as mulheres deverão ter a garantia de condições de trabalho não inferiores às dos homens e perceber a mesma remuneração que eles, por trabalho igual».

¹⁵⁸ Assim como há o Comité para o PIDCP, foi concebido o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, com características semelhantes ao Comité de Direitos Humanos, mas voltado à análise dos relatórios emitidos pelos Estados-Partes (*idem*: 188 e 192).

¹⁵⁹ Nas palavras de Raposo, o termo *pessoa* limita a atuação do direito, pois a pessoa, em regra, só pode exercer seus direitos políticos no Estado em que é cidadã/ão (2004: 71).

¹⁶⁰ Para Silva são estes documentos que fornecem força vinculante à DUDH, pois constituem «o enquadramento fundamental relativo a Direitos Humanos» (2013: 59).

das atividades realizadas pela ONU em sede de direitos humanos¹⁶¹, ou seja, «os textos fundadores da edificação do sistema de proteção dos Direitos Humanos pela comunidade internacional» (Almeida, 2014: 101).

- Declaração sobre a Eliminação de Discriminação contra a Mulher, 1967

Apesar do surgimento da DUDH, dos tratados e dos Pactos Internacionais onde convencionou-se a não distinção de tratamento em razão do sexo, constatou-se que estes documentos não eram suficientes para tratar a situação das mulheres. Assim, surgiu a necessidade de abordar esta questão de uma forma mais global, razão pela qual foi proclamada pela Assembleia Geral por meio da Resolução 2263 (XXII) de 7 de novembro de 1967 a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (Silva, 2013: 59-60).

Este diploma foi o resultado do trabalho da CEM, cujas linhas de orientação estavam estruturadas na liberdade e igualdade. No entanto, a declaração foi o primeiro documento internacional no qual consta taxativamente a injustiça sofrida pelas mulheres e como a discriminação fere a dignidade humana¹⁶² (Moscardó, 2011: 137).

Assim, este instrumento tem como enfoque combater a discriminação contra a mulher, fixando em seu artigo 2.º que deverão ser tomadas medidas para erradicar a discriminação em razão do sexo, nomeadamente, a inclusão do princípio da igualdade nas Constituições ou garantidos por lei.

Outrossim, reforça que os Estados deverão assegurar a todas as mulheres em igualdade de condições com os homens o direito de votar e ser votada, o que inclui a participação nos referendos, bem como o direito de ocupar os cargos públicos e o exercício das funções públicas (artigo 4.º).

Esta declaração ratifica o direito à nacionalidade da mulher (artigo 5.º), o direito à igualdade de direitos com o homem no tocante à herança, capacidade legal, matrimônio, proibição do casamento infantil (artigo 6.º), o direito à educação em todos os níveis (artigo 9.º), à escolha da profissão, à igual

¹⁶¹ Para um exame mais detalhado: Nações Unidas (2003a: 24ss).

¹⁶² Cfr.: «Artigo 1.º. A discriminação contra as mulheres, na medida em que nega ou limita a sua igualdade de direitos em relação aos homens, é fundamentalmente injusta e constitui uma ofensa à dignidade humana» (Direitos Humanos, 2008a: 352-355).

remuneração em relação a um trabalho de igual valor, proteção à maternidade, entre outros (artigo 10.º).

Afirma-se que deste documento foram extraídos os princípios e contornos para a elaboração da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, concebida mais de uma década após a proclamação da declaração¹⁶³ (Silva, 2013: 60).

- A Declaração sobre a Proteção da Mulher e da Criança em Estados de Emergência e de Conflito, 1974

É importante destacar que foi decretada pela Assembleia Geral das Nações Unidas no início dos anos 70 a II Década de Desenvolvimento, por intermédio da resolução A/RES/2626 (XXV) de 24 de outubro de 1970, cuja finalidade é integrar as mulheres na sociedade, garantindo assim o seu pleno desenvolvimento. Sendo assim, são criados mecanismos jurídicos que possuem maior enfoque na identificação e combate à discriminação, sendo este refletido nos instrumentos produzidos ao longo desta década (*idem: ibidem*).

Portanto, é neste cenário que surge a Declaração sobre a Proteção da Mulher e da Criança em Estados de Emergência e de Conflito, cuja finalidade é salvaguardar as mulheres e crianças em situações de guerra ou estado de emergência. Sendo produto de sua época, sua justificação esteve pautada na proteção das próximas gerações e destino das mães, provocando os Estados-Membros a observar as suas disposições (Direitos Humanos, 2008a: 356-358).

Este instrumento não possui relevância direta para a conquista de direitos políticos das mulheres, contudo retrata a produção e preocupação legislativa internacional acerca dos direitos das mulheres.

- I e II Conferências das Nações Unidas sobre a Mulher

¹⁶³ A declaração impulsionou o requerimento do Secretário-Geral das Nações Unidas para a CEM elaborar um instrumento de âmbito internacional acerca dos direitos humanos das mulheres. Os trabalhos iniciaram em 1974 e chegaram ao fim após a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres ser aprovada na Assembleia Geral em 1979 (Moscardó, 2011: 137).

Consoante o enfoque ao combate à discriminação, a partir da década de 70 as discussões relacionadas às mulheres e concreção de direitos tornou-se mais efusiva, constando-se que o óbice ao pleno gozo e exercício de direitos por parte das mulheres não era uma situação pontual ou específica de determinada região, sendo considerada uma questão global. Assim, por intermédio da recomendação da CEM, em 1975 foi adotada pela Assembleia Geral a resolução A/27/3010 (XXVII) onde foi proclamado o Ano Internacional da Mulher (AIM), com a finalidade de intensificar as ações para a promoção da igualdade entre os sexos, destacar a importância do seu papel social, bem como a sua integração na sociedade¹⁶⁵.

Desta feita, no mesmo ano foi celebrada a I Conferência Mundial sobre as Mulheres, ocorrida na Cidade do México. Segundo as Nações Unidas participaram do evento 133 Estados, 6.000 Organizações Não Governamentais (ONG) em fóruns paralelos, sendo aprovados a Declaração e Plano de Ação Mundial para a implementação dos objetivos do AIM¹⁶⁶.

Nesta fase inaugural da I Conferência, a perspectiva não se restringiu a erradicação da discriminação, havendo uma expansão de olhares acerca de outras questões, como a igualdade de participação de mulheres na tomada de decisão, igualdade de direitos na família, igualdade no acesso à educação, igualdade salarial, entre outros (Silva, 2013: 61).

Registe-se que a celebração desta conferência foi motivo de críticas do movimento feminista da época, uma vez que apontavam um forte caráter paternalista. Assim, criaram um fórum paralelo à I Conferência Mundial, sendo este acontecimento repetido nas demais conferências, onde são discutidos temas relacionados aos direitos das mulheres e com a participação de organizações feministas de todo o mundo (Moscardó, 2011: 140).

¹⁶⁵ V. A/RES/3010 (XXVII) de 18 de dezembro de 1972. Interessante destacar que na parte final da resolução, a Assembleia Geral incentiva os Estados-membros que não ratificaram a Convenção n.º 100 da OIT (Igualdade na Remuneração entre Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor) a fazê-lo. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a27r3010.htm>>, acedido em 01 de Out. de 2017.

¹⁶⁶ Vide «Report of the World Conference of the International Women's Year, Mexico City, 19 June – 2 July 1975» (E/CONF. 66/34), p. 2-72. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/how-we-work/intergovernmental-support/world-conferences-on-women>>, acedido em 02 Out. de 2017.

As ideias esculpidas nesta conferência tiveram repercussões e foram adotados como objetivos na proclamada II Década da Mulher abrangida no período compreendido entre 1976-1985¹⁶⁷ (Silva, 2013: 61).

Neste interregno, cinco anos após o primeiro encontro foi realizada a II Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Copenhaga, com a participação de 145 Estados-Membros, tendo como uma das finalidades fazer um balanço da I Conferência, analisar o progresso das medidas e recomendações implementadas, alterar o que foi ajustado (se necessário) e pensar nos desafios a serem superados¹⁶⁸.

Com efeito, na II Conferência o cerne do Plano de Ação é a criação de medidas de caráter efetivo para a proteção do direito das mulheres no tocante à propriedade privada, à herança, nacionalidade, entre outros¹⁶⁹.

Por intermédio da resolução A/RES/35/136, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 11 de dezembro de 1980, foi realizado o apoio ao programa de ação esculpido na conferência, assim como em sua parte final é realizada a convocação da III Conferência Mundial¹⁷⁰.

- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)¹⁷¹, 1979

Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 18 de dezembro de 1979, de forma juridicamente vinculativa, entrou em vigor em 3 de setembro de 1981 após a ratificação do vigésimo Estado-Parte (artigo 17.º).

¹⁶⁷ O período compreendido entre 1976 e 1985 denominado Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, e foi anunciado na A/RES/3520 (XXX) de 15 de dezembro de 1975. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a30r3520.htm>>, acedido em 02 Out. de 2017.

¹⁶⁸ V. «Report of the World Conference of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace, Copenhagen, 14 to 30 July 1980» (A/CONF. 94/35). Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/copenhagen.html>>, acedido em 02 Out. de 2017.

¹⁶⁹ Nesta conferência são criados o Programa de Ação, com uma estratégia para atingir o nível nacional, internacional e regional. «Report of the World Conference of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace, Copenhagen, 14 to 30 July 1980» (A/CONF. 94/35), p. 47-287. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/copenhagen.html>>, acedido em 02 Out. de 2017.

¹⁷⁰ Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a35r136.htm>>, acedido em 05 Out. de 2017.

¹⁷¹ É a sigla para «Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women».

No ano de 1972 foi requerido pelo Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas que a Comissão para o Estatuto da Mulher (CEM) reunisse os pontos de vistas dos Estados-Membros acerca de um possível instrumento internacional sobre os direitos fundamentais das mulheres (Nações Unidas, 2002b: 11). A CEDAW foi fruto do intenso trabalho da CEM, que desde de 1946 fiscaliza a situação das mulheres e promove os seus direitos humanos, por intermédio de um conjunto de tratados e declarações (vistos acima), cuja finalidade precípua era tornar digna a vida das mulheres em sociedade (Almeida, 2014: 104).

Naquela ocasião, em contraste com o sistema jurídico de direitos humanos existente, constatou-se que o arcabouço normativo não era suficiente para salvaguardar o exercício de direitos por parte das mulheres. Pese embora elas integrassem o conceito de humanidade, tais instrumentos não proporcionavam e nem garantiam o seu efetivo cumprimento.

Em razão disso, o preâmbulo da CEDAW expõe claramente que as mulheres continuam sendo discriminadas, em situação de pobreza, com acesso precário aos serviços médicos, à educação, ao emprego, entre outros, e, por este facto é fundamental uma mudança em nossa sociedade¹⁷².

O texto introdutório da convenção indica a correta maneira de interpretá-la, tendo em vista que este diploma não se propõe a apresentar novos direitos às mulheres, e sim, visa reconhecer que determinado grupo (no caso as mulheres) possui uma dificuldade invulgar no exercício dos seus direitos em razão da estrutura injusta na qual está inserida (*idem*: 105).

É considerado um instrumento de grande avanço para o direito das mulheres, uma vez que seus artigos sistematizaram temas de grande relevância, tendo em consideração a situação de desequilíbrio em relação aos homens no contexto social, jurídico e político¹⁷³ (*idem*:104).

¹⁷² Cfr. Moscardó: «Esta Convención parte de la idea de que las mujeres de todo el mundo sufren una discriminación basada en su condición de género» (2011: 137).

¹⁷³ Dito de melhor maneira: «Na verdade, a Convenção examina e delimita a realidade concreta das vivências das mulheres, identificando áreas específicas de manifestação de discriminação para criar normas que, tendo-as por referência, melhor permitissem a modificação da realidade social» (Almeida, 2014: 104). Ainda: «The text of the Convention is based on the dominance approach; in the sense that it acknowledges that power relation sexist between men and women – that the difference between women and men it «different» also in the sense that the relations between sexes are asymmetric» (Melo *et al.*, 2012: 932-933).

Outrossim, é importante sublinhar que a finalidade da norma é eliminar a discriminação contra as mulheres, sendo uma definição mais específica que o combate a eliminação da discriminação sexual em geral. Note-se que até aquele momento as normas internacionais proclamavam a igualdade entre mulheres e homens de forma genérica (Melo *et al.*, 2012: 932).

Não obstante, em seu artigo 1.º está contido o conceito detalhado e completo de discriminação¹⁷⁴, proibindo-a em todos os âmbitos, seja o público ou privado. Logo, os valores e preceitos contidos na CEDAW serão aplicáveis tanto no domínio público - na relação mulher e Estado -, quanto na esfera privada¹⁷⁵ – nas relações familiares, matrimoniais, laborais, entre outros (Almeida, 2014: 106).

Diferente da Carta Internacional dos Direitos Humanos, o artigo 1.º em sua parte final imiscui-se nas relações privadas, âmbito dantes considerado «intocável», atendendo de certa maneira as reivindicações das feministas radicais (*idem: ibidem*).

Neste sentido, o artigo 2.º, alínea f, ao descrever as obrigações dos Estados-Partes, afirma que é dever estatal criar medidas para extinguir a discriminação contra as mulheres praticada por atores privados¹⁷⁶.

Por outro lado, o artigo inaugural da CEDAW cria uma proteção para as mulheres, posto que além da proibição da discriminação negativa e injusta, visa compelir a discriminação para o reconhecimento e efetivo exercício dos direitos e liberdades fundamentais das mulheres (Melo *et al.*, 2012: 933).

¹⁷⁴ Assim: «Para os fins da presente Convenção, a expressão «discriminação contra as mulheres» significa qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo que tenha como efeito ou como objetivo comprometer ou destruir o reconhecimento, o gozo ou o exercício pelas mulheres, seja qual for o seu estado civil, com base na igualdade dos homens e das mulheres, dos direitos do homem e das liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social, cultural e civil ou em qualquer outro domínios» (Nações Unidas, 2002b: 12). A partir da CEDAW a discriminação contra as mulheres ultrapassa os padrões tradicionais esculpidos nos direitos humanos, alargando os domínios onde poderá incidir tal discriminação (Nações Unidas, 2003b: 42).

¹⁷⁵ Distintamente da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, cuja previsão da proibição de discriminação faz alusão à vida pública, a CEDAW ampliou a sua atuação para o âmbito privado. A igualdade não se cinge a relação particular-Estado (vertical), mas deverá estar presente na esfera privada (horizontal). (*idem: ibidem*).

¹⁷⁶ V. Recomendação Geral n.º 28, § 13. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CEDAW/Pages/Recommendations.aspx>>, acedido em 07 Out. de 2017.

Byrnes diferencia distinção, exclusão e limitação, termos presentes no artigo 1.º, afirmando que o primeiro caso é aplicável quando a discriminação está baseada na diferença sexual entre mulheres e homens, ao passo que a exclusão relaciona-se aos papéis de género (estereótipos) estratificados em nossa sociedade que impedem o acesso às oportunidades para as mulheres. Por fim, a limitação do direito será discriminatória se esta diminuição no seu exercício for superior à sofrida pelos homens¹⁷⁷ (*apud* Almeida 2014: 107).

É de suma relevância destacar que o entendimento abarcado pelo Comité da CEDAW compreende que o artigo 1.º abrange a discriminação direta e a indireta, sendo esta última, fruto do sistema existente que através de suas práticas ordinárias e «equitativas», acarretam discriminação e perpetuam as desigualdades sexuais¹⁷⁸.

Segundo Almeida há uma mudança de parâmetro na norma, tendo em vista que ela foi alicerçada com base no resultado, ou seja, levou em consideração uma realidade vivenciada por mulheres para a criação do seu conteúdo. Portanto, diante deste contexto é afastada a crença da neutralidade da abstração das normas jurídicas, uma vez que seu surgimento adveio de situações concretas e reais (*idem: ibidem*).

¹⁷⁷ Por outro lado, o Comité da CEDAW em sua Recomendação Geral n.º 28, § 5 afirma que qualquer discriminação é indevida, mesmo quando não é proposital, uma vez que o tratamento neutro ou idêntico poderá, ainda assim, criar um empecilho para o exercício ou gozo de um direito por parte da mulher. Neste sentido: «This definition points out that any distinction, exclusion or restriction which has the effect or purpose of impairing or nullifying the recognition, enjoyment or exercise by women of human rights and fundamental freedoms is discrimination, even where discrimination was not intended. This would mean that identical or neutral treatment of women and men might constitute discrimination against women if such treatment resulted in or had the effect of women being denied the exercise of a right because there was no recognition of the pre-existing gender-based disadvantage and inequality that women face». Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CEDAW/Pages/Recommendations.aspx>>, acedido em 07 Out. de 2017.

¹⁷⁸ Vide Recomendação Geral n.º 28, § 16: «States parties shall ensure that there is neither direct nor indirect discrimination against women. Direct discrimination against women constitutes different treatment explicitly based on grounds of sex and gender differences. Indirect discrimination against women occurs when a law, policy, programme or practice appears to be neutral insofar as it relates to men and women, but has a discriminatory effect in practice on women because pre-existing inequalities are not addressed by the apparently neutral measure. Moreover, indirect discrimination can exacerbate existing inequalities so as to lead to a failure to recognize structural and historical patterns of discrimination and unequal power relationships between women and men». Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CEDAW/Pages/Recommendations.aspx>>, acedido em 07 Out. de 2017.

Além disso, a convenção ao longo dos seus artigos realiza uma abordagem voltada ao alcance da igualdade *de facto*, afastando-se da perspectiva tradicional dos textos jurídicos voltados à igualdade *de jure*.

O artigo 2.º dispõe sobre as obrigações dos Estados-Partes, devendo ser conjugado com os artigos 3.º, 4.º, 5.º e 24.º, tendo como fundamento a definição de discriminação contida no artigo 1.º, de acordo com os termos constantes na Recomendação Geral n.º 28, § 7. Este dispositivo legal fixa o dever estatal para a criação de medidas com enfoque na igualdade e detalha os deveres a serem observados pelos Estados-Partes no combate à discriminação contra a mulher (Almeida, 2014: 109).

Outrossim, a alínea a dispõe que é obrigação dos Estados Partes inscrever em sua Constituição¹⁷⁹ ou lei apropriada, o princípio da igualdade entre os sexos e assegurar a sua aplicação, bem como constam nas demais alíneas que sejam adotadas medidas legislativas e outras medidas apropriadas (proteção jurisdicional, revogar disposições penais que sejam discriminatórias contra as mulheres ou quaisquer outras leis, disposições ou costumes).

O artigo 3.º estabelece as medidas a serem adotadas em conformidade com o artigo 2.º, ao passo que o artigo 4.º fixa o dever de aplicação de medidas temporárias especiais para o alcance mais célere da igualdade *de facto*.

Em rigor, o disposto no artigo 4.º prevê que os Estados Partes deverão criar medidas para equilibrar uma situação de desvantagem existente contra as mulheres, por intermédio das ações positivas¹⁸⁰. Ao estabelecer essa

¹⁷⁹ No que concerne à obrigação dos Estados de incluir o princípio da igualdade em sua Constituição: «Relativamente à segunda questão acima enunciada, obrigação de inclusão, por todos os Estados Partes, nas suas Constituições Políticas de um princípio geral de igualdade e não discriminação, cumpre referir que este princípio geral do Direito é uma aquisição civilizacional relativamente recente (séc. XX) que, sendo preciosa, é hoje insuficiente por não reconhecer, nem garantir que o valor igualdade seja configurado como um direito fundamental pessoal» (Almeida, 2014: 110).

¹⁸⁰ Consoante os termos constantes na Recomendação Geral n.º 25, § 17, utilizam-se diversas formas para mencionar as ações positivas: medidas especiais, ações afirmativas, medidas positivas, discriminação reversa e discriminação positiva. Em nota de rodapé esclarece as diferenças: «The term “affirmative action” is used in the United States of America and in a number of United Nations documents, where as the term “positive action” is currently widely used in Europe as well as in many United Nations documents. However, the term “positive action” is used in yet another sense in international human rights law to describe “positive State action” (the obligation of a State to initiate action versus a State’s obligation to abstain from action). Hence, the term “positive action” is ambiguous in as much as its meaning is not confined to temporary special measures as understood in article 4, paragraph 1, of the Convention. The terms “reverse discrimination” or “positive discrimination” are criticized by a number of commentators as inappropriate». Aprofundaremos este tema no capítulo seguinte. Disponível em:

possibilidade, a Convenção abre caminho para que sejam estabelecidas medidas corretivas especiais para o alcance da igualdade de oportunidades e tratamento¹⁸¹, sendo certo que elas cessarão os seus efeitos quando atingidos tais fins (Nações Unidas, 2002b: 16-17).

Nesta perspectiva, a Recomendação Geral n.º 5 do Comité da CEDAW adotada na sétima sessão realizada em 1988, enfatiza a necessidade dos Estados-Partes de introduzirem as ações positivas, seja pelo tratamento diferenciado ou sistema de quotas, para o avanço da integração das mulheres em todos os níveis de nossa sociedade¹⁸².

Adiciona-se que o Comité da CEDAW decidiu em sua trigésima sessão (2004) elaborar uma recomendação geral para o artigo 1.º, § 1, esclarecendo a interpretação deste dispositivo para garantir a sua integral utilização pelos Estados-Partes. Em seu parágrafo oitavo destaca que a forma legal ou abordagem programática não é suficiente para atingir a igualdade com os homens, compreendida por este órgão como a igualdade substantiva. Isso porque as diferenças biológicas, culturais e sociais devem ser consideradas, sob pena de manutenção das desigualdades vivenciadas por elas. Além disso, no § 20 estabelece que os direitos humanos das mulheres devem ser efetivos para que elas alcancem a igualdade fática, o que inclui, a adoção das ações positivas.

A realçar que de acordo com o posicionamento das Nações Unidas, para a efetividade do artigo 4.º e aplicação da norma, não há necessidade de transposição para o ordenamento jurídico interno, sendo a mesma integrada automaticamente na ordem jurídica estatal, sem necessidade de mediação (Raposo, 2004: 63).

<<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CEDAW/Pages/Recommendations.aspx>>, acedido em 07 Out. de 2017.

¹⁸¹ Logo: «Nos termos do artigo 4.º, a igualdade de direito (*de jure*), mesmo quando seja reconhecida às mulheres, não lhes garante automaticamente a igualdade de tratamento na prática (*de facto*). Para acelerar a realização de uma igualdade «*de facto*» entre homens e mulheres na sociedade e no local de trabalho, os Estados são autorizados a aplicar medidas correctivas especiais até que as desigualdades tenham sido eliminadas. A Convenção vai, por isso, além do conceito estreito de igualdade formal e fixa como objectivos a igualdade de oportunidades e a igualdade de tratamento. É, contudo, justo e necessário adoptar medidas positivas para atingir esses objectivos» (Nações Unidas, 2002b: 16).

¹⁸² Recomendação Geral n.º 5 do Comité da CEDAW. Ver também: Recomendação Geral n.º 23, § 15 e n.º 25 sobre medidas temporárias especiais. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CEDAW/Pages/Recommendations.aspx>>, acedido em 07 Out. de 2017.

Por outro lado, há o entendimento que após a ratificação da Convenção (desde que sem reservas ao artigo 4.º), é possível ser utilizado o mecanismo de ação positiva. Desta feita, poderá ser reivindicada qualquer medida para concretizar o princípio da igualdade entre os sexos, não sendo cabível a oposição com base no princípio geral de igualdade previsto no direito interno ou constitucional¹⁸³ (Vogel-Polsky: 1989: 25-26).

O artigo 5.º fixa o dever dos Estados em realizar medidas para a modificação dos esquemas e padrões de comportamentos socioculturais, uma vez que os estereótipos representam um obstáculo para atingir a igualdade *de facto*.

Em rigor, este artigo cria uma responsabilidade para os Estados, qual seja, combater a discriminação estrutural social por meio da alteração dos padrões de comportamento, tendo em vista que pretende a erradicação dos estereótipos e das noções ligadas aos papéis de género tão enraizadas em nossa sociedade (Melo *et al.*: 2012: 933)¹⁸⁴.

Por outro lado, os direitos políticos estão descritos nos artigos 7.º ao 9.º, reafirmando no artigo 7.º o exercício do direito de votar, ser votada, integrar a política em todas as suas esferas, os cargos públicos etc., em igualdade de condições com os homens, sendo que estas previsões correspondem aos artigos constantes na DUDH e no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos¹⁸⁵.

Não obstante, a convenção estabelece acerca da igualdade na educação, no trabalho e emprego, acesso aos serviços de saúde, no direito da família, entre outros.

Um dos maiores legados desta Convenção, além de todo o arcabouço protetivo constante em seu texto, é a imposição aos Estados-Partes ao combate à discriminação, não sendo passível a escusa legal caso alguma norma interna

¹⁸³ Raposo apresenta argumentos críticos acerca desta posição radical (2004: 63-64).

¹⁸⁴ Em adição, é dever dos Estados-Partes implementar medidas para extirpar os estereótipos, seja pela política educacional, conscientização pelos media, etc. O propósito é, afinal, romper com o pensamento tradicional existente acerca do que significa ser mulher e homem (Melo *et al.*, 2012: 933).

¹⁸⁵ Este artigo ampliou os direitos previstos no artigo 25.º do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, eis que estabelece que elas possuem o direito de votar «(...) em todas as eleições e em todos os referendos públicos e de ser elegíveis para todos os organismos publicamente eleitos (...)» (Nações Unidas, 2002b: 20). Sem embargo, o Comité da CEDAW elaborou a Recomendação Geral n.º 23, acerca da interpretação dos artigos 7.º e 8.º.

vá de encontro ao princípio da igualdade, tampouco o uso dos costumes. Assim, os Estados são compelidos a uma mudança normativa e de seus costumes, caso os mesmos constituam uma fonte de discriminação ou um empecilho ao alcance da igualdade (Moscardó, 2011: 138). No entanto, pese embora o título de «Carta de Direitos Humanos das Mulheres», esta é uma das convenções das Nações Unidas com o maior número de reservas¹⁸⁶, o que pode resultar no esvaziamento do seu conteúdo e sentido (Lopes, 2005: 168).

Até outubro de 2017 a Convenção foi ratificada por 189 países, todavia só dois Estados assinaram (Estados Unidos e Palau), e, seis não assinaram e tampouco ratificaram os termos do tratado (Vaticano, Irão, Niue, Somália, Sudão e Tonga)¹⁸⁷.

Do mesmo modo, salienta-se que todos os Estados-Membros da União Europeia ratificaram a CEDAW, não ocorrendo o mesmo com o Protocolo Opcional (anexo 3). Apesar disso, a Convenção é apontada como um instrumento de proteção para as mulheres integrantes da União Europeia (Melo *et al.*, 2012).

i. Protocolo Opcional, 1999

A Assembleia Geral adotou em 6 de outubro de 1999 o Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Este documento dispõe que será atribuído ao Comité sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres a responsabilidade pela fiscalização do cumprimento da Convenção pelos Estados-Partes, bem como para o recebimento e processamento de queixas individuais ou grupais no âmbito de sua jurisdição (Moreira *et al.*, 2014: 198).

Ratificado por 109 Estados-Membros até outubro de 2017, este documento foi concebido com a finalidade de tornar mais efetivo o teor da

¹⁸⁶ Apesar do artigo 28.º, n.º 2 consignar que não poderá nenhuma reserva ser incompatível com o objeto e finalidade da convenção (Lopes, 2005: 168).

¹⁸⁷ Dados disponíveis nas Nações Unidas: <<http://indicators.ohchr.org/>>, acedido em 07 Out. de 2017. Diversamente das Nações Unidas, Almeida (2014: 104) não contabiliza Niue e o Palau, uma vez que os considera, respetivamente, estados associados à Nova Zelândia e Estados Unidos.

convenção, com a previsão de determinados procedimentos para salvaguardar os titulares desse direito em caso de incumprimento¹⁸⁸ (Almeida, 2014: 105).

Inicialmente, é importante salientar que a atribuição do Comité para Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, é zelar pela fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas na CEDAW. Sua composição engloba 23 *experts* independentes, de alta autoridade moral e grande competência nos assuntos abrangidos pela CEDAW, sendo escolhidos pelos Estados-Partes por eleição (artigo 17.º, n.º 1 da convenção).

Cabe ao Comité analisar os avanços alcançados na aplicação da CEDAW, por meio dos relatórios¹⁸⁹ apresentados pelos Estados-Partes acerca das medidas (administrativa, judiciária, legislativa ou outra) adotadas com o fim de concretizar às disposições contidas no tratado.

Outrossim, este órgão poderá formular sugestões e recomendações gerais¹⁹⁰ para os Estados-Membros sobre a sua interpretação dos artigos da convenção, a fim de elucidar os procedimentos a serem observados pelos Estados.

Além disso, consta no protocolo a competência do Comité da CEDAW para processar as denúncias, individuais ou em grupo, na esfera de sua jurisdição após esgotados todos os meios processuais na ordem interna. Excepcionalmente, o Comité apreciará um requerimento fora desta situação, se forem ultrapassados os prazos razoáveis ou na hipótese de ser improvável a condução numa reparação efetiva (artigo 4.º).

Sem embargo, consta no protocolo a previsão de dois tipos de procedimentos: o de participação cuja finalidade é garantir o acesso das mulheres, individualmente ou em grupo, no processamento de violação da Convenção pelo Estado Parte, e, de inquérito, que permite a instauração de inquéritos por parte do Comité para que sejam investigadas violações graves ou sucessivas dos direitos das mulheres. No segundo caso, quando o Comité

¹⁸⁸ Lopes descreve a resistência para aprovação do protocolo, bem como os argumentos desfavoráveis a sua elaboração (2005: 167-168).

¹⁸⁹ Para Miranda os relatórios enviados pelos Estados-Partes já constitui por si só uma maneira de proteção aos direitos humanos (2004: 297).

¹⁹⁰ Até outubro de 2017 o Comité elaborou 25 Recomendações Gerais com abordagens temáticas variadas, como: educação, medidas especiais (ações positivas), violência contra as mulheres, saúde, entre outros. V. UN Women. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/>>, acessado em 08 Ago. de 2017.

receber uma informação de grave ou sistemática violação da CEDAW por um Estado-Parte, realizará uma investigação sobre a matéria, se considerar a fonte da informação confiável (Moreira *et al.*, 2014: 198).

Portanto, o protocolo possibilitou ao Comité da CEDAW apreciar queixas individuais, através da apresentação de petições individuais, relacionadas às violações do conteúdo disposto no tratado.

Consoante esta previsão o Comité produziu importantes decisões, muito embora não tenham natureza juridicamente vinculativa aos Estados-Partes. Um caso recente envolveu a questão da violência contra a mulher e os mecanismos estatais utilizados pelo estado da Geórgia¹⁹¹. As autoras X e Y foram vítimas de violência doméstica perpetradas pelo, respetivamente, marido e pai. A série de abusos inicia em 1993 quando Y tinha três anos de idade, sendo detetado por sua avó que o pai colocava a mão na genitália de sua neta de maneira imprópria. Em seguida, seguem os relatos sucessivos de abusos físicos, que foram comunicados às autoridades competentes. Na ocasião, os agentes oficiais entravam em contacto com o agressor e ele assinava um termo a dizer que não cometeria tal ato novamente, tendo esta situação repetido-se pelo menos por três vezes.

Em outras circunstâncias as autoridades negaram-se a iniciar a investigação penal, sendo observado pelo Comité que os compromissos firmados pelo marido não tiveram o efeito de cessar a violência causada pelo mesmo.

Assim, nas investigações que tiveram seguimento, as autoridades da Geórgia decidiram que não existia *corpus delicti* nos atos praticados pelo esposo, enquanto que os tribunais declararam que os casos não possuíam fundamentação.

Diante deste cenário, o Comité decidiu que o estado da Geórgia não cumpriu com a sua obrigação em adotar medidas para coibir a violência contra a mulher, e, formulou as seguintes recomendações: i) garantir às vítimas de violência doméstica uma rede adequada de apoio; ii) aumentar as campanhas de sensibilização e inserir uma política de tolerância zero no tocante à violência

¹⁹¹ *Comunicacion n.º 24/2009 – Committee on the Elimination of Discrimination against Women – CEDAW/C/61/D/24/2009*. Disponível em: <http://juris.ohchr.org/Search/Results>, acedido em 23 Out. de 2017.

doméstica; iii) ratificar a Convenção do Conselho da Europa sobre Prevenção e Luta contra a Violência contra a Mulher e a Violência Doméstica; iv) realizar formação obrigatória a juizes/as, advogados/as, magistrados/as do Ministério Público, funcionários/as encarregados/as da aplicação da lei, sobre a legislação de violência doméstica e estereótipos de género. Por fim, em relação às autoras definiu que deverá ser fixada uma indemnização monetária proporcional e adequada, tendo em consideração a gravidade da violação dos seus direitos¹⁹².

A convenção é uma norma viva, sendo a atuação do Comité relevante para que os Estados-Partes cumpram com as obrigações assumidas perante a comunidade internacional.

Destarte, além dos procedimentos de queixa, o Comité é responsável pela análise dos relatórios elaborados pelos Estados-Partes, onde apontam quais as medidas estão a ser adotadas para concretizar o entabulado no tratado.

Desta maneira, o relatório mais recente elaborado pelo Comité contendo as observações finais sobre os informes periódicos oitavo e nono combinados de Portugal¹⁹³ destaca aspetos positivos em relação a adoção de medidas legislativas, como a Lei n.º 26/2014, alterações no Código do Trabalho que introduziu disposições sobre a proteção da paternidade e conciliação da vida laboral e familiar, entre outros. Além disso, menciona o V Plano Nacional de Ação para a Igualdade de Género (2014-2017), o III Programa de Ação Nacional para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2014-2017), o II Plano de Ação Nacional para a aplicação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança, etc.

No entanto, este Órgão manifestou a sua preocupação na aplicação da CEDAW além do continente, nomeadamente, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, bem como destacou que as mulheres ainda representam

¹⁹² Após consulta ao portal do Comité da CEDAW foram encontrados 52 resultados em sua jurisprudência recente, sendo que 25 comunicações tiveram como efeito a adopção de recomendações ao Estado(s)-Parte (s), seja pelo entendimento de violação da CEDAW ou não. Os estados são: Áustria (2), Belarus (1), Brasil (1), Bulgária (3), Canadá (1), Cazaquistão (1), Dinamarca (5) – equivocadamente na listagem consta um caso como sendo parte a Dinamarca, mas ao analisar o documento constata-se que o facto ocorreu no México - CEDAW/C/67/D/75/2014), Espanha (1), Filipinas (2), Geórgia (1), Holanda (2), Hungria (2), Peru (1), Rep. Unida da Tanzânia (1) e Turquia (1). As queixas envolvem alegação de discriminação em áreas diversas, como a laboral, familiar, imigração, entre outros. Disponível em: <<http://juris.ohchr.org/Search/Results>>, acedido em 28 Out. de 2017.

¹⁹³ V. *Concluding Observations* - CEDAW/C/PRT/CO/8-9. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CEDAW%2fC%2fPRT%2fCO%2f8-9&Lang=en>, acedido em 28 Out. de 2017.

uma minoria nos postos de responsabilidade do Poder Executivo, no Supremo Tribunal de Justiça, dentre outros. Neste último caso, recomendou ao estado português aumentar a representação de mulheres na vida política através da alteração da Lei de Paridade, com aumento do percentual para 50% de representação para ambos os sexos em todas as assembleias (nível europeu, nacional, local – incluindo as regiões autónomas). Sugere ainda que seja introduzida uma sanção em caso de incumprimento, e, que criem medidas especiais para aumentar a representação de mulheres nos postos de responsabilidade do Poder Executivo, no serviço diplomático, no Supremo Tribunal, entre outros¹⁹⁴.

Da leitura dos relatórios, tanto os elaborados pelos Estados-Partes como os confeccionados pelo Comité, constatamos as mudanças políticas relacionadas aos direitos das mulheres. As transformações podem ser de carácter positivo (como a implementação dos planos de ação em Portugal e criação de normas protetivas para as mulheres) ou negativo (como por exemplo a incerteza acerca das medidas de austeridade e seu impacto nas mulheres), sendo uma maneira de ‘controlo’ do cumprimento da CEDAW pelos Estados.

Pese embora as recomendações ali descritas não serem vinculativas, é um importante instrumento para efetivação dos direitos das mulheres.

- As III e IV Conferências das Nações Unidas sobre a Mulher

A CEDAW com seus avanços e valores é apontado como uma norma jurídica que rompeu com a barreira da igualdade formal *de jure* para a igualdade real, *de facto*, acarretando em mudanças que extrapolaram o âmbito jurídico (Silva, 2013: 61).

¹⁹⁴ Aponta para a mesma direção o relatório elaborado pelo Comité endereçado ao estado brasileiro, cujas algumas recomendações são: adoção de leis que visam aumentar de facto a participação das mulheres na vida política; desenvolvimento de políticas públicas para a inserção da mulher em todas as esferas da vida pública (com fundamento na Recomendação Geral n.º 25; criação de medidas especiais de carácter temporário para acelerar a participação política das mulheres, especialmente, as mulheres negras, indígenas e com deficiência. Cfr. *Concluding Observations* - CEDAW/C/BRA/CO/7. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CEDAW%2fC%2fBRA%2fCO%2f7&Lang=en>, acessado em 29 Out. de 2017.

Com efeito, posteriormente ao término da II Década da Mulher, é realizada uma avaliação e revisão da trajetória até então percorrida, com a ocorrência da III Conferência Mundial sobre as Mulheres¹⁹⁵, em 1985, na cidade de Nairobi.

Assim como na conferência anterior, o seu intuito era fixar medidas mais efetivas para a superação dos obstáculos e atingir os objetivos delimitados na Década da Mulher. Esta conferência contou com a participação de 157 Estados-Membros contendo 1.900 delegados/as, 12.000 participantes de ONGs nos fóruns paralelos, sendo discutidas e adotadas estratégias para o avanço da igualdade¹⁹⁶.

Por conseguinte, foi adotado o programa denominado Estratégias para o Futuro para o Progresso das Mulheres – «The Nairobi Forward - looking Strategies for the Advancement of Women» - com o intuito de abarcar todas as perspectivas relacionadas às questões das mulheres, com uma visão a longo prazo¹⁹⁷ e que causasse impacto em diferentes áreas de atuação¹⁹⁸ (*idem*: 62).

Uma década após a conferência de Nairobié realizada a IV Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres na cidade de Pequim, em setembro de 1995, onde houve uma intensa discussão acerca da situação das mulheres na seara internacional. Nesta oportunidade, foram criados os alicerces para o que se denomina igualdade de género (*idem*: 55). No fim da conferência foi aprovada a Declaração e a Plataforma de Pequim¹⁹⁹, bem como decidiu-se pela criação de uma avaliação dos Planos de Ação a cada cinco anos, sendo esta uma

¹⁹⁵ Denominada pela ONU «World Conference to Review and Appraise the Achievements of the UN Decade for Women: Equality, Development and Peace», em Nairobi, entre 15 a 26 de julho de 1985. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/nairobi.html>>, acedido em 02 Out. de 2017.

¹⁹⁶ Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/how-we-work/intergovernmental-support/world-conferences-on-women>>, acedido em 02 Out. de 2017.

¹⁹⁷ Esta estratégia foi concebida para abranger o período de 1986 a 2000. V. «Report of the World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace» (A/CONF. 116/28/Rev. 1), p. 6. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/nairobi.html>>, acedido em 02 Out. de 2017.

¹⁹⁸ Cfr. Silva: «É neste contexto que, pela primeira vez, num documento intergovernamental, aparece o termo “género”. É, no entanto, usado de forma tímida, apenas cerca de uma dezena e meia de vezes ao longo dos 372 parágrafos, e traduzindo conceitos diferentes» (2013: 63).

¹⁹⁹ Afirmam Moreira e Gomes acerca da relevância desta plataforma: «A Plataforma de Ação de Pequim é especialmente importante, já que constitui o programa mais completo sobre os direitos humanos das mulheres, com um diagnóstico global da situação das mulheres e um exame das políticas, estratégias e medidas para a promoção dos direitos das mulheres em todo o mundo» (Moreira *et al.*, 2014: 198-199).

oportunidade para avaliar-se o que foi feito, partilhar boas práticas e definir os objetivos a serem atingidos (Moreira *et al.*, 2014: 198).

Este encontro foi significativo²⁰⁰ para a conquista da igualdade de género, uma vez que a Declaração de Pequim e sua Plataforma de Ação foram aprovados por 189 Estados e retrataram os compromissos internacionais assumidos por eles: atingir a igualdade, o desenvolvimento e a paz (Cruz, 2007: 95).

É considerado a maior e mais importante das conferências realizadas até então, em razão do número de participantes, do progresso conceitual (com a inserção das definições de *gender mainstreaming* ou perspetiva de género, e dos programas fixados para o alcance da igualdade e eliminação da discriminação (Viotti, 2006: 148).

Nesta ocasião, os direitos das mulheres e meninas são ratificados como direitos humanos, assim como a sua promoção na seara internacional. É a partir deste momento, que as questões concernentes aos direitos das mulheres assumem um protagonismo na agenda política, retirando o seu carácter marginal e tornando-se tema integrado aos direitos humanos (Silva, 2013: 66).

Dessa maneira, são fixados objetivos estratégicos para orientar os Estados acerca do marco legal, fomentar a criação de políticas voltadas à igualdade e erradicar a discriminação (Viotti, 2006: 149).

Ainda, foi apreciado o projeto da Comissão do Estatuto da Mulher de elaboração do Protocolo Opcional da CEDAW, sendo o mesmo aprovado pela Assembleia Geral em 6 de outubro de 1999 (Abarca, 2010: 823).

Não obstante, identifica-se a necessidade de reavaliar a estrutura social, para que de facto as mulheres alcancem a igualdade, sendo um dos legados desta conferência o conceito de *empowerment*, isto é, o conjunto de ideias que representam a afirmação da mulher como cidadã e ser humano ativo integrante no seio social²⁰¹.

²⁰⁰ É compreendido como um momento de viragem na agenda para igualdade de género, tendo em vista que foram fixados objetivos estratégicos e ações para o progresso da igualdade em doze campos críticos: mulher e pobreza, mulher no poder e tomada de decisão, violência contra a mulher, direitos humanos das mulheres, mulher e saúde, entre outros. Ver UN Women. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/how-we-work/intergovernmental-support/world-conferences-on-women#beijing>>, acedido em 05 Out. de 2017.

²⁰¹ Em rigor: «É o chamado “empowerment” das mulheres; um termo que traduz várias ideias em simultâneo, incluindo a tomada de consciência pelas mulheres do seu próprio valor, a

Por fim, após a conferência de Pequim foram realizadas outras com denominação semelhante a esta (Pequim+5 e Pequim+10), mas não tiveram o mesmo impacto como as conferências anteriores (Moscardó, 2011: 143).

- Conferência de Viena, 1993

Em junho de 1993²⁰² ocorreu a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos na cidade de Viena, com o escopo de promover os direitos humanos das mulheres (Moreira *et al.*, 2014: 198).

Neste âmbito, foi elaborada a Declaração de Viena e o Programa de Ação. O seu contributo foi consignar expressamente na Declaração de Viena que os direitos humanos das mulheres²⁰³ e das meninas são inalienáveis, integrais e parte indivisível do sistema universal de direitos humanos. Em suma: reconheceu-se que os direitos das mulheres são direitos humanos (Raposo, 2004: 59).

Esta afirmação posiciona os direitos das mulheres na «moldura dos direitos humanos», retirando-se o foco da discussão binária e inserindo no centro dos debates as questões relacionadas aos seus interesses (Ferreira, 2005: 20).

Declara ainda como objetivos a total e igual participação das mulheres na política, na vida civil, económica, social, cultural, nas esferas nacional, regional e internacional, assim como a erradicação de todas as formas de discriminação em razão do sexo²⁰⁴.

Outrossim, foi solicitada à Assembleia Geral a aprovação do projeto da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, sendo a mesma

sua capacitação e auto-afirmação, o acesso ao poder e à decisão, significando que elas são cidadãs de parte inteira, contribuintes de todos os processos de desenvolvimento e decisoras do seu destino» (Silva, 2013: 71).

²⁰² Segundo Moscardó o clima era de otimismo proporcionado pelo fim da Guerra Fria e pela queda do muro de Berlim (2011: 144).

²⁰³ Lopes discorda da terminologia, tendo em vista que na sua opinião não existe «direitos humanos das mulheres», uma vez que tais direitos são aplicáveis a todos/as, mulheres e homens, de forma indistinta. Ela defende uma «vertente feminina», face às características específicas das mulheres (2005: 158-159).

²⁰⁴ Desde os debates travados pela diplomata Bertha Luz para a inclusão da palavra *mulher* na Carta das Nações Unidas até este momento, foi um longo caminho para legitimar os direitos das mulheres como direitos humanos. Porém, é interessante destacar que este reconhecimento não foi deliberado previamente, posto que não há nenhuma menção nos documentos preparatórios da conferência. Portanto, esta conquista foi o resultado da pressão das organizações feministas internacionais presentes no encontro (Ferreira, 2005: 22).

adotada em 20 de dezembro de 1993 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Neste documento, foi concebido o conceito de violência contra a mulher praticado ou tolerado na esfera pública quanto na privada (Abarca, 2010: 820).

Conquanto não sejam instrumentos juridicamente vinculativos, assim como as declaração e planos gerados nas conferências anteriores, a Declaração e o Programa de Ação de Viena são considerados importantes mecanismos de cariz político e principiológico (Nações Unidas, 2003b: 46).

- Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Plataforma de Cairo, 1994)

A Conferência de Cairo realizada em 1994 para discutir acerca do desenvolvimento e população foi reconhecida pela consagração da definição dos direitos reprodutivos, modificando o seu parâmetro para a esfera dos direitos individuais (Frossard, 2006: 11).

Isto quer dizer que o ponto nevrálgico da discussão relacionada aos direitos reprodutivos perdeu a sua força no tocante a regulação da fecundidade para o controlo da população, ganhando maior robustez na esfera dos direitos individuais de mulheres e homens (*idem: ibidem*).

A partir desta conferência chegou-se a um consenso de que o controlo populacional não é suficiente para o desenvolvimento humano, e sim, o foco nos direitos humanos e a expansão dos direitos das mulheres²⁰⁵ (Patriota, 2006: 34).

Por outro lado, é neste encontro que o termo género ganha amplitude, compreendendo mulheres e homens. Em seu capítulo IV intitulado «Gender Equality, Equity and Empowerment of Women» consta em seus subcapítulos questões relacionadas ao *status* da mulher, da menina e da responsabilidade do homem e sua participação²⁰⁶ (Silva, 2013: 64-65).

²⁰⁵ Neste sentido: «Nesta perspectiva, delegados de todas as regiões e culturas concordaram que a saúde reprodutiva é um direito humano e um elemento fundamental da igualdade de género» (Patriota, 2006: 34).

²⁰⁶ Assim: «The full participation and partnership of both women and men is required in productive and reproductive life, including shared responsibilities for the care and nurturing of children and maintenance of the household». V. «International Conference on Population and Development» (A/CONF. 171/13). Disponível em: <<http://www.un-documents.net/ac171-13.htm>>, acedido em 05 Out. de 2017.

Destarte, em suas acções ratifica o dever dos Estados em eliminar as desigualdades entre mulheres e homens, principalmente no campo da igual participação e representação equitativa em todos os níveis do processo político, na vida pública, na eliminação de todas as práticas discriminatórias contra as mulheres, entre outros²⁰⁷.

Nesta linha de raciocínio, foram realizadas a Cimeira de Copenhaga e a Conferência de Istambul²⁰⁸. Ambas estabeleceram compromissos para o alcance da igualdade entre mulheres e homens (*idem: ibidem*).

- As Convenções da Organização Internacional do Trabalho

Antes de adentrarmos a legislação regional, é significativo fazer menção à Organização Internacional do Trabalho (OIT), Órgão que desde o seu nascedouro em 1919, dedicou-se a ser o interlocutor na relação entre as mulheres e os empregadores²⁰⁹.

Sua origem remonta ao Tratado de Versalhes, que em sua parte XIII estabelece uma secção voltada à organização do trabalho, cujo escopo era estabelecer a paz universal (Martins *et al.*, 1996: 180). O documento constitutivo da OIT menciona uma gama de direitos aos trabalhadores/as, destacando que pelo alcance da justiça social é que será possível atingir o fim da organização (Miranda, 2004: 298).

A OIT é mencionada como a primeira agência especializada ligada à Organização das Nações Unidas, tendo sua sede em Genebra e as suas atribuições consagradas na Declaração de Filadélfia (Martins *et al.*, 1996: 181-182).

Sua relevância é inegável para as mulheres trabalhadoras, eis que este órgão criou inúmeras convenções voltadas à proteção, seja na maternidade,

²⁰⁷ Ver em «International Conference on Population and Development» (A/CONF. 171/13). Disponível em: <<http://www.un-documents.net/ac171-13.htm>>, acedido em 05 Out. de 2017.

²⁰⁸ Cfr.: «Copenhagen Declaration on Social Development» (A/CONF. 166/9), disponível em: <<http://www.un-documents.net/cope-dec.htm>> e «United Nations Conference on Human Settlements (Habitat II)» (A/CONF. 165/14), disponível em: <<http://www.un-documents.net/hab-ag.htm>>, ambos acedidos em 05 Out. de 2017.

²⁰⁹ Informação disponível em: <<http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/history/lang--en/index.htm>>, acedido em 23 Out. de 2017.

trabalho noturno ou na igualdade de remuneração para o trabalho de igual valor. Abaixo algumas convenções que exemplificam a postura desta entidade:

- n.º 3, de 29 de outubro de 1919, denominada Convenção relativa ao Emprego das Mulheres antes e depois do parto (Proteção à Maternidade) prevê em seu artigo 3.º a proibição do trabalho no período de seis semanas após o parto e o recebimento - no período de ausência-, de uma indemnização para a sua subsistência, além das folgas de 30 minutos para o aleitamento²¹⁰;
- n.º 4, de 29 de outubro de 1919, denominada Convenção relativa ao Trabalho Noturno das Mulheres²¹¹, previa a proibição do trabalho noturno para as mulheres, salvo nas exceções descritas no artigo 4.º da própria convenção;
- n.º 45, de 20 de junho de 1935, denominada Convenção dos Trabalhos Subterrâneos (mulheres) previa expressamente em seu artigo 2.º a proibição de mulheres, em qualquer idade, em realizar trabalhos subterrâneos em minas, exceto aquelas que não executarem o trabalho manual; as ocupantes dos serviços sanitários e sociais; as estagiárias por conta dos estudos; e, por necessidade do exercício da profissão de caráter não manual (Deputados, 2016: 25).
- n.º 100, de 29 de junho de 1951 a chamada Convenção sobre a Igualdade de Remuneração, fixando em seu artigo 2.º, o dever de cada membro da OIT na criação de instrumentos de incentivo e na aplicação do princípio da igualdade de remuneração para mulheres e homens que desempenham a mesma atividade (*idem*: 30-33).

²¹⁰ O Poder Executivo brasileiro por intermédio do Decreto nº. 423 de novembro de 1935, promulgou quatro projetos de Convenção, aprovados pela Organização Internacional do Trabalho, da Liga das Nações: Convenção relativa ao emprego das mulheres antes e depois do parto; Convenção relativa ao trabalho noturno das mulheres; Convenção que fixa a idade mínima de admissão das crianças nos trabalhos industriais; Convenção relativa ao trabalho noturno das crianças na indústria. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_234869/lang-pt/index.htm#c1>, acedido em 23 Out. de 2017.

²¹¹ Esta convenção foi ratificada pelo estado português através do Decreto n.º 15.361, de 3 de abril de 1928, D.G. I Série I n.º 207 de 14 de abril de 1928. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_convencoes_numero_pt.htm>, acedido em 23 Out. de 2017.

- n.º 111, de 28 de junho de 1958 a Convenção sobre a Discriminação (emprego e profissão) estabeleceu em seu artigo 1.º a definição de discriminação²¹² e mencionou no artigo seguinte que caberá aos seus membros efetivar uma política nacional para proporcionar igualdade de oportunidade e tratamento na área do emprego e profissão.

Nesta convenção, consta que aplicação de medidas especiais de proteção ou assistência de outros instrumentos jurídicos, não serão configuradas como discriminatórias (artigo 5.º) (*idem*: 38-40).

- n.º 171, de 26 de junho de 1990 chamada de Convenção sobre o Trabalho Noturno, prevendo ao longo do documento medidas de proteção ao trabalhador/a que labora no horário noturno. Esta norma dispõe sobre a proteção para a trabalhadora grávida e mãe, sendo uma medida protetiva para a mulher em situação de vulnerabilidade²¹³ (*idem*: 57-60).

Estes documentos tiveram grande relevância no cenário internacional, devido à sua influência na criação de mecanismos para a proteção das mulheres.

Consoante as disposições internacionais de direitos humanos ora examinadas, extraímos que a monitorização realizada pelos Comitês (quando previstos nos tratados) possui uma natureza «quase judicial». Entretanto, uma das críticas a este sistema, é que o mesmo limita-se ao *power of shame* ou *power of embarrassment* da comunidade internacional, uma vez que é despojado de força vinculativa, possuindo um amparo reduzido para combater as violações de direitos humanos perpetrados pelos Estados (Piovesan, 2007: 133-134). Sem

²¹² Assim: «Para fins da presente convenção, o termo “discriminação” compreende: a) toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião pública, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão; b) qualquer outra distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou tratamento em matéria de emprego ou profissão, que poderá ser especificada pelo membro interessado depois de consultadas as organizações representativas de empregadores e trabalhadores, quando estas existam, e outros organismos adequados» (Deputados, 2016: 38).

²¹³ Cfr.: «Artigo 7.º 1) Deverão ser adoptadas medidas para assegurar que existe uma alternativa do trabalho noturno para as trabalhadoras que, a falta dessa alternativa, teriam que realizar esse trabalho: a) antes e depois do parto, durante o período de, pelo menos, dezasseis semanas, das quais oito, pelo menos, deverão ser tomadas antes da data estimada para o parto; b) com prévia apresentação de certificado médico indicando que isso é necessário para a saúde da mãe ou do filho, por outros períodos compreendidos: i) durante a gravidez; ii) durante um lapso determinado além do período posterior ao parto estabelecido em conformidade com o item a do presente parágrafo, cuja duração será determinada pela autoridade competente e prévia consulta junto às organizações mais representativas dos empregadores e de trabalhadores» (*idem: ibidem*).

embargo, cada vez mais os Comitês têm alcançado maior expressão e tornado-se um importante organismo na defesa dos direitos humanos.

1.2. Principais instrumentos regionais africanos e interamericanos especializados de proteção dos direitos humanos

1.2.1. Os principais instrumentos regionais africanos

Inicialmente, pretendemos com esta abordagem traçar algumas linhas acerca dos direitos humanos com enfoque no direito das mulheres em África. Percorreremos um trajeto mais amplo, com a finalidade de retratar os mecanismos de proteção que podem ser acionados em situações de discriminação²¹⁴.

Não obstante, o texto inaugural relacionado aos direitos humanos remonta à Carta da Organização da Unidade Africana²¹⁵ (OUA), adotada na cidade de Addis Ababa, em 25 de maio de 1963, onde dispõe em seu preâmbulo que a igualdade é um dos objetivos primordiais para o atingimento das legítimas aspirações dos Povos Africanos²¹⁶ (Heyns e Killander, 2013: 2).

Todavia, a Carta não é um instrumento de proteção propriamente dito ou que estabelece um rol de direitos voltados aos indivíduos, posto que seu fim era estabelecer vínculos mais estreitos entre os países africanos, o que não retira o *status* de primeiro documento a «referir-se explicitamente a necessidade de proteção dos direitos humanos em África» (Melo, 2015: 137).

²¹⁴ O panorama será breve e serão retratadas as normas que têm um impacto mais direto no alcance da igualdade de género, uma vez que o estudo dos direitos humanos, nomeadamente, dos direitos das mulheres em África, seria um tema de uma pesquisa. Portanto, a nossa pretensão é limitar a apresentação, de forma a abranger as principais normas de proteção com enfoque nas previsões não discriminatórias e dos direitos políticos.

²¹⁵ Na atualidade, a Organização da Unidade Africana é denominada União Africana (2001). V. Piovesan (2007: 121).

²¹⁶ Cfr. Melo: «Atenta a data da sua redacção, não é, no entanto, de estranhar a ênfase que é dada aos direitos colectivos, aos direitos dos povos, em particular ao direito destes a controlarem o seu próprio destino. Estando em curso o processo de descolonização e da constituição de novos Estados em todo o Continente Africano, o direito à autodeterminação dos povos aparece como um direito cujo respeito se afigura primordial no momento e contexto da adopção da Carta» (2015: 137).

Em rigor, este instrumento possuía um enfoque na descolonização²¹⁷ e término dos regimes racistas e minoritários, razão pela qual não encontramos muitas referências relacionadas aos direitos humanos. No entanto, como ocorreu com o Conselho da Europa e a Organização dos Estados Americanos, a Organização da Unidade Africana impulsionou a elaboração do sistema de proteção de direitos humanos em África (Moco, 2010: 134).

- Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, 1981

Em 17 a 20 de julho de 1979 foi realizada a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, na cidade de Monróvia, onde foi aprovada a criação de uma comissão para a elaboração da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP). Então, após dois anos foi consagrada na 18.^a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, na cidade de Nairobi, a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, com entrada em vigor na ordem jurídica internacional em 21 de outubro de 1986 (Heyns e Killander, 2013: 29).

Este instrumento internacional prevê em seu preâmbulo um destaque aos valores e tradições africanas, sendo elas a fonte de inspiração da Carta. Além disso, em sua introdução assinala os direitos económicos, sociais e culturais, bem como estabelece a noção de dever²¹⁸ (Piovesan, 2007: 121-122).

Num outro plano, este tratado apesar de possuir uma «semelhança notável» com a DUDH (Ouguergouz *apud* Killander, 2010: 391), diferencia-se dos demais sistemas de proteção regionais, tendo em vista que além de prever

²¹⁷ Os primeiros passos para a descolonização ocorrem antes da OUA. Neste sentido: «Human rights discourse played an important role in the struggle against colonialism. The first Pan-African Congress, held on the fringes of the Versailles Peace Conference in 1919, called for the abolition of slavery, forced labour and corporal punishment and stated that it should 'be the right of every native child to learn to read and write his own language, and the language of the trustee nation at public expense'. Calls for human rights were made again at the third Pan-African Congress in Lisbon in 1923 and at the fourth Congress in New York in 1927. Nnamdi Azikiwe, who was to become the first President of Nigeria, wrote in 1937, commenting on independent Ethiopia, Haiti and Liberia, that 'there is a universal identity of interest, in that Government is based on consent of the governed through constitutional provisions.' This, admittedly overly positive picture, he contrasted with the colonies where 'the black man and woman ... are protégés, not citizens'» (Killander, 2010: 389).

²¹⁸ Assim.: «Considerando que o gozo dos direitos e liberdades implica o cumprimento dos deveres de cada um». Disponível em: <<http://www.achpr.org/pt/instruments/achpr/>>, acedido em 01 Nov. de 2017.

direitos voltados aos indivíduos, atribui amparo aos direitos dos povos em seus artigos. 19.º a 24.º (Miranda, 2004: 316)²¹⁹.

Outra peculiaridade já mencionada é o enfoque atribuído às tradições e valores africanos, que deverão nortear e influenciar as definições dos direitos humanos e dos povos (Melo, 2015: 138).

Estruturalmente, ela está dividida em três partes: a primeira contém o catálogo de direitos e deveres, a segunda parte consta os mecanismos de tutela dos direitos constantes na primeira parte, e, por fim, na terceira parte há menção as disposições acerca da adesão, ratificação, entre outros (Piovesan, 2007: 122).

A Carta prevê em seu artigo 2.º que toda pessoa tem direito ao gozo dos seus direitos, sendo vedada qualquer distinção²²⁰ em razão de raça, etnia ou sexo²²¹. No dispositivo seguinte proclama a igualdade perante a lei e igual proteção da lei (artigo 3.º). Ademais, prevê que todos/as os/as cidadãos/ãs possuem o direito de participar nos assuntos públicos do país, seja da forma direta ou por meio de representantes livremente escolhidos (artigo 13.º).

Nesta linha, o artigo 18.º, n.º 3 fixa a obrigação estatal em zelar pela eliminação de qualquer discriminação contra a mulher²²², bem como assegura a sua proteção em consonância com os instrumentos internacionais. Por fim, o artigo 28.º impõe aos particulares o dever de não discriminar os seus semelhantes.

²¹⁹ Sem embargo, da leitura da Carta constata-se a influência de outros instrumentos internacionais, como o PIDCP, PIDESC, a CEDH, entre outros (Killander, 2010: 391).

²²⁰ Vale mencionar algumas decisões da Comissão acerca do direito à não discriminação: «Nas Comunicações 71/92 contra Zâmbia e 159/96, contra Angola, referentes a expulsões massivas de estrangeiros, a Comissão considerou que houve, entre outros, uma violação dos artigos 2.º e 12.º, n.ºs 4 e 5.(...) Nas Comunicações 54/91, 61/91, 98/93, 164/97-196/97 e 210/98 contra Mauritânia, a Comissão considerou que a discriminação dos mauritanos negros viola o espírito de toda a Carta Africana, bem como a letra do artigo 2.º (...)» Moco (2010: 142). E mais, para Killander este artigo diferencia-se de outros instrumentos internacionais porque inclui na sua proteção o grupo étnico, além de: «refers to 'fortune' rather than 'property' as an explicit prohibited ground of discrimination. Its wording indicates that it is only applicable to discrimination with regard to rights protected in the Charter and is thus similar to Article 14 ECHR.³¹ However, it should be noted that because of the wide range of rights covered by ACHPR the distinction is of little practical» (2010: 393).

²²¹ Neste sentido, os artigos 3.º e 21.º, n.º 1, respetivamente, da Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança, preveem a proibição em discriminar a criança em razão do seu sexo, bem como o dever dos Estados Partes de eliminar os costumes e práticas discriminatórias para a criança em função do sexo. Disponível em: <<http://www.achpr.org/pt/instruments/child/>>, acedido em 09 Out. de 2017.

²²² Nas palavras de Melo: «É, deste modo, assegurada a protecção contra a discriminação negativa às mulheres, às crianças, aos idosos e aos "incapacitados"» (2015: 141).

Ademais, consta a previsão para constituição da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (denominada aqui como 'Comissão')²²³, com a finalidade de promoção dos direitos constantes na Carta e assegurar a sua aplicação (*idem: ibidem*).

O presente tratado foi ratificado quase unanimemente pelos países do continente africano. A exceção foi o Sudão do Sul, que não ratificou e tampouco assinou²²⁴.

Em contrapartida, se fizermos um cotejo deste instrumento com os demais tratados elaborados pela ONU ou pelo Conselho da Europa por exemplo, encontraremos semelhanças abundantes em relação as previsões normativas em sede de direitos humanos, como o princípio da igualdade, da não discriminação, da presunção da inocência, dentre outros (Melo, 2015: 139).

Entretanto, é relevante destacarmos algumas diferenças entre a Carta e os instrumentos concebidos na América Latina e Europa, tais como: i) na Carta Africana os direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais são tratados num único documento, diversamente do que ocorre nos outros sistemas; ii) abordagem mais estreita no tocante aos deveres do indivíduo. No instrumento africano, o capítulo sobre deveres estabelece «obrigações do indivíduo perante a família, a comunidade e as instituições nacionais»; e, iii) a inserção do direito dos povos já mencionado anteriormente (Moco, 2010: 136)

- Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África, 2003

Assinado na cidade de Maputo, é considerado o mais avançado instrumento de direitos das mulheres, uma vez que apresenta soluções arrojadas no tocante ao catálogo de direitos²²⁵. Seguindo o percurso iniciado pela CEDAW,

²²³ A Comissão é composta por 11 membros, tendo por competência: «(...) promover os direitos humanos e dos povos; elaborar estudos e pesquisas; formular princípios e regras; assegurar a protecção dos direitos humanos e dos povos; recorrer a métodos de investigação; criar relatorias temáticas e específicas; adotar resoluções no campo dos direitos humanos; e interpretar os dispositivos da Carta» (Piovesan, 2007: 125).

²²⁴ Informação da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Disponível em: <<http://www.achpr.org/pt/instruments/achpr/ratification/>>, acedido em 09 Out. de 2017.

²²⁵ Afirmção realizada pela organização *Equality Now*, dedicada ao alcance global da igualdade de género. Disponível em: <<https://www.equalitynow.org/issues/legal-equality>>, acedido em 09 Out. de 2017.

o protocolo cria um conjunto de regras sistematizadas que visa a proteção e garantias aos direitos das mulheres.

O artigo 2.º intitulado «eliminação da discriminação contra a mulher», estabelece as obrigações dos Estados-Partes no combate a todas as formas de discriminação contra a mulher, cabendo aos mesmos inserir em suas Constituições e/ou outras normas legislativas, o princípio da igualdade entre mulheres e homens; integrar a perspetiva de género nas decisões políticas, legislativas, programas, atividades, etc.; o direito da mulher a manter o seu nome de solteira; implementar ações positivas em áreas onde as discriminações contra a mulher persistem; e, o efetivo comprometimento estatal para alterar os estereótipos de mulheres e homens, com intuito de eliminar práticas culturais que se baseiam na superioridade de um sexo em detrimento do outro, entre outras situações²²⁶.

Consta em seu texto o direito à dignidade, à vida, à integridade, questões relacionadas ao matrimónio – incluindo a separação, o divórcio e a anulação do casamento (artigos 6.º e 7.º) -, a participação política na tomada de decisão (artigo 9.º), a proteção das mulheres em conflitos armados (artigo 11.º), o direito à educação (artigo 12.º), à saúde, os direitos reprodutivos (artigo 14.º), o direito das viúvas (os Estados garantirão que as viúvas não serão submetidas a tratamentos degradantes, humilhantes e desumanos, bem como a guarda dos filhos e o direito a casar-se novamente com uma pessoa de sua escolha – artigo 20.º), das idosas (artigo 22.º), entre outros.

Por conseguinte, mediante os direitos previstos na CADHP e no seu Protocolo, coloca-se em debate a questão do direito às práticas culturais dar cedência à integridade física das mulheres (o artigo 5.º do Protocolo prevê a proibição de todas as formas de práticas prejudiciais às mulheres, cabendo aos Estados-Partes tomar as medidas necessárias para eliminar tal conduta). Ou seja, o fim da mutilação genital feminina em África²²⁷.

²²⁶ Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África. Disponível em: <<http://www.achpr.org/instruments/women-protocol/#14>>, acedido em 09 Out. de 2017.

²²⁷ Tema de intenso debate na seara internacional, tendo em vista que tal prática ainda está presente em muitos países do continente africano. Em Portugal há programas de ação voltados ao combate deste ato: I, II e III Programas de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina. Disponível em: <<https://www.cig.gov.pt/planos-nacionais-areas/mutilacao-genital-feminina/>>, acedido em 04 Nov. de 2017. Esta questão é de extrema relevância para os direitos

O presente protocolo foi ratificado por 36 do total de 54 países, o que representa uma adesão de 66,67% dos Estados do continente africano²²⁸.

Por outro lado, em relação a Comissão, na atualidade está composta por 7 mulheres e 4 homens, responsável pela proteção e promoção dos direitos humanos e dos povos, elaboração de relatórios²²⁹, bem como pela interpretação da CADHP e protocolo. A Comissão possui em seu acervo 201 comunicações, tendo publicado: 93 decisões de mérito, 98 casos inadmissíveis e outras decisões *sine die* ou com previsões de medidas, entre outros²³⁰.

Nessa perspectiva, o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre o Estabelecimento de um Tribunal Africano sobre os Direitos Humanos e dos Povos, adotado em 9 de junho de 1998, previu no artigo 1.º a criação do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (denominado Tribunal ou Corte)²³¹.

Em contrapartida, a Comissão recebeu comunicação oriunda de *Egyptian Initiative for Personal Rights* (EIPR) e INTERIGHTS sob a alegação que o estado

das mulheres, mas nos cingiremos às demandas relacionadas à discriminação e direitos políticos, tendo em vista o objecto desta pesquisa.

²²⁸ E mais: «Para além deste instrumento básico de protecção dos direitos humanos no plano regional, outros tratados internacionais contribuem para assegurar uma melhor e mais eficaz protecção das pessoas que vivem em África, no que respeita à sua dignidade e direitos» (Melo, 2015: 142).

²²⁹ O sistema de confecção dos relatórios é semelhante ao seguido pela ONU e sua comissão de direitos humanos (CHR), sendo o relator membro da Comissão (Killander, 2010: 405). Um dos grupos de trabalho temáticos criados para a elaboração dos relatórios é o *Special Rapporteur on Rights of Women in Africa*, concebido na 23.ª sessão ordinária ocorrida em Banjul (ACHRP/res. 38 (XXV) 99. Disponível em: <<http://www.achpr.org/mechanisms/rights-of-women/>>, acedido em 04 Nov. de 2017.

²³⁰ Dados disponíveis até a redação desta pesquisa em novembro de 2017. Disponível em: <<http://www.achpr.org/communications/decisions/?o=845>>, acedido em 04 Nov. de 2017. Além disso, Killander destaca que a dificuldade do acesso ao judiciário (ver o artigo 56.º da CADHP), é uma das razões para o número tão limitado de petições individuais submetidas à Comissão. Ainda menciona outros obstáculos para a apresentação das comunicações individuais (2010: 406-407).

²³¹ V. OAU Doc OAU/LEG/EXP/AFCHPR/PROT (III). Contudo, entrou em vigor na ordem internacional em 25 de janeiro de 2004, tendo os 11 juízes iniciado suas atividades em julho de 2006 (Killander, 2010: 408). Adiciona-se que até julho de 2017, somente 8 (Benin, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Gana, Mali, Malawi, Tanzânia e Rep. Da Tunísia) dos 30 Estados-Partes fizeram a declaração expressa a reconhecer a competência do Tribunal para receber as comunicações individuais e das ONG's. Até o momento, a Corte possui 41 casos finalizados. V. *African Court on Human and People's Rights*. Disponível em: <<http://www.african-court.org/en/>>, acedido em 04 Nov. de 2017.

do Egito, por via de ação e omissão, descumpriu os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 5.º, 7.º n.º1 alínea a, 9.º n.º2, 16.º, 18.º n.º3 e 26.º da CADHP²³².

Em 25 de maio de 2005 ocorreu uma manifestação organizada por *Egyptian Movement for Change* para discutir a alteração do artigo 76 da Constituição egípcia acerca de eleições com plúrimos/as candidatos/as presidenciais. Os/as manifestantes foram cercados/as por grupos que apoiavam o Partido Nacional Democrata (PND) e o Presidente Mubarak, sendo atacados/as com violência sem qualquer interferência das autoridades estatais e sob olhar dos media ali presentes. Duas horas após o incidente, os/as manifestantes e os media reuniram-se em frente ao Sindicato dos Jornalistas, onde já encontravam-se os/as apoiantes do PND e autoridades policiais, havendo um novo incidente de violência, insultos e assédio, sem que qualquer autoridade interviesse para cessar estas práticas.

Assim, diante deste cenário, quatro mulheres jornalistas relataram terem sido vítimas de violência, assédio e outros atos em razão do género: Nawal 'Ali Mohamed Ahmed, 'Abir Al-'Askari, Shaimaa Abou Al-Kheir e Iman Taha Kamel.

De acordo com os relatos da primeira queixosa, Nawal 'Ali Mohamed Ahmed, jogaram-na ao chão, rasgaram suas roupas, teve suas partes íntimas devassadas e pertences apreendidos. Tais atos foram praticados por membros apoiantes do PND e a polícia apesar de presenciar todas as agressões, nada fez para impedir esta situação. Ainda, o chefe da unidade de inteligência da cidade de Cairo, determinou que ela fosse embora, não sendo possível recuperar os seus pertences. Desta feita, foi por sua conta ao Hospital Monira, onde foi detalhado por um relatório médico os danos físicos sofridos: uma cicatriz de 10 cm, diversos hematomas no peito, arranhões visíveis em suas pernas e pés. Após a liberação médica foi apresentar queixa do incidente, tendo as autoridades locais recusado-se naquele momento a registar as declarações das testemunhas oculares. Por fim, a queixosa recebeu ameaças oriundas dos oficiais de inteligência do Estado para retirar a acusação, e, com a recusa, alegou que tal facto resultou na sua dispensa no jornal Al Gil e divórcio com o seu marido.

²³² Communication 323/2006 – *Egyptian Initiative for Personal Rights and INTERIGHTS v. Egypt*. Disponível em: <<http://www.achpr.org/communications/decision/323.06/>>, acedido em 04 Nov. de 2017.

A segunda queixosa 'Abir Al-'Askari estava a trabalhar ao cobrir o protesto e foi atingida no rosto e estômago ao tentar tirar fotografias do local. Menciona que diante da agressão tentou fugir num táxi em companhia da terceira vítima, sendo o veículo intercetado pelo Chefe da Unidade de Inteligência e um oficial. Ambas foram arrastadas a socos e pontapés para fora do veículo. Não satisfeito, o oficial ordenou a um grupo feminino de apoiantes do PDN que tirasse as roupas das queixosas e agredissem-nas. Não obstante, elas foram arrastadas até a rua principal onde autoridades de segurança realizaram agressões físicas e verbais, sendo chamadas de «prostitutas» e «putas». Assim como ocorreu com a primeira queixosa, o relatório médico relatou as agressões físicas sofridas (contusões no ombro esquerdo, braço esquerdo e costas). Ademais, foi mencionado o trauma psicológico sofrido por 'Abir Al-'Aska, em decorrência das agressões ocorridas naquele dia. Com efeito, apresentou queixa ao gabinete do Ministério Público, mas assim como no primeiro caso, as autoridades recusaram-se a colher as declarações das testemunhas do evento. Não obstante, por conta da denúncia recebeu ameaças anónimas e de pessoas desconhecidas para que desistisse da queixa.

A terceira queixosa Shaimaa Abou Al-Kheir participou dos protestos e quando os atos de violência começaram, tentou fugir num táxi com a segunda queixosa. Além das declarações já mencionadas acima, ela destacou que foi espancada, mordida, atacada e teve o seu corpo exposto diante de todos/as. Foi resgatada por pessoas que estavam no prédio do sindicato. De igual forma, as autoridades recusaram-se a ouvir as declarações das testemunhas oculares e recebeu ameaças em sua casa e trabalho para que retirasse a queixa.

A quarta queixosa Iman Taha Kamel foi atacada por um grupo de homens desconhecidos, sendo atingida inúmeras vezes na região abdominal, púbica e outras partes do corpo. No mesmo sentido, tentaram tirar as suas roupas e nada foi feito pelas autoridades que estavam ali presentes para impedir a ação deste grupo ou dar uma assistência para que a mesma fosse encaminhada ao hospital. Como resultado das agressões sofridas, ela permaneceu internada dois dias no Hospital Marg, sendo descrito no relatório médico: contusões no quadril direito, joelho direito e área pélvica superior. Outrossim, estes acontecimentos

impactaram na sua saúde mental, e, como nos demais casos, recebeu ameaças para que a denúncia fosse retirada.

Em dezembro de 2005 as autoridades decidiram pelo arquivamento do feito, uma vez que não foram capazes de identificar os/as autores das agressões relatadas. Diante desta situação, as queixosas apresentaram recurso a esta decisão, sendo negado provimento a esta medida em 1 de abril de 2006. Por conta da decisão do tribunal, apresentaram a comunicação relatando os factos para a Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos.

Em apertada síntese, a Comissão acolheu os argumentos suscitados pelas queixosas, exceto a violação aos artigos 7.º, n.º 1 alínea a e 16.º n.º 2 (considerou a violação somente ao número 1), ao afirmar que os governos possuem a obrigação de proteger os/as seus/suas cidadãos/ãs. Isso engloba não somente a criação de medidas legislativas, mas também contra atos praticados por pessoas privadas. Assim, ao analisar as violações aos artigos 2.º e 18.º, n.º 3, a Comissão constatou que o tratamento direcionado aos protestantes do sexo masculino foi diferente aos do sexo feminino; as vítimas em questão foram exclusivamente mulheres; as vítimas não foram protegidas contra as ações práticas por pessoas não identificadas; e, «the violations were perpetrated on the Victims because of their gender²³³». Logo, o Estado falhou ao não proteger as vítimas de discriminação, posto que não tomou medidas para defendê-las, tampouco investigar e punir os autores das agressões. E mais, para este Órgão ficou evidente a discriminação com base no género, ante os xingamentos utilizados (direcionados somente às mulheres), a violência praticada contra o corpo (toques nas partes íntimas e privadas) e ameaças de serem acusadas de prostituição quando algumas vítimas recusaram-se a retirar a queixa²³⁴.

²³³ *Communication 323/2006 – Egyptian Initiative for Personal Rights and INTERIGHTS v. Egypt*, p. 39. Disponível em: <<http://www.achpr.org/communications/decision/323.06/>>, acedido em 04 Nov. de 2017

²³⁴ Ainda no tocante ao princípio da igualdade: «Looking at the arguments of the parties in this Communication, the African Commission is of the opinion that the treatment was neither legitimate, nor justifiable because there is no reasonable cause behind the discrimination that was inflicted upon the Victims». *Communication 323/2006 – Egyptian Initiative for Personal Rights and INTERIGHTS v. Egypt*, p. 42. Disponível em: <<http://www.achpr.org/communications/decision/323.06/>>, acedido em 04 Nov. de 2017.

Acrescenta-se que a Comissão levou em consideração o contexto social egípcio, eis que numa sociedade predominantemente árabe muçulmana, a mulher não expõe o seu corpo a terceiros, somente para o seu marido, estando presente nos factos praticados uma violência dirigida contra as mulheres para atingir a sua integridade moral e física.

Desse modo, a Comissão realçou que a inação do Estado egípcio (seja no momento dos protestos ou na investigação) demonstrou uma falta de compromisso para cumprir com as obrigações estatais, mencionando o caso semelhante que resultou na condenação do estado brasileiro (Maria da Penha Maia Fernandes vs. Brasil). Portanto, dentre outros argumentos, este Órgão declarou a violação dos artigos supramencionados, indicou uma mudança legislativa para harmonizar a legislação do estado egípcio com a CADHP, sugeriu a ratificação do Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África e a investigação dos factos constantes na comunicação, bem como fixou o montante indemnizatório para as queixosas pelos danos físicos e psíquicos sofridos.

É certo que ainda há muito o que se fazer em relação aos direitos humanos das mulheres em África²³⁵ e no mundo, mas cada vez mais a Comissão com suas decisões inovadoras fortalece o sistema de proteção dos direitos humanos (Killander, 2010: 413).

- Declaração sobre a Igualdade de Género em África, 2004

Entre os dias 6 a 8 de julho de 2004 os Chefes de Estados e Governo membros da União Africana reuniram-se para a terceira sessão ordinária em Adis Ababa (Etiópia), e, deste encontro foi criada a Declaração sobre a Igualdade de Género.

Inspirada no princípio da igualdade de género constante no artigo 4.º do Ato Constitutivo da União Africana, nos instrumentos de direitos humanos das mulheres, entre outros, prevê em seu texto a promoção de medidas diversas para a igualdade de género, dentre elas: disponibilização de tratamento para as

²³⁵ V. «The Global Gender Gap Report 2016», p. 10 segs. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/GGGR16/WEF_Global_Gender_Gap_Report_2016.pdf>, acedido em 18 Jul de 2017.

mulheres tratarem localmente o combate a SIDA; incentivar a participação das mulheres na resolução, gestão e prevenção de conflitos; combate à violência de género, entre outros.

Apesar de ser um documento desprovido de coercitividade, não podemos desconsiderar a sua importância para o alcance da igualdade de género no continente africano.

- Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governança, 2012

A Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governança foi adotada na 8.^a sessão da Assembleia ordinária, em 30 de janeiro de 2007, em Addis Ababa, mas entrou em vigor na ordem jurídica internacional em 15 de fevereiro de 2012 (Heyns e Killander, 2013: 131).

O artigo 3.^o dispõe sobre os princípios a serem seguidos pelos Estados-Partes, pois além do respeito aos direitos humanos e os princípios democráticos, enfatiza no n.^o 6 a promoção para a igualdade de género nas instituições públicas e privadas.

Ademais, determina que os Estados estão obrigados a eliminar todas as formas de discriminação, especialmente baseada no género, na opinião política, religião, entre outros (artigo 8.^o, n.^o 1). O n.^o 2 do mesmo artigo fixa o dever dos Estados-Partes em adotar medidas (legislativas e administrativas) para garantir os direitos das mulheres, das minorias étnicas, dos grupos sociais vulneráveis, etc.

O capítulo 9 é dedicado à governança política, económica e social, estando consignado nas linhas do artigo 29.^o, que os Estados reconhecem o papel da mulher como crucial para o desenvolvimento e fortalecimento da democracia (n.^o 1). Acrescenta-se que a norma gera a obrigação para os Estados em criar as condições necessárias para a participação ativa da mulher nos processos de tomada de decisão (n.^o 2), bem como é imposto a eles a criação de mecanismos para a participação ativa delas no processo eleitoral, a

fim de garantir a igualdade de género em todos os níveis de representação²³⁶ (n.º 3).

Não obstante, a Carta garante ainda que os Estados-Partes deverão providenciar uma educação básica obrigatória, especialmente para as meninas, e, assegurar a alfabetização para as pessoas acima da idade escolar obrigatória, em especial para as mulheres, minorias, pessoas com deficiência, etc. (artigo 43.º).

Melo compara este instrumento à Carta Social Europeia Revista, tendo em vista que seu conteúdo reconhece o «carácter universal, interdependente e indivisível dos direitos humanos», mas de maneira diversa do instrumento europeu, as normas concernentes ao combate e eliminação da discriminação utilizam o termo 'género' e não 'sexo' (2015: 143).

Pese embora esta diferença na nomenclatura, em verdade, a designação 'género' abrange uma definição muito mais ampla do que sexo²³⁷, conforme mencionado no capítulo anterior. Portanto, este tratado é um importante instrumento de Direito Internacional em África para a concreção e efetivação dos direitos das mulheres.

Entretanto, há uma distinção entre a realidade africana continental e o teor contido na Carta, tendo em vista que é um continente marcado pela instabilidade política, alvo de diferentes golpes e governos totalitários, razão pela qual deve ser sopesada a importância atribuída a este documento (Killander, 2010: 397-398).

1.2.2. As normas regionais interamericanas

Antes de examinar os instrumentos regionais interamericanos, especialmente a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, é relevante

²³⁶ Este instrumento prevê a obrigação estatal em garantir a paridade de representação na política, da leitura do artigo 29.º (já mencionado) combinado com os artigos 3.º, 8.º, 27.º, 29.º e 43.º da Carta (Melo, 2015: 142-143).

²³⁷ Portanto: «Ao fazê-lo, permite que sejam combatidas no território dos Estados que nele sejam parte, as práticas que discriminem negativamente a pessoa em razão do papel social, cultural, que resolveu assumir independentemente do sexo biológico a que pertença. Permite, deste modo e por exemplo, proteger contra a discriminação em razão do sexo o indivíduo que se encontre em processo de mudança de sexo biológico ou o transexual que opte por não alterar o seu sexo de nascença, apenas assumido o comportamento culturalmente associado ao outro sexo» (Melo, 2015: 143).

compreendermos o caminho percorrido para a conquista dos direitos das mulheres.

Em 1928 foi criada a Comissão Interamericana sobre as Mulheres (CIM) designada para a América Latina, sendo apontado como o primeiro organismo intergovernamental voltado para os direitos humanos das mulheres. Ele foi incumbido da criação da Convenção Interamericana sobre a Nacionalidade da Mulher, sendo este instrumento adotado em 26 de dezembro de 1933 pela Organização dos Estados Americanos (OEA), por ocasião da VII Conferência Internacional Americana²³⁹ (Moreira *et al.*, 2014: 196).

Esta Convenção estabeleceu em seu artigo primeiro que no tocante à nacionalidade, não haveria diferença com base no sexo «quer na legislação, quer na prática». A partir deste instrumento iniciou-se uma discussão acerca do tratamento dos direitos humanos pela América Latina (*idem: ibidem*).

Em 1948 foi elaborada a Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos à Mulher como resultado da IX Conferência Internacional Americana, sendo incorporada pela OEA, cuja previsão era a proibição aos Estados-Partes de negar ou restringir, o direito ao voto e à eleição para cargo nacional em razão do sexo²⁴⁰.

Assim, faremos um traçado geral acerca dos instrumentos com maior impacto para o direito das mulheres²⁴¹.

- Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, 1948

²³⁹ O Brasil aprovou a Convenção pelo Decreto Legislativo n.º 111, de 24 de Setembro de 1937, sendo promulgada pelo Decreto n.º 2.411, de 23 de Fevereiro de 1938. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=16258&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>, acedido em 13 Set. 2017.

²⁴⁰ Incorporada pelo Brasil após a aprovação do Decreto Legislativo n.º 32, de 1949, e promulgada pelo Decreto n.º 28.011, de 19 de abril de 1950 (Deputados, 2016: 26). Os Estados-Partes que aderiram tardiamente à esta Convenção foram: Canadá em 21/10/1991 (é relevante frisar que o Canadá tornou-se membro da OEA em 1990), Venezuela em 11/03/1993 e Bolívia em 16/11/2001. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/spanish/firmas/a-44.html>>, acedido em 08 Out. de 2017.

²⁴¹ Piovesan apresenta um retrato panorâmico das peculiaridades regionais da América Latina, delimitando o aspeto histórico e a transição para o regime democrático, para compreendermos a baixa tradição de respeito aos direitos humanos e o desafio em concretizar as normas que gravitam o sistema regional (2007: 85-87).

Este instrumento jurídico foi aprovado na IX Conferência Internacional Americana ocorrida em Bogotá, através da Resolução XXX, Ata Final em abril de 1948.

Em seu preâmbulo, utiliza algumas vezes a palavra *homem* para fazer alusão a homens e mulheres, sendo uma norma espelho do seu tempo. Sem embargo, em seu artigo II declara a igualdade de todas as pessoas perante a lei, sem distinção de raça, crença ou língua, contudo, omite o uso do termo sexo, sendo relevante para os direitos das mulheres a proteção destacada à mulher grávida ou em lactação (artigo VII).

No mais, este documento reafirma que toda pessoa tem direito à nacionalidade, em consonância com a Convenção Interamericana sobre a Nacionalidade da Mulher²⁴².

Paralelamente, é proclamada na mesma conferência a Carta Interamericana das Garantias Sociais e aprovada a Carta da Organização dos Estados Americanos (Moco, 2010: 117).

Note-se que para alguns autores, o sistema interamericano de facto começou a funcionar após a criação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 1959 (Rodríguez-Pinzón e Martin, 2010: 353).

- Convenção Americana sobre Direitos Humanos (ou Pacto de São José), 1969

Esta convenção foi concebida na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, no período de 07 a 22 de novembro na cidade de São José. A carta de adesão a essa convenção foi depositada pelo Governo brasileiro em 25 de setembro de 1992, sendo promulgada pelo Decreto n.º 678, de 6 de novembro de 1992²⁴³.

²⁴² V. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm>, acedido em 18 Set. de 2017.

²⁴³ Este tratado entrou em vigor na ordem internacional em 18 de julho de 1978, em conformidade com o § 2.º do seu artigo 74, sendo apontado como «um documento (de valor jurídico) que reconhece os Direitos Humanos para a região» (Moco, 2010: 117). Na ordem jurídica brasileira, o Decreto n.º 678, de 6 de novembro de 1992 foi publicado no Diário Oficial da União em 9 de novembro de 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>, acedido em 09 Out. de 2017. Entretanto, é importante destacar que o sistema interamericano assenta-se em dois regimes: com fundamento na Convenção Americana e na Carta da Organização dos Estados Americanos.

É um tratado que traz em seu bojo a impossibilidade de discriminar outra pessoa²⁴⁴ em razão do seu sexo (artigo 1.º, n.º 1), igualdade perante a lei (artigo 24.º), o gozo dos direitos políticos por todos/as os cidadãos/ãs (artigo 23.º), entre outros.

Apresenta um catálogo de direitos semelhante ao expresso no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, sendo compreendido como um documento descritivo de direitos, uma vez que contém em seu texto oitenta e dois artigos (Piovesan, 1997: 224). E mais, diversamente da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, esta convenção realiza uma divisão mais clara entre direitos civis e políticos e os direitos económicos, sociais e culturais, ao remeter estes últimos para a Carta da Organização dos Estados Americanos (Moco, 2010: 119-120).

Sem embargo, em 17 de novembro de 1988 foi elaborado o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador)²⁴⁵, fixando em seu artigo 3.º a obrigação dos Estados-Partes em garantir o exercício dos direitos sem discriminação por raça, cor, sexo, dentre outros. Ademais, em 1990 foi adicionado o Protocolo sobre a Abolição da Pena de Morte, entrando em vigor na ordem jurídica internacional em 1999 (Moco, 2010: 117).

Além disso, determina que os Estados-Partes estão obrigados a criar previsões legislativas, caso não as tenham feito, com o objetivo de efetivar e concretizar os direitos constantes no pacto.

Ainda, o tratado estabelece mecanismos de monitorização e meios de proteção, por meio da criação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos (artigo 33.º).

Nossa abordagem será limitada ao regime estabelecido na Convenção Americana, a fim de não transcender o propósito do trabalho (*idem: ibidem* e Piovesan, 1997: 223).

²⁴⁴ Ademais, consta no n.º 2 do artigo 1.º a definição de pessoa como todo ser humano. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/esp/tratados_B-32_Convencion_Americana_sobre_Derechos_Humanos.htm>, acedido em 09 Out. de 2017.

²⁴⁵ Promulgado pelo Decreto n.º 3.321, de 30 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União em 31 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3321.htm>, acedido em 09 Out. de 2017. É importante frisar que não nos circunscreveremos aos direitos económicos, sociais e culturais constantes no Protocolo de São Salvador, em razão do tema abordado. Para uma leitura detalhada acerca deste protocolo: (Moco, 2010: 122-124).

Nessa perspectiva, a Comissão é composta por sete membros e têm como atribuições: o monitoramento da aplicação dos direitos definidos na Convenção, enviar recomendações para os Estados-Partes, elaborar estudos ou relatórios, manifestar-se acerca das petições recebidas e outras comunicações, dentre outros (artigo 41.º).

A Comissão²⁴⁶ poderá apreciar petições que contenham denúncias ou queixas de inobservância das normas contidas no tratado, oriundas de indivíduos, grupos de pessoas ou de organizações não governamentais²⁴⁷ (artigo 44.º).

De acordo com as informações contidas em seu portal, das petições apresentados contra o estado brasileiro desde 2006, a Comissão enviou sete casos à Corte Interamericana de Direitos Humanos; resolveu (1) um de forma amistosa; outorgou quinze medidas cautelares; arquivou o total de (34) trinta e quatro casos, ao passo que (56) cinquenta e seis foram admitidos. Constata-se ainda que houve um incremento considerável de petições recebidas desde 1997 (anexo 4)²⁴⁸.

Por outro lado, a Corte Interamericana²⁴⁹ é composta por sete juízes/as, com natureza consultiva e contenciosa. Nesta senda, a Corte pronunciou-se

²⁴⁶ Algumas decisões de mérito da Comissão acerca do sexo como fator de discriminação, da relação entre a discriminação e a violência contra a mulher, a discriminação de gênero e direito à igualdade perante a lei: CIDH, Informe de fondo No. 4/01, Maria Eugenia Morales de Sierra (Guatemala), 19 de enero de 2011; CIDH, Informe de Fondo No. 54/01, Caso 12.051, Maria Da Penha Fernandes (Brasil), 16 de abril de 2001; CIDH, Informe de Fondo No. 80/11, Caso 12.626, Jessica Lenahan (Gonzales) y Otros (Estados Unidos), 21 de julio de 2011; CIDH, Informe de Fondo, No. 85/10, Caso 12.361, Gretel Artavia Murillo y otros (Fecundación In Vitro) (Costa Rica), Caso 12.361, 14 de julio de 2010, entre outros (Comisión Interamericana de Derechos Humanos, 2011). Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/mujeres/docs/pdf/ESTANDARES%20JURIDICOS.pdf>>, acedido em 29 Out. de 2017.

²⁴⁷ Assim como nos Comitês da CEDAW e de Direitos Humanos, a petição para ser apreciada deverá ter esgotado todos os recursos internos cabíveis, além de outros requisitos constantes no artigo 46.º (apresentação no prazo de seis meses a contar da data da notificação definitiva, que a matéria não esteja pendente de outro processo de solução internacional, etc.).

²⁴⁸ Em 2014 a Comissão recebeu 1758 petições contendo alegações de violações às normas do tratado, sendo que em 2016 este número subiu para 2567, representando um aumento de 46,01% em dois anos. Devido a limitação do objeto da pesquisa não poderemos investigar a razão deste fenômeno, mas vale a reflexão acerca do motivo deste crescimento.

²⁴⁹ Exemplos de decisões da Corte Interamericana sobre a discriminação contra as mulheres: Corte IDH, *Caso Gelman vs. Uruguay. Fondo y Reparaciones*. Sentencia de 24 de febrero de 2011. Serie C No. 221; Corte IDH, *Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 24 de agosto de 2010. Serie C No. 214. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/mujeres/docs/pdf/ESTANDARES%20JURIDICOS.pdf>>, acedido em 29 Out. de 2017.

sobre questões de direitos humanos e o princípio da não discriminação, sendo o julgamento emblemático o caso *González y otras (Campo Algodonero) vs. México*²⁵⁰.

A Comissão submeteu uma demanda contra o estado mexicano, tendo em vista que aprovou o Informe de mérito nº. 28/07 contendo recomendações para aquele Estado e o mesmo ficou-se inerte. A demanda cingiu-se na apuração da responsabilidade estatal pelo desaparecimento e morte de três jovens: Claudia Ivette González, Esmeralda Herrera Monreal e Laura Berenice Ramos Monárrez, cujos corpos foram encontrados sem vida, num campo de algodão, em 6 de novembro de 2001. A Comissão apontou que o México não tomou as medidas para proteger as vítimas, maioritariamente menores de idade, solicitando à Corte que declarasse a responsabilidade pela inobservância dos direitos contidos nos artigos 4.º, 5.º, 8.º, 19.º e 25.º da Convenção Americana e artigo 7.º da Convenção de Belém do Pará, dentre outros.

Em síntese, três jovens desapareceram na Ciudad de Juárez entre setembro e outubro de 2001. As autoridades locais ao receberem a comunicação do desaparecimento pela família das vítimas, realizaram medidas burocráticas, mas não buscaram efetivamente investigar o sumiço das jovens nas primeiras 72 horas²⁵¹. Ademais, restou demonstrado nos autos a negligência das autoridades, uma vez que os procedimentos realizados não foram eficazes para apontar a autoria dos crimes praticados, tampouco foram executadas diligências mínimas para apurar-se o(s)/a(s) autor(es)/(as) dos factos²⁵².

Não obstante, no ato da comunicação dos desaparecimentos, a polícia mexicana afirmou aos familiares que as jovens deviam estar com os namorados

²⁵⁰ Corte IDH, *Caso González y otras ("Campo Algodonero") Vs. México* Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 16 de noviembre de 2009. Serie C No. 205, párrs. 400.

²⁵¹ Ambos os familiares relataram que o discurso das autoridades era que eles deveriam aguardar o prazo de 72 horas, para só depois serem procedidas as investigações. V. (*idem*: 52).

²⁵² Procedimentos mínimos leia-se: interrogar os namorados, os amigos, verificar indícios para localizar o paradeiro das jovens. Assim: «A pesar de que el Estado alegó haber empezado la búsqueda de las víctimas de inmediato, según lo que consta en el expediente, lo único que se hizo antes del hallazgo de los restos fue elaborar los registros de desaparición, los carteles de búsqueda, la toma de declaraciones y el envío del oficio a la Policía Judicial. No consta en el expediente que las autoridades hayan hecho circular los carteles de búsqueda ni que efectuaran una indagación más profunda sobre hechos razonablemente relevantes que se derivaban de las más de 20 declaraciones tomadas». (*idem*: 56).

ou que ‘estavam a dar voltas’, chegando a mencionar «que si le pasaba eso era porque ella se lo buscaba, porque una niña buena, está en su casa»²⁵³.

Em 6 de novembro de 2001 foram encontrados três corpos de mulheres no campo de algodão, sendo posteriormente identificados como os das jovens desaparecidas. No dia seguinte, próximo ao local onde foram localizadas estas jovens, as autoridades descobriram os corpos sem vida de mais cinco mulheres. Todas elas foram vítimas, além do homicídio, de abuso sexual com resquícios de crueldade.

Sem embargo, ante os elementos constantes nos autos, a Corte apontou a responsabilidade do estado mexicano: i) pela ausência de medidas protetivas às vítimas, tendo em vista que a violência contra as mulheres era um facto recorrente e ordinário na Ciudad de Juárez; ii) omissão estatal para combater este tipo de ilícito penal, uma vez que era de conhecimento geral que ali existia um «padrão de violência de género»; iii) silêncio das autoridades após serem reportados os desaparecimentos; iv) negligência na condução das investigações, tanto no momento anterior da localização dos corpos, quanto na fase posterior, entre outros.

A propósito, segundo a Corte as vítimas de violência tinham um perfil semelhante: eram jovens, pobres, trabalhadoras ou estudantes. Acrescenta-se que foram demonstrados, pelos relatórios da CEDAW, CIDH e Amnistia Internacional, que os homicídios praticados na cidade mexicana estavam marcados num contexto de violência contra a mulher, tendo ocorrido estas mortes em razão de seu género.

E mais, a Corte ao condenar o estado mexicano declarou que os factos narrados estão marcados fortemente por uma discriminação estrutural, reconhecida pelo próprio Estado em sua manifestação, razão pela qual fixou um montante indemnizatório para os familiares constantes nos autos, bem como determinou que fossem tomadas medidas apropriadas para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher.

²⁵³ Nesta situação, a responsabilização do desaparecimento foi imputada às jovens e suas mães. Adiciona-se que foram perpetrados comentários relacionados à preferência sexual e do estilo de vida levados pelas vítimas, deixando claro o Tribunal que esta postura constituiu uma manifestação dos estereótipos naquela sociedade, bem como demonstrou a indiferença das autoridades para os familiares das vítimas e suas denúncias (*idem*: 57).

Esta decisão é marcante, posto que revelou ao mundo a tolerância das autoridades da Ciudad de Juárez – e também do estado mexicano - pela prática reiterada e quotidiana de violência contra a mulher²⁵⁴.

Por fim, Moco faz uma comparação entre a convenção e a DUDH, tendo em vista que no seu nascedouro, ambos os instrumentos eram considerados como documentos não vinculativos para os Estados-Partes. Todavia, com o avançar dos anos ganharam força e vitalidade, neste caso particular, por conta do papel firmado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (2010: 199).

- Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher²⁵⁵, 1994 (Convenção de Belém do Pará, OEA)

O presente instrumento visa combater a violência contra a mulher, fixando o conceito de violência contra a mulher e estabelecendo que todas têm direito a uma vida livre de violência em todas os âmbitos. Outrossim, ela dispõe que toda mulher tem o direito de ser criada fora dos estereótipos e padrões de comportamento que tem como fundamento a inferioridade ou subordinação (Deputados, 2016: 45).

Ademais, fixa a obrigação dos Estados-Partes em implementar políticas para prevenir, punir e eliminar esta violência, e, estabelece a adoção de medidas destinadas à proteção da mulher (*idem*: 44-47).

Por fim, vale destacar que em 5 de junho de 2013 em La Antigua (Guatemala) foi elaborada a Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância. Ao longo do texto, há forte ênfase à proteção de todos os seres humanos, vedando a discriminação e a intolerância, reconhecendo a igualdade e o dever do Estado em cumprir com as suas disposições. No entanto, de acordo com o artigo 20.º, esta medida entrará em

²⁵⁴ Numa reportagem sobre o caso de Campo Algodonero, a advogada Karla Salas destacou que até aquele momento as raparigas e mulheres não eram encontradas em lugares públicos, locais onde transitam as pessoas, o que inclui a polícia. Assim, na sua opinião, este ato demonstrou a ousadia de quem praticou a ação, eis que tinha a certeza que ficaria impune. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=O72au1ri5lo>>, acedido em 30 Out. de 2017. Para uma análise mais detalhada do caso: <<http://www.campoalgodonero.org.mx>>, acedido em 30 Out. de 2017.

²⁵⁵ Sua inserção na legislação brasileira foi pela aprovação do Decreto Legislativo n.º 107, de 31 de agosto de 1995, e, promulgação do Decreto n.º 1.973, de 1 de agosto de 1996 (Deputados, 2016: 44).

vigor a partir do trigésimo dia da data que tenha sido depositado o segundo instrumento de ratificação ou adesão da convenção, o que não ocorreu até o momento. Alguns Estados assinaram a convenção, como a Argentina, o Brasil e o Haiti, por exemplo, porém nenhum deles fez o depósito ou aderiu aos seus termos²⁵⁶.

Não obstante, uma ocorrência paradigmática avaliada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos foi o caso CIDH n.º 12.051, conhecido como *Maria Da Penha Maia Fernandes vs. Brasil*. A Comissão recebeu em 20 de agosto de 1998 denúncia da sra. Maria da Penha Maia Fernandes de condescendência do estado brasileiro com as agressões praticadas pelo seu marido à época dos factos.

Em 29 de maio de 1983 a sra. Maria da Penha Maia Fernandes foi vítima de um homicídio tentado praticado pelo seu cônjuge, enquanto estava a dormir no quarto do casal²⁵⁷. Como consequência desta agressão, a vítima sofre de paraplegia irreversível, bem como traumas físicos e psicológicos. Além disso, antes da tentativa de homicídio em apreço, ela sofria inúmeras agressões perpetradas pelo marido, mas por temor não se separou.

No entanto, duas semanas após retornar do hospital, o cônjuge da sra. Maria da Penha novamente praticou o homicídio tentado ao procurar eletrocutá-la durante o seu duche²⁵⁸. Assim, iniciou-se a investigação judicial, dando ensejo a denúncia pelo Ministério Público em 28 de setembro de 1984. Porém, entre a apresentação da denúncia e a prolação da sentença pelo Tribunal do Júri²⁵⁹, passaram-se onze anos, sendo o arguido condenado a dez anos de prisão.

²⁵⁶ V. em Organização dos Estados Americanos. Disponível em: <http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos_A-69_discriminacion_intolerancia.asp>, acedido em 09 Out. de 2017.

²⁵⁷ Segundo o relato da vítima, após o disparo efetuado pelo seu marido, fingiu estar morta, sendo encaminhada ao hospital em estado de choque –Cfr. Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Relatório Anual 2000, Relatório n.º 54/01, caso n.º 12.051 – *Maria da Penha Maia Fernandes v. Brasil*, de 4 de abril de 2001, p. 14. Disponível em: <<https://cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>>, acedido em 09 Out. de 2017.

²⁵⁸ Aqueixosa mencionou ainda que semanas antes do crime, seu esposo tentou convencê-la a fazer seguro de vida a favor dele, bem como a vender o carro de sua propriedade sem comprador existente. Cfr. Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Relatório Anual 2000, Relatório n.º 54/01, caso n.º 12.051 – *Maria da Penha Maia Fernandes v. Brasil*, de 4 de abril de 2001, p. 2. Disponível em: <<https://cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>>, acedido em 09 Out. de 2017.

²⁵⁹ A Constituição brasileira atribui ao Tribunal do Júri a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, conforme preleciona o artigo 5.º, XXXVIII, d, da CRFB/88.

Contudo, a defesa manejou o recurso requerendo a anulação do júri por vício na formulação das perguntas, o que foi acatado pelo Tribunal de Justiça em 04 de maio de 1995. Ademais, um mês antes desta decisão, foi decidido incidente processual contra a sentença de pronúncia que determinou o julgamento do caso para o Tribunal do Júri, sendo o mesmo rejeitado pelo tribunal. É importante enfatizar que, ambos os recursos interpostos pela defesa estavam maculados por vício processual da extemporaneidade, mas esta questão foi rejeitada pela Corte e foi designado novo julgamento, sendo prolatada a sentença em 15 de março de 1996. Novamente, esta decisão foi objeto do recurso do arguido, e, ultrapassados 15 anos sem a condenação definitiva – com risco iminente da ocorrência da prescrição²⁶⁰ –, a vítima apresentou petição perante a Comissão.

Sinteticamente, a Comissão entendeu que o estado brasileiro foi ineficaz ao não apresentar a prestação jurisdicional dentro de um prazo razoável²⁶¹, violando assim os artigos 8.º e 25.º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, bem como observou uma omissão dos tribunais brasileiros ao demorar mais de quinze anos para concretizar o *jus puniendi*, desrespeitando o disposto do artigo 7.º da Convenção de Belém do Pará²⁶².

²⁶⁰ O Código Penal brasileiro prevê em seu artigo 109 o prazo prescricional de vinte anos, se o máximo de pena é superior a doze anos, antes do trânsito em julgado da sentença final. Ver Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>, acessado em 23 Out. de 2017. Note-se que de acordo com as informações do portal Visão Jurídica, o ex-marido da sra. Maria da Penha foi condenado, definitivamente, somente no ano de 2002 (dezoito anos após a denúncia do Ministério Público) a oito anos de prisão, havendo cumprido dois anos de pena em regime fechado. Disponível em: <<http://visaojuridica.uol.com.br/2017/02/01/lei-maria-da-penha-e-o-feminicidio/>>, acessado em 23 Out. de 2017.

²⁶¹ A Comissão utilizou-se do entendimento estabelecido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos – que fez alusão a decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos – para definir o conceito de prazo razoável. Desta feita, utilizou os seguintes critérios: complexidade do tema; atividade processual do interessado; e, conduta das autoridades judiciais. Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Relatório Anual 2000, Relatório n.º 54/01, caso n.º 12.051 – Maria da Penha Maia Fernandes v. Brasil, de 4 de abril de 2001, p. 7. Disponível em: <<https://cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>>, acessado em 09 Out. de 2017.

²⁶² Desta forma: «A impunidade que gozou e ainda goza o agressor e ex-esposo da Senhora Fernandes é contrária à obrigação internacional voluntariamente assumida por parte do Estado de ratificar a Convenção de Belém do Pará. A falta de julgamento e condenação do responsável nessas circunstâncias constitui um ato de tolerância, por parte do Estado, da violência que Maria da Penha sofreu, e essa omissão dos tribunais de justiça brasileiros agrava as consequências diretas das agressões sofridas pela Senhora Maria da Penha Maia Fernandes. Além disso, como foi demonstrado anteriormente, essa tolerância por parte dos órgãos do Estado não é exclusiva deste caso, mas uma pauta sistemática. Trata-se de uma tolerância de todo o sistema, que não faz senão perpetuar as raízes e fatores psicológicos, sociais e históricos que mantêm e alimentam a violência contra a mulher» Cfr. Comissão Interamericana de Direitos Humanos,

Sendo assim, recomendou ao estado brasileiro: i) a entrega da prestação jurisdicional de forma célere; ii) investigar a responsabilidade pelo retardamento do julgamento, aplicando as medidas cabíveis aos responsáveis; iii) reparação adequada à vítima em forma de indemnização; iv) criar medidas de capacitação e sensibilização dos/as funcionários/as judiciais, dentre outros.

Esta decisão da Comissão foi o primeiro caso de aplicabilidade da Convenção de Belém do Pará. Ainda, a história e mobilização da sra. Maria da Penha Fernandes teve como resultado a criação da Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, que prevê mecanismos para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Segundo Piovesan, o sistema de proteção interamericano de direitos humanos ainda é frágil, tendo em vista que não alcançou uma efetiva salvaguarda destes direitos na esfera doméstica estatal. Contudo, paulatinamente, o sistema tem conseguido influenciar as ordens jurídicas dos Estados, para que os mesmos estejam em consonância com as normas regionais²⁶³ (2007: 139).

1.3. As normas do Direito Comunitário

O tema igualdade entre mulheres e homens possui um amparo normativo em diversos mecanismos do Direito da União Europeia²⁶⁴, tendo consagrado-se como um de seus princípios fundamentais (Pozo, 2015: 277).

Com efeito, nos primórdios do Direito Comunitário, as referências ao direito à igualdade relacionavam-se a uma matriz mais económica, de viés laboral (Raposo, 2004: 204). Porém, a Convenção Europeia para Proteção dos

Relatório Anual 2000, Relatório n.º 54/01, caso n.º 12.051 – Maria da Penha Maia Fernandes vs. Brasil, de 4 de abril de 2001, p. 11. Disponível em: <<https://cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>>, acedido em 09 Out. de 2017.

²⁶³ Além disso, a autora apresenta algumas ponderações sobre o sistema interamericano: i) a jurisprudência da Corte não é tão diversificada quanto do sistema europeu, posto que reflete as violações de direitos civis ocorridas nas ditaduras latino-americanas (o que ela denomina de «padrão de conflituosidade»); ii) o protagonismo das ONG's, uma vez que a Corte Interamericana não aceita as comunicações individuais, ao contrário do sistema europeu; iii) maior repercussão das decisões da Corte nos Estados-Partes, em razão do aumento de sua credibilidade e importância (2007: 139-144).

²⁶⁴ Luísa Neto expõe de forma pormenorizada os principais instrumentos europeus, os regulamentos, as diretivas, as decisões, recomendações, os pareceres, programas, entre outros (2009: 163-166).

Direitos do Homem e Liberdades Fundamentais²⁶⁵, adotada em Roma no dia 4 de novembro de 1950²⁶⁶, prevê em seu artigo 14.º a proibição de discriminação em razão do sexo. Consta em seu texto que o gozo dos direitos e liberdades deve ser assegurado, indistintamente²⁶⁷, independentemente da raça, sexo, cor, entre outros (*idem*: 59).

Nesta medida, a incidência do artigo 14.º ocorrerá nos casos de «desigualdade qualificada», ou seja, quando estivermos diante de verdadeira discriminação. Busca-se evitar a prática discriminatória (Lopes, 2011: 49)²⁶⁸.

Com o passar dos anos, a convenção foi sendo ‘encorpada’ por protocolos adicionais ao seu texto, a regular matérias diversas (como a inserção de direitos, temas processuais ou relacionados à organização). Assim, a consolidação do princípio da igualdade entre mulheres e homens em âmbito comunitário,

²⁶⁵ Em inglês assume o nome de «Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms». A convenção em conjunto com a Carta Social Europeia são apontadas como os tratados mais influentes adotados pelo Conselho da Europa. Ainda: «These two treaties are generally regarded as effective at regional level and paradigmatic at international level» (Mantouvalou *et al.*, 2010: 327).

²⁶⁶ A convenção entrou em vigor na ordem internacional em 3 de setembro de 1953 (artigo 59.º), sendo que na ordem jurídica portuguesa foi em 9 de novembro de 1978. Inicialmente, a assinatura do estado português ocorreu em 22 de setembro de 1976, aprovada para ratificação pela Lei n.º 65/78, de 13 de outubro, publicada no Diário da República, I Série, n.º 236/78 (retificada por Declaração da Assembleia da República publicada no Diário da República, I Série, n.º 286/78, de 14 de dezembro). É considerado o primeiro texto que garantiu o acesso do indivíduo de forma direta contra o Estado a uma instância internacional (Miranda, 2004: 301).

²⁶⁷ A construção da proteção do princípio não discriminatório ocorreu de forma progressiva, sendo sedimentada aos poucos no ordenamento jurídico comunitário. Balaguer aponta que no presente, há um problema para a regulação da igualdade a questão terminológica, uma vez que na versão francesa, portuguesa e espanhola, por exemplo, utiliza-se o termo «sem distinção», ao passo que na versão inglesa a expressão adotada é «sem discriminação». Isso porque diferentes terminologias geram dúvidas na aplicação dos mecanismos de discriminação positiva (2005: 59). Entretanto, para Barreto esta expressão não impede as discriminações positivas, devendo as diferenças possuírem justificação legítima entre o meio e o fim a ser alcançado. Assim citou as seguintes jurisprudências a corroborar com esta questão: «Acórdãos Fredin, de 18 de fevereiro de 1991, A 192, pág. 19, § 60, Karlheinz Schmidt, A 291-B, págs. 32-33, § 24, Gaygusuz, de 16 de setembro de 1996, R96-IV, pág. 1142, § 42, Larkos, de 18 de fevereiro de 1999, R99-I, pág. 593, § 29, Camp e Bourim, de 3 de outubro de 2000, R00-X, pág. 150, § 37, Wessels-Bergervoet, de 4 de junho de 2002, R02-IV, pág. 270, § 46, Palau-Martinez, de 16 de dezembro de 2003, R03-XII, pág. 314, § 31, Jahn, de 30 de junho de 2005, R05-VI, pág. 36, § 122, Stec e outros, de 12 de abril de 2006, § 51, R06-VI, pág. 180, e Stummer, de 7 de julho de 2011, § 87, Decisões de 6 de janeiro de 1992, Queixa nº 14 501/89, *Déc. Rap.* 72, pág. 118, e de 11 de janeiro de 1994, Queixa nº 21 472, *Déc. Rap.* 76-A, pág. 129» (2015: 314).

²⁶⁸ Prossegue Lopes: «Não se trata apenas de proibir distinções irrazoáveis ou desproporcionadas, mas de defender a dignidade da pessoa humana, vedando a utilização de critérios diferenciadores especialmente censuráveis que a coloquem em causa, e que são exemplificativamente indicados no corpo daquele artigo» (2011: 49).

acompanhou o fortalecimento da União Europeia, constando no Protocolo n.º 7, artigo 5.º, a previsão da igualdade na esfera matrimonial²⁶⁹.

Ato contínuo, foi editado pelo Conselho da Europa o Protocolo n.º 12, dispondo especificamente sobre a proibição geral de discriminação (artigo 1.º), com o escopo de implementar medidas para a promoção da igualdade. Assim como no artigo 26.º do PIDCP foi inserida uma cláusula genérica e autónoma de discriminação (Nações Unidas, 2003b: 44). Sua adoção realizou-se em 4 de novembro de 2000 em Roma, entrando em vigor na ordem internacional²⁷⁰ em 1 de abril de 2005 (artigo 5.º).

Não obstante, destaca-se que não será concebida a discriminação arbitrária, sem objetividade e justificação. Então, para que determinada conduta ou ato não violem a norma que veda a discriminação, esta deverá cumprir um fim legítimo, uma justificação objetiva e razoável²⁷¹ (Barreto, 2015: 314).

²⁶⁹ Este protocolo foi adotado em Estrasburgo em 22 de novembro de 1984, entrando em vigor na ordem jurídica em 1 de novembro de 1988. O estado português assinou o protocolo em 22 de novembro de 1984, sendo aprovado para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 22/90, de 27 de setembro, publicada no Diário da República, I Série, n.º 224/90 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 51/90, de 27 de setembro, publicada no Diário da República, I Série, n.º 224/90. Por fim, o aviso de 21/06 n.º 264/2005, foi declarada pública a ratificação.

²⁷⁰ A Resolução da Assembleia da República n.º 232/2016 e o Decreto do Presidente da República n.º 102/2016 introduziram o protocolo na ordem jurídica portuguesa.

²⁷¹ Cfr. Barreto: «Só considerações muito fortes, particularmente sólidas e convincentes, podem justificar uma diferença de tratamento fundada sobre o sexo ou sobre a orientação sexual – Acórdãos Per Rasmussen, de 28 de novembro de 1984, A 87 (admissível a diferença de tratamento entre o marido e a mulher para contestar a paternidade atribuída ao marido em relação a uma criança nascida na constância do matrimónio), Abdulaziz, Cabales e Balkandali, de 28 de maio de 1985, A 94 (a recusa de um Estado em admitir no seu território um marido que pretende juntar-se à mulher enquanto uma mulher em circunstâncias análogas teria sido autorizada a juntar-se ao marido, constitui uma injustificada discriminação fundada no sexo contra os emigrantes do sexo masculino), Burghartz, de 22 de fevereiro de 1994, A 280-B, pág. 29, § 27, Karlheinz Schmidt, A 291-B, págs. 32-33, § 24, Van Raalte, R97-I, pág. 187, § 44 (há violação deste artigo quando se exige o pagamento de uma taxa a um celibatário mas já não a uma celibatária), Petrovic, de 27 de março de 1998, R98-II, pág. 588, § 43 (a recusa de atribuir um subsídio ao pai que cuida do filho, ao contrário do que acontecia em hipótese paralela com a mãe, não viola o disposto no artigo), Wessels-Bergervoet, de 4 de junho de 2002, R02-IV, pág. 271, § 54 (é discriminatória a redução de uma pensão de uma mulher casada quando um homem casada nas mesmas circunstâncias não sofre essa redução), Willis, de 11 de junho de 2002, R02-IV, pág. 348, § 42 (discriminatória a recusa de uma pensão a um viúvo, enquanto uma viúva, nas mesmas circunstâncias, a receberia), Karner, de 24 de julho de 2003, R03-IX, pág. 232, § 37 (impossibilidade para um dos elementos de uma união homossexual continuar no apartamento arrendado pelo outro, após a morte deste), Ünel Tekeli, de 16 de novembro de 2002, R04-X, pág. 233, § 68 (a unidade da família não justifica a obrigação da mulher usar o nome do marido), Stec e outros, de 12 de abril de 2006, R06-VI, pág. 180, § 52 (a diferença de idade entre homem e mulher para a aposentação continua a ser razoável e objetivamente justificada), Zarb Adam, de 20 de junho de 2006, § 82 (impossibilidade de um júri reservado exclusivamente aos homens), Opuz, de 9 de junho de 2009, § 202 (insuficiente protecção da mulher nos casos de violência doméstica por parte do marido dada a passividade das

Consoante a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, a CEDH deve ser interpretada²⁷² à luz dos artigos 31.º a 33.º da Convenção de Viena, sendo possível aos Estados fazerem reservas, observando-se as regras contidas em seu instrumento (Moco, 2010: 88).

Num outro plano, antes da criação do Tratado de Amesterdão, no âmbito europeu surgiu a perspetiva de género no 3.º Programa Comunitário a Médio Prazo sobre a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens, tornando-se uma questão fulcral no programa seguinte (Cruz, 2007: 96-97).

Não obstante, é importante frisar que o sistema europeu é apontado como o mais elaborado comparado aos demais sistemas regionais. Ele possui uma composição dimensional tripartite: sistema do Conselho da Europa, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e a União Europeia²⁷³ (Moreira *et al.*, 2014: 64).

- O Tratado de Amesterdão

A princípio o direito à igualdade estava previsto no artigo 119.º do Tratado de Roma, cujo texto fixava a igualdade de tratamento na esfera do trabalho,

autoridades que conheciam aquele comportamento), Vallianatos e outros, de 7 de Novembro de 2013, §§ 77 e segs. (uma lei que reconhece o “pacto de vida em comum” apenas para os casais heterossexuais, excluindo os casais homossexuais, não é compatível com o disposto neste artigo conjugado com o artigo 8º), e Hämäläinen, de 16 de julho de 2014, § 104 (um transexual não pode ser comparado, para este efeito, a um cissexual), Decisão do Tribunal, de 15 de fevereiro de 2001, Queixa nº 42 393/98, R01-V, pág. 433, (é compatível com o artigo 14º a proibição de usar o «véu islâmico» durante as aulas feita a uma professora, pois não há discriminação em relação ao sexo porquanto a interdição imposta à queixosa de não usar o véu apenas no âmbito da sua atividade profissional não visava a sua condição de pertença ao sexo feminino, mas perseguia um fim legítimo de respeito da neutralidade do ensino primário público; aliás, uma tal medida poderia igualmente aplicar-se a um homem usando ostensivamente, nas mesmas circunstâncias, os hábitos próprios de uma outra confissão), Decisão do Tribunal, de 26 de setembro de 2002, Queixa nº 44 792/98, R02-VIII, pág. 433 (não é discriminatória a atribuição apenas a um dos cônjuges de um subsídio por chefe de família), e Decisão de 15 de maio de 1996, Queixa nº 22 956/93, *Déc. Rap.* 85-A, pág. 58 (admissível a distinção entre a mulher e o homem relativamente ao serviço militar obrigatório). Cfr., ainda, Relatório de 14 de dezembro de 1973, Queixas nº 4403/70 e outras, *Déc. Rap.* 78-A, pág. 5, e Decisões de 15 de março de 1984, Queixa nº 9639/82, *Déc. Rap.* 36, pág. 130, e de 18 de janeiro de 1996, Queixa nº 25 053/94, *Déc. Rap.* 84-A, pág. 101.» (2015: 315-316).

²⁷² Portanto: «(...) o dispositivo da CEDH é interpretado na base dos princípios teleológico, evolutivo e de subsidiariedade em relação ao Direito dos Estados membros» (Moco, 2010: 88).

²⁷³ Vale realçar que, originariamente, o sistema institucional da Convenção Europeia abrangia a Comissão Europeia dos Direitos do Homem (responsável pela análise de inquéritos, conciliação, petições ou queixas individuais) e o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (órgão de atuação judicial e consultiva). No entanto, esta estrutura foi alterada pelo Protocolo n.º 11, que suprimiu a comissão (Miranda, 2004: 307).

sendo uma reprodução do artigo 1.º da Convenção n.º 100 da OIT (Raposo, 2004: 205). Contudo, este princípio ganhou contornos mais robustos por intermédio da edição de algumas diretivas voltadas à proteção laboral²⁷⁴.

Inicialmente, os artigos 2.º e 3.º do Tratado de Amsterdão deram maior destaque a igualdade de género, posto que no artigo segundo consta como objetivo da União Europeia a promoção da igualdade de género, ao passo que no terceiro proclama a perspectiva de género (Cruz, 2007: 97).

Por outro viés, a diretiva 75/117/CEE, de 10 de fevereiro de 1975, abordava a aproximação das previsões legislativas estatais a aplicação do princípio da igualdade de retribuição entre as/os trabalhadoras e trabalhadores.

Após foi elaborada a diretiva 76/207/CEE²⁷⁵, de 9 de fevereiro de 1976, relacionada a igualdade de tratamento no acesso ao emprego, a formação e a promoção profissionais e às condições de trabalho. Adiciona-se que em 19 de dezembro de 1978 foi criada a diretiva 79/7/CEE, relacionada a implementação faseada da igualdade de tratamento entre mulheres e homens em matéria de segurança social.

A união das diretivas com as decisões judiciais edificou a igualdade de género ao patamar de direito fundamental europeu. Paralelamente, o artigo 119.º é alterado pelo Tratado de Amsterdão, que com a nova redação do artigo 141.º, fortalece e desenvolve o conceito da igualdade de género²⁷⁶ (Balaguer, 2005: 61).

²⁷⁴ No mesmo sentido Raposo: «Não obstante, não se olvide a sua origem económica e concorrencial. Uma leitura mais restrita ao proceito apenas proíbe desnivelamentos salariais entre trabalhadores de ambos sexos. Daí que se tenha tornado necessária a emanação de diversas directivas, tributárias também da igualdade entre sexos, mas já não circunscritas no âmbito salarial, alargando os seus tentáculos aos diversos níveis da cidadania europeia.» (2004: 205).

²⁷⁵ Em sede laboral e da segurança social há uma considerável jurisprudência acerca do princípio da não discriminação, tais como: Ac. de 15.06.1978, Proc. C-149/77, *Gabrielle Defrenne*; Ac. de 7.02.1991, Proc. C-184/89, *Helga Nimz*; Ac. de 17.10.1995, Proc. C-450/93, *Eckhard Kalande*; Ac. de 22.04.1997, Proc. C-180/95, *Nils Draehmpaehl*; Ac. de 11.11.1997, Proc. C-409/95, *Hellmut Marschall*; Ac. de 9.02.1999, Proc. C-167/97, *Regina*; Ac. de 27.02.2003, Proc. C-320/01, *Wiebke Busch*; Ac. de 14.01.2004, Proc. C-256/01, *Debra Allonby*; Ac. de 18.11.2004, Proc. C-284/02, *Land Brandenburg*; Ac. de 27.04.2006, Proc. C-423/04, *Sarah Margaret Richards*; Ac. de 26.02.2008, Proc. C-506/06, *Sabine Mayr*. Disponível em: <https://curia.europa.eu/jcms/jcms/j_6/pt/>, acedido em 05 Nov. de 2017.

²⁷⁶ Salienta-se a consagração da igualdade por meio da elaboração de outras diretivas, tais como: a Diretiva 86/613, de 11 de dezembro de 1986 (publicada no DO L359, de 19 de dezembro de 1986) relativa a aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres que exerçam uma atividade autónoma, incluídas as atividades agrícolas, assim como a proteção da maternidade; Diretiva 96/34, de 3 de fevereiro de 1996 (publicada no DO L145, de 19 de junho de 1996) relativa ao Acordo Marco sobre a permissão parental celebrada pela UNICE e CEEP e

De toda sorte, pode-se afirmar que a importância do Tratado de Amesterdão em relação ao artigo 119.º do Tratado de Roma cingiu-se ao seu grau de atuação, uma vez que o arcabouço jurídico não se restringiu a hipótese de não discriminação salarial, ampliando a ingerência da igualdade para todas as esferas das relações de género (*idem*: 62).

- As normas voltadas à igualdade e a União Europeia

Pese embora a Carta Social Europeia²⁷⁷ (revista a 3 de maio de 1996)²⁷⁸ tenha em seu alicerce questões voltadas ao direito laboral, são significativas as cláusulas direcionadas à proibição da discriminação. Podemos citar como exemplo, a igualdade de oportunidades no emprego e profissão sem discriminação (artigo 20.º), a igualdade de oportunidades e no tratamento (artigo 27.º) e o princípio da não discriminação (Parte V artigo E).

a CES; Diretiva 96/97/CE, do Conselho relativa à aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres nos regimes profissionais de segurança social; Diretiva 97/80/CE, do Conselho, de 15 de dezembro, relativa ao ónus da prova nos casos de discriminação baseada no sexo; Diretiva 2000/78/CE, do Conselho, de 27 de novembro de 2000, que estabelece um quadro geral de igualdade de tratamento no emprego e na atividade profissional (publicada no DO L303, de 2 de dezembro de 2000); Diretiva 2002/73 do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de setembro de 2002 que modifica a Diretiva 76/207 do Conselho relativa a aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres no que se refere ao acesso ao emprego, a formação e a promoção de profissionais, e as condições de trabalho (publicada no DO L 269 de 5 de outubro de 2002); Diretiva 2003/88/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de novembro, relativa a determinados aspetos da organização do tempo de trabalho; Diretiva 2004/113/CE do Conselho, de 13 de dezembro, relativa a aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre mulheres e homens no acesso de bens e serviços; Diretiva 2006/54 do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de julho de 2006 relativa a aplicação do princípio da igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento entre homens e mulheres em assuntos de emprego e ocupação (publicada no DO L 204 de 26 de julho de 2006); Diretiva 2008/104/CE, do Parlamento e do Conselho, de 19 de novembro de 2008 (publicada no DO L 327, de 5 de dezembro de 2008); Diretiva 2010/41/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de julho de 2010, relativa à aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres que exerçam uma atividade independente e que revoga a Diretiva 86/613/CEE (publicada no DO L 180, de 15 de julho de 2010); Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade e que substitui a Decisão-Quadro 2001/220/JAI do Conselho (publicada em DO L 315, de 14 de novembro de 2012).

²⁷⁷ A Carta dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores foi assinada na forma de declaração por quase todos os Estados-Membros da União Europeia (salvo o Reino Unido que o fez somente em 1998), sendo apontado como um instrumento que fixou 'obrigações morais' com o fim de tutelar alguns direitos sociais (Rebelo, 2008: 16-17). Não obstante, ela foi adotada originariamente em 1961, entrando em vigor somente em 1965 (Mantouvalou e Voyatzis, 2010: 337).

²⁷⁸ Adotada no dia 3 de maio de 1996 em Estrasburgo, entrou em vigor em 1 de julho de 1999 na ordem internacional (artigo K). Sem embargo, sua entrada em vigor na ordem jurídica portuguesa ocorreu em 1 de julho de 2002.

Na opinião de Balaguer, quando se analisa o direito à igualdade na situação europeia, constata-se que a progressão dos direitos em matéria de género é mais latente no âmbito do direito do trabalho comparativamente à legislativa interna de alguns Estados²⁷⁹ (*idem*: 58).

Todavia, consoante os termos dos artigos 2.º e 3.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia (TCE), cujo cerne é a promoção da igualdade em todos os domínios, é importante destacar o artigo 13.º do TCE, eis que esta previsão normativa atribuiu poderes à Comunidade Europeia para combater a discriminação alicerçada no género (Cruz, 2007: 97).

Sem embargo, não podemos obscurecer a importância dos artigos 2.º e 3.º na medida em que exalta a igualdade como uma missão e um meio de ação para concretizar os objetivos da União Europeia, bem como cria um dever positivo de articular estas ações.

Acrescente-se que o princípio da igualdade e da não discriminação – apontados como a «pedra de toque dos direitos e valores fundamentais subjacentes à União Europeia de hoje» está previsto no artigo 141.º n.º 3 do TCE (princípio da igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e trabalho), bem como na Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia (proclamada em 7 de dezembro de 2000 em Nice), entre outros (*idem*: *ibidem*).

No tocante à Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, os artigos 21.º e 23.º preveem a proibição da discriminação em razão do sexo, e, declara que o princípio da igualdade entre homens e mulheres deve ser garantido em todas as esferas, prevendo ainda que esta igualdade não impede a adoção de medidas específicas a favor do sexo sub-representado²⁸⁰.

Outrossim, o capítulo V da Carta intitulado “Cidadania” prevê o direito de eleger e ser eleito/a nas eleições do Parlamento Europeu e municipais (artigo 40.º), bem como o direito de petição, dentre outros (Moco, 2010: 114-115).

²⁷⁹ A autora, porém, admite uma matização dessa afirmação, tendo em vista que a comparação entre o Direito Comunitário e interno prescindem de parâmetros diferentes (2005: 58).

²⁸⁰ Note-se que estes artigos estão inseridos no Capítulo III, denominado “Igualdade”, constando além dos direitos já descritos, a igualdade perante a lei (artigo 20.º), o respeito pela diversidade cultural, religiosa e linguística (artigo 22.º), dentre outros.

De acordo com Miranda, comparativamente à Convenção Europeia, a Carta dos Direitos Fundamentais amplia o acervo de direitos e possui melhor sistematização, no entanto, o seu conteúdo não é tão detalhado quanto àquela (2004: 312).

Não obstante, é imprescindível destacar a Decisão 84/C161/02, de 17 de junho de 1984, proveniente em matéria de emprego, bem como a Recomendação 84/635, de 13 de dezembro de 1984, relativa a adoção de ações positivas (Raposo, 2004: 207-208)²⁸¹. Além disso, foi editada a diretiva do Conselho, de 15 de Dezembro de 1997, relativa ao ónus da prova nos casos de discriminação baseada no sexo²⁸².

De igual sorte, é imperioso realçar a Decisão do Conselho 95/C 168/2, de 27 de março, a Recomendação do Conselho 96/694/CE, de 2 de dezembro, como normas voltadas à participação equilibrada de ambos os sexos na tomada de decisões²⁸³.

Por outra parte, foi elaborada a Convenção para Prevenir e Sancionar a Violência contra a Mulher e a Violência Doméstica, conhecida como Convenção de Istambul, sendo considerado um instrumento que cria diferentes mecanismos

²⁸¹ E mais: «(...) a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores; a Estratégia Europeia para o Emprego; a estratégia-quadro comunitária em matéria de igualdade entre mulheres e homens; as deliberações do Grupo de Trabalho de Alto Nível para a Igualdade de Género do Parlamento Europeu (...); a Resolução do Parlamento Europeu sobre a conciliação entre vida profissional, familiar e privada; a Decisão 771/96 CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio de 2006 (...)» (Cruz, 2007: 98-99). Ainda, o Conselho da Europa editou alguns documentos voltados à igualdade: a Recomendação n.º R (84) acerca da igualdade entre mulheres e homens nos media; a Declaração sobre a igualdade na vida pública e política; a Resolução para agilizar a efetivação da igualdade; a Recomendação n.º R (90) 4 para eliminação da linguagem sexista; a Declaração sobre democracia e igualdade entre as mulheres e os homens; a Recomendação n.º R (96) 5 acerca da conciliação do trabalho com a vida familiar; a Recomendação n.º R (98) sobre a integração do «gender mainstreaming»; a Recomendação n.º Rec (2002) 5 acerca da proteção das mulheres; a Recomendação n.º Rec (2003)3 sobre a participação equilibrada de mulheres e homens na tomada de decisão (Luísa Neto, 2009: 163 e Raposo, 2004: 60).

²⁸² De acordo com os termos da diretiva, em regra, o ónus de comprovar as alegações é daquele que apresenta a queixa. Contudo, no caso da não aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre mulheres e homens, haverá a inversão do ónus da prova, conforme dispõem o artigo 4.º da Directiva 97/80CE do Conselho de 15 de Dezembro de 1997, JO L 014)». Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:31997L0080&from=PT>>, acedido em 18 Nov. de 2017. Ver acórdão de 17 de Outubro de 1989 no processo C109/88, Danfoss, Colectânea da Jurisprudência de 1989, p. 3199, ponto 16.

²⁸³ Ademais: Resolução do Parlamento Europeu de 2 de março de 2000; Resolução do Parlamento de 15 de junho de 2000; Resolução do Parlamento Europeu, de 25 de setembro de 2004, sobre a representação de mulheres nos interlocutores sociais da EU; Conferência Ministerial de Paris de 28 de outubro de 2000; Decisão da Comissão Europeia sobre o equilíbrio dos comités e grupos de *experts* de 19 de junho de 2000.

de proteção contra todas as formas de violência contra as mulheres, assim como prevê medidas de prevenção, eliminação da discriminação, apoio, entre outros.

Conforme mencionado anteriormente, o controlo realizado do cumprimento da CEDH não era uma atribuição exclusiva do TEDH. Segundo Moco, numa fase inicial essa função era dividida pela Comissão dos Direitos Humanos, pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) e pelo Comité de Ministros. Desta feita, a Comissão era responsável pela análise das questões prévias de admissibilidade das petições, conciliação, elaboração de parecer acerca da violação do(s) direito(s) constante(s) na CEDH ou não, entre outros. Caso apurasse violação à Carta, fazia remessa do processo ao TEDH ou ao Comité de Ministros, de acordo com a situação fática (2010: 195).

Por seu turno, os demais órgãos mencionados eram responsáveis pelas decisões definitivas de carácter coercitivo relacionados aos processos enviados pela Comissão, atribuindo-se desta maneira um carácter misto na condução do controlo.

No entanto, com o advento do Protocolo n.º 11, foi atribuído exclusivamente ao Tribunal a avaliação destas questões preliminares e demais apreciações, sendo o órgão responsável pela condução das petições individuais, conciliação prévia das partes, admissibilidade, dentre outras atribuições (*idem*: 196).

Sua composição está definida nos artigos 20.º e seguintes, possuindo competência consultiva e jurisdicional - assim como a Corte Interamericana de Direitos Humanos-, devendo obedecer aos critérios fixados no tratado. Além disso, há a previsão relativa a «representação equilibrada dos sexos» (artigo 14.º do Regulamento da Corte)²⁸⁴.

Não obstante, as decisões proferidas pela Corte são referenciadas em outros tribunais e comissões – como a Corte Interamericana²⁸⁵ e a Comissão

²⁸⁴ V. *Rules of Court*. Disponível em: http://echr.coe.int/Documents/Rules_Court_ENG.pdf, acedido em 05 Nov. de 2017.

²⁸⁵ Cfr.: Corte IDH, *Caso González y otras ("Campo Algodonero") Vs. México* Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 16 de noviembre de 2009. Serie C No. 205, párrs. 292, 293, 396, dentre outros; Caso 12.051, *Maria Da Penha Fernandes (Brasil)*, 16 de abril de 2001, p. 11; Corte IDH, *Caso Artavia Murillo y otros ("Fecundación in vitro") Vs. Costa Rica* Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 28 de noviembre de 2012. párrs. 35, 147, 236, etc. Ainda: *Communication 323/2006 – Egyptian Initiative for Personal Rights and INTERIGHTS v. Egypt*, p. 18, 21, 55. Disponível em: <http://www.achpr.org/communications/decision/323.06/>, acedido em 04 Nov. de 2017.

Africana dos Direitos Humanos e dos Povos –, denota-se uma inclinação dos Estados-Membros em cumprí-las. Contudo, aqui verificamos o mesmo fenómeno da CIDH: o crescente aumento da demanda de direitos humanos (Mantouvalou *et al.*, 2010: 331). Apenas como exemplo, em 2016 a Corte tinha em seu acervo 53.500 casos, ao passo que no período de 01/01/2017 a 30/09/2017 já possuía 55.100 (anexo 6).

Curioso é que para Montouvalou e Voyatzis a entrada em vigor do Protocolo n.º 12 teria o condão de aumentar consideravelmente os casos para serem apreciados pelo tribunal. Entretanto, ao examinarmos as violações suscitadas por artigos desde 1959 até 2016, constatamos que o artigo 14.º não foi o dispositivo mais utilizado pelas partes, constando num total de 255 vezes. Na verdade, os artigos mais mencionados foram os artigos 6.º (direito a um processo equitativo com 4,505 menções) e 5.º (direito à liberdade e à segurança com 3,339)²⁸⁶ (*idem: ibidem*).

Todavia, as mesmas autoras atribuem o crescimento desta demanda devido a dois fatores: a expansão de Estados-Membros e uma maior ‘consciência’ dos Estados mais antigos do aparato do tribunal e o facto de os governos cumprirem com as decisões entabuladas por este importante órgão²⁸⁷ (*idem: 332*).

Uma breve apreciação da jurisprudência do TEDH, verificamos um debate intenso sobre o direito à vida²⁸⁸, a proibição da tortura e outros tratamentos desumanos e degradantes, o princípio da legalidade²⁸⁹, entre outros. Nesta linha

²⁸⁶ Estes números fazem-nos refletir: será que não há violação ao princípio da não discriminação? Qual a razão desses números não corresponderem com a quantidade de instrumentos internacionais de proteção? Será que eles foram efetivos? V. (Mantouvalou *et al.*, 2010: 332 segs.). São inúmeras questões em aberto que podem vir a ser um objeto de pesquisa futura. Compreender o incremento das demandas judiciais em direitos humanos, bem como o baixo número de argumentos que questionam o incumprimento da não discriminação (ver o anexo 7) não corresponde a finalidade desta pesquisa, razão pela qual não prosseguiremos mais com este tema. Disponível em: <http://echr.coe.int/Documents/Stats_violation_1959_2016_ENG.pdf>, acedido em 03 Nov. de 2017.

²⁸⁷ O cumprimento das decisões não fica restrito a compensação fixada pelo Tribunal, mas repercute na alteração da legislação interna, acarretando na criação de medidas em conformidade com as normas da CEDH (Mantouvalou e Voyatzis, 2010: 332).

²⁸⁸ V. Decisão de 29 de Maio de 1961, na Queixa n.º 867/60, *Ann. Conv. IV*, pág. 271; Decisão de 10 de Dezembro de 1976, na Queixa n.º 7045/75, *Déc. Rap. 7*, pág. 87; Decisão de 13 de Maio de 1980, na Queixa n.º 8416/79, *Déc. Rap. 19*, pág. 244 (Barreto, 2005: 132).

²⁸⁹ Foram analisadas algumas decisões judiciais do Reino Unido onde afirmavam a impossibilidade do marido violar a esposa, eis que a relação sexual integrava uma obrigação do contrato de casamento. Entretanto, houve uma viragem da jurisprudência acerca desta questão

de raciocínio, a Corte manifestou-se acerca do artigo 14.º em diversos momentos, mas realçamos o caso *Staatkundig Gereformeerde Partij v. Netherlands*²⁹⁰. Em linhas gerais, um partido político protestante não admitia mulheres como membros da sua agremiação, tendo em vista que, segundo a sua crença, mulheres e homens possuem um papel diferente na sociedade, razão pela qual elas não devem ser eleitas para o exercício da função pública. Porém, após algumas organizações e associações questionarem esse procedimento na Corte regional, o partido passou a admitir mulheres como membros, mas não lhes era concedido concorrer a um cargo público. Assim, em 2010 a Suprema Corte considerou esta postura da agremiação inaceitável, bem como afirmou que o Estado deveria tomar uma atitude em relação a este procedimento. Ante este cenário, o Comité Parlamentar decidiu aguardar a decisão do TEDH antes de tomar qualquer medida.

O TEDH em sucinta manifestação considerou a questão inadmissível e asseverou que a democracia é o modelo político contemplado na convenção e o único compatível com ela. Adiciona-se que para o tribunal, o progresso da igualdade de género nos Estados-Membros impediu que o estado holandês apoiasse a crença de que o homem desempenha uma função primordial, ao passo que a mulher possui um papel secundário, razão pela qual a posição do partido era inaceitável, independentemente da sua crença religiosa.

Em outro caso, foi suscitada a discriminação em razão do sexo pelo pai de dois filhos que não teria o período para a sua reforma reduzido, ao contrário do que ocorria com as mulheres de seu país. Assim, alegou discriminação uma vez que os pais que criam os/as filhos/as não detêm o mesmo direito de reformar antes do tempo previsto na lei. Mediante tais argumentos, a Corte admitiu a questão apresentada, no entanto, entendeu que de forma paulatina estão a ser

(Acórdãos S. W., de 22 de Novembro de 1995, e C. R., da mesma data, A 335), e, sem qualquer alteração legislativa (posto que é um sistema de *Common Law*) as cortes passaram a condenar os maridos por violação. Assim, ante o disposto no artigo 7.º (princípio da legalidade), o Tribunal manifestou-se no sentido de não violação a este dispositivo, tendo em vista que: «(...) o carácter aviltante da violação é tão manifesto que não se poderia sustentar que decisões da *Court of Appeal* e da Câmara dos Lordes, segundo as quais o marido poderia ser reconhecido culpado de violação independentemente das relações (boas ou más) que mantivesse com a mulher seriam contrárias ao objecto e ao fim deste artigo da CEDH» (Barreto, 2005: 135).

²⁹⁰ Cfr.: *Staatkundig Gereformeerde Partij v. the Netherlands (dec.)*—no. 58369/10, ECHR 2012-III. Disponível em: <[https://hudoc.echr.coe.int/eng#{\"itemid\":\"002-5581\"}](https://hudoc.echr.coe.int/eng#{\)>, acedido em 05 Nov. de 2017.

tomadas medidas para que ambos os sexos possuam o mesmo tempo para requerer a reforma. Ainda, a diferença era admissível, uma vez que as mulheres na antiga Checoslováquia eram responsáveis pelo cuidado das crianças e família, enquanto que ao mesmo tempo deveriam cumprir com as suas obrigações no trabalho fora de casa. Logo, foi detetado pelo governo o desequilíbrio da ação positiva, que implementou medidas para corrigir esta situação, que estão a ser aplicadas gradativamente. Por fim, a Corte entendeu que a abordagem é razoável e possui justificação, razão pela qual não acolheu os argumentos discriminatórios²⁹¹.

Extraem-se dos textos internacionais, regionais e comunitário uma evolução (v. anexo 5) no que toca à efetivação, garantias e exercício dos direitos das mulheres. Sem embargo, constatamos que esse progresso reflete as reivindicações das feministas²⁹², algumas mencionadas no capítulo anterior, cujo enfoque foi e é o alcance da igualdade entre mulheres e homens.

Não obstante, consoante o pequeno número de decisões judiciais analisadas acima, vimos que há um movimento contínuo de mudanças, um aumento da demanda jurisdicional, onde os sujeitos internacionais visam que sejam garantidos o respeito aos direitos constantes nos tratados. Todavia, o TEDH não consegue corresponder a toda esta demanda, o que poderá gerar frustrações. Apenas de forma ilustrativa, entre os anos de 2014 a 2016, nos casos em que figurou o estado português, a Corte apreciou o mérito em 75 processos e julgou 624 casos como inadmissíveis (anexo 8).

²⁹¹ V. ECtHR, *Andrie v. the Czech Republic* (No. 6268/08), 17 February 2011. Para um estudo mais minucioso da discriminação: *Handbook on European non-discrimination law: Case-law update July 2010-December 2011* e *Handbook on European non-discrimination law*. Disponível em: <http://www.echr.coe.int/Documents/Handbook_non_discrim_law_ENG_01.pdf> e http://www.echr.coe.int/Documents/Handbook_non_discrim_law_ENG_02.pdf, ambos acedidos em 05 Nov. de 2017.

²⁹² Para Piovesan: «A arquitetura internacional de protecção dos direitos humanos é capaz de refletir, ao longo de seu desenvolvimento, as diversas feições e vertentes do movimento feminista.4 Reivindicações feministas, como o direito à igualdade formal (como pretendia o movimento feminista liberal), a liberdade sexual e reprodutiva (como pleiteava o movimento feminista libertário radical), o fomento da igualdade económica (bandeira do movimento feminista socialista), a redefinição de papéis sociais (lema do movimento feminista existencialista) e o direito à diversidade sob as perspectivas de raça, etnia, dentre outras (como pretende o movimento feminista crítico e multicultural) foram, cada qual ao seu modo, incorporadas pelos tratados internacionais de protecção dos direitos humanos» (2011: 63).

Por outro lado, é inegável que a quantidade de instrumentos internacionais existentes com a finalidade de tutelar e garantir o exercício do direito às mulheres é uma conquista civilizatória e deve ser celebrada. No entanto, a aplicação destas normas no âmbito internacional por seus respectivos órgãos, não foi um movimento imediato, sendo apontados como tímidos e incipientes. Uma das razões deste acanhamento, tem por base a previsão suave de imposições aos Estados-Partes por descumprirem os mandamentos constantes nos tratados (Ferreira, 2005: 13-14). Como fazer os Estados-Partes cumprirem as recomendações constantes nos relatórios emitidos pelos Comitês? Como podemos tornar mais efetiva a sanção em caso de tratamento discriminatório? De que maneira pode-se coibir o Estado a observar os direitos contidos nas convenções nas quais comprometeram-se?

Melo ao discorrer sobre os direitos humanos em África enumera que um dos obstáculos para a efetivação de tais direitos, além dos já citados, é o desconhecimento da população das normas jurídicas que as protegem, além dos custos relacionados a um contencioso judicial (apoio jurídico, custas processuais, deslocamento para sede do Comité, entre outros) (2015: 153). Note-se que a educação já é um começo para a concretização dos direitos humanos das mulheres, mas há ainda muito o que fazer.

Por conseguinte, buscou-se nesse capítulo apresentar uma perspectiva da rede de proteção existente no tocante aos direitos das mulheres. A finalidade foi descrever quais os mecanismos jurídicos existentes no cenário internacional, regional e comunitário, sua progressão temporal e as repercussões das teorias estudadas no capítulo anterior no Direito Internacional. Vimos a influência das feministas na elaboração da Carta das Nações Unidas, na DUDH, na previsão das ações positivas, das teorias de género nas recomendações e convenções relacionadas aos direitos humanos.

Nesse sentido, retrataremos no capítulo seguinte o impacto da gravitação dessas normas na ordem interna dos Estados, a reflexão do que se compreende como igualdade e como todo esse contexto possibilitou uma transição para o significado da representação das mulheres nos órgãos de poder, e, no próprio debate do que se compreende como democracia paritária.

Capítulo 3

Igualdade, Não Discriminação e Direito à Representação Política

1 As Constituições e um renovado horizonte para a igualdade

Vimos no capítulo anterior algumas normas de Direito Internacional e Comunitário de proteção aos direitos das mulheres. Nesse sentido, expusemos a evolução²⁹³ do quadro jurídico e os desafios a serem superados para o efetivo alcance da igualdade entre mulheres e homens.

Destarte, ante a quantidade de dispositivos que estão a circundar a ordem internacional, qual foi a sua influência na ordem jurídica dos Estados? Será que houve alguma irradiação na esfera estatal a resultar numa mudança de visão acerca da igualdade de género?

Como corolário das análises legais realizadas no capítulo anterior, aspiramos nesta fase explorar a ótica da igualdade no Direito Constitucional português sob o viés da Constituição de 1976, seus conceitos, posicionamentos e como alguns Tribunais Constitucionais tem-se situado quando questionados acerca da igualdade e representação política das mulheres. Por fim, será examinada a Lei da Paridade, os argumentos contrários e favoráveis, e o significado de paridade e democracia paritária. Afinal, a progressão das democracias será a fixação da paridade?

1.1 O princípio da igualdade no domínio constitucional

1.1.1 Breve abordagem conceptual

Segundo o entendimento contemporâneo, a igualdade é um dos pilares que sustentam o Estado de Direito Democrático ou nas palavras de Canotilho, é «um dos princípios estruturantes do regime geral de direitos fundamentais»²⁹⁴

²⁹³ O significado atribuído à evolução neste contexto é de «desenvolvimento ou transformação gradual e progressiva (operada nas ideias, etc.)». Cfr. Priberam Dicionário. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/evolu%C3%A7%C3%A3o>>, acedido em 06 Nov. de 2017.

²⁹⁴ Cfr. Miranda: «(...) conformador das ordens jurídicas desde o constitucionalismo moderno» (2006: 417). Ainda sobre a igualdade: Miranda (2008: 237 ss) e Novais (2004: 101).

(2003: 426). Assim, ela constitui um dos alicerces da civilização moderna, sendo de forma ilustrativa, imanente à condição civil (referente a forma de interação realizada com outras pessoas), política (imbricada na forma de participação política), dentre outros (Miranda, 2006: 7).

No entanto, apesar de ser uma norma tão relevante para o Estado de Direito, demanda grande complexidade em sua interpretação e aplicação, seja por razões ideológicas, religiosas, culturais ou económicas (*idem: ibidem*).

Um dos campos onde vislumbramos esta dificuldade está relacionado aos direitos das mulheres, especialmente, o concreto exercício dos direitos políticos²⁹⁵. Isso porque apesar de, na atualidade, integrar o senso comum que as diferenças sexuais foram superadas em nossa sociedade, a trajetória relativa ao direito ao sufrágio revela-nos uma conjuntura muito diferente.

Conquanto a igualdade não seja uma norma de origem moderna, tendo em vista que sua menção remonta à Grécia antiga²⁹⁶, ganhou maior relevo a partir das grandes declarações de direitos dos séculos XVIII e XIX. Uma das mais conhecidas – a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 – em seu artigo 1.º estabeleceu: «Les hommes naissent et demeurent libres et égaux en droits. Les distinctions sociales ne peuvent être fondées que sur l'utilité commune»²⁹⁷. Todavia, como vimos nos capítulos anteriores, a igualdade tão festejada pela Revolução Francesa, não foi capaz «na aceitação de uma igualdade que seja universal e efectiva» (*idem: ibidem*).

Inicialmente, concebeu-se a igualdade por sua vertente negativa, qual seja, a proibição de criar-se vantagens ou desvantagens injustificáveis

Para Raposo: «A igualdade representa um valor superior no seio dos ordenamentos jurídicos contemporâneos» (2004: 243).

²⁹⁵ Como vimos nos capítulos anteriores, as questões pertinentes às mulheres e o exercício dos seus direitos é mais complexa e está conectada a diversos temas, sendo os mais latentes e visíveis, a iniquidade e discriminação. Todavia, em nosso sentir, a diferença entre os sexos torna-se mais espantosa ao analisarmos os direitos políticos, conforme será demonstrado nessa parte da pesquisa.

²⁹⁶ Há menção à igualdade nos escritos de Platão, contudo é Aristóteles que consagra a máxima: tratar os iguais na medida das suas igualdades e os desiguais na proporção de suas desigualdades, a denominada igualdade aristotélica. Entretanto, seu pensamento igualitário não se aplicava às mulheres (como é visto na ótica atual), uma vez que compreendia que elas eram seres defeituosos, desprovidas de qualidade, devendo servir aos seus maridos e ficar restritas ao lar (Beauvoir, 1970: 10 e 111).

²⁹⁷ Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/Droit-francais/Constitution/Declaration-des-Droits-de-l-Homme-et-du-Citoyen-de-1789>>, acedido em 07 Nov. de 2017.

(infundadas)²⁹⁸. Assim, em sua essência propõe-se a combater os privilégios com o objetivo de se alcançar a justiça.

Além disso, a igualdade em seu sentido inicial cingia-se a proposição «todos são iguais perante a lei», possuindo uma vertente mais estreita e formalística, cabendo a aplicação da norma a todas/os sem qualquer distinção. Assim, a igualdade formal, ou também denominada «matemática, exacta, estrita, numérica, abstrata²⁹⁹», com o passar dos anos mostrou-se ineficaz, uma vez que não era suficiente *per se*, para erradicar as distorções existentes. Ademais, em algumas situações a sua aplicação gerava mais desigualdades, indo de encontro aos seus próprios fins³⁰⁰ (Raposo, 2004: 248).

Desta maneira, a expectativa gerada pela igualdade não era condizente com a realidade fática, resultando numa falsa promessa relacionada a lei geral e a incidência de justiça. Em rigor, a igualdade formal acarretou na configuração de abusos praticados pelo próprio Estado, razão pela qual foi modificada a sua ‘dinâmica’ e aplicação³⁰¹.

Consoante Raposo a classificação entre igualdade formal e material foi apresentada por Platão, sendo a primeira denominada de quantitativa,

²⁹⁸ Para Miranda: «O fundamento da igualdade está relacionado com algumas questões, como: a) Tratamento igual de situações iguais (ou tratamento semelhante de situações semelhantes); b) tratamento desigual de situações desiguais, mas substancial e objetivamente desiguais, e não criadas ou mantidas artificialmente pelo legislador; c) Tratamento desigual que, consoante os casos, se converte para o legislador ora em mera faculdade, ora em obrigação; d) Tratamento igual ou semelhante, em moldes de proporcionalidade, das situações desiguais relativamente iguais ou semelhantes; e) Tratamento das situações não apenas como existências também como devem existir, de harmonia com os padrões da Constituição material (acrescentando-se, assim, uma componente ativa ao princípio e fazendo da igualdade perante lei uma verdadeira igualdade através da lei); f) se necessário, admissibilidade de discriminações positivas (ou situações de vantagem fundadas, desigualdades de direito em consequência de desigualdades dos fatos e tendentes à superação destas)» (2006: 418 e 2008: 255-256).

²⁹⁹ Em outras palavras: «O princípio da igualdade dava assim entrada no mundo jurídico. Mas esta era ainda uma igualdade teórica, estática, insuficiente. Muitos dos direitos consagrados na lei não passavam de construções puramente jurídicas, com escassos efeitos práticos» (Raposo, 2004: 244).

³⁰⁰ Não obstante, a igualdade formal foi uma reivindicação das feministas liberais (v. Capítulo 1, seção 1.1.1) que não reconheciam qualquer tratamento diferenciado, sendo este entendimento matizado com o passar dos anos.

³⁰¹ Neste sentido, Raposo destaca três etapas de progressão da igualdade: 1.^a) inicialmente, os diferentes eram tratados de forma inferior ou superior, consoante o valor atribuído a esta diferença; 2.^a) todas/os eram tratadas/os de maneira igual se estivessem em conformidade com o critério de identidade; 3.^a) incidência do critério igualitário observando-se as distinções, similaridades, necessidades, vontades, entre outros (*idem*: 244-245). Por outro lado, é importante ressaltar que devemos ter em conta o contexto histórico em cada Estado de Direito Democrático, que acarretou na modificação da ideia inicial de igualdade, uma vez que as influências das teóricas feministas e da legislação internacional não podem ser desconsideradas. De facto, todos esses fatores convergiram na mudança da visão e aplicação da igualdade.

relacionada à igualdade em número e dimensão, ao passo que a última foi apontada como igualdade proporcional (*idem: ibidem*).

Nesta senda, a igualdade deixa de ser compreendida numa ótica única, ganhando contornos mais plásticos, posto que busca suprir as necessidades reais dos indivíduos. Assim, consagra-se a igualdade material ou substancial, assimilada como contraponto da igualdade formal, pois é a «verdadeira, efectiva, real, normativa, contextualizada» (*idem: 249*).

Com efeito, a igualdade pressupõe a existência de diferenças, mas estes fatores que distinguem umas pessoas das outras deverão estar revestidos com uma justificação legítima³⁰², para estar em conformidade com a *ratio essendi* normativa³⁰³.

Acrescenta-se que o reconhecimento da diferença não representa o oposto da igualdade. Logo, desigualdade não é o mesmo que diferença. Assim, dentro desse contexto, identidade e igualdade não possuem a mesma semântica. Esta última distingue-se da primeira, uma vez que seu ponto de partida é a diversidade para, depois, destacar determinada característica. Então, para que os sujeitos sejam tratados igualmente, eles não precisam ser idênticos, assim como a identidade dos indivíduos não garantirá um tratamento igual (*idem: 260-261*)³⁰⁴.

Por outro lado, destaca-se que garantir as necessidades individuais não significa que todos/as, por qualquer razão, serão tratados/as de forma única e

³⁰² Considera-se que a justificação do tratamento discriminatório deverá estar fulcrada na Constituição, tendo em vista que na noção de Estado de Direito, deverão ser criados diferentes regimes para salvaguardar a liberdade dos indivíduos (*idem: 254*). Portanto, nem toda diferenciação será, necessariamente, discriminatória, desde que se apliquem critérios objetivos e razoáveis. V. *General Comment* n.º 18, § 13 do *Human Rights Committee*. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=8&DocTypeID=11>, acedido em 12 Nov. de 2017.

³⁰³ A igualdade poderá ser analisada sob uma concepção tripartite: 1) o da igualdade formal; 2) da igualdade material; e, 3) na concepção da igualdade material ligada ao ideário de justiça no tocante ao reconhecimento de identidades (Novais, 2014: 101-120).

³⁰⁴ Cfr. Agacinski: «A igualdade das pessoas significa hoje a igualdade dos seus direitos civis ou políticos, e não o facto de essas mesmas pessoas serem idênticas umas às outras pela sua própria natureza ou pela sua condição» (1999: 102). Portanto, quando se menciona o direito à diferença deve-se observar que: «A diferença traz uma não semelhança entre indivíduos, e uma vez que a sociedade é composta por muitas pessoas distintas, nunca poderá deixar de haver diferença. A desigualdade, ao invés, implica que essas diferenças entre as pessoas remetam algumas delas para uma posição dependente» (Raposo, 2004: 260-261).

desigual, posto que resultaria no enfraquecimento do próprio princípio e de sua força estruturante³⁰⁵.

À vista disso, essa vertente [ora apresentada: formal/material] da igualdade posiciona-se de forma distinta acerca da maneira como analisa as diferenças sexuais e seu impacto jurídico no mundo: o sentido formal³⁰⁶ compreende que a diferença sexual não possui repercussão jurídica, pois para a lei o critério sexual não deve ser utilizado como forma de distinção, ao passo que a avaliação sob a égide da igualdade substancial examinará a hipótese em concreto, pois há casos em que o fator sexual ganhará contornos jurídicos (*idem*: 250).

Nesta linha de raciocínio, a igualdade formal não é uma classificação ‘abandonada’ ou ‘ultrapassada’, tendo em vista que sua incidência integra a nossa estrutura jurídica. De facto, possui um papel «dependente e instrumental», porém não deve ter sua importância esvaziada (*idem*: 251)³⁰⁷.

Sem embargo, com o propósito de evitar que a lei seja a fonte da injustiça e do tratamento discriminatório, ela em seu nascedouro deverá passar pelo crivo da igualdade (Alexandrino, 2007: 74). Em suma: é vedado a lei perverter o significado da igualdade substancial e que ela seja a origem de privilégios³⁰⁸ (Mello, 2014: 10).

Por outro lado, as respostas constitucionais em relação à igualdade podem ser encontradas em quatro dimensões³⁰⁹, isto é, quatro maneiras que

³⁰⁵ Neste sentido o *General Comment* n.º 18, § 8: «The enjoyment of rights and freedoms on an equal footing, however, does not mean identical treatment in every instance». *General Comment* n.º 18 do *Human Rights Committee*. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=8&DocTypeID=11>, acessado em 12 Nov. de 2017.

³⁰⁶ Assim: «Reduzido a um sentido formal, o princípio da igualdade acabaria por se traduzir um simples princípio de prevalência da lei em face da jurisdição e da administração» (Canotilho, 2003: 427).

³⁰⁷ Logo, encontramos a vertente da igualdade formal na criação, interpretação e aplicação do Direito, ou seja, em sua criação a norma manterá o seu caráter de abstração e generalidade, bem como não haverá distinção na sua compreensão e incidência. Ela será destinada aos sujeitos indetermináveis ou indeterminados. V. Alexandrino (2007: 73), Alexy (2008: 393-400), Canotilho (2003: 426-427) e Novais (2014: 102).

³⁰⁸ Assim, acerca da igualdade e sua compatibilização com o fim legítimo (Salema, 1989: 27-36).

³⁰⁹ Cfr. Miranda: «a) Constituições que se circunscrevem à declaração do princípio da igualdade, com proibição de discriminações e privilégios em razão do sexo ou de quaisquer outros factores de diferenciação; b) Constituições que se referem *expressis verbis* à igualdade de direitos de homens e mulheres; c) Constituições que afirmam a igualdade de participação política de ambos os sexos; d) Constituições que consentem ou impõem medidas positivas em

este princípio é moldado pelas Constituições³¹⁰. Em suma, os textos constitucionais podem estabelecer uma igualdade formal, substancial, igualdade na participação política e prever ações positivas para participação política das mulheres nos órgãos de tomada de decisão (Miranda, 2006: 425).

Não obstante, ao discorrer sobre a igualdade, Miranda realizou alguns apontamentos sobre as questões que envolvem o tema: i) a diferença existente entre a previsão legal e a concreção da igualdade, ou seja, nem sempre o que se preconiza na teoria é o que acontece na prática; ii) a realidade fática e constitucional de cada Estado devem ser considerados para que este princípio seja efetivo e protetivo; iii) a progressão da igualdade é fruto dos casos concretos, das lutas dos grupos suspeitos ou minoritários; iv) a importância da igualdade para uma vida justa em sociedade (*idem*: 417-418)³¹¹.

Podemos ilustrar de forma mais inteligível esta trajetória da igualdade ao examinar a conquista da capacidade eleitoral ativa e passiva das mulheres³¹². Note-se que no âmbito do sufrágio universal foram necessários mais de cem anos para que a mulher europeia tivesse o direito ao voto em igualdade de condições ao homem³¹³. Apenas para exemplificar, as suíças conquistaram o

favor da participação políticas das mulheres. A grande maioria das Constituições pertence ainda ao primeiro grupo» (2006: 425).

³¹⁰ Dado interessante acerca da igualdade, é que segundo a *UN Women*, até o momento da redação deste trabalho, 192 Estados inseriram em seus textos constitucionais o princípio da igualdade e não discriminação; já 195 Estados preveem a participação política de todas/os e 85 Constituições fazem menção às ações positivas (anexo 9). Apesar dessa construção da igualdade nos textos constitucionais, segundo o *World Economic Forum*, serão necessários 100 anos para mulheres e homens atingirem a igualdade globalmente (no caso dos 106 países pesquisados por esta entidade desde o início), ou seja, de forma global o *gender gap* poderá acabar em um século. Contudo, o *economic gender gap* só deixará de existir daqui a 217 anos, caso os dados apurados mantenham essa constância (2017: 7-8). Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf>, acessado em 10 Nov. de 2017.

³¹¹ Logo: «Há três pontos firmes, acolhidos quase unanimemente pela doutrina e pela jurisprudência: que igualdade não é identidade e que igualdade jurídica não é igualdade natural ou naturalística; que igualdade significa intenção de racionalidade e, em último termo, de justiça; e que igualdade não é uma «ilha», encontra-se conexa com outros princípios, tem de ser entendida – também ela – no plano global dos valores, critérios e opções da Constituição material» (Miranda, 2006: 418).

³¹² Agacinski descreve que a igualdade abstrata com fundamento no direito, inicialmente não foi desenvolvida para as mulheres, principalmente, no tocante aos direitos políticos. Não obstante, relata uma decisão da Corte portuguesa sobre esta questão: «(...) decisão do Supremo Tribunal de Justiça de 1885 lembra que as mulheres tinham sido no início excluídas do direito de sufrágio, quando este era censitário, e que, quando se tornou “universal”, em 1848, a Constituição não alargou a outros que não os cidadãos do sexo masculino que, até então, eram os únicos dele investidos, o direito de elegerem os representantes do país» (1999: 102-103).

³¹³ Podemos confrontar a conquista da capacidade política e civil das mulheres no contexto europeu e verificar como o direito ao sufrágio universal foi uma conquista lenta e gradual. Ver o Anexo 2. Apenas como ilustração, em 1971 foi reconhecido às suíças o direito ao voto em

direito ao sufrágio universal somente em 1971, ao passo que as portuguesas e gregas alcançaram este reconhecimento, respetivamente, em 1976 e 1952³¹⁴ (v. anexo 2).

Nessa perspetiva, a igualdade entre os sexos, ou, sua aceção mais alargada, a igualdade de género, corresponde ao conceito que todas/os são livres para desenvolverem suas vidas, capacidades, tomar decisões, independentemente do seu sexo e sem qualquer óbice em razão dos estereótipos e papéis de géneros³¹⁵. Assim, haverá a igualdade de género quando não existir diferenciações substanciais sexuais nos indicadores relativos ao acesso aos direitos, seu exercício e gozo, organização social, entre outros (Luísa Neto, 2009: 162 e Comissão Europeia, 1998: 31)³¹⁶. Então, compreende-se que a igualdade de género é um «princípio moral e político» relativo a um dado momento histórico (Agacinski, 1999: 100), ou, de acordo com o grupo de especialistas em *mainstreaming* no relatório final sobre o tema: «gender equality

condições iguais aos homens (ao nível da federação), mas em alguns cantões elas só alcançaram esta conquista na década de 80 (Moreira, 2005: 68).

³¹⁴ Interessante mencionar que foi concedido em 1917 o direito ao voto às mulheres russas, em razão da Revolução Bolchevique. Além disso, após a revolução foi reconhecida a igualdade no casamento e na vida civil, bem como a licença maternidade. A revolução consagrou direitos que seriam reconhecidos em outros Estados após muitos anos e lutas (Moreira, 2005: 66-67).

³¹⁵ A Recomendação n.º 28, § 22 da CEDAW, possui uma definição mais elaborada sobre a igualdade de género. Desta forma: «Inherent to the principle of equality between men and women, or gender equality, is the concept that all human beings, regardless of sex, are free to develop their personal abilities, pursue their professional careers and make choices without the limitations set by stereotypes, rigid gender roles and prejudices. States parties are called upon to use exclusively the concepts of equality of women and men or gender equality and not to use the concept of gender equity in implementing their obligations under the Convention. The latter concept is used in some jurisdictions to refer to fair treatment of women and men, according to their respective needs. This may include equal treatment, or treatment that is different but considered equivalent in terms of rights, benefits, obligations and opportunities» V. CEDAW/C/GC/28. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CEDAW/Pages/Recommendations.aspx>>, acedido em 07 Out. de 2017.

³¹⁶ Cfr. Cruz: «A igualdade de género corresponde à ausência de assimetrias entre uns e outros (mulheres e homens), em todos os indicadores relativos à organização social, ao exercício de direitos e de responsabilidades, à autonomia individual e ao bem-estar. Pressupõe o reconhecimento do igual valor social das mulheres e dos homens e do respectivo estatuto na sociedade. Implica a participação equilibrada de homens e mulheres em todas as esferas da vida, incluindo a participação económica, política e social e na vida familiar. A igualdade de género oferece às mulheres e homens os mesmos direitos a todos os aspectos do desenvolvimento humano, incluindo os direitos económicos, sociais, culturais, civis e políticos; o mesmo nível de respeito; as mesmas oportunidades de fazer escolhas; o mesmo nível de poder para dar forma aos resultados dessas escolhas» (2007: 91-92).

means an equal visibility, empowerment and participation of both sexes in all spheres of public and private life»³¹⁷ (2004: 8).

Outro ponto a enfatizar versa acerca da igualdade de oportunidades³¹⁸ e a igualdade de resultados. Em consonância com o que foi mencionado acima, constatou-se que a igualdade à partida, nos moldes do viés formal, não foi suficiente para reequacionar as relações existentes entre mulheres e homens. A conceção fulcrada na meritocracia e no individualismo liberal foi – e continua sendo – ineficaz para o alcance fático da igualdade (Raposo, 2004: 244). Desse modo, por ser a igualdade um «princípio de justiça social» engendrou-se a igualdade de oportunidades, com o fim de atribuir uma melhor qualidade de vida às pessoas. Esse conceito engloba a efetivação dos direitos culturais, económicos e sociais³¹⁹ previstos na Constituição, bem como está inserido no ideário de «igual dignidade social» (Canotilho, 2003: 430).

De outra maneira, na igualdade de resultados³²⁰ o Estado obriga-se a oferecer as premissas necessárias para a efetivação dos direitos, especialmente, se os indivíduos integrarem grupos considerados mais carentes (Raposo, 2004: 247). Um exemplo de como o estado português aderiu a igual participação democrática na produção de resultados de igualdade é a previsão

³¹⁷ Cfr. «Gender mainstreaming – Conceptual framework, methodology and presentation of good practices». Disponível em: <<https://rm.coe.int/1680596135>>, acedido em 19 Nov. de 2017.

³¹⁸ Como vê-se a igualdade jurídica, formal e estreita não é suficiente para cumprir os programas estabelecidos por um Estado de Direito Democrático social, cabendo a incidência da igualdade fática, substancial e real no plano da disponibilização das condições materiais para o seu exercício e da igualdade de oportunidades (Novais, 2014: 104).

³¹⁹ Neste raciocínio: «Actua mediante aperfeiçoamento no sistema educativo, reformulações na distribuição de papéis na sociedade, vias de consciencialização da sociedade, redistribuição de rendimentos. Contudo, não garante igualdade à chegada, isto é, a realização da efectiva igualdade» (Raposo, 2004: 259). E mais é considerado como: «(...) princípio jurídico-constitucional impositivo de compensação de desigualdade de oportunidades e como princípio sancionador da violação da igualdade por comportamentos omissivos (inconstitucionalidade por omissão)» (Canotilho, 2003: 430-431). Raposo aponta a crítica a esta vertente da igualdade, uma vez a igualdade de oportunidades pode ser utilizada como subterfúgio para a manutenção de certas desigualdades (Vogel-Polsky *apud* Raposo, 2004: 259).

³²⁰ Para o Comité da CEDAW em sua Recomendação Geral n.º 25, § 9, a igualdade de resultados é uma consequência da igualdade material. Destarte: «Equality of results is the logical corollary of de facto or substantive equality. These results may be quantitative and/or qualitative in nature; that is, women enjoying their rights in various fields in fairly equal numbers with men, enjoying the same income levels, equality in decisionmaking and political influence, and women enjoying freedom from violence» V. General Recommendations n.º 25. Disponível em: http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT/CEDAW/GEC/3733&Lang=en, acedido em 08 Ago. de 2017.

relativa a inclusão política das mulheres nos assentos parlamentares³²¹ (Novais, 2014: 104).

Em verdade, a norma poderá atribuir diferentes critérios como fator discriminatório, seja constante nas pessoas ou situações, razão pela qual o objeto de análise da violação ou não da igualdade deverá recair no exame relacional entre este elemento e o texto constitucional (Mello, 2014: 17). Ou seja, «1) fundamento sério; 2) não tiver um sentido ilegítimo; 3) estabelecer diferenciação jurídica sem um fundamento razoável» (Canotilho, 2003: 428)³²². Em suma, Lopes menciona uma definição plurissignificativa da igualdade, isto é, a igualdade está fundada numa dimensão tripartite: i) proibição do arbítrio; ii) obrigação de diferenciação; e, iii) proibição de discriminação³²³ (Lopes, 2011: 49).

Sem embargo, em decorrência destes diferentes ângulos a envolver a igualdade e seu processo de contínua mudança, verificamos que este princípio é dinâmico, aberto, em constante mutação em razão de seus debates e de compreensão não tão linear³²⁴ (Novais, 2014: 101).

³²¹ Aqui é retratada a igualdade em seu aspeto positivo, exteriorizada na igualdade de oportunidades. Então: « (...) pressupondo assim a introdução de compensações que atenuem as desigualdades de partida: daí, ainda que se situem em planos distintos, as ideias de igualdade de oportunidades, de igualdade fáctica (articulada com a justiça social e solidariedade) ou de discriminações positivas (de que constituem versões relativamente recentes as designadas políticas de quotas)» (Alexandrino, 2007: 77). Neste sentido: «A promoção da igualdade de oportunidades que se pretende com estas iniciativas é uma condição fundamental de democracia e de cidadania. Os países mais desenvolvidos são os que têm vindo a demonstrar maiores preocupações com a promoção das políticas de igualdade de género. Trata-se de um aspecto incontornável do desenvolvimento sustentável das sociedades que, além dos Governos, nos deveria implicar a todas e a todos como cidadãos» (Pais, 2008: 12).

³²² Há três hipóteses a serem observadas para não violarem a isonomia: «a) a primeira diz com o elemento tomado como fator de desigualação; b) a segunda reporta-se à correlação lógica abstrata existente entre o fator erigido em critério de discrimen e a disparidade estabelecida no tratamento jurídico diversificado; c) a terceira atina à consonância desta correlação lógica com os interesses absorvidos no sistema constitucional e destarte juridicizados.(...) Em suma: importa que exista mais que uma correlação lógica abstrata entre o fator diferencial e a diferenciação conseqüente. Exige-se, ainda, haja uma correlação lógica concreta, ou seja, aferida em função dos interesses abrigados no direito positivo constitucional» (Mello, 2014: 21-22).

³²³ Neste sentido, Canotilho esclarece que a proibição geral do arbítrio denota um tratamento desigual arbitrário. Para analisar se o tratamento empregado foi ou não arbitrário, serão investigados três critérios objetivos: 1) se o fundamento para a distinção é sério; 2) além de sério, seu sentido deve ser legítimo; 3) por fim, a diferenciação jurídica consistirá num parâmetro razoável (2003: 428).

³²⁴ Em contrapartida, a igualdade para ser aplicada deve observar também ao princípio da proporcionalidade, a fim de evitar abusos e distorções. Acerca desta questão ver Silva (2013: 506 e segs).

Não obstante, é certo que apesar das divergências a rodear a igualdade, duas questões deverão ser observadas pelo Estado a fim de cumprir com estabelecido pela igualdade: a luta pela erradicação da discriminação (ilegítima e sem fundamento) e o incentivo de políticas para coibir a discriminação referida³²⁵.

1.1.2 O enquadramento constitucional português

A Constituição portuguesa não foi indiferente no que alude a previsão da igualdade em seu texto. Extraímos dos textos das Constituições³²⁶ de 1822 (artigo 9.º), Carta Constitucional (artigo 14.º, § 12.º), 1838 (artigo 10.º), 1911³²⁷ (artigo 3.º, § 2.º) e 1933 (artigo 5.º) remissão à igualdade perante a lei³²⁸ (Miranda, 2006: 8). Outrossim, algumas constituições asseguravam o acesso aos cargos públicos, sendo vedadas as diferenciações, salvo se fossem em razão da virtude ou talento³²⁹ (Miranda, 2008: 244).

Com efeito, a Constituição de 1911 e as leis eleitorais da época previam os seguintes requisitos para o exercício do direito ao voto: cidadãos maiores de 21 anos, que sabiam ler e escrever e chefes de família. Desta feita, a médica Carolina Beatriz Ângelo requereu o direito ao voto, tendo em vista que reunia todos os pressupostos exigidos pela norma: era maior de 21 anos, chefe de

³²⁵ Cfr. Salema: «Não há, pois, infracção ao princípio geral da igualdade se um critério legítimo funda a diferenciação operada. No entanto, será necessário caso por caso justificar o carácter e a extensão dos privilégios, os seus efeitos e meios escolhidos» (1989: 29).

³²⁶ São apontados pela doutrina alguns marcos constitucionais relevantes para o aprimoramento do princípio da igualdade no constitucionalismo ocidental: a citada Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 (artigos 1.º e 6.º), a 14.ª Emenda da Constituição dos Estados Unidos, a Constituição do México de 1917 em seu artigo 4.º, a Constituição de Weimar, entre outros (Miranda, 2008: 244).

³²⁷ Segundo Miranda a Constituição de 1911 fortaleceu as bases da igualdade jurídica, ante as suas previsões de igualdade civil e político para os cultos (artigo 3.º, n.º 5), equiparação de direitos para os estrangeiros, dentre outros (*idem*: 244-245).

³²⁸ Miranda realça que o artigo 12.º da Constituição de 1822 reproduz os termos do artigo 6.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, ao assegurar que só era permitida a diferenciação com base na distinção dos talentos. Ainda: «As três Constituições monárquicas ocupam-se em alguns preceitos do regime eleitoral e uma das matérias que desde logo pretendem regular é precisamente a da capacidade eleitoral activa. Ora, lendo os respectivos textos, por certo se pode concluir que se está longe de adoptar um sufrágio universal (nomeadamente pela introdução de disposições de carácter censitário); em contrapartida, as mulheres não são de modo algum abrangidas entre as categorias de indivíduos privados de votar nas eleições parlamentares» (2006: 8).

³²⁹ V. artigo 12 da Constituição de 1822, artigo 145.º, § 13.º da Carta Constitucional e artigo 30.º da Constituição de 1838. (*idem, ibidem*).

família (visto ser viúva) e sabia ler e escrever. Acrescentou ainda que o termo empregado (cidadãos) abrangia homens e mulheres, razão pela qual foi reconhecido o seu direito ao voto (Moreira, 2005: 70).

Sem embargo, pese embora os textos constitucionais preverem em seu corpo que todos são iguais perante a lei, em 1913 foi editada a Lei n.º 3, de 3 de Julho, que atribui direito ao voto aos homens que saibam ler e escrever³³⁰ (Miranda, 2006: 8). Assim, constou expressamente na lei eleitoral que o direito ao voto caberia tão somente aos homens, excluindo qualquer hipótese de inclusão das mulheres (Moreira, 2005: 70).

Com efeito, o artigo 5.º da Constituição de 1933 proclamava em seu *caput* a igualdade perante a lei, porém, em seu parágrafo único quando mencionou o provimento nos cargos públicos e a impossibilidade da concessão do privilégio em razão do sexo, apresentou uma exceção em sua parte final para a mulher quanto «as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família» (Miranda, 2006: 9). No entanto, em relação às mulheres a Constituição fez menção a igualdade de direitos e deveres no âmbito do casamento e educação dos filhos, bem como previu a figura do chefe de família (artigos 12.º, n.º 2 e 17.º) (*idem*: 420).

Por outro lado, antes desta ressalva constitucional, em 1931 entrou em vigor a Lei n.º 19.694, de 5 de Maio, que atribuiu o direito de sufrágio às mulheres, desde que fossem diplomadas com o curso secundário ou superior³³¹ (*idem*: 10).

Neste sentido, em 1946³³² foi ampliado o rol de mulheres que tinham direito ao sufrágio devendo satisfazer as seguintes condições: i) possuir o curso geral dos liceus, o curso do Magistério Primário ou outros cursos ali descritos, como habilitações mínimas; ii) chefes de família que soubessem ler e escrever (ou se não soubessem pagassem um mínimo fixado pela norma a título de impostos); iii) as casadas que soubessem ler e escrever, e, que pagassem uma

³³⁰ Moreira menciona que nas eleições para a Assembleia Constituinte da República instaurada em 1910 foi abolida a limitação censitária (2005: 69).

³³¹ Apesar do baixo alcance e do período autoritário, tendo em vista que uma pequena parcela de mulheres portuguesas possuíam esse grau de qualificação, não devemos desconsiderar sua relevância para a conquista do direito ao sufrágio (*idem*: 70).

³³² V. artigo 1.º da Lei n.º 2015, de 28 de Maio de 1946.

contribuição predial por seus próprios bens (ou comuns) não inferior ao determinado na lei (*idem*: 10).

Ora, analisando o período histórico e que só passaram quinze anos desde 1931, poderíamos erroneamente concluir que houve uma grande evolução [para as mulheres] na seara eleitoral³³³. Todavia, quando comparamos com os requisitos exigidos aos homens, constatamos que eles só precisavam saber ler e escrever, e, caso não soubessem, pagariam ao Estado uma quantia relativa aos impostos fixados naquela regra (Miranda, 2006: 11).

Em contrapartida, entrou em vigor a Lei n.º 2137, de 26 de Dezembro de 1968, que anunciou a igualdade de direitos políticos entre ambos os sexos³³⁴ e eliminou o voto em função das contribuições a serem conferidas ao Estado. Destarte, Miranda mencionou pouco tempo depois a edição da norma, de maneira entusiasmada, que era possível extrair desse texto a previsão da igualdade de sexos concomitantemente com a consagração do sufrágio universal. Contudo, não deixou de criticar as diferenças no tocante ao direito ao voto para as juntas de freguesia, câmaras municipais e juntas distritais³³⁵) (2006: 11-12).

Por outro lado, a via seguida pela igualdade em Portugal, apesar de não linear, convergiu com as mudanças ocorridas no Direito Internacional (visto no capítulo anterior). Assim, a partir da Revolução de 1974 foi permitido às mulheres o acesso à magistratura, pelo advento do Decreto-Lei n.º 251/74, de 12 de Junho, bem como aceder a cargos de funções de autoridade na administração local, por força do Decreto-Lei n.º 492/74, de 27 de Setembro, dentre outros (Miranda, 2008: 250-251).

³³³ Na verdade: «(...) o Estado Novo não era propriamente generoso com as mulheres. As mulheres não podiam ser juízes, nem magistradas do Ministério Público, nem tinham acesso à carreira diplomática, tudo profissões exclusivamente masculinas! E mesmo no domínio familiar e civil, a discriminação contra as mulheres era enorme. As mulheres, por exemplo, não podiam ausentar-se do país sem autorização do marido, também não podiam ter uma empresa sem autorização do marido» (*idem*: 71).

³³⁴ Decorrente da influência do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (Miranda, 2006: 11-12).

³³⁵ Ou seja, houve a equiparação entre mulheres e homens na esfera eleitoral, todavia havia ainda uma restrição ao exercício do voto (Moreira, 2005: 70).

O ponto de viragem constitucional ocorre com o advento da Constituição de 1976³³⁶. O preceito constante no artigo 13.º além de proibir o tratamento desigual, seja em razão do sexo³³⁷, raça, língua, etc., fixou a obrigação estatal de promover a igualdade fática. Outrossim, ela não fica restrita a esta ideia de igualdade, irradiando os seus efeitos para as demais previsões³³⁸. Portanto, além do princípio da igualdade, a recente Carta Constitucional trazia em seu bojo a plena igualdade de direitos políticos, bem como algumas previsões abrangentes aos direitos das mulheres trabalhadoras, como a proteção à maternidade e a respetiva licença sem perda da retribuição (artigo 54.º, alínea e, e, artigo 68.º)³³⁹ (Miranda, 2006: 419-422).

Acrescente-se que o artigo 13.º, n.º 2, da CRP contém em seu texto a proibição da discriminação infundada, ilegítima, atribuindo-se a não discriminação, ou, dito de outra forma, a proibição da discriminação a uma norma de carácter geral que cederá perante a especial. Desta feita, seu mecanismo é de presunção, cabendo o seu afastamento em situações de «adequada justificação constitucional», critério utilizado pelo Tribunal Constitucional para verificar se a discriminação em curso é legítima e de acordo com os preceitos constitucionais (Alexandrino, 2007: 76)³⁴⁰.

Foram realizadas três revisões constitucionais (1982, 1989 e 1992), sendo que nestas ocasiões não houveram impacto no tocante ao princípio da

³³⁶ Não obstante, não é olvidada a alteração realizada pela revisão constitucional de 1971 ao suprimir a palavra 'mulher' e mencionar «diferenças de tratamento quanto ao sexo» (Miranda, 2008: 245).

³³⁷ No texto inaugural da Constituição de 1976 entenderam ser desnecessária estar explicitamente a igualdade entre mulheres e homens (*idem*: 247).

³³⁸ Novamente, Miranda ratifica a influência das normas de direitos humanos na ordem constitucional. Assim: «(...) por força da recepção formal da Declaração Universal dos Direitos do Homem, todos têm direito a protecção igual contra qualquer discriminação (art. 16.º, n.º 2, da Constituição e art. 7.º da Declaração)» (2006: 420). Ademais, frisa que na Assembleia Constituinte de 1975-1976 foram apresentados alguns projetos relacionados aos direitos das mulheres: um do Movimento Democrático Português - Comissão Democrática Eleitoral, outro do Partido Comunista Português, e, por fim, da União Democrática Popular. Estas propostas geraram intenso debate, culminando no artigo 13.º da Constituição Portuguesa (*idem*: 421).

³³⁹ Miranda enumera outros, como a igualdade de direitos e deveres conjugais, o acesso a quaisquer cargos, acesso ao ensino, etc. Outrossim, enumera de forma pormenorizada: i) os corolários da igualdade; ii) as distinções estabelecidas pela Lei Maior; iii) as imposições da igualdade social; e, iv) as discriminações positivas (*idem*: 422 e 2008: 246-250).

³⁴⁰ Mencionam um aspeto tridimensional relacionado a este artigo: i) proibição do arbítrio; ii) proibição da discriminação; iii) obrigação de diferenciação. V. Canotilho e Moreira (2007: 340-341) e Raposo (2004: 263).

igualdade³⁴¹ e sua conformação na ordem constitucional. No entanto, foi a revisão de 1997 de grande relevância para consolidar a promoção da igualdade entre os sexos, por intermédio da introdução do artigo 9.º, alínea *h*, e, alteração do artigo 109.º (antigo artigo 112.º) cujo teor consagrou a não discriminação ao acesso aos cargos políticos e a plena participação de mulheres³⁴² e homens na vida pública (Miranda, 2006: 422-423). Ademais, foram estabelecidas previsões relacionadas a organização do trabalho e conciliação da atividade laboral com a vida familiar, a maternidade consciente, direito ao planeamento familiar (ligado ao respeito da liberdade individual), dentre outros (Miranda, 2003: 294-295).

Portanto, dentro da estrutura constitucional portuguesa «as traves mestras da política da igualdade de género» são: o artigo 13.º (princípio da igualdade), artigo 9.º, alínea *h* (tarefas fundamentais do Estado – promover a igualdade), artigo 58.º, n.º 2, alínea *b* (igualdade de oportunidades na escolha da profissão), artigo 59.º, n.º 1, alíneas *a* e *b* (direito dos trabalhadores independentemente do sexo), artigo 36.º, n.º 3 (direitos e deveres iguais dos cônjuges); artigo 47.º (liberdade de escolha de profissão e acesso à função pública), artigo 48.º (participação na vida pública), artigo 49.º (direito de sufrágio), artigo 64.º (saúde), artigo 67.º (família) e artigo 69.º (infância) (Luísa Neto, 2009: 170).

Por fim, a igualdade não foi um direito concedido naturalmente ou uma «verdade evidente ou demonstrável», mas foi fruto de uma decisão política que reconheceu e atribuiu um valor a este direito (Agacinsky, 1999: 100).

1.2 O princípio da não discriminação

³⁴¹ Luísa Neto apresenta significativos acontecimentos que construíram a igualdade de género no direito português. Em razão da economia da presente obra e a sua temática constitucional, destacaremos alguns factos que ainda não foram mencionados: em 1889 Elisa Augusta da Conceição de Andrade tornou-se a primeira mulher licenciada no curso de Medicina; no ano seguinte, foi regulamentada a lei para criação de escolas secundárias femininas; edição da lei do divórcio, cujas previsões trouxeram algumas melhoras para a condição das mulheres na sociedade portuguesa; edição do Decreto n.º 4876, de 17 de Julho de 1918 que autorizava o exercício da advocacia pelas mulheres; eleitas para a Assembleia Nacional as deputadas Domitília de Carvalho, Maria Guardiola e Maria Cândida Parreira (2009: 167-170).

³⁴² Neste sentido: «Na nova tarefa do Estado viu-se uma reformulação do próprio conceito da democracia política (deputada Isabel Castro), bem como, no preceito sobre participação política, o reconhecimento da dimensão masculino-feminina. Hoje, uma nova maneira de olhar a humanidade exigiria que a verdadeira democracia fosse não só representativa e pluralista, mas também paritária (deputada Maria Eduarda Azevedo)» (Miranda, 2006: 423).

Analizamos anteriormente a igualdade e algumas de suas vertentes. Com efeito, vimos que a igualdade substancial busca diminuir as desigualdades existentes e, há quem entenda, que seu aspeto negativo é a não discriminação³⁴³ (Cruz, 2007: 88). Segundo o dicionário, discriminar significa criar diferenças, distinguir, praticar injustamente um tratamento desigual com fundamento em preconceitos³⁴⁴.

Deste modo, desta leitura depreende-se que o princípio da não discriminação é a proibição de um tratamento injusto sem uma justificação legítima para fazê-lo³⁴⁵. Desta feita, para compreendermos o que é o princípio da não discriminação, debruçaremos-nos sobre o conceito de discriminação e suas três dimensões (direta, indireta e positiva).

De acordo com Raposo, o trajeto que propulsou o direito antidiscriminatório remonta aos Estados Unidos da América, especificamente, nos julgados relacionados às questões raciais³⁴⁶.

Sem embargo, encontramos nos textos internacionais a previsão expressa sobre discriminação, como na Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino (voltada para o ensino) e na Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, cujo artigo 1.º, n.º 1 define o que é discriminação racial³⁴⁷.

³⁴³ Para Salema: «(...) a igualdade e a não discriminação são duas facetas de uma mesma realidade formulada, ora de maneira positiva, ora de maneira negativa. A diferença poderá residir então no facto de a noção de não discriminação ser menos abstracta e mais técnica do que a noção de igualdade» (1989: 28). Ver também: Bayefsky (1990: 2).

³⁴⁴ V. Priberam Dicionário. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/discriminar>, acedido em 11 Nov. de 2017.

³⁴⁵ Para Odile tanto a igualdade de tratamento quanto a não discriminação, integram um papel essencial no modelo social europeu. Logo: «representam a pedra de toque dos direitos e valores fundamentais subjacentes à União Europeia de hoje» (Quintin, 2004: 2). Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52004DC0379&from=PT>>, acedido em 12 Nov. de 2017.

³⁴⁶ Raposo cita alguns julgados e atos exarados pelo Poder Executivo norte-americano favoráveis à não discriminação. Podemos citar como exemplo o caso *Brown vs. Board of Education of Topeka*, segundo o qual foi declarado inconstitucional o critério de distribuição das/os alunos/as para as escolas com base na sua cor de pele. Sua repercussão resultou na fixação de um número mínimo de alunos/as negros/as nas escolas (2004: 291).

³⁴⁷ Cfr.: «Na presente Convenção, a expressão «discriminação racial» visa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha como objectivo ou como efeito destruir ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, dos direitos do homem e das liberdades fundamentais no domínio político, económico, social e cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública» (Direitos Humanos, 2008a: 111).

Na sequência, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher estabelece em seu artigo 1.º a definição de discriminação contra a mulher, como toda a distinção, exclusão ou restrição, que tenha como fundamento o sexo, com o fim de prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, dos direitos e liberdades fundamentais, seja nas esferas política, social, civil, económica, entre outros.

Nesta medida, o PIDCP apesar de não estipular textualmente a respeito da discriminação, veda em seu artigo 2.º distinção com base na cor ou sexo, bem como no artigo 26.º proíbe toda e qualquer discriminação. Outrossim, em seu *General Comment* n.º 18 (acerca da não discriminação) aprovado na 37.ª sessão em 1989, o Comité apresentou seu entendimento sobre o significado de discriminação uma forma mais ampla, uma vez que os tratados acima versavam sobre determinada classe ou categoria de direitos (como as mulheres ou a discriminação com base na raça)³⁴⁸.

Adiciona-se, apenas de forma ilustrativa, que foram criadas duas diretivas (dentre outras) cuja finalidade é garantir uma proteção contra o tratamento discriminatório àqueles que vivem na União Europeia. Uma diretiva está relacionada a proibição da discriminação (direta ou indireta) em razão da etnia ou raça e, a segunda, sobre igualdade no emprego³⁴⁹.

Com efeito, a primeira dimensão da discriminação ocorre quando um ato ou norma gera diferenças que tem como parâmetros critérios proibidos, tendo como resultado a produção de um tratamento discriminatório. É denominada discriminação direta, mais evidente, perceptível aos olhos e ostensiva. Por outra

³⁴⁸ Assim, consta no § 7: «While these conventions deal only with cases of discrimination on specific grounds, the Committee believes that the term “discrimination” as used in the Covenant should be understood to imply any distinction, exclusion, restriction or preference which is based on any ground such as race, colour, sex, language, religion, political or other opinion, national or social origin, property, birth or other status, and which has the purpose or effect of nullifying or impairing the recognition, enjoyment or exercise by all persons, on an equal footing, of all rights and freedoms». *General Comment* n.º 18 do *Human Rights Committee*. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=8&DocTypeID=11>, acedido em 12 Nov. de 2017. De outra forma é discriminação direta: «(...) quando uma norma cria diferenciações com base em critérios proibidos» (Raposo, 2004: 301).

³⁴⁹ V. Diretiva 2000/43/CE do Conselho, publicada no JO L 180 de 19 de Julho de 2000, e, Diretiva 2000/78/CE do Conselho, publicada no JO L 303, de 2 de Dezembro de 2000. Ainda há um programa de ação comunitário contra a discriminação, com fundamento na Decisão 2000/750/CE do Conselho, de 27 de Novembro de 2000 (Comissão das Comunidades Europeias, 2004: 6-7). Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52004DC0379&from=PT>, acedido em 12 Nov. de 2017.

parte, verifica-se a discriminação indireta³⁵⁰ quando uma norma ou prática, por exemplo, aparentemente neutros, produzem resultados desfavoráveis que têm impacto em determinado grupo. Neste caso, o ato praticado não necessariamente possui um viés discriminatório – mas que por razões culturais, económicas, históricas e económicas-, terá impacto desfavorável em determinado grupo (Raposo, 2004: 301)³⁵¹.

De facto, seja discriminação direta ou indireta, certo é que a discriminação contra as mulheres configura num impedimento ao pleno exercício e gozo de direitos e liberdades. E mais, de acordo com a *General Recommendation* n.º 28, § 19, do Comité da CEDAW: «It includes acts that inflict physical, mental or sexual harm or suffering, threats of such acts, coercion and other deprivations of liberty (...)»³⁵².

Em contrapartida, a discriminação positiva³⁵³ visa desconstruir os impactos gerados pela discriminação negativa, ou seja, ela ocorre quando é

³⁵⁰ Neste mesmo sentido, o artigo 2.º, n.º 2, da Diretiva 97/80CE do Conselho de 15 de Dezembro de 1997, JO L 014)».Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:31997L0080&from=PT>>, acedido em 18 Nov. de 2017.

³⁵¹ A *General Recommendation* n.º 28, § 16, do Comité da CEDAW estabelece claramente o que se compreende como discriminação direta e indireta. Assim: «Direct discrimination against women constitutes different treatment explicitly based on grounds of sex and gender differences. Indirect discrimination against women occurs when a law, policy, programme or practice appears to be neutral in so far as it relates to men and women, but has a discriminatory effect in practice on women because pre-existing inequalities are not addressed by the apparently neutral measure. Moreover, indirect discrimination can exacerbate existing inequalities owing to a failure to recognize structural and historical patterns of discrimination and unequal power relationships between women and men». V. CEDAW/C/CG/28. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CEDAW/Pages/Recommendations.aspx>>, acedido em 07 Out. de 2017.

³⁵² V. CEDAW/C/CG/28. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CEDAW/Pages/Recommendations.aspx>>, acedido em 07 Out. de 2017. Para o TEDH o tratamento será discriminatório quando não for objetivo e tampouco razoável. Ver *Biao v. Denmark* [GC], n.º 38590/10, §§ 90 e 93, ECHR 2016, *Sousa Goucha v. Portugal*, n.º 70434/12, § 58, 22 de Março de 2016, *Khamtokhu and Aksenchik v. Russia* [GC], n.ºs 60367/08 e 961/11, § 64, TEDH 2017. Disponível em: <https://hudoc.echr.coe.int/eng#_ftn19>, acedido em 12 Nov. de 2017.

³⁵³ Não é pacífico o uso do termo «discriminação positiva», uma vez que podemos encontrar como sinónimo de ação positiva, medidas positivas, bem como discriminação legítima. A Recomendação Geral n.º 25 da CEDAW utiliza como sinónimo de ações positivas, por exemplo, mas em nota afirma que este termo é apontado por alguns como impróprio. Acerca da semântica do termo: Salema (1989: 31), Vogel-Polsky (1989: 17-26) e Silva Neto (2008: 617). Relativamente ao sentido pejorativo da expressão: «Pois uma vez que existe o adjectivo “positiva”, poderíamos ser levados a pensar que neste contexto a “discriminação” surge em sentido neutro, seguida de uma inclinação positiva. Porém, ao termo “discriminação” surge em sentido negativo quase incontornável, de modo que emerge uma *contradictio in terminis*, pois se é discriminação não pode jamais ser positiva» (Raposo, 2004: 304). No presente trabalho não faremos distinção entre discriminação positiva e ação positiva, seguindo o entendimento adotado por Raposo (*idem: ibidem*).

atribuída uma medida de carácter temporário, mais vantajosa com o objetivo de erradicar a desigualdade fática (Miranda, 2008: 253-254).

Portanto, discriminar positivamente significa uma atuação normativa transitória, com o fim de erradicar a discriminação de que é alvo determinado grupo, que por motivos diversos é subordinado a outro, atribuindo-lhe um tratamento mais benéfico para corrigir as distorções desigualitárias (Salema, 1989: 29 e Raposo, 2004: 306).

Por seu turno, Vogel-Polski ao discorrer sobre as medidas positivas, ou de ação positiva³⁵⁴, compreende que se trata de uma técnica jurídica e estratégia, uma vez que além da previsão com fundamento na norma, deverá ser concebida com um objetivo e fim, ante o seu carácter transitório (1998: 18-21).

Não obstante, conforme mencionado no capítulo anterior ao discorrermos sobre a CEDAW, as medidas positivas foram concebidas de acordo com o disposto no artigo 4.º, n.º 1, cujo texto destaca a adoção de medidas temporárias especiais para a ocorrência da igualdade fática entre mulheres e homens.

Por conseguinte, sua execução pelos Estados – no caso português inserido textualmente após a revisão constitucional de 1997 – tem como fim retirar esta vulnerabilidade no exercício de direitos e, por via de consequência, atingir a igualdade substancial.

Neste diapasão, os detratores afirmam que a ânsia de corrigir uma situação desequilibrada poderá acarretar num cenário de iniquidade, deturpando a própria essência da não discriminação³⁵⁵. De igual forma, questionam o suposto paradoxo relacionado a esta questão, pois num momento anterior criar

³⁵⁴ Na obra «A igualdade em 100 palavras» elaborada pela Comissão Europeia, definem ação positiva como critérios voltados para determinado grupo com a finalidade de erradicar e combater a discriminação ou uma forma de corrigir desvantagens que decorreram de comportamentos e estruturas existentes (1998: 11). Disponível em: <<https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/7342d801-86cc-4f59-a71a-2ff7c0e04123/language-pt>>, acedido em 18 Nov. de 2017.

³⁵⁵ Cfr. Raposo: «Aquilo que caracteriza a discriminação positiva é: a) o modo da sua actuação, isto é, de selecção de pessoas, na medida em que compagina critérios de mérito com a pertença a determinados grupos; b) os efeitos, pois acaba por prejudicar indivíduos não pertencentes ao referido grupo, os quais frequentemente iniciam um movimento de protesto, visto se considerarem lesados, já que não sentem o dever moral ou jurídico de “pagar” individualmente a discriminação sofrida por outros indivíduos» (2004: 307).

distinções por razão do sexo, a título de exemplo, era apontado como discriminatório e agora para alguns deixou de ser³⁵⁶ (Raposo, 2004: 307-308).

Por outro lado, esta ambiguidade sempre estará presente na concessão de um direito, uma vez que num prisma teremos um indivíduo que usufrui de determinada medida que o discrimina positivamente pelo critério raça, por exemplo, e no outro ângulo uma pessoa que, por via reflexa, poderá sofrer uma discriminação negativa por conta do mesmo critério (Novais, 2014: 102). Um caso perceptível é o do acesso às universidades por intermédio de quotas³⁵⁷.

Na verdade, a comprovação da discriminação gera dificuldades, tendo em vista que suas motivações são diversas e sua atuação extensa, estando presente em vários campos da vida, como no trabalho, na vida privada, no ensino, entre outros (Lopes, 2011: 50).

Outro ponto no tocante a esta medida é a resistência exteriorizada pelos sujeitos alvos da discriminação positiva³⁵⁸. Isso porque não é invulgar que os/as beneficiados/as pela discriminação positiva não percebam a sua condição precária, uma vez que se prendem a situações subjetivas da vida e deixam de refletir em relação a discriminação estrutural. Além disso, não há sensação de

³⁵⁶ Entendimento que responde a este suposto contrassenso é apresentado por Raposo: «(...) as características que agora legitimam a discriminação a favor não são as mesmas que haviam justificado a discriminação contra, embora aparentemente assim não pareça. Se uma mulher foi discriminada no passado pelo simples facto de ser mulher, hoje ela não será alvo de um tratamento preferencial por ser mulher, mas sim porque no passado foi discriminada» (*idem*: 307-308).

³⁵⁷ Um julgamento emblemático que questionou as ações positivas foi o caso *Bakke vs. Regents of the University of California*. O autor da ação Alan Bakke questionou o processo de admissão da Faculdade de Medicina da Universidade da Califórnia, uma vez que foram estabelecidas 16 de 100 vagas para candidatos/as negros/as, e, apesar de obter pontuação acima aos dos candidatos/as negros/as admitidos/as, sua candidatura não foi aceita. Sustentou que em razão do sistema de quotas sofreu discriminação pelo critério racial, sendo violado o princípio da igualdade. Os juízes da Suprema Corte votaram nos dois sentidos: quatro favoráveis aos argumentos do demandante e quatro pela manutenção da política de quotas e sua constitucionalidade. Não obstante, o juiz Powell em seu voto de desempate acolheu o pleito de Bakke, uma vez que não foram demonstrados naquele caso que os/as negros/as sofreram discriminação nos processos de admissão da Universidade da Califórnia (Sarmiento, 2006: 158-159).

³⁵⁸ Martins e Teixeira questionaram mulheres e homens se aprovavam a introdução legal de quotas para difundir uma representação sexual mais equilibrada na Assembleia da República. Naquela oportunidade, 32,8% de mulheres responderam que não aprovavam. Ainda, quando indagadas sobre os efeitos de uma representação paritária na Assembleia da República, 33,9% disseram que funcionaria da mesma forma, ao passo que 4,5% afirmaram que seria pior (Martins *et al.*, 2005: 84 e 90).

injustiça³⁵⁹, sendo esta deteção crucial para que seja possível a reivindicação de um direito³⁶⁰ (Raposo, 2004: 309).

Todavia, busca-se por esta via corrigir distorções históricas, culturais, sociais, proporcionando assim a inclusão no seio da sociedade deste grupo até então excluído, satisfazendo assim a finalidade da igualdade e a própria democracia³⁶¹. Então, para passar pelo crivo da constitucionalidade, a discriminação positiva deve conter os motivos de seu fundamento, as desvantagens sofridas pelos prejudicados e a finalidade a ser atingida. Embora não se mencione o carácter cumulativo desses requisitos, quando estão reunidos há maior hipótese em não ser chumbado por inconstitucionalidade³⁶² (*idem*: 323).

Em rigor, constata-se que a não discriminação diferencia-se da igualdade, tendo em vista que aquela desfavorece determinado grupo em prol de outro(s)³⁶³, analisa os resultados pretendidos, ao passo que a última deve observar a proibição do arbítrio, da discriminação e obrigação da diferenciação (*idem*: 263-264).

³⁵⁹ Em relação a esta questão, interessante resultado foi apresentado na pesquisa sobre os usos do tempo de homens e mulheres em Portugal. Isso porque foi detetado que as mulheres despendem mais horas nas tarefas domésticas do que os homens, no entanto, ao serem interrogadas sobre a justiça da partilha das tarefas, 71% das mulheres consideraram justa e somente 7,4% responderam que a responsabilidade pelos afazeres domésticos é menos do que justo (Perista *et al.*, 2016: 84).

³⁶⁰ Esse fenómeno na esfera da discriminação positiva é denominado *relative deprivation*, ou seja: «Diz ela que é a sociedade, mais propriamente o Estado, que incumbe a protecção dos mais fracos. As próprias vítimas revelam-se incapazes de o fazer, pois olham para si mesmas em termos relativos, não se apercebendo da injustiça da sua situação. Os estudos evidenciam que os membros de grupos socialmente desfavorecidos tendem a conceber-se a si mesmos como a excepção que escapa à subjugação que persegue o respectivo grupo. A isto se chama “negação da desvantagem individual”» (Raposo, 2004: 362-363).

³⁶¹ Assim: «É importante fazer notar que as acções positivas são, na sua essência, uma estratégia, um modo de agir colectivo não tendo como objectivo encontrar uma solução de justiça individual, mas procurando transformar um sistema de relações sociais. É a razão por que se fala de acção sistémica» (Vogel-Polski, 1989: 20).

³⁶² Logo: «A discriminação positiva destina-se a satisfazer duas ordens de pretensões: ou compensar discriminações passadas, sofridas por determinado grupo de pessoas (justiça compensatória); ou prospectar para o futuro uma nova distribuição de “bens” (justiça distributiva), sendo que neste segundo caso o controlo tende a ser mais aplicado. Separar por completo estes dois propósitos seria difícil, e mais do que isso artificial, pois é frequente que ambos concorram na mesma situação concreta» (Raposo, 2004: 324).

³⁶³ Neste sentido: «De facto, o princípio da não discriminação assenta em critérios especialmente reprováveis, implicando uma sistemática ou relevante preterição dos membros de um grupo ou categoria social (discriminação em função da origem étnica, nacionalidade, condição social), ou de indivíduos que ostentam certas qualidades pessoais, inatas ou adquiridas (discriminação em função da ascendência, convicções político-ideológicas, sexo)» (Lopes, 2011: 50).

1.3 Breves comentários acerca da conformação da igualdade e representação política das mulheres, discriminação positiva e os Tribunais Constitucionais

A inclusão de mulheres na política por intermédio de medidas positivas foi um caminho tortuoso que retrata a evolução do conceito de igualdade anteriormente mencionado. Assim, faremos um exame sumário dos julgados que representam a discussão em torno do tema, realizado pelo Tribunal Constitucional francês e italiano.

1.3.1 O posicionamento do Conselho Constitucional francês

A decisão n.º 82-146 DC, de 18 de novembro de 1982³⁶⁴, é apontada como emblemática, tendo em vista que naquela data o Conselho Constitucional francês declarou inconstitucional projeto de lei cuja previsão determinava que as listas de candidatos/as não poderiam conter mais de 75% de pessoas do mesmo sexo. Assim, determinava que nas listas eleitorais das comunas com mais de 3500 habitantes, não poderia haver mais de 75% pessoas do mesmo sexo³⁶⁵.

Essa proposta tinha como objetivo modificar o Código Eleitoral e o Código das Comunas e fixava em seu artigo 4.º: nos conselhos municipais com 3500 ou mais habitantes são eleitos por escrutínio de lista; as candidaturas realizadas por listas não são passíveis de modificação pelos/as eleitores/as; e, não poderá haver numa lista de 100 candidatos/as mais de 75 pessoas do mesmo sexo³⁶⁶ (Raposo, 2004: 383).

³⁶⁴ Decisão n.º 82-146 DC, de 18 de novembro de 1982. Disponível em: <<http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/les-decisions/acces-par-date/decisions-depuis-1959/1982/82-146-dc/decision-n-82-146-dc-du-18-novembre-1982.8008.html>>, acessado em 12 Nov. de 2017.

³⁶⁵ Gisèle Halimi apresentou proposta de inclusão do percentual para cada sexo, ou seja, pessoas do mesmo sexo não poderiam ultrapassar 75% da lista de candidatos/as. Dois anos após a decisão do Conselho Constitucional, mencionou numa conferência na Universidade de Sevilha, que o percentual deveria ser de 40% (Sampere, 1999: 142).

³⁶⁶ O sistema de eleição consistia em lista de duas rodadas: na primeira rodada de votação é atribuída a lista que recebeu a maioria absoluta dos votos aos assentos equivalentes a metade do número de lugares a preencher. Caso nenhuma lista tenha recebido a maioria absoluta dos votos emitidos na primeira rodada, é feita uma segunda rodada, sendo que o máximo de votos atribuídos aos assentos equivale a metade do número de lugares a preencher. No caso de assento remanescente, após a divisão por dois do número total de lugares a serem preenchidos, metade da qual é atribuída à lista que vem primeiro e a outra distribuída proporcionalmente

No caso em comento, foi considerado pelo Conselho Constitucional que é inadmissível a divisão de categorias de eleitores/as ou de pessoas elegíveis, razão pela qual a distinção de candidatos/as em razão do sexo é contrário aos princípios constitucionais constantes na Constituição francesa. Logo, declarou a inconstitucionalidade do dispositivo, assim como a inserção da palavra sexo³⁶⁷ na secção L.265 do Código Eleitoral.

Ademais, a limitação numérica da presença de um sexo nas listas eleitorais foi considerada inconstitucional por violar o princípio da igualdade e a máxima republicana do universalismo³⁶⁸ (Bieusses, 2008: 531).

Além disso, para o Conselho Constitucional esta previsão ofende o disposto no artigo 3.º da Constituição francesa que assevera o princípio da soberania popular. Desta feita, não cabe a norma arrogar-se do exercício do poder pelo povo (Raposo, 2004: 384).

Destarte, foi declarada a inconstitucionalidade da norma, sendo esta decisão paradigma para outras Cortes Constitucionais a partir de então³⁶⁹.

1.3.2 O Tribunal Constitucional italiano

quando esse número total é estranho. V. Decisão n.º 82-146 DC, de 18 de novembro de 1982. Disponível em: <<http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/les-decisions/acces-par-date/decisions-depuis-1959/1982/82-146-dc/decision-n-82-146-dc-du-18-novembre-1982.8008.html>>, acedido em 12 Nov. de 2017

³⁶⁷ Não cabe a norma fazer distinção em função do sexo, uma vez que esta previsão viola os princípios mais comezinhos da Constituição, bem como o artigo 6.º da DUDH. E mais: «Segundo o *Conseil*, a inconstitucionalidade radica no facto de a norma introduzir o critério do sexo na actividade política, quando as leis da República Francesa apenas indicam o critério de mérito. Inscrever na lei o critério do sexo implica introduzir entre os indivíduos distinções artificiais, e em última instância hierarquizantes, atentando desse modo contra a Declaração de 1789, no âmbito da qual as pessoas são seres assexuados» (Raposo, 2004: 384). Ver também Millard (2008: 438-441).

³⁶⁸ Esclarece Moreira: «No caso da França, em especial, o Conselho Constitucional invocou outros argumentos, entre eles a unidade e indivisibilidade da noção de povo, a centralidade da noção de cidadão (independentemente de ser homem ou mulher), como base da democracia representativa, a neutralidade da noção de representação sob ponto de vista do sexo dos cidadãos, a universalidade da cidadania, etc.» (2005: 80).

³⁶⁹ Entretanto, o Conselho Constitucional mudou o seu posicionamento na decisão n.º 98-407 DC, de 14 de janeiro de 1999, declarando constitucional a previsão que fixou o percentual de 50% para os/as candidatos/as de ambos os sexos nas listas eleitorais. Adiciona-se que o Conselho afirmou que esta previsão visa o alcance da igualdade material entre mulheres e homens no acesso aos cargos públicos representativos, com base na reforma constitucional realizada em 8 de julho de 1999 que inseriu a previsão de medidas positivas para inclusão das mulheres nos cargos eletivos. V. González (2002: 148 e segs.).

1.3.2.1 A decisão n.º 422, de 6-12 de setembro de 1995³⁷⁰

Um eleitor da cidade de Baranello contestou as listas de candidatos, tendo em vista que entre os trinta e seis só havia uma mulher constante na lista. Assim, alegou inobservância do artigo 5.º, § 2.º, da Lei n.º 81, de 25 de Março de 1993, relacionada às eleições comunais, segundo o qual na lista de candidatos/as nenhum dos dois sexos pode ultrapassar dois terços.

Por conseguinte, o Tribunal Administrativo rechaçou o requerimento, tendo em vista que a norma em questão é de carácter pragmático, razão pela qual ela não é vinculativa. Logo, não há de se falar em violação da lei. Por outro lado, o Conselho de Estado suscitou a inconstitucionalidade do referido dispositivo legal que introduziu o conceito de representação de género na legislação eleitoral, em contraponto ao princípio da igualdade, em afronta aos artigos 3.º e 51.º da Constituição italiana (*idem*: 387).

Em acréscimo, destacou que a limitação da igualdade no acesso às listas, impede o desenvolvimento da pessoa humana e a efetiva participação das pessoas no processo eleitoral, deixando de observar as normas basilares da democracia pluralista.

Desta maneira, o Tribunal Constitucional é chamado a decidir se a norma impugnada viola o princípio da igualdade, o acesso aos cargos eletivos, bem como o direito de submeter as listas de candidatos livremente.

Inicialmente, examina o princípio da igualdade e a igualdade ao acesso aos cargos eletivos em igualdade de condições. Nesta medida, em relação a igualdade de acesso aos cargos eletivos a Corte afirma que pertencer a um ou outro sexo não pode ser um requisito de elegibilidade. Ainda, preleciona que vale o mesmo entendimento para a candidatura, razão pela qual é vedada pela Constituição o estabelecimento de quotas com base no sexo do/a candidato/a.

Sem embargo, o Tribunal Constitucional ressalta que esta norma teve como finalidade garantir às mulheres uma reserva de assentos nas listas de candidatos, com o intuito de promover as condições necessárias para o equilíbrio

³⁷⁰ Sentença n.º 422/1995, de 6-12 de Setembro de 1995, publicado no G.U n.º 39 de 20 de setembro de 1995. Tradução livre. Disponível em: <<http://www.cortecostituzionale.it/actionPronuncia.do#>>, acedido em 12 Nov. de 2017.

da representação de género³⁷¹. Ato contínuo, constata que a esta norma integra as medidas de ações positivas colocadas em prática no ordenamento jurídico italiano, no entanto, embora tal ação seja legítima, ressalta que estas medidas podem afetar diretamente o conteúdo dos direitos fundamentais do cidadão, principalmente o eleitorado passivo.

Isso porque a igualdade de acesso aos cargos eletivos não admite diferenciações³⁷², e, as medidas positivas implementadas não se alinham com o princípio da igualdade, uma vez que não remove os obstáculos que impedem as mulheres de aceder determinadas posições³⁷³.

A propósito, para a Corte italiana esta medida é contrária aos princípios que regem a participação política, eis que forma um sistema baseado numa democracia pluralista e até mesmo o princípio da república. Com efeito, menciona que esta disposição seria positivamente avaliada se fosse adotada livremente pelos partidos políticos, associações ou grupos, mas não na forma de imposição legislativa³⁷⁴. Assim, declarou inconstitucional o dispositivo impugnado

³⁷¹ Observa o Tribunal Constitucional italiano acerca da vontade do legislador: «Nell'intendimento del legislatore, pertanto, la norma tendeva a configurare una sorta di azione positiva volta a favorire il raggiungimento di una parità non soltanto formale, bensì anche sostanziale, fra i due sessi nell'accesso alle cariche pubbliche elettive; in tal senso essa avrebbe dovuto trarre la sua legittimazione dal secondo comma dell'art. 3 della Costituzione» Sentença n.º 422/1995, de 6-12 de Setembro de 1995, publicado no G.U n.º 39 de 20 de setembro de 1995. Disponível em: <<http://www.cortecostituzionale.it/actionPronuncia.do#>>, acedido em 12 Nov. de 2017.

³⁷² Seguindo o raciocínio do Conselho Constitucional francês, a Corte italiana firmou o entendimento que o sexo não poderia ser um fator diferenciação para os efeitos almejados pela norma. Isso porque o princípio da igualdade desconsidera a dimensão sexual ou outras condições similares. V. Raposo (2004: 389).

³⁷³ Portanto: «A Corte Costituzionale defendeu que às medidas de discriminação positiva é interdita a interferência no conteúdo dos direitos que a Constituição confere a todos os cidadãos em condições de igualdade, independentemente do seu sexo. Embora o texto constitucional permita, ou inclusive demande, medidas tendentes à efectivação da igualdade de oportunidades (igualdade à partida), já não consente medidas estipuladoras de uma igualdade de resultados (igualdade à chegada)» (*idem*: 388).

³⁷⁴ Muito embora o estado italiano tenha ratificado a CEDAW, o Tribunal menciona tanto a CEDAW quanto a resolução do Parlamento Europeu para justificar estas medidas são devidas se dirigidas aos particulares, cabendo ao governo se ocupar com outras áreas para garantir a igualdade entre os sexos. Assim: «Del resto, mentre la convenzione sui diritti politici delle donne, adottata a New York il 31 marzo 1953, e la Convenzione sull'eliminazione di tutte le forme di discriminazione, adottata anch'essa a New York il 18 dicembre 1979, prevedono per le donne il diritto di votare e di essere elette in condizioni di parità con gli uomini, il Parlamento europeo, con la risoluzione n. 169 del 1988, ha invitato i partiti politici a stabilire quote di riserva per le candidature femminili; è significativo che l'appello sia stato indirizzato ai partiti politici e non ai governi e ai parlamentari nazionali, riconoscendo così, in questo campo, l'impraticabilità della via di soluzioni legislative. Spetta invece al legislatore individuare interventi di altro tipo, certamente possibili sotto il profilo dello sviluppo della persona umana, per favorire l'effettivo riequilibrio fra i sessi nel conseguimento delle cariche pubbliche elettive, dal momento che molte misure, come si è detto, possono essere in grado di agire sulle differenze di condizioni culturali, economiche e

e os que possuíam previsão neste sentido, com base no que já foi referido e na segurança jurídica.

Em contrapartida, este posicionamento da Corte Constitucional italiana não prevaleceu durante muito tempo. Isso porque em 13 de fevereiro de 2003, a decisão n.º 49/2003 foi alvo de questionamento das medidas de discriminação positiva³⁷⁵. Nesta senda, a norma impugnada previa em seu bojo a presença de ambos os sexos na lista de candidatos/as para a eleição do Conselho Regional. Assim, as listas que não estivessem em conformidade com a determinação legal eram declaradas inválidas.

Consoante os argumentos que questionaram a constitucionalidade da lei - além de violação à igualdade no mesmo raciocínio da decisão anterior -, foi mencionado que a exclusão da lista acarretava no impedimento de ser eleito/a. A fim de corroborar esta alegação, mencionou-se a decisão do Tribunal Constitucional italiano de 1995 que declarou a inconstitucionalidade do dispositivo que determinava que nas listas de candidatos, um sexo não poderia estar representado por mais dois terços em relação ao outro.

Por conseguinte, esta disposição é inconstitucional ao obrigar a reserva de assentos para candidatos/as de ambos os sexos, ou, entender-se que é uma maneira de fixar uma quota mínima de lugares nas listas para os/as candidatos/as de cada sexo. Nesta linha de raciocínio, a lei deve ser declarada inválida, tendo em vista que o pertencimento a um ou outro sexo não pode ser um requisito de elegibilidade e tampouco uma exigência de candidatura. Acrescentou-se que a Lei Constitucional ao consignar que busca o alcance do equilíbrio de género na representação é uma declaração programática, conforme entendimento firmado pelas cortes italianas, razão pela qual não daria ensejo a invalidar as listas eleitorais.

O Tribunal Constitucional em sua fundamentação afirmou que a norma impugnada está em consonância com os instrumentos internacionais aderidos por Itália, como a CEDAW e as previsões da Carta dos Direitos Fundamentais

sociali» Sentença n.º 422/1995, de 6-12 de Setembro de 1995, publicado no G.U n.º 39 de 20 de setembro de 1995. Disponível em: <<http://www.cortecostituzionale.it/actionPronuncia.do#>>, acedido em 12 Nov. de 2017.

³⁷⁵ Sentença n.º 49/2003, de 10 de fevereiro de 2003, publicado no G.U n.º 7 de 19 de fevereiro de 2003. Tradução livre. Disponível em: <<http://www.cortecostituzionale.it/actionPronuncia.do#>>, acedido em 12 Nov. de 2017.

da União Europeia, onde consta a obrigação estatal em proteger as mulheres, assim como garantir uma posição mais ativa no tocante a representação eleitoral. Realça ainda que o cenário constitucional não é o mesmo de 1995, mencionando caso semelhante de viragem de entendimento a decisão sufragada pelo Conselho Constitucional francês. Ademais, reforça que pertencer a um ou outro sexo não é um requisito de elegibilidade, mas o que manifesta a lei está relacionado à sanção de invalidade das listas e daqueles que a apresentam.

Outrossim, a Corte afirma que não há restrição de candidatura, tendo em vista que a escolha dos candidatos/as fica adstrita aos interessados/as. Neste raciocínio, não há um direito subjetivo para o/a candidato/a preterido/a por ter sido escolhido/a outro/a candidato/a. Na verdade, a norma não impede a apresentação livre de candidatos/as, mas limita que a lista de candidaturas seja formada por candidatos/as do mesmo sexo. E mais, sustentou ainda que o/a eleitor/a não é afetado/a por essa limitação, uma vez que ele/a é livre para realizar a sua escolha e eleger o sexo do/a candidato/a³⁷⁶.

Nessa perspectiva, o Tribunal Constitucional italiano plasmado no princípio da igualdade, afirma que o mesmo está a ser cumprido, eis que a lei faz referência a ambos os sexos e não atribui nenhum outro tratamento de um/a candidato/a em detrimento do outro por motivo sexual.

Constata-se como estas decisões representam os dois momentos da igualdade anteriormente referidos: a igualdade formal que não admite a diferenciação por sexo, para depois de oito anos, a Corte Constitucional apoiar-se na mesma igualdade, mas em seu viés substancial.

³⁷⁶ Cfr.: «Questa Corte ha riconosciuto che la finalità di conseguire una “parità effettiva” (sentenza n. 422 del 1995) fra uomini e donne anche nell'accesso alla rappresentanza elettiva è positivamente apprezzabile dal punto di vista costituzionale. Si tratta, invero, di una finalità - che trova larghi riconoscimenti e realizzazioni in molti ordinamenti democratici, e anche negli indirizzi espressi dagli organi dell'Unione europea - collegata alla constatazione, storicamente incontrovertibile, di uno squilibrio di fatto tuttora esistente nella presenza dei due sessi nelle assemblee rappresentative, a sfavore delle donne. Squilibrio riconducibile sia al permanere degli effetti storici del periodo nel quale alle donne erano negati o limitati i diritti politici, sia al permanere, tuttora, di ben noti ostacoli di ordine economico, sociale e di costume suscettibili di impedirne una effettiva partecipazione all'organizzazione politica del Paese» Sentenza n.º 49/2003, de 10 de Fevereiro de 2003, publicado no G.U n.º 7 de 19 de fevereiro de 2003. Disponível em: <<http://www.cortecostituzionale.it/actionPronuncia.do#>>, acedido em 12 Nov. de 2017.

2 A efetivação dos direitos políticos e a lei de paridade em Portugal

Como visto, a Constituição portuguesa de 1976 possui um arcabouço normativo que corrobora a concreção da igualdade e o repúdio à discriminação. Não obstante, em seu nascedouro ela adotou o princípio da igualdade e da não discriminação, contudo até a quarta revisão constitucional de 1997, não era possível a implementação de mecanismos de ação positiva sem que esta norma fosse alvo de impugnação e chumbada pelo Tribunal Constitucional.

Somente mediante as modificações motivadas pela quarta revisão no tocante à efetivação da igualdade, com a introdução do artigo 9.º (das tarefas fundamentais do Estado, entre elas promover a igualdade entre homens e mulheres) e a alteração da redação do artigo 109.º da Constituição³⁷⁷, é que se tornou possível a promoção de medidas com o escopo de incentivar a igualdade política entre os sexos, sendo legitimada por esta modificação as ações positivas³⁷⁸.

Com efeito, esta revisão foi um marco para a promoção de medidas de discriminação positiva que tem como fim fomentar a igualdade na participação política entre ambos os sexos. Finalmente, o Direito Constitucional português legitimou as ações positivas, previstas em alguns textos de Direito Internacional e Comunitário³⁷⁹.

Sem embargo, pese embora o dispositivo constitucional tenha atribuído um dever ao legislador, qual seja, criar medidas para possibilitar e ampliar o acesso aos cargos públicos a ambos os sexos, como maneira de promover a

³⁷⁷ Assim em conformidade com este dispositivo: «A participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício de direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos públicos».

³⁷⁸ De acordo com Miranda, somente após esta revisão foi possível uma norma prescrever uma discriminação positiva em favor das mulheres na esfera política, pois antes tal medida seria declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional português, como ocorreu na Itália e na França (2003: 298).

³⁷⁹ Monteiro relaciona este avanço português com a IV Conferência Mundial de Pequim, pois na Declaração e Plataforma de Pequim havia menção aos Estados Partes em concretizar providências para a inserção das mulheres na política (2011: 37).

igualdade³⁸⁰, foram necessários aguardar quase uma década para que fosse aprovado projeto de lei neste sentido³⁸¹.

Assim, foi apresentado Projeto de Lei 224/X com a proposta de fixar um percentual mínimo de representação de 33% de cada um dos sexos, nas listas para a Assembleia da República, as Autarquias Locais e Parlamento Europeu (artigo 2.º). Além disso, excluía o percentual mínimo para ambos os sexos das listas para os órgãos das freguesias com 500 ou menos eleitores/as e para os órgãos do município com 5000 eleitores ou menos (artigo 2.º, n.º 4)³⁸².

Não obstante, o projeto em seu artigo 3.º previa que se for incumprida a determinação legal, caberia notificação para regularizar a situação, sob pena de rejeição da lista.

De realçar que de acordo com a exposição de motivos da proposta, o percentual mínimo de 33,3% para ambos os sexos nas listas eleitorais equivale um objetivo de índole quantitativa para alcançar-se a paridade na política. Nesta linha de raciocínio, justifica que o valor de 30% corresponde ao denominado

³⁸⁰ Compreende-se que o legislador português além de ter esta incumbência, habilitou-se para criar medidas de concreção ao comando constitucional, sob pena de configuração de uma inconstitucionalidade por omissão (Martins *et al.*, 2005: 83 e Luísa Neto, 2009: 173). Neste sentido, a exposição de motivos da Lei 224/X assevera que: «Não se trata de uma mera faculdade, mas de um verdadeiro dever de legislar por lei da Assembleia da República, em matéria da sua reserva absoluta e sob a forma de lei orgânica, por estarem em causa medidas que contendem com matérias eleitorais e dos partidos políticos. O sentido útil da norma constitucional consiste na imposição ao legislador ordinário da efectivação, por processos adequados, dessa igualdade de participação» (2003: 3). Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=21197>>, acedido em 14 Nov. de 2017.

³⁸¹ Ainda: «Assim, se até 1997, a *ratio* do preceito se reconduzia à positivação de um princípio geral de organização política democratizante que reforçasse portanto a importância da participação dos cidadãos - de todos os cidadãos -, e normativizasse assim a "ideia de **democracia participativa** e de *democratização da democracia*", a alteração então produzida conduz necessariamente a uma diferente leitura do preceito. Assim, como ideia maior, avulta agora a igualdade de género, revelando a preocupação do legislador constituinte em, no específico domínio do exercício do poder político, promover essa igualdade. Entendeu-se então que só a consideração expressa da igualdade de género enquanto pedra basilar do princípio da participação política cidadã, a par da imposição de uma postura activa do Estado na efectivação dessa igualdade neste domínio, poderiam cabalmente satisfazer as exigências de uma *plena democracia*» (Luísa Neto, 2009: 173).

³⁸² É importante ressaltar que em 1999 foi proposto pelo governo um regime de quotas, fixando um percentual mínimo de 25% de cada sexo nas listas de candidatos apresentadas pelos partidos, sendo chumbada na Assembleia da República pelos votos do PSD, CDS, PCP e PEV. Cfr. (Martins *et al.*, 2005: 83 e Cabreira *et al.*, 2016: 13).

«limiar de paridade», eis que este número reflete uma representação efetiva e «uma expressão das suas vertentes masculina e feminina»³⁸³.

No entanto, o artigo 3.º foi vetado pela Presidência da República em 02 de Junho de 2006, sob o fundamento de ofensa ao princípio da proporcionalidade, tendo em vista que a penalidade ali prevista (rejeição da lista) representa uma medida inadequada para o fim a que se dispôs alcançar, além de ser mais prejudicial a todos/as os/as eleitores/as, eis que limita a sua liberdade de escolha. Acrescenta-se que esta previsão cria uma restrição à liberdade de escolha e ao pluralismo, princípios ínsitos à democracia representativa, uma vez que impede as agremiações ou listas de candidaturas eleitorais de concorrer às eleições³⁸⁴.

Ademais, em sua fundamentação afirmou que a rejeição representava uma interferência exacerbada na liberdade e identidade de cada partido, uma vez que caberia à agremiação a escolha de como deveria organizar as suas listas. Enfim, apontou que não é papel do Estado imiscuir-se na liberdade e identidade ideológica partidária, razão pela qual esta medida é desproporcional e o regime sancionador mostra-se excessivo, não observando com os preceitos constantes na Constituição portuguesa.

Apesar do projeto de lei ter sido vetado pela Presidência da República, a norma contendo oito artigos foi à promulgação, mas a penalidade prevista para o descumprimento foi numa primeira fase notificar o mandatário (artigo 3.º) e, em caso de não correção, a redução das subvenções das campanhas eleitorais e não a rejeição da lista (artigos 4.º combinado com 7.º).

Por conseguinte, após quase dez anos da quarta revisão constitucional, nasceu a Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto, com a retificação introduzida pela Declaração de Retificação 71/2006, de 4 de Outubro, segunda a qual aplicou a paridade da representação mínima de 33,3% de ambos os sexos para as listas eleitorais – compreendendo as listas das candidaturas para a Assembleia da República, o Parlamento Europeu e autarquias locais.

³⁸³ De acordo com a exposição de motivos da Lei 224/X. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=21197>>, acedido em 14 Nov. de 2017.

³⁸⁴ Mensagem do Presidente da República fundamentando a recusa de promulgação. Disponível em: <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/10/01/120/2006-06-14/2?pgs=2-3&org=PLC>>, acedido em 14 Nov. de 2017.

Outrossim, a fim de incluir ambos os sexos, as listas plurinominais não podem ultrapassar mais de dois candidatos/as do mesmo sexo inseridos consecutivamente na ordem da lista³⁸⁵, ao passo que as listas uninominais serão regidas pela respetiva lei eleitoral que estabelecerá uma representação mínima (artigo 2.º, n.ºs 1 a 3).

É importante destacar a preocupação do legislador em estabelecer uma ordem a ser tida em conta para a apresentação da lista, evitando assim que o sexo sub-representado (no caso, as mulheres) seja inserido no patamar inferior da lista, evitando o esvaziamento e propósito da própria lei.

A justificação para a implementação desta discriminação positiva, além das já mencionadas, estava pautada no número reduzido de mulheres eleitas representantes.

Apenas para ilustrar, em 1976 as mulheres eleitas para a Assembleia da República correspondiam a 5,7% do número total de Deputados/as, ocorrendo um aumento progressivo de 6,8% e 7,2%, respetivamente, em 1980 e 1983. Por outro lado, no ano de 1985 houve uma queda na participação política das mulheres para 6,4%, mas nas legislaturas seguintes verificamos um avanço gradual: em 1987 elas eram 7,6%, no ano de 1991 refletiam 8,7%, ao passo que em 1995 eram 12,2%. Não obstante, em 1999 representavam 17,4%, em 2002 eram 19,6% e 2005 chegaram ao patamar de 21,3%. Com o advento da Lei da Paridade verificou-se um impacto positivo nas eleições de 2009 (27,4%), porém em 2011 houve uma pequena queda correspondente a 26,5% (ver anexo 10). Pese embora o incentivo legislativo, as mulheres até aquele momento era o sexo sub-representado, e nem mesmo o percentual mínimo para a lista de candidatos foi capaz de proporcionar uma Assembleia da República mais plural.

A propósito, apesar da aprovação legislativa, a Lei da Paridade é/era encarada com hesitação. Um retrato deste ponto de vista foi apresentado na entrevista da deputada Teresa Leal Coelho (v. apêndice) que compreendia ser possível adoção de outros meios para se alcançar a igualdade na representação política (Coelho, 2016).

³⁸⁵ Adotou-se o sistema do fecho *éclair*, isto é, o terceiro candidato da lista deverá ser de sexo diferente dos anteriores, salvo para os órgãos das freguesias com 750 eleitores/as ou menos e para os municípios com 7500 ou menos eleitores/as (Santos e Amâncio, 2012: 80).

No entanto, nas eleições de 2015, pela primeira vez na história portuguesa, elas atingiram um terço dos assentos na Assembleia da República (v. anexo 11). Os resultados foram considerados animadores e inéditos para os defensores desta ação positiva. A norma aproximou-se um pouco mais do seu propósito, qual seja, tornar a sociedade portuguesa mais justa e igualitária, fins estes estruturantes do Estado de Direito Democrático³⁸⁶.

De acordo com o Observatório de Igualdade de Género da América Latina e do Caribe, no ano de 2015 houve um aumento da representação de mulheres para as eleições legislativas nos parlamentos nacionais (Câmara Baixa ou Única) de 0,75% em relação a 2014. Ainda, destaca que os avanços mais relevantes para a região foram o México e El Salvador, em razão da implementação da lei de paridade e quotas, respetivamente (*vide* anexo 12).

Adiciona-se que a euforia das últimas eleições portuguesas é espelhada no aumento da representação das mulheres nos Estados Membros da União Europeia. No intervalo de dez anos houve uma variação de 4,2% nos índices do poder da igualdade de género (ver o anexo 13)³⁸⁷.

Não obstante, a lei de paridade é alvo de críticas, pois há quem entenda que se trata de uma atribuição de quotas e não uma política real de paridade. Seguindo esta linha de raciocínio, o significado de paridade é semelhança, igualdade, razão pela qual o percentual de 30% não corresponde a essa aceção³⁸⁸. Então, uma lei de paridade deveria compreender uma partilha igual

³⁸⁶ Neste sentido consta o fundamento da exposição de motivos da Lei n.º 224/X: «A sub-representação das mulheres corresponde a um défice participativo, susceptível de inquinar o universalismo republicano e a igualdade que o fundamenta. A paridade é o único meio de o suprimir, permanecendo fiel ao princípio da igualdade. Porque recusando a desigualdade que caracteriza a situação actual e que é profundamente injusta e antidemocrática, ela aceita e valoriza a diferença, que reconhece a especificidade das pessoas. Uma participação mais significativa das mulheres na vida política, sendo essencialmente um requisito de justiça e de democracia, permitirá também o aparecimento de novos olhares sobre a realidade e de pontos de vista diferentes, já que homens e mulheres têm, naturalmente, vivências e experiências que são histórica e culturalmente diferentes». Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=21197>>, acedido em 14 Nov. de 2017.

³⁸⁷ É relevante mencionar que estes índices abrangem o poder político, económico e social. E mais, o *European Institute for Gender Equality* mostra-nos um avanço no índice da igualdade de género para Portugal (v. anexo 12). Ver «Report Gender Equality Index 2017 – Measuring gender equality in the European Union 2005-2015». Disponível em: <<http://eige.europa.eu/rdc/eige-publications/gender-equality-index-2017-measuring-gender-equality-european-union-2005-2015-report>>, acedido em 14 Nov. de 2017.

³⁸⁸ Neste sentido: (Santos e Amâncio, 2012: 80). Há outro entendimento que consignou a quota como uma modalidade mais branda da paridade, com o intuito de minorar a discrepância entre os sexos (Raposo, 2004: 335).

de poder entre mulheres e homens, da mesma forma que significa que ambos irão gerir a coisa pública e se responsabilizar pelos atos praticados (Monteiro, 2011: 38).

Adiciona-se que o debate para adoção da paridade não é recente, sendo representativa a iniciativa protagonizada pelas eurodeputadas Margarida Salema e Maria Belo. Em 31 de janeiro e 1 de fevereiro de 1994 apresentaram o projeto Parlamento Paritário, com a finalidade de trazer a discussão na agenda dos *media* acerca da baixa representatividade das mulheres no âmbito da política. Destacaram ainda que esta medida não foi suficiente para o atingimento da igualdade no cenário político³⁸⁹ (Araújo *et al.*, 2012:117).

A discussão acerca das quotas ganha contornos mais relevantes, uma vez que foi aprovado o regime de representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa (Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto)³⁹⁰.

Em linhas gerais, a norma estabelece uma proporção para ambos os sexos não inferior a 33,3%, nos órgãos de administração e fiscalização de cada empresa do setor público empresarial, com o marco inicial em 1 de janeiro de 2018 (artigo 4.º). Já para as empresas cotadas em bolsa a proporção para cada sexo nos órgãos de administração e fiscalização não pode ser inferior a 20% a partir do marco inicial (01 de janeiro de 2018), chegando ao percentual de 33,3% a partir da primeira assembleia geral eletiva após 1 de janeiro de 2020 (artigo 5.º). Outrossim, a lei em apreço fixa obrigações para as empresas em apresentarem planos de igualdade de tratamento e oportunidades entre mulheres e homens com o fim de eliminar a discriminação sexual (artigo 7.º).

Neste diapasão, a exposição de motivos da lei, além de fundamentar seu espírito no princípio da igualdade, menciona o quadro legislativo que consolidou a igualdade de género: a Lei da Paridade (Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto) e a Lei-Quadro das Entidades Reguladoras (Lei n.º 67/2013, de 28 de

³⁸⁹ O debate relacionado ao défice de representação de mulheres na política obteve grande cobertura jornalística e êxito pelos documentos aprovados e na sua irradiação no ciclo político posterior (Careira *et al.*, 2016: 11).

³⁹⁰ Publicada no Diário da República, 1.ª série – N.º 147-1 de agosto de 2017.

agosto) que prevê alternância de gênero e a representação mínima de 33% de cada gênero³⁹¹.

Interessante notar que diferente da exposição de motivos da Lei Orgânica n.º 3/2006, neste caso o argumento é pautado por razões de natureza histórica e estrutural, que são determinadas pelas relações de poder tão marcadas em nossas estruturas sociais. De facto, da sua leitura percebemos forte influência das teóricas feministas, eis que a justificação ressalta as desvantagens estruturais e a existência de barreiras que impedem as mulheres ascenderem aos cargos de topo (teto de vidro)³⁹². Assim como a Lei da Paridade, esta norma gerou debates e entendimentos favoráveis e desfavoráveis³⁹³.

De igual sorte, tanto na Lei da Paridade quanto no regime de representação equilibrada, é ventilado o argumento da inobservância da proporcionalidade, uma vez que consideram o critério de quotas uma medida extremada, devendo ser aplicada uma via menos drástica para o fim almejado³⁹⁴.

Não obstante, as quotas representam uma realidade que busca concretizar o princípio democrático e igualitário. Apesar de não ser uma medida definitiva, de forma paulatina está a ser adotada por diferentes países ao redor do mundo como mecanismo de inserção das mulheres na política. De acordo

³⁹¹ Cfr. Exposição de motivos da Proposta de Lei n.º 52/XIII da Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626d6c7561574e7059585270646d467a4c31684a53556b76644756346447397a4c334277624455794c56684a53556b755a47396a&fich=ppl52-XIII.doc&Inline=true>, acedido em 14 Nov. de 2017.

³⁹² A Comissão Europeia define teto de vidro (ou cristal) como: «Barreira invisível resultante de uma série complexa de estruturas em organizações dominadas por homens que impede as mulheres de obterem cargos importantes.» (1998: 51). Disponível em: <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/7342d801-86cc-4f59-a71a-2ff7c0e04123/language-pt>, acedido em 18 Nov. de 2017.

³⁹³ Um dos argumentos contrários à lei está na forte intervenção estatal nas empresas privadas, cabendo o uso de outras medidas menos gravosas, que poderiam ser utilizadas para atingir este fim (Observador, 08-03-2017). Já a CMVM em seu parecer é favorável à autorregulação ou mecanismo regulatório, o que exclui tal medida. Em acréscimo, sugeriu que fosse concedido maior tempo às empresas, mínimo de 5 anos, para que elas pudessem atingir os limiares de representação. V. Parecer da CMVM ref^a.: 18333/DIPR/NET/2017/1116. Disponível em: <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.PDF?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a53556c4d5a5763765130394e4c7a464451554e45544563765247396a6457316c626e527663306c7561574e7059585270646d46446232317063334e686279396c59574e6959324d324d793079595464684c5451334e5755744f5452684e53316b5a6d51304d6d4d344d4445335a54677555455247&fich=eacbcc63-2a7a-475e-94a5-dfd42c8017e8.PDF&Inline=true>, acedido em 14 Nov. de 2017.

³⁹⁴ *Idem, ibidem* e Santos e Amâncio (2012: 45-58).

com o *Quota Project*, 54 países adotam o sistema de quotas na candidatura legislativa (*legislated candidate quotas*) na Câmara Única ou Baixa, ao passo que 23 utilizam o sistema de reserva de assentos (*reserved seats*) e 54 preveem as medidas aplicados pelos partidos políticos³⁹⁵ (v. anexo 14).

Nas palavras de Coelho, o alcance inédito de um terço dos assentos parlamentares na Assembleia da República foi possível em decorrência da Lei de Paridade (2016). Sem este mecanismo, a probabilidade de alcançar este êxito, no intervalo de nove anos era duvidoso, se levarmos em consideração a evolução no período anterior a promulgação da norma.

Portanto, o que se busca com esta medida é a igualdade efetiva de participação na vida política, afastando a ideia de que a política é um «bastião masculino», para tornar-se, de facto, uma atividade de todas/os³⁹⁶.

3 Discussões acerca da implementação das quotas

3.1 Os/as críticos/as da ação/discriminação positiva

Inicialmente, os críticos da implantação de medidas de discriminação positiva³⁹⁷ suscitam a violação ao princípio da igualdade, tendo em vista que tal prática produz distinções entre as pessoas de ambos os sexos, razão pela qual deverá prevalecer o cânone da igualdade. Destarte, de acordo com este raciocínio, o igual deve ser tratado/a de forma igual, da mesma forma que o

³⁹⁵ No sistema de quotas fixado pelos partidos políticos, encontramos 12 países do continente americano (Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai, Uruguai) e 23 da Europa (Áustria, Croácia, Chipre, República Checa, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Noruega, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido. Disponível em: <<http://www.quotaproject.org/maps.cfm>>, acedido em 06 Nov. de 2017.

³⁹⁶ Logo: «Presentemente, almeja-se mais do que isso. Pretende-se uma repartição equilibrada (ou menos desequilibrada) dos lugares de decisão política; pretende-se afastar as causas do contraste entre os direitos de plena participação constitucional e legalmente conferidos e a realidade (salvo em pouquíssimos casos) de uma presença muito minoritária no Parlamento e em todos os órgãos de poder; e, ao mesmo tempo, não falta quem sublinhe que o sexo é um elemento essencial da vida humana. (...) No entanto, isso não impede que se considerem medidas, directas ou indirectas, tendentes a aproximar a composição dos órgãos representativos da composição real da comunidade, de tal sorte que a soberania do povo – una e indivisível (art. 3.º da Constituição) se traduza em *cidadania* assumida em plenitude por todos os seus membros» (Miranda, 2006: 423-424).

³⁹⁷ Acerca das alegações contra a discriminação positiva de cunho político, sociológico e filosófico: Raposo (2004: 361-371).

desigual deve ser tratado/a desigualmente. Logo, não há argumento para um mecanismo legal criar distinções artificialmente injustificáveis entre mulheres e homens, sem ofender o princípio da igualdade (Raposo, 2005: 112).

Ademais, esta previsão afronta o princípio da igualdade, uma vez que limita os direitos das pessoas que eventualmente seriam selecionadas se não existissem as quotas (Moreira, 2005: 83).

Tal argumento foi reforçado pelo Tribunal Constitucional italiano em 1995, conforme anteriormente analisado, sendo firmado o posicionamento que a igualdade em seu sentido formal não deverá ceder perante a substancial. Da mesma maneira, a Corte não reprovou a incorporação de medidas para reequilibrar as desigualdades entre os indivíduos, mas sim o efeito em «bulir com o conteúdo dos direitos»³⁹⁸ (Raposo, 2004: 395-396).

Adiciona-se que seus críticos sugerem que ao tentar corrigir as distorções do passado, estas medidas geram disformidade no presente, uma vez que esta previsão cria um óbice ao pleno exercício do direito de candidatura do candidato (homem). Então, ao determinar um percentual mínimo para o sexo sub-representado, a lei acarreta na eliminação de outros/as candidatos/as do outro sexo, que poderiam concorrer a lista, por integrarem o sexo oposto. Então, com o fim de obter-se uma justiça, a fixação de quotas produz injustiça, uma vez que afasta a possibilidade dessas pessoas a postos que estariam à sua disposição, se não fossem a previsão das quotas (Raposo, 2005: 118).

Igualmente, a fixação deste critério para os cargos de representação ofende o direito subjetivo do/a candidato/a à candidatura, uma vez que candidatos/as não seriam considerados/as para concorrer às eleições por não pertencerem a minoria sub-representada. Ainda, excluem o argumento que tais candidatos/as poderiam alistar-se em outra lista, eis que eles/as seriam impedidos de disputar numa lista com maiores chances de eleição.

Acrescentam que há desrespeito ao direito ao voto livre, tendo em vista que os/as eleitores/as seriam penalizados pela diminuição na sua lista de

³⁹⁸ Neste diapasão: «Aquilo que em seu entender conspurca as quotas não é o facto de derrubarem os obstáculos que impedem as mulheres de atingir certos resultados, mas sim a circunstância de lhes atribuírem directamente esses resultados, unicamente porque são mulheres» (*idem*: 396).

escolha de candidatos/as. Portanto, as pessoas seriam tolhidas do direito de escolha política ante a limitação da candidatura dos/as demais candidatos/as.

Consoante o entendimento dos críticos o mecanismo de discriminação positiva afronta o princípio democrático e da soberania popular a escolha de uma pessoa numa lista de candidatos/as em razão do seu sexo. Ato contínuo, há risco para a democracia representativa, uma vez que essas pessoas poderiam atuar em nome do grupo representado, e não em nome de todo o povo, colidindo com os ideias da representação política³⁹⁹.

Outrossim, refletem acerca dos limites deste tipo de medida, uma vez que este “ideal inclusivo” teria então que incluir todos/as que integram os grupos suspeitos. Desta feita, mencionam a possibilidade de subversão das quotas nos órgãos de tomada de decisão, uma vez que serão criadas categorias de pessoas, sendo concedidos um tratamento de classes estanques, acarretando numa sociedade mais dividida. Nesta linha de raciocínio, deverão ser criadas quotas para negros/as, religiosos/as, homossexuais, etc., o que configuraria uma categorização dos indivíduos (*idem*: 117).

Igualmente, esta previsão alberga uma ótica paternalista, tão criticada por algumas feministas, pois admite que as mulheres não são capazes, por mérito próprio, de alcançar a representação política sem o auxílio de uma intervenção estatal. Em rigor, esta previsão menospreza aquelas mulheres que ascenderam por sua própria capacidade, uma vez que haverá a presunção de que alcançaram aquela posição através das medidas artificiais (*idem*: 119).

Por fim, se não há mulheres a ocupar os postos de tomada de decisão é em razão da própria vontade das eleitoras. Isso porque se todas têm direito ao voto (sendo que representam metade da população em muitas localidades), e, ainda assim estão sub-representadas, é por uma questão de vontade das

³⁹⁹ De forma mais elaborada suscita Raposo: «É forçoso reconhecer que a actuação das quotas favorece a representatividade das mulheres. Laporta chama a isto “representação reflexo”: os membros dos órgãos de representação política devem assemelhar-se o mais possível à comunidade representada. (...) Um Parlamento constituído por quotas patrocinará o interesse específico dos grupos aí representados (representatividade), mas nunca o interesse de todo o povo (representação). Respeitar-se-á a representatividade de tais grupos, mas não a ideia de representação democrática» (*idem*: 403). É forçoso destacar que esta crítica não se sustenta, uma vez que experiência portuguesa da Lei Paridade demonstra que as mulheres eleitas atuam em nome de toda a nação.

mulheres. Interferir na arena política representa se imiscuir na sua liberdade de voto, o que não pode ser admissível numa democracia (*idem*: 120).

3.2 Os/as defensores/as dos mecanismos de discriminação positiva

Os apoiadores/as⁴⁰⁰ das medidas temporárias sustentam que as discriminações positivas reforçam a igualdade, em sua dimensão substancial. Isso porque as mulheres integram grupo que historicamente foi excluído da sociedade do exercício de sua cidadania⁴⁰¹, sendo tratadas como cidadãs de segunda categoria (Raposo, 2004: 414).

Outrossim, esta ferramenta fortalece o princípio da democracia representativa, tendo em vista que a inclusão e participação de pessoas que espelham a sociedade, resulta num Parlamento diverso, plural e condizente com os objetivos da Constituição (Raposo, 2005: 115).

Adicionam que os/as candidatos/as preteridos não têm o seu direito violado, pois esta medida não restringe o direito de ser eleito/a, mas cria uma condição de elegibilidade, assim como a idade, residência no círculo de candidatos, nacionalidade, dentre outros.

Ainda, sustentam que a restrição existe em relação ao número de candidatos/as por sexo. A lei não diz que favorece a inserção de mulheres, pois se uma lista estiver só candidatas, ela não cumprirá com os preceitos da Lei da Paridade. Ambos os sexos desfrutam desta proteção legal (*idem*: 114).

Ora, o impacto que existe é em relação à diminuição do número de vagas que poderiam ser ocupadas por cada sexo, contudo tal facto poderia ser acarretado por razões diversas, não havendo que se falar em ofensa aos direitos subjetivos dos/as candidatos/as preteridos/as⁴⁰². Até porque não é retirado o direito dos/as candidatos/as de ingressar no partido de sua escolha, mas deverá ser conciliada e adequada a lista de candidatura (*idem*: 118).

⁴⁰⁰ Para maiores detalhes a respeito dos argumentos favoráveis à discriminação positiva de matriz política, sociológica e filosófica: Raposo (2004: 373-380).

⁴⁰¹ Destarte: «Mais do que uma categoria natural, as mulheres são uma categoria social e histórica. O facto de durante um tão longo período terem sido excluídas da cidadania (pela simples razão de serem mulheres) levou à sua delimitação enquanto corpo específico e diferenciado» (*idem*: 411).

⁴⁰² Cfr. (*idem*: 398).

Nesta linha de raciocínio, os/as eleitores/as continuam a ter o direito de votar em quem quiser, posto que não estão vinculados a votarem de acordo o critério da lei. Na verdade, a/o eleitor/a possui mais uma opção na escolha do/a seu/sua candidato/a, sendo dada a oportunidade de uma escolha diversa das que sempre predominaram nas listas eleitorais. Assim, a escolha é pessoal, livre, com base nas suas preferências e predileções.

Não obstante, os/as defensores/as deste mecanismo refutam a ideia de categorização dos indivíduos, uma vez que o objetivo não é dividir a sociedade em duas castas separadas. De facto, a experiência retrata que as mulheres são mais relutantes em votar nas suas congéneres⁴⁰³ (*idem*: 117-118).

Por outro lado, alegam que este mecanismo é uma maneira de corrigir as injustiças do passado, uma vez que foram deliberadamente afastadas do processo de tomada de decisão. Sendo assim, as quotas têm o intuito de “desnaturalizar” a homogeneidade masculina no campo da política, tornando-a mais igualitária (Raposo, 2004: 415-417).

Acrescenta-se ainda que a inserção de mulheres nos órgãos de poder pode acarretar em temas e assuntos relacionados aos seus interesses, modificando a agenda política. Portanto, os debates destas temáticas serão apreciados sob a ótica de mulheres e homens, alargando os horizontes e enriquecendo o âmbito político com vozes plurais sobre questões fundamentais para toda a sociedade (*idem*: 419).

4 A Paridade

A paridade é uma ideia moderna, calcada na partilha de poder político entre mulheres e homens. Conforme Agacinski uma das precursoras deste ideal foi a francesa Hubertine Auclert, que em 1880 recusou-se a pagar os impostos enquanto não fosse conferido o direito ao voto. Assim, para a sufragista francesa como as mulheres não gozavam dos mesmos direitos políticos que os homens,

⁴⁰³ Este fenómeno não é facilmente explicável, pois dependerá do tipo de análise a ser feito. Apenas como exemplo, se seguirmos o entendimento das teóricas feministas radicais, este acontecimento decorre da subordinação estrutural existente em razão do sistema patriarcal.

sobre elas não deveria recair o encargo tributário (1999: 109)⁴⁰⁴. Além da recusa ao pagamento dos tributos, requereu a extensão do direito do voto às mulheres e sugeriu que as Assembleias deveriam ser compostas tanto por homens quanto por mulheres (Sampere, 2000: 143).

Desta forma, o questionamento relacionado a diminuta presença de mulheres na arena política, apesar de recente, é relevante no contexto social e jurídico, uma vez que a minoritária composição representativa de mulheres nos órgãos de poder em contraposição a uma ordem majoritária de cidadãos, evidencia os limites e debilidades da real democracia⁴⁰⁵ (Varikas, 1996: 66).

Nesse contexto, a paridade é compreendida como um princípio, semelhante a ideia de «igualdade perfeita na representação democrática» (*idem*: 71).

Esta conceção influenciou o Conselho da Europa que concebeu a Recomendação 1269 (Raposo, 2004: 334), bem como a Carta de Roma e o Manifesto das Dez em 1996⁴⁰⁶, sendo um dos fundamentos legítimos que justificam a inserção das mulheres, o sexo sub-representado, na tomada de decisões. Logo, para as funções seletivas a paridade pode ser concebida de duas formas: «(...) de novos modos de escrutínio (de tipo binominal) de maneira a obter-se um *número igual* de homens e de mulheres *eleitos*, ou pela apresentação de um *número igual de candidatos*, homens e mulheres»⁴⁰⁷ (Agacinski, 1999: 110).

⁴⁰⁴ Consoante as informações do Centre Hubertine Auclert: «Hubertine Auclert est sensible aux mots. Elle dénonce un usage dans lequel l'expression «Tout français» exclue les femmes quand il s'agit de voter, mais pas quand il s'agit de payer des impôts. C'est en jouant sur cette incohérence qu'elle demandera son inscription sur les listes électorales et refusera de payer ses impôts. En contrepartie, elle devient une ardente partisane de la féminisation des noms de métier et de fonction. L'usage systématique des termes masculins et féminins constitue, pour elle, un moyen efficace de promouvoir et de garantir l'égalité femmes – hommes dans toutes les sphères de la société». Disponível em: <https://www.centre-hubertine-auclert.fr/hubertine-auclert>, acedido em 16 Nov. de 2017. Seu argumento «não tenho direitos, portanto não tenho encargos, não voto, não pago» ganhou força, mas naquele momento não foi suficiente para romper com a condição de desigualdade sexual (Agacinski, 1999: 109).

⁴⁰⁵ Ainda: «O número ínfimo de mulheres dentre os representantes do povo aparece assim como um sinal não apenas das relações de força que pesam sobre esse grupo mas sobretudo da natureza excludente do sistema político em si mesmo» (sic) (Varikas, 1996: 66).

⁴⁰⁶ Ainda em 1995 foi criada pela Assembleia da República a Comissão Parlamentar para a Paridade e Igualdade de Oportunidades, presidida por Rosário Carneiro (Cabreiro *et al.*, 2016).

⁴⁰⁷ Raposo destaca que ocorreu uma abordagem anterior à Recomendação 1269, na Cimeira Europeia das Mulheres no Poder, no ano de 1992, por iniciativa da Comissão das Comunidades Europeias, na cidade de Atenas (2004: 334). Desse encontro resultou a Declaração de Atenas, fonte de alicerce para a justificação da democracia paritária, sem,

Nesta medida, a paridade representa a «expressão geral da igualdade». Por conseguinte, a divisão igualitária do poder baseia-se no facto de que mulheres e homens integram a espécie humana, sendo detentores da mesma dignidade (Sampere, 2007: 9).

Nada obstante, a perceção de democracia paritária foi alvo de discussão e debate num seminário organizado pelo Conselho da Europa, ocorrido em 6 e 7 de novembro de 1989. A partir de então, muitos países levaram para o âmbito doméstico esta ponderação, havendo reflexos desta ideia em Bélgica, França e Portugal⁴⁰⁸ (Silva, 1994: 5).

Sampere menciona que a democracia paritária ou a divisão equilibrada do poder entre ambos os sexos, é operacional se for observado o percentual de 60% ou menos de representação de pessoas do mesmo sexo. Isso quer dizer que a composição eleitoral deve observar a presença de, no mínimo, 40% de mulheres ou homens (2007: 10).

Na opinião de Agacinski, o conceito de paridade deve ser pensado não somente numa esfera quantitativa, qual seja, a divisão equilibrada nos postos de poder, mas deve ser levado em consideração sobretudo o aspeto qualitativo⁴⁰⁹ para se obter uma diversidade. E mais, sustenta que além da ótica do direito, o interesse e gestão pela coisa pública devem recair sobre ambos os sexos⁴¹⁰ (Agacinski, 1999: 111-112).

Neste turno, a presença predominante de homens no âmbito da representação política, retrata uma ordenação desigual do poder político, além de ser estruturalmente discriminatório e desfavorável às mulheres. Acrescenta-se que mesmo com o reconhecimento da igualdade na participação política, a presença de mulheres nos órgãos de tomada de decisão, comparativamente aos

contudo, utilizar esta expressão. Em 1993, Portugal adotou uma Resolução de apoio à Declaração de Atenas (Silva, 1994: 3-5).

⁴⁰⁸ Em 1991 houve campanha na época das eleições em torno do tema na Bélgica; já em França surgiram movimentos para promoção da paridade e, em Portugal, as mulheres autarcas realizaram sensibilizações para a concreção desses valores, sendo criada uma Rede de Mulheres Autarcas (REMA) e a realização da iniciativa do Parlamento Paritário (Silva, 1994: 5).

⁴⁰⁹ Portanto, além da presença numérica de mulheres nos postos de decisão, este ideário conjuga o impacto profundo que esta medida poderá acarretar no processo de decisão (Silva, 1994: 4).

⁴¹⁰ V. Recomendação n.º96/694/CE, do Conselho de 2 de Dezembro de 1996 relativa à participação equilibrada das mulheres e dos homens nos processos de tomada de decisão.

homens é diminuta⁴¹¹, sendo a política uma esfera dominada por homens «com normas e valores masculinos» (Martins *et al.*, 2005: 81).

Este fenómeno coloca em xeque os princípios que sustentam a democracia e a representação política, uma vez que é desconsiderada quase metade da população, e nesta medida, os seus valores⁴¹², visão de mundo, conhecimentos que poderiam tornar a experiência política mais rica e diversa (*idem*: 81-82).

Desse modo, conforme indicado no capítulo anterior, há um extenso arcabouço normativo (internacional e comunitário) que reconhece a igualdade como um valor ínsito à própria ideia de democracia (Silva, 1994: 7). Desta feita, decorre do próprio entendimento da igualdade a paridade nos postos de tomada de decisão⁴¹³.

Por outro lado, a paridade traduz o reconhecimento pela presença igualitária nos órgãos de poder (Moreira, 2005: 61), alberga em seu conceito o perigo da sexualização do direito, ou seja, a necessidade de conceber um direito voltado exclusivamente às mulheres (Raposo, 2004: 335)⁴¹⁴.

Com efeito, Sampere dispõe que a divisão igualitária de poder entre mulheres e homens só pode ser considerada legítima, se for utilizado o sexo como parâmetro universal, ou seja, se admitirmos que o género existe somente da forma binária, na dicotomia do feminino e masculino⁴¹⁵ (2000: 134).

⁴¹¹ O entendimento da Comissão Europeia exposto na obra «A igualdade em 100 palavras» conceitua esse fenómeno como défice democrático (1998: 18). Disponível em: <<https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/7342d801-86cc-4f59-a71a-2ff7c0e04123/language-pt>>, acedido em 18 Nov. de 2017.

⁴¹² Martins e Teixeira apresentam o argumento de defesa da representação sociológica ou demográfica, que consiste na inserção das mulheres nos órgãos de poder, pois suas vozes precisam ser ouvidas. E mais: «(...) porque simbolizam modos de viver, pensar e agir diferentes e ocupam um lugar específico na sociedade, as mulheres tendem a revelar necessidades, interesses e preferências distintos e potencialmente conflitantes com os dos homens, os quais só podem ser plenamente representados por elementos do género feminino» (Martins *et al.*, 2005: 82).

⁴¹³ Cfr. Silva: «A igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres e para os homens é teoricamente reconhecida sem dificuldade como um direito fundamental da pessoa humana e uma exigência absoluta dos princípios de justiça social e democracia» (1994: 7).

⁴¹⁴ Nada obstante, o tempo mostrou que esse temor não é cabível. Ademais, ainda que seja criado um direito só para as mulheres – e conforme expusemos no capítulo 1 já há uma área de estudo neste sentido – seria mais um ramo dentre tantos a ser analisado com maior especificidade, assim como ocorre com o direito do consumidor, do trabalho, da criança, etc. Para maiores detalhes sobre o tema: Stang-Dahl (1993).

⁴¹⁵ Sampere tem como fundamento os escritos de Agacinski (1999) ao fazer tal afirmação. Neste raciocínio: «A democracia exige o direito a maioria civil um direito universal a condição que não se esqueça que o universal é constituído por dois feminino e masculino» (sic) (Varikas, 1996: 86). Contudo, é importante ter em mente o contexto temporal da obra, pois, como vimos

Sem embargo, o debate da paridade entre os dois sexos nos órgãos de representação confunde-se com a adoção de quotas⁴¹⁶, mas são classificações distintas. Enquanto a quota representa um meio, um caminho para alcançar-se a paridade⁴¹⁷, esta última significa a ideia da divisão do poder entre mulheres e homens com o escopo de concretizar o princípio democrático. Por conseguinte, a quota é uma dimensão da paridade, tendo em vista que busca estreitar as diferenças sexuais existentes, ao passo que a paridade procura a igualdade num sentido permanente⁴¹⁸ (Raposo, 2004: 337-338).

Ainda, segundo Moreira, para a implementação dos «esquemas quantitativos (quotas)» deverão ser observados alguns princípios, como: i) subsidiariedade, isto é, quando esgotadas todos os meios menos gravosos para alcançar-se o resultado almejado; ii) complementaridade, ou seja, a conjugação com outras previsões que tenham a finalidade de promover a igualdade de oportunidades; iii) transitoriedade, como o nome já esclarece, este modelo não é definitivo, posto que atingido o objetivo, cessam as medidas de discriminação positiva (2005: 84-85).

Por outra parte, as quotas podem ser concebidas sob duas formas: i) quando fixam um percentual nas listas eleitorais, as chamadas «quotas aplicáveis à eleição», e/ou, ii) quando estabelecem reservas de cargos num determinado órgão político para o grupo sub-representado. Além disso, diversamente da paridade, as quotas definem um mínimo capaz de impactar a

no capítulo 1, a definição de género sofreu grandes mudanças. Acrescenta-se que esta divisão binária é duramente criticada pela Teoria Feminista Pós-Moderna, bem como pelos teóricos de género.

⁴¹⁶ Acerca da diferença entre paridade e quotas ver também Varikas (1996: 74).

⁴¹⁷ Ou seja, quota é: «Proporção ou fatia definida de lugares, postos ou recursos a atribuir a um grupo específico, geralmente segundo determinadas normas ou critérios, com a qual se pretende corrigir um desequilíbrio anterior habitualmente em postos de tomada de decisão ou no acesso a oportunidades de formação ou emprego» (Comissão Europeia, 1998: 43). Disponível em: <<https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/7342d801-86cc-4f59-a71a-2ff7c0e04123/language-pt>>, acedido em 18 Nov. de 2017. Afinal, a política de quotas pretende reparar a forma como funciona a sociedade e a democracia, aprimorando de certa forma a incidência do princípio da igualdade (Sampere, 2000: 142).

⁴¹⁸ Logo: «A paridade, por conseguinte, fundamenta-se nas diferenças entre as pessoas, conquanto rejeite a superioridade de umas sobre as outras. A igualdade, em compensação, justifica-se, não pelas diferenças entre os sexos, mas sim pelos traços que lhe são comuns. Ao invés das quotas, a paridade não se destina à compensação provisória de desigualdades passadas, mas sim ao estabelecimento permanente de uma representação quantitativamente igual entre homens e mulheres. A paridade é, pois, um fim em si mesma» (Raposo, 2004: 339).

agenda política e atingir a massa crítica⁴¹⁹ para que sejam realizadas eventuais modificações nos debates políticos. Contudo, deve-se ter cuidado para que este mínimo não ultrapasse 50%, uma vez que este valor é apontado como forçado e sem razoabilidade⁴²⁰ (Raposo, 2004: 347-348).

Ainda, as quotas podem ter um caráter neutro ou sexuado. No primeiro caso, há previsão de beneficiar ambos os sexos, ao passo que no segundo a medida é definida para alcançar determinado sexo (como o caso de Ruanda, cuja Constituição prevê o percentual de 30% para as mulheres). Sem embargo, há a previsão do sistema de “*fecho éclair*”, cuja previsão está erradicada na alternância de sexos na lista eleitoral (*idem*: 348-349).

Em contrapartida, Silva rejeita a denominação de quotas ou medidas especiais, uma vez que nesta esfera é aplicado um princípio de disposição permanente, razão pela qual adota a fórmula «limiar de paridade», ou seja, a observância de uma percentagem de cada sexo, sendo a ideal 50/50% para mulheres e homens⁴²¹. A diferença do limiar com as quotas é o caráter permanente daquela, uma vez que a diferença sexual é um facto permanente da vida (1994: 13).

Adiciona-se que para Nunes há dois motivos para fundamentar a ideia de paridade⁴²², seja por uma questão de princípio, seja para concretizar a representação nos casos de listas plurinominais. Nesta senda, no primeiro caso fundamenta que uma sociedade civilizada cultiva e pratica a igualdade entre

⁴¹⁹ A teoria da massa crítica consiste na formação do comportamento político segundo o contexto estrutural. Isso quer dizer que os/as representantes atuam de forma estratégica e consoante as oportunidades ao seu redor, razão pela qual se as mulheres se mantêm numa minoria, pouco impacto terão nas agendas políticas e na representação política. No entanto, se elas conseguem converter-se em massa crítica, é possível a modificação da cultura política, uma vez a partir de um determinado limiar já haverá impacto na agenda política e discurso dominantes (Otero *et al.*, 2012: 31).

⁴²⁰ Cfr. Raposo: «As quotas distinguem-se ainda quanto ao seu valor, que pode oscilar um mínimo – por exemplo, 20% - até um máximo de 50%, mas aí já não teríamos uma quota propriamente dita e sim a genuína paridade (“genuína” porque muitos diplomas sobre quotas, inclusive as propostas até hoje discutidas no nosso país, se apelidam a si mesmas de paritárias, não obstante a respectiva quota ficar muito aquém dos 50%)» (2004: 348).

⁴²¹ Vale realçar que há entendimento que refuta a ideia da representação descritiva, tendo em vista que eleição de mulheres por si só não é suficiente para influenciar a opinião dos grupos políticos. Dito de outra forma: a representação descritiva não necessariamente forma massa crítica (Otero *et al.*, 2012: 31).

⁴²² De acordo com Verikas a paridade não é só uma questão de justiça, e sim «portador de uma transformação qualitativa do político (...) a lei que estabelece a paridade entre os sexos não é uma lei como as outras mas uma lei **que transforma as próprias condições de elaboração das leis**»(sic) (Verikas, 1996: 76).

mulheres e homens. Por conseguinte, destaca que a modificação do percentual de 33,3% para 50% das listas encontra uma razão pragmática, uma vez que nas situações de listas plurinominais são inseridos dois candidatos consecutivos do mesmo sexo. Assim, na prática, as mulheres são inseridas como a terceira opção na lista e quando o terceiro de cada grupo de três não é escolhido, são elas que ficam de fora. Cita o exemplo a baixa representatividade de vereadores em Lisboa (23%) e no Porto (24%) (Público, 19-06-2015)⁴²³.

Contudo, é de realçar que o abismo entre mulheres e homens foi retratado num estudo sociográfico que apurou o período de 1976 a 2011, em Portugal, onde foram analisados doze sufrágios e apurado que neste intervalo foram eleitos 2777 homens e 374 mulheres (Cabrera, 2016: 5).

Nessa perspetiva, o reconhecimento da dualidade sexual, relacionado não só com a identificação da igualdade em direitos e dignidade entre ambos os sexos, mas também ao reconhecimento a uma identidade própria conduz a uma construção de uma sociedade democrática. Assim, o gozo pleno da cidadania tem como um dos alicerces, a participação igualitária, em todos os seus níveis, no processo democrático. Esta conceção subjaz a definição de Democracia Paritária⁴²⁴ (Silva, 1994: 7-8).

Então, a democracia paritária⁴²⁵ representa o reconhecimento da inserção igualitária de mulheres e homens nos órgãos de tomada de decisão e, por essa razão, demanda uma redefinição dos papéis atribuídos a cada sexo (*idem*: 9).

⁴²³ Nesta medida, Teresa Coelho contribui para o debate da paridade, destacando que o próximo passo para a concretização da paridade é o aumento progressivo da participação de mulheres. De acordo com o seu entendimento, é mais viável o aumento do percentual para 40%, entretanto defende uma reflexão acerca da consideração do alinhamento da lista entre mulher e homem (2016).

⁴²⁴ Ainda: «Há que desenvolver uma nova filosofia da democracia, a qual deverá construir-se a partir desta constatação da dualidade do povo e também da consciência renovada dos direitos das mulheres. Até ao presente, a teoria democrática não tem reconhecido importância à questão do masculino-feminino, à questão do “gender”, na terminologia anglo-saxónica, ou da dualidade/alteridade do género humano» (Silva, 1994: 8).

⁴²⁵ Este conceito também foi cunhado no glossário europeu de termos concernentes à igualdade que assim definiu: «Conceito de sociedade equitativamente composta por homens e mulheres e na qual o pleno e igual exercício da cidadania depende da representação equilibrada de ambos nos cargos políticos de tomada de decisão. Uma participação próxima ou equivalente de homens e mulheres no processo democrático, numa proporção de 40/60%, constitui um princípio de democracia». V. Comissão Europeia (1998: 18). Disponível em: <<https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/7342d801-86cc-4f59-a71a-2ff7c0e04123/language-pt>>, acedido em 18 Nov. de 2017.

Por conseguinte, uma dimensão deste conceito é a igual representação nos órgãos de tomada de decisão, mas sua atuação não se restringe a somente a este cenário, cabendo suas repercussões em outras esferas da vida e da sociedade (na educação, no trabalho, na família, entre outros). Isso porque a definição de participação não se restringe ao ato de votar e ser votado/a, sendo esta uma das suas representações⁴²⁶ (*idem*: 9-10).

Com efeito, sustenta-se que a democracia representativa fundamenta-se na escolha dos/as representantes eleitos/as pelo povo, não sendo de sua índole ser o espelho da composição demográfica de determinada sociedade. Então, a escolha é realizada pelos/as cidadãos/ãs, com base nos seus interesses e identificação, levando em consideração que a atuação dos/as mandatários/as será voltada à nação (Varikas, 1996: 71).

Acrescente-se que conceder o acesso paritário aos órgãos de poder às mulheres, obsta que outros grupos tenham acesso a arena política, como os/as negros/as, os/as pobres, os/as desempregados/as, etc. Logo, negar o espaço de discussão política a essas pessoas não desconfiguraria o princípio democrático? Ou, afinal, para atendermos esse princípio deveremos concretizar a representação pelo grupo? (*idem*: 73)

O que se busca com a democracia paritária é a inclusão de mulheres que também integram a sociedade, para que lhes sejam conferidas a oportunidade de falar e serem ouvidas⁴²⁷. Assim, com espreque na ideia de democracia representativa, se pretende enfocar o caráter de gênero desse conceito. O mundo mudou, mas a política nem tanto (*idem*: *ibidem*).

De acordo com as Nações Unidas no relatório *Women in Politics* acerca das mulheres na política, entre os anos de 1945 a fevereiro de 2005, constata-se que elas foram eleitas 27 vezes como Chefes de Estado ou Governo, sendo que em San Marino foram oito vezes escolhidas como representantes. Já para

⁴²⁶ Neste sentido: «A Democracia Paritária tem, também ela, todas estas dimensões. Ela exige a construção da paridade ao nível do público e político, mas também ao nível do económico e social, da cultura e das relações, das atitudes e dos comportamentos» (Silva, 1994: 10).

⁴²⁷ A equipa de *experts* em *mainstreaming* no relatório final sobre conceitos, metodologia e boas práticas, ressalta que uma das razões da desigualdade entre mulheres e homens é sua fraca presença nos postos de tomada de decisão. Portanto, na opinião dos especialistas «a more balanced presence of women and men would be needed to give gender equality a prominent place on the political agenda» (2004: 10). Cfr. «Gender mainstreaming – Conceptual framework, methodology and presentation of good practices». Disponível em: <<https://rm.coe.int/1680596135>>, acedido em 19 Nov. de 2017.

o cargo de Primeira Ministra esse número aumenta para 42 vezes, sendo que o Sri Lanka despontou com quatro mulheres nesta posição, seguido de Bangladesh (3), Lituânia (2) e Nova Zelândia (2). Por sua vez, Portugal consta na sétima posição do *ranking*, uma vez que consta o nome de Maria de Lourdes Pintasilgo no período de 08-1979 a 01-1980⁴²⁸.

Em contrapartida, este relatório também aponta uma evolução e crescimento na representação política das mulheres na esfera parlamentar. Entre o período de 01-07-1995 a 01-01-2005 houve um aumento considerável nos seguintes estados: Ruanda⁴²⁹, Bélgica, Costa Rica, Espanha, entre outros. O primeiro Estado apresentou no período de dez anos um aumento de 31,61% na Câmara Baixa.

Muitos destes países adotaram as quotas como forma de atingir-se a paridade eleitoral. Esse é caso de Ruanda que adotou o sistema de quotas em sua Constituição, onde garante pelo menos 30% dos postos de tomada de decisões para as mulheres⁴³⁰. Esta previsão constitucional alicerçou Ruanda da 22.^a colocação do *ranking* em 2002 para a primeira posição a partir de 2003 até o ano de 2017⁴³¹.

Pese embora a discussão acerca da democracia paritária ser efusiva na Europa, verifica-se ainda resistência na eleição de mulheres nos órgãos de representação parlamentar. Apenas para ilustrar, dos dez primeiros países no

⁴²⁸ Disponível em <<http://www.ipu.org/pdf/publications/wmnmap17-sp.pdf>>, acedido em 18 Jul. 2017.

⁴²⁹ Ruanda é um caso curioso acerca da sua mudança de paradigmas no tocante à representação de mulheres nos órgãos de tomada de decisão. Entre os anos de 2000 a 2017 foram eleitas para a Câmara Baixa e Câmara Alta, respetivamente: 2000 – 17,1% (12/70) e 0; 2005 – 48,8% (39/80) e 34,6% (9/26); 2008 – 48,8% (39/80) e 34,6% (9/26); 2010 – 56,3% (45/80) e 34,6% (9/26); 2012 – 56,3% (45/80) e 38,5 % (10/26); 2014 – 63,8% (51/80) e 38,5% (10/26); 2015 – 63,8% (51/80) e 38,5% (10/26); 2017 – 61,3% (49/80) e 38,5% (10/26). Constata-se que na Câmara Baixa o *status* de sub-representadas em 2000 foi modificado num espaço temporal de cinco anos, e, em 2017 há um fenómeno de sub-representação de homens, uma vez que elas ocupam 49 assentos de 60 representando o percentual de 61,3%. Contudo, este facto não se repetiu nas eleições para a Câmara Alta, tendo em vista que em 2017 elas representam 38,5% dos assentos parlamentares. Disponível em <<http://www.ipu.org/pdf/publications/wmnmap17-sp.pdf>>, acedido em 18 Jul. 2017.

⁴³⁰ Informação constante no portal do *Quota Project*. Disponível em <<http://www.quotaproject.org/country/?ul=undefined&country=192>>, acedido em 18 Nov. 2017.

⁴³¹ V. *Women in National Parliaments*. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/arc/classif231202.htm>>, acedido em 18 Nov. 2017. Por extrapolar o âmbito de atuação deste trabalho, não aprofundaremos a análise acerca das quotas em Ruanda e seu impacto na esfera doméstica. Para maiores detalhes sobre este caso: (Lipp, 2013 e Zaborszky, 2016).

ranking de mulheres no parlamento, encontramos três europeus: Islândia (4.^a posição), Suécia (6.^a) e Finlândia (8.^a)⁴³².

Por outro lado, apontam que as quotas legais ou vinculativas não são as únicas medidas de inclusão das mulheres, sendo possível incentivar sua inserção na política por intermédio da adoção voluntária destes mecanismos pelos partidos políticos. Um exemplo de êxito é a Finlândia, onde há uma intensa atuação das mulheres na arena política⁴³³ (Raposo, 2004: 349).

Silva ao analisar os meandros da democracia paritária, questiona o próprio fundamento da democracia, pois que regime político atribui o direito à cidadania às mulheres, mas é condizente com sua baixa representatividade nos órgãos de poder? (1994: 11).

E mais, os/as críticos/as da paridade afirmam que suas medidas não levam em consideração a meritocracia, uma vez que afasta o/a candidato/a competente em nome de uma igualdade matemática. Além disso, os/as detratores/as das quotas afirmam a violação ao princípio da igualdade, tendo em vista que uma medida de discriminação, mesmo que positiva, não deixa de significar o próprio nome: é discriminatória. Portanto, não é discriminando que se irá alcançar a igualdade. Ainda, destacam ofensa ao universalismo, uma vez que não pode ser condicionar uma norma para determinado grupo ou característica social (Hernández, 2008: 309 e 312-313).

Sem embargo, os/as defensores/as refutam o argumento universalista ao fundamentar os anos de afastamento das mulheres no âmbito político, razão pela qual o universalismo existente é artificial. Ademais, reforçam que as mulheres

⁴³² Encontramos um paradoxo no caso francês: seu ordenamento jurídico prevê o acesso igualitário entre mulheres e homens para os mandatos eleitorais, bem como implementou a regra da paridade de 50% (concedendo a possibilidade da diferença de 2%) nas listas eleitorais. No entanto, a paridade não é refletida nas eleições parlamentares: para a Câmara Baixa e Câmara Alta, respetivamente: 2000 – 10,9% (63/557) e 5,9% (19/321); 2005 – 12,2% (70/574) e 16,9% (56/331); 2008 – 18,2% (105/577) e 18,2% (60/330); 2010 – 18,9% (109/577) e 21,9% (75/343); 2012 – 18,9% (109/577) e 22,2 % (77/347); 2014 – 28,2% (151/577) e 22,5% (78/347); 2015 – 26,2% (151/577) e 25% (87/348); 2017 – 25,8% (149/577) e 27,3% (95/348). Conforme, respetivamente, *Quota Project* e *Women in National Parliaments*. Disponível em: <<http://www.quotaproject.org/country/?ul=undefined&country=53>> e <<http://archive.ipu.org/wmn-e/arc/classif231202.htm>>, ambos acedidos em 18 Nov. de 2017. Para um estudo sobre a paridade em França: Bieusses (2008: 527 e segs.).

⁴³³ Ainda: «Em contrapartida, a Bélgica – que juntamente com a França constitui um dos dois países europeus onde actualmente existe obrigação legal de quotas – apresenta uma taxa de feinição inferior à de muitos países onde se apostou numa arrojada vontade política como solução alternativa às quotas» (Raposo, 2004: 349).

representam metade da humanidade, não podendo ser inseridas nos grupos minoritários sociais. E mais, as mulheres são seres que se diferem dos homens, sendo assim devem estar integradas em todas as áreas da sociedade (*idem*: 312-313).

Como podemos ver, os argumentos favoráveis e desfavoráveis à implementação da paridade e da própria ideia de democracia paritária, confundem-se com as alegações dos críticos/as e defensores/as das quotas.

Por conseguinte, examinamos neste capítulo a evolução dos princípios da igualdade e não discriminação, a abordagem constitucional portuguesa acerca do direito ao sufrágio ativo e passivo, as decisões dos Tribunais Constitucionais, a Lei da Paridade em Portugal e o conceito de paridade.

Conclusão

A proposta inicial deste trabalho foi realizar a abordagem da representação política das mulheres nos órgãos de tomada de decisão, nomeadamente, na esfera parlamentar, apresentar as suas divergências, os seus fundamentos, os discursos jurídicos envolvidos – seja na seara doutrinária, legal ou jurisprudencial -, a fim de comprovar a desigualdade ainda existente entre mulheres e homens.

Contudo, para melhor compreensão deste fenómeno, foi necessário traçar um outro percurso, com o intuito de entender as suas nuances e peculiaridades. Deste modo, a pesquisa inicia com o estudo das teorias feministas do Direito, pois era necessário assimilar o contexto das previsões normativas relacionadas aos direitos das mulheres.

À vista disso, buscou-se pelo exame das teorias feministas apontar quais seriam as razões para as mulheres não conseguirem ocupar os mesmos lugares que os homens na política, apesar de representarem mais da metade da população portuguesa e brasileira, por exemplo. Ademais, houve a pretensão de trazer uma resposta para a pergunta se haveria distinções entre mulheres e homens no exercício da cidadania.

Isso porque apesar dos diplomas legais possuírem a previsão de quotas ou da paridade, há uma forte resistência para se chegar a igualdade na esfera da representação política. Logo, como compreender esta objeção às mulheres no poder? Para tentar uma aproximação a esta resposta, constatou-se que o arcabouço normativo sozinho não era suficiente, razão pela qual foram analisados os discursos de diferentes teorias de cariz feminista.

Em linhas gerais, as feministas liberais acreditam na igualdade aristotélica, sendo a previsão da igualdade absoluta a maneira de diminuir o abismo existente entre mulheres e homens. Todavia, pese embora a corrente liberal com seu discurso e fundamento no princípio da igualdade tenham alcançado conquistas significativas para as mulheres, verificamos que o seu suporte teórico não foi suficiente para diminuir o fosso existente entre mulheres e homens no espaço político. Além disso, essa igualdade única e linear, sozinha, não foi capaz de expandir a participação das mulheres nos órgãos de poder.

Com efeito, a ótica igualitária é revista, não de forma excludente, mas sob outro olhar: há uma exaltação da diferença entre os sexos. Isso quer dizer que as distinções entre mulheres e homens não podem ser ignoradas ou excluídas, tendo em vista que as normas legais não poderiam ser indiferentes as diferentes experiências e situações vivenciadas por ambos os sexos em cada esfera da vida.

Entretanto, esta visão apesar de reconhecer a diferença entre mulheres e homens, o que inclui o exercício da política, não ofereceu respostas para a inserção delas no âmbito da representação. De realçar que este entendimento expôs a estrutura patriarcal e o sistema de dominação dos homens, demonstrando que a neutralidade suportada pela norma jurídica está afetada pelo pensamento masculino, o que resulta na forma como o poder é distribuído.

Não obstante, as diversas correntes dos feminismos resultaram em importantes modificações no seio jurídico. Podemos citar como exemplo, o entendimento acerca dos diferentes impactos da discriminação, tendo em conta as forças sociais, como a raça, o sexo, a idade, entre outros. O conceito de interseccionalidade foi acolhido pela Organização das Nações Unidas e tem sido utilizado pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Assim, está sujeito à análise o fator idade, sexo, classe social, entre outros, pois a discriminação sofrida por uma mulher pertencente a determinado grupo a afeta em diferentes maneiras. Vimos com clareza esta situação no primeiro capítulo, no acórdão julgado pelo Supremo Tribunal Administrativo que diminuiu uma indemnização não pecuniária fixada pela primeira instância, porque utilizou o critério sexo e idade. Esta decisão, cuja parte final assinalou que a sexualidade de uma mulher de meia-idade com dois filhos não é tão importante como para os mais jovens, foi rechaçada pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, declarando-a discriminatória.

Portanto, as teorias feministas do Direito foram de extrema importância para o incremento do direito das mulheres, principalmente na mudança de paradigma relacionada à discriminação.

Por outra parte, o reconhecimento da posição de desigualdade delas em relação aos homens, contribuiu para a ocupação das mulheres nos órgãos de tomada de decisão e mudança de entendimento acerca da criação de medidas

para sua inclusão no cenário político. É importante salientar que este movimento não foi e nem é linear, sendo necessário tempo e maturação das construções teóricas e sociais para influenciar a forma que se vê e faz o Direito.

Nesta perspectiva, o Direito não foi indiferente a toda esta interferência e alteração de mentalidade. À medida que a sociedade foi desenvolvendo-se, cada uma ao seu tempo e forma, criaram-se um número cada vez maior de instrumentos de proteção aos direitos das mulheres.

Na seara internacional verificamos o surgimento de *standards* relacionados à igualdade: inicialmente nos textos constavam a igualdade e depois a proibição da discriminação. Conforme a progressão das sociedades e o avançar do tempo, de regimes totalitários para democrático, por exemplo, é fortalecida e arraigada a ideia da igualdade *de facto* na busca de maior justiça social.

Por seu turno, examinamos no capítulo 2 a luta das diplomatas feministas nos primórdios da Organização das Nações Unidas, para inserir no texto da Carta das Nações Unidas a igualdade para mulheres e homens, um dos primeiros documentos internacionais a assinalar a importância da igualdade de género. Ainda, vimos a criação de mecanismos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que menciona sua proteção aos seres humanos, à pessoa, ao indivíduo, desassociando o entendimento de que homem equivale ao conjunto de seres humanos.

A partir de então foram concebidos outros instrumentos, seja sobre direitos políticos das mulheres, nacionalidade da mulher casada, consentimento e idade mínima para o casamento, direitos civis e políticos ou económicos, sociais e culturais. Contudo, apesar de inegável importância para a construção e consolidação do direito das mulheres, este sistema não amparava e tampouco era capaz de apresentar soluções para estreitar a distância entre as mulheres e a política. Em muitas sociedades, quando foi concebido o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos em 1966, elas não tinham direito ao voto universal, como foi o caso de Portugal e Suíça, por exemplo (anexo 2).

Assim, o avanço da norma internacional não significou de imediato, o alcance da igualdade, quiçá da paridade política. Citemos como exemplo o caso *Graciela Ato del Avellanal vs. Peru*, ocorrido em 1974, onde o tribunal peruano

decidiu que uma mulher casada não poderia estar em juízo a representar os bens do casal, pois este papel é cabível somente ao marido, o verdadeiro representante da sociedade conjugal. Pese embora a existência dos mecanismos internacionais supracitados que previam a proibição do tratamento discriminatório e desigual, tal facto, por si só, não impediu a prática discriminatória pela Corte peruana.

Por outro lado, a despeito das normas existentes, não havia um sistema abrangente para proteção efetiva dos direitos das mulheres. Por conseguinte, foi concebida a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, uma das normas mais importantes para a defesa dos seus direitos. Seu mérito foi reconhecer o desequilíbrio existente entre mulheres e homens em diversos contextos da vida: no campo social, jurídico e político.

Consoante exposto na segunda parte do trabalho, a CEDAW foi e é um dos instrumentos jurídicos mais importantes para os direitos das mulheres, uma vez que prevê em seu texto a criação das medidas positivas, o reconhecimento dos direitos políticos e cria o dever para os Estados de implementar e fomentar a participação das mulheres em todas as esferas da vida.

Por seu turno, é alargado o conceito de discriminação, acarretando esta previsão numa modificação de parâmetro, uma vez que a convenção foi estruturada a partir da realidade vivida por elas, buscando-se o alcance da igualdade *de facto*.

Num outro plano, a CEDAW reconheceu as diferenças entre mulheres e homens no exercício da cidadania, tanto que previu a criação de medidas para inseri-las na vida política, sendo uma solução temporária para expandir a participação delas no âmbito público.

Em contrapartida, uma das críticas que se faz, especialmente às normas internacionais, é seu carácter mais comedido na punição dos Estados. Logo, as imposições previstas aos Estados que descumprem os mandamentos dos tratados são consideradas moderadas, o que pode incentivar a sua não efetividade.

Adiciona-se que as recomendações elaboradas pelos Comitês têm ganhado um papel de destaque, sendo consideradas pelas Comissões e

Tribunais quando decidem a respeito do incumprimento da norma. As decisões proferidas pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos no caso *Carvalho Pinto vs. Portugal* e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos na decisão *Maria da Penha Maia Fernandes vs. Brasil*, são exemplos de como os relatórios e recomendações dos Comitês podem vir a fundamentar um entendimento ou detetar se não foi observado determinado tratado. Não é a regra, mas é um começo.

Nesta linha de raciocínio, quando a TEDH apurou se houve discriminação na decisão do Supremo Tribunal Administrativo, apontou como parâmetro da sua decisão, além do arcabouço jurídico internacional e interno, o relatório do Conselho Especial de Direitos Humanos acerca da independência dos juízes e advogados, bem como do relato do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. Ambos revelavam a tendência dos tribunais portugueses na reprodução de preconceitos e no sexismo.

Por outro lado, consoante destacado no segundo capítulo foram realizadas conferências sobre a mulher, onde eram discutidos temas relacionados aos direitos das mulheres e a busca por sua concretização. Não obstante, pese embora a estrutura normativa estivesse cada vez mais estruturada, como as previsões contidas no direito regional (africano e americano) e comunitário, além do internacional, o aparato jurídico sozinho não foi suficiente para trazer a igualdade na representação política.

A título de exemplo, na atualidade, de acordo com a União Inter-Parlamentar, as mulheres representam 23,3% dos assentos parlamentares, sendo os números ainda menores quando analisamos as Chefes de Estado ou Governo (7,2% e 5,7%, respetivamente).

Com efeito, apesar dos números não serem animadores e mostrarem um longo percurso para o alcance da paridade, constatamos na terceira parte da pesquisa a progressão do entendimento acerca da igualdade, sua abrangência e o reconhecimento do direito interno português em relação a inclusão das mulheres na participação política, após a quarta revisão constitucional de 1997.

Neste sentido, apesar de ter sido longo o período de amadurecimento da sociedade portuguesa para a aceitação da implementação da Lei da Paridade,

quase uma década, verifica-se que este percurso não poderia ser muito diferente, tendo em conta o contexto da época.

Isso porque o cenário a partir de 1997 não era propício para a introdução de medidas positivas, tendo em vista o posicionamento do Conselho Constitucional francês e do Tribunal Constitucional italiano. Ambos, em momentos distintos, declararam que as previsões de implementação de ações positivas violavam suas constituições, razão pela qual foram declaradas inconstitucionais.

O momento de viragem em França e Itália ocorreu, respetivamente, em 1999 e 2003, após a alteração na Constituição de ambos os Estados, permitindo assim a consagração das medidas positivas na esfera da representação política.

Tais mudanças foram aos poucos acompanhadas por outros países, como Portugal, que introduziu a previsão de medidas positivas, de carácter temporário, para incluir as mulheres no seletivo grupo da política. Pese embora a controvérsia relacionada a discussão sobre as quotas, verificamos que num intervalo de dez anos, houve uma variação positiva de 4,2% nos índices do poder da igualdade de género.

A propósito, com o aumento de mulheres em todas as áreas da vida pública e privada, foram criadas outras medidas de inclusão, como a Lei-Quadro das Entidades Reguladoras (Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto) que prevê alternância de género e a representação mínima de 33% de cada género e a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, sobre o regime de representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa.

Essa necessidade de regulação ou nas palavras dos detratores, de intervenção estatal, advém da imprescindibilidade de se romper o teto de vidro, barreira invisível, mas de difícil transposição por parte das mulheres. Apesar de elas representarem mais da metade da população portuguesa, de estarem presentes nas ruas, nas universidades, nas escolas, nos restaurantes, nos espaços públicos de uma maneira geral, não conseguem ascender da mesma forma que os homens aos cargos de liderança, de gestão, havendo uma maior dificuldade para sua integração na estrutura de poder.

Nessa perspectiva, compreende-se que esta não absorção de mulheres nos órgãos de representação, vai de encontro ao princípio da igualdade e do próprio significado de democracia. Esta é a concepção da democracia paritária, cujo cerne consiste na participação igualitária de ambos os sexos em todos os níveis da vida em sociedade.

Na atualidade, fala-se em crise de representação, défice democrático, instabilidade do regime democrático, no entanto, está ausente deste debate a ideia de democracia representativa com enfoque no género, para que enfim sejam conferidas às mulheres a oportunidade de falar e serem ouvidas, com repercussões significativas e capazes de dar ensejo a uma real mudança.

A aplicação das medidas positivas ou de ação positiva não foi imediata, requereu tempo, acomodação constitucional, o amadurecimento e evolução do significado da igualdade e não discriminação.

Entretanto, não é aceitável um regime democrático ignorar a sub-representação política das mulheres, sendo um paradoxo uma sociedade que lhes confere cidadania, mas é impassível ao seu concreto exercício.

A desigualdade entre mulheres e homens na esfera política ainda é um facto incontestado. Apesar de criarem inúmeras explicações meta-jurídicas, como ausência de perfil, falta de interesse, não identificação partidária, é certo que ainda é negado, seja de forma estreita ou velada, as oportunidades usufruídas pelos homens.

De toda sorte, o século XX testemunhou grandes mudanças no tocante ao direito das mulheres, mas foi no período seguinte que a discussão acerca da definição de igualdade, o direito ao sufrágio e o entendimento de democracia, ganhou maior densidade e importância no cenário internacional e estatal.

A confluência das normas de Direito Internacional e Comunitário, em simultâneo com as teorias feministas, influenciaram o direito interno dos Estados e causaram um impacto significativo para a concretização dos direitos humanos das mulheres.

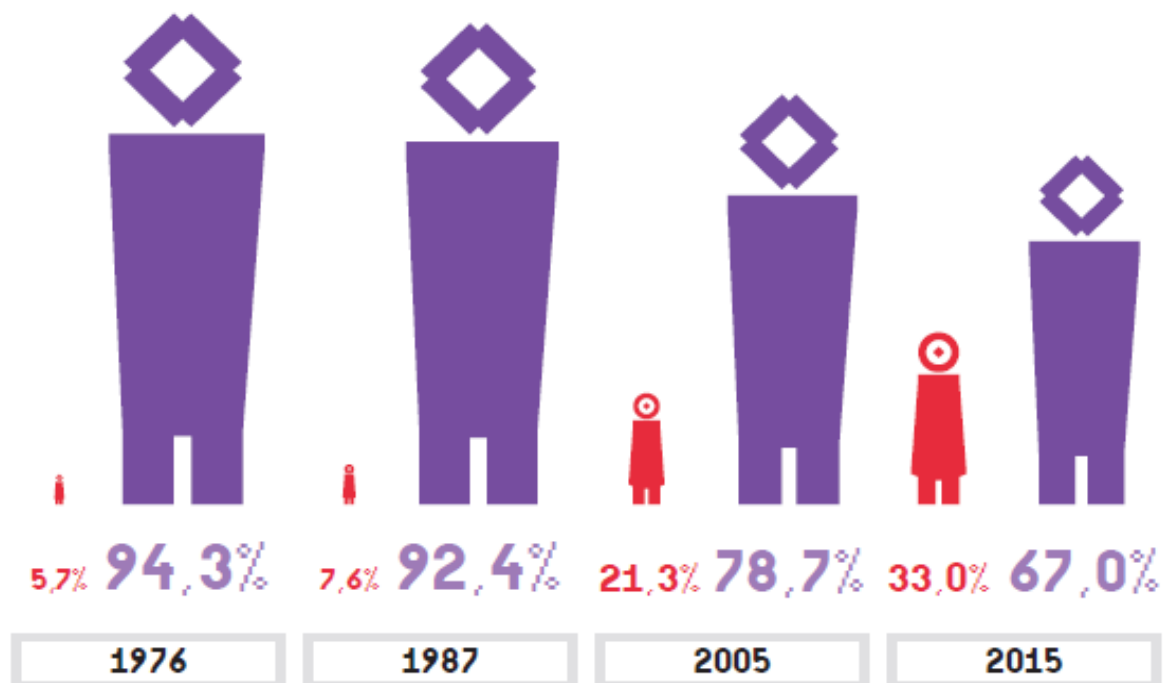
A democracia paritária é uma discussão - sendo a paridade uma realidade em alguns Estados -, um ideal a ser alcançado, não cabendo a esta pesquisa fazer um juízo de prognose acerca de sua efetivação no futuro. No entanto, todos os movimentos de luta para o alcance dos direitos nas sociedades democráticas

contemporâneas, sejam de mulheres ou homens, caminham para este fim. Assim, «uma democracia sem mulheres, é uma democracia incompleta» (Moreira, 2005: 86), razão pela qual a democracia paritária representa mais uma dimensão da efetiva e real democracia. A democracia que todos/as almejamos.

ANEXOS

Anexo 1

- Indicadores da participação das mulheres na Assembleia da República (%):



LEGENDA:  Mulheres |  Homens

FONTE: PORDATA

<http://www.pordata.pt/Portugal/Mandatos+nas+eleicoes+para+a+Assembleia+da+Rep%C3%BAlica+deputados+do+sexo+feminino+em+percentagem+do+total+por+partido+pol%C3%ADtico-2261>

FONTE: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2017: 10)

https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/AF_CIG_FactSheet.pdf

Anexo 2

- Proporção de mulheres no Parlamento (Câmara Baixa) e datas de acesso à plena capacidade política e civil, nos principais países ocidentais

PAÍSES	AS MULHERES NO PARLAMENTO		CAPACIDADE POLÍTICA	CAPACIDADE CIVIL (mulheres casadas)
	Ano de eleição	% de mulheres		
Finlândia	1991	38,5	1906	1919
Noruega	1989	35,7	1913	1888
Suécia	1991	33,8	1921	1920
Dinamarca	1990	33	1915	1925
Holanda	1989	25,3	1919	1956
Islândia	1991	23,8	1915	1923
Áustria	1990	21,8	1918	1811
Alemanha * (Federal)	1987	15,3	1919	1896
Espanha	1989	14,6	1931	1975
Suíça	1987	14	1971	1912
Luxemburgo	1989	13,3	1919	1972
Canadá	1988	13,2	1920	Fim séc. XIX / Com. Séc. XX
Itália	1987	12,8	1945	1919
Bélgica	1991	9,4	1948	1958
Irlanda	1989	7,8	1918	1957
Portugal	1987	7,6	1976	1976
Estados Unidos	1990	6,4	1920	Fim séc. XIX / Com. Séc. XX
Reino Unido	1987	6,3	1928	1882
França	1988	5,7	1944	1938
Grécia	1990	5,3	1952	Não há incapacidade

* Alemanha reunificada (Dez. 1990): 20,5% eleitas para o Bundestag.

FONTE: *Union Interparlementaire*, 1991 (Sineau, 1995: 553)

Anexo 3

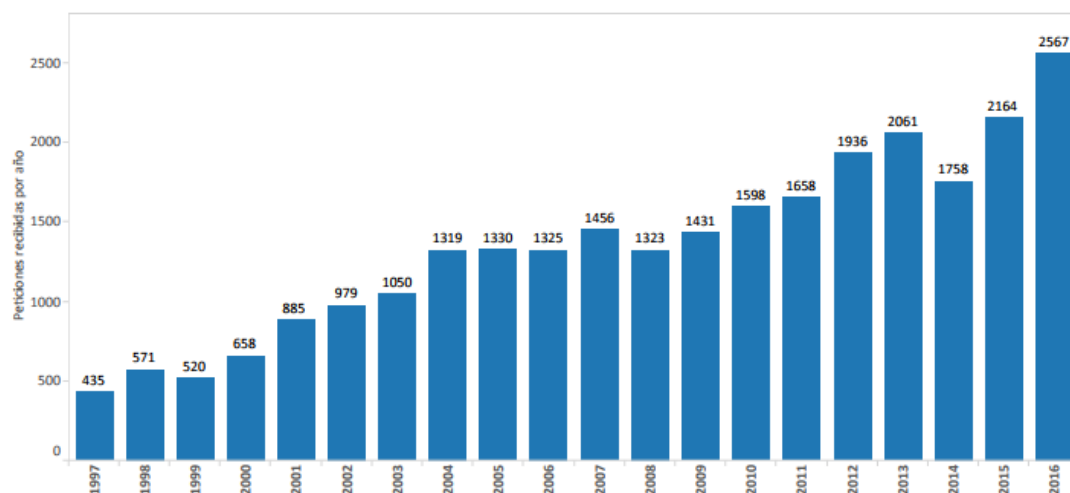
- Data da assinatura e ratificação da CEDAW e do Protocolo Opcional (membros da União Europeia)

Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women				
Country	Date of Signature	Date of Ratification/ Accession	Date of acceptance of individual communications procedure (Protocol)	Date of acceptance of inquiry procedure (Protocol)
Australia	17/07/1980	28/07/1983	04/12/2008	04/12/2008
Austria	17/07/1980	31/03/1982	06/09/2000	06/09/2000
Belgium	17/07/1980	10/07/1985	17/06/2004	17/06/2004
Bulgaria	17/07/1980	08/02/1982	20/09/2006	20/09/2006
Croatia		09/09/1992	07/03/2001	07/03/2001
Cyprus		23/07/1985	26/04/2002	26/04/2002
Czech Republic		22/02/1993	26/02/2001	26/02/2001
Denmark	17/07/1980	21/04/1983	31/05/2000	31/05/2000
Estonia		21/10/1991		
Finland	17/07/1980	04/09/1986	29/12/2000	29/12/2000
France	17/07/1980	14/12/1983	09/06/2000	09/06/2000
Germany	17/07/1980	10/07/1985	15/01/2002	15/01/2002
Greece	02/03/1982	07/06/1983	24/01/2002	24/01/2002
Hungary	06/06/1980	22/12/1980	22/12/2000	22/12/2000
Ireland		23/12/1985	07/09/2000	07/09/2000
Italy	17/07/1980	10/06/1985	22/09/2000	22/09/2000
Latvia		14/04/1992		
Lithuania		18/01/1994	05/08/2004	05/08/2004
Luxembourg	17/07/1980	02/02/1989	01/07/2003	01/07/2003
Malta		08/03/1991		
Netherlands	17/07/1980	23/07/1991	22/05/2002	22/05/2002
Poland	29/05/1980	30/07/1980	22/12/2003	22/12/2003
Portugal	24/04/1980	30/07/1980	26/04/2002	26/04/2002
Romania	04/09/1980	07/01/1982	25/08/2003	25/08/2003
Slovakia		28/05/1993	17/11/2000	17/11/2000
Slovenia		06/07/1992	23/09/2004	23/09/2004
Spain	17/07/1980	05/01/1984	06/07/2001	06/07/2001
Sweden	07/03/1980	02/07/1980	24/04/2003	24/04/2003
United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland	22/07/1981	07/04/1986	17/12/2004	17/12/2004

FONTE: United Nations Human Rights – office of the high commissioner
<http://indicators.ohchr.org/>

Anexo 4

- Petições recebidas pelo Comissão Interamericana de Direitos Humanos (por ano)



FONTE: Comisión Interamericana de Derechos Humanos

<http://www.oas.org/es/cidh/multimedia/estadisticas/estadisticas.html>

- Petições, decisões, casos enviados à Corte, entre outros – Brasil

Brasil



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Peticiones recibidas	66	80	64	83	76	68	96	88	92	99	131
Peticiones pendientes de estudio inicial						264	318	366	392	405	210
Pet. con decisión de no abrir a trámite	32	50	50	42	13	13	24	29	48	44	22
Pet. con decisión de abrir a trámite	19	15	9	2	3	5	6	6	11	40	18
Total de decisiones sobre apertura	51	65	59	44	16	18	30	35	59	84	40
Informes de inadmisibilidad	0	1	0	6	0	0	3	1	0	0	0
Informes de admisibilidad	6	7	6	7	10	6	8	1	2	1	2
Peticiones en admisibilidad									32	68	87
Casos en fondo									72	61	60
Informes de fondo publicados	1	0	1	2	1	0	0	0	0	0	1
Informes de solución amistosa	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Peticiones y casos en trámite	89	101	108	103	97	98	95	98	104	129	147
Decisiones de archivo	0	0	0	0	6	3	6	2	0	11	6
Casos enviados a la Corte IDH	0	2	0	1	0	0	0	0	0	2	2
Solicitudes de medidas cautelares			10		12	15	14	18	22	34	64
Medidas cautelares otorgadas	3	1	0	2	2	2	0	2	0	1	2

FONTE: Comisión Interamericana de Derechos Humanos

<http://www.oas.org/es/cidh/multimedia/estadisticas/estadisticas.html>

Anexo 5

- Quadro das disposições constantes dos instrumentos convencionais

PREVISÃO DE DIREITOS	DUDH	PIDCP	PIDESC	CEDH	CDFUE	CIDH	CADHP
Liberdade e igualdade em dignidade e direitos	✓	✓			✓	✓	✓
O princípio do tratamento não discriminatório	✓			✓	✓		
Direito à vida, à liberdade e à segurança	✓	✓		✓	✓	✓	✓
Proibição da escravidão ou servidão	✓	✓		✓	✓	✓	✓
Proibição da tortura e das penas e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes	✓	✓		✓	✓		✓
Direito à personalidade jurídica	✓	✓				✓	
Direito à igualdade	✓						
Direito à protecção legal	✓				✓	✓	
Direito à proibição da prisão, da detenção ou do exílio arbitrários	✓	✓					
Direito de acesso à justiça nacional, independente, equitativa e pública	✓	✓					
Presunção de inocência do arguido e a não aplicação retroactiva da lei penal incriminadora	✓	✓			✓		
Direito à inviolabilidade da vida privada, bem como à protecção do domicílio, da correspondência e da honra	✓	✓			✓	✓	
Liberdade de circulação, de emigração e de residência							
Direito de asilo	✓				✓		

PREVISÃO DE DIREITOS	DUDH	PIDCP	PIDESC	CEDH	CDFUE	CIDH	CADHP
Direito à cidadania ou nacionalidade	✓						
Direito ao casamento em igualdade e liberdade	✓	✓		✓			
Direito à propriedade privada	✓			✓	✓		✓
Liberdade de pensamento, de consciência e de religião	✓	✓		✓	✓	✓	✓
Liberdade de opinião e de expressão	✓	✓		✓	✓	✓	
Liberdade de reunião e de associação	✓	✓		✓	✓	✓	✓
Direito de acesso aos cargos públicos	✓						
Direito à segurança social	✓		✓		✓		
Direito ao trabalho, na sua escolha e no justo salário, bem como nos aspectos de organização colectiva	✓				✓		✓
Direito ao repouso e aos lazares	✓						
Direito a um mínimo de subsistência nas condições materiais de alimentação, habitação e assistência médica	✓		✓		✓		
Direito à educação	✓		✓	✓	✓		✓
Liberdade de criação artística e cultural	✓						
Direito à paz e a garantia do Estado de Direito	✓						
Reconhecimento da existência de deveres para com a comunidade	✓						
Proibição de uma interpretação limitadora dos direitos humanos consagrados	✓						
Direito à autodeterminação dos povos		✓	✓				

PREVISÃO DE DIREITOS	DUDH	PIDCP	PIDESC	CEDH	CDFUE	CIDH	CADHP
Dever de respeito pelos outros direitos e valores		✓					
Igualdade no exercício dos direitos, designadamente entre homens e mulheres		✓	✓				
Direito ao tratamento humanitário dos reclusos		✓					
Garantia da proibição da prisão por dívidas		✓		✓			
Garantia da proibição da expulsão arbitrária de estrangeiros		✓					
Garantia da punição da expressão do ódio		✓					
Direito à protecção da infância		✓					
Direito de participação na vida pública		✓					✓
Garantia de protecção das minorias		✓					
Proibição da pena de morte		✓		✓			
O dever geral de cooperação no exercício dos direitos			✓				
O direito ao trabalho			✓		✓		✓
O direito ao gozo de condições de trabalho justas e favoráveis			✓		✓		
A liberdade sindical e o direito de greve			✓				
A garantia da assistência à família			✓			✓	
O direito à protecção à saúde			✓		✓		✓
A garantia do ensino primário obrigatório e gratuito			✓				
O direito à cultura			✓				
O direito a um processo equitativo				✓			✓
O princípio da legalidade criminal				✓	✓	✓	
O direito a um recurso efectivo				✓			
O direito de sufrágio				✓			

PREVISÃO DE DIREITOS	DUDH	PIDCP	PIDESC	CEDH	CDFUE	CIDH	CADHP
A adopção de garantias processuais na expulsão de estrangeiros				✓	✓		
A garantia do duplo grau de jurisdição em matéria penal				✓			
Direito de indemnização em caso de erro judiciário				✓			
Princípio do <i>non bis in idem</i>				✓	✓		
Princípio da igualdade conjugal				✓			
Direito à integridade do ser humano					✓	✓	
Protecção de dados pessoais					✓		
Liberdade das artes e das ciências					✓		
Liberdade de empresa					✓		
Garantia de diversidade cultural, religiosa, e linguística					✓		
Direitos das crianças					✓	✓	
Direitos das pessoas idosas					✓		
Garantia de integração das pessoas com deficiência					✓		
Direito à informação e à consulta dos trabalhadores na empresa					✓		
Direito de negociação e de acção coletiva					✓		
Direito de acesso aos serviços de emprego					✓		
Garantia de protecção em caso de despedimento sem justa causa					✓		
Proibição do trabalho infantil e protecção dos jovens no trabalho					✓		
Vida familiar e vida profissional					✓		

PREVISÃO DE DIREITOS	DUDH	PIDCP	PIDESC	CEDH	CDFUE	CIDH	CADHP
Acesso a serviços de interesse económico geral					✓		
Protecção do ambiente					✓		
Defesa dos consumidores					✓		
Direito de eleger e ser eleito nas eleições para o Parlamento Europeu					✓		
Direito de eleger e ser eleito nas eleições municipais					✓		
Direito a uma boa administração					✓		
Direito de acesso a documentos					✓		
Direito de petição					✓		
Protecção diplomática e consular					✓		
Direito à acção e a um tribunal imparcial					✓		
Direito à liberdade pessoal						✓	
Garantias judiciais						✓	
O direito de rectificação ou resposta						✓	
O direito ao nome						✓	
Os direitos políticos						✓	
O desenvolvimento progressivo						✓	
Direito à inviolabilidade da pessoa							✓

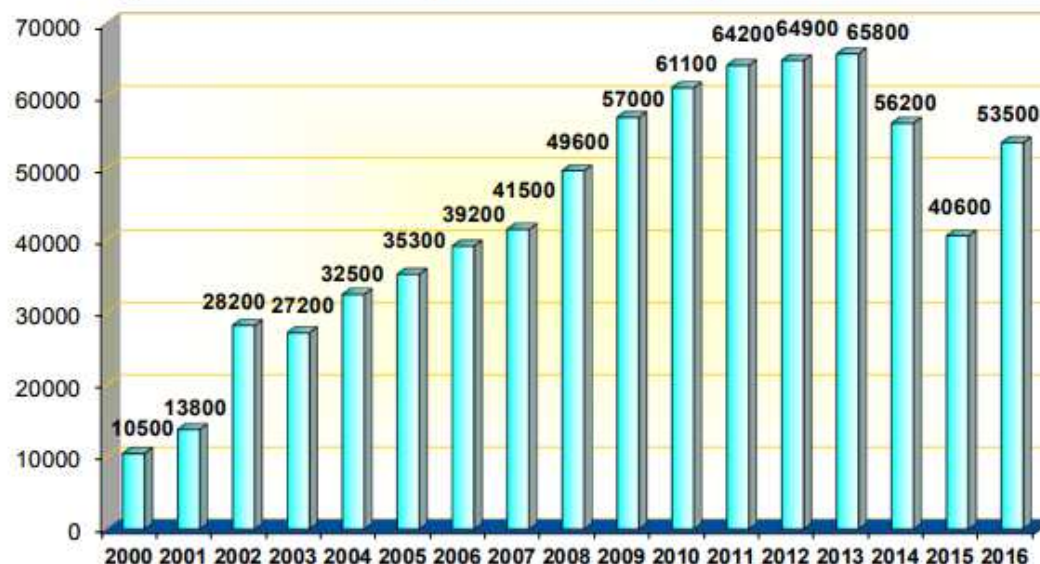
FONTE: Gouveia (2008: 641-645).

A inserção de cor não consta no quadro originário, mas teve como objetivo destacar dentre o catálogo de direitos, quais se relacionam mais diretamente com o movimento de busca pela igualdade, como por exemplo, o direito ao sufrágio, os direitos políticos, o direito ao nome, etc.

Anexo 6

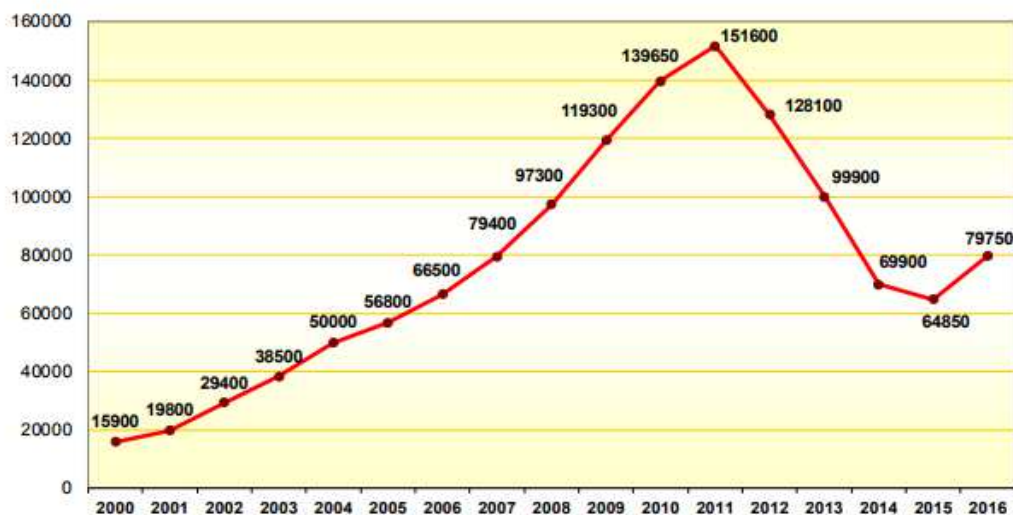
- Number of applications allocated to a judicial formation*

Chart 1 Applications allocated to a judicial formation per year



FONTE: European Court of Human Rights (2017a: 7)
http://echr.coe.int/Documents/Stats_analysis_2016_ENG.pdf

Chart 2 Applications pending before a judicial formation



FONTE: European Court of Human Rights (2017a: 7)
http://echr.coe.int/Documents/Stats_analysis_2016_ENG.pdf

*«Figures represent the total number of applications, including joined applications. The document generally gives round figures. The upsurge in applications allocated in 2002 was due to a change in working methods, transferring much of the screening of inadmissible applications from the administrative, pre-judicial phase to the judicial stage» (ECHR, 2017: 7)

Anexo 7

- Violação por artigo e Estados (1959-2016)

1959-2016	Other Articles of the Convention																													
	Total	Total	Total	Total	Total	2	2	3	3	3	3	4	5	6	6	6	7	8	9	10	11	12	13	14	P1-1	P1-2	P1-3	P7-4		
Albania	70	57	4	2	7				1	2	1			3	28	7	24	1	1				27		29				2	
Andorra	8	4	2	1	1										2				1					1	1					
Armenia	75	68	5		2	1	1	1	9	3				27	32			1	2	3	1	8		3	1	16		1	9	
Austria	362	256	67	24	15				1	4		1		11	92	100			17	1	35	1		15	26	4		1	4	
Azerbaijan	122	118		2	2			3	1	15	14			34	44	7	15		2		4	14	7			30	21		13	
Belgium	229	164	31	18	16	2		1	19	2	3			49	60	57			11		4			14	9	1			2	
Bosnia Herzegovina	45	39	6						1	1				7	10	1	15	1	1					1	4	27			7	
Bulgaria	614	557	35	5	17	15	29	4	71	39	1			265	86	179	10		67	7	15	11		170	8	95	1	5	1	22
Croatia	349	282	37	26	4	2	8			14	10			24	92	96	3	1	36		2	1	1		33	6	31		2	
Cyprus	72	59	6	3	4			1		4	2		1	14	9	35		1	7		1			12	3	4		1	1	
Czech Republic	223	185	19	13	6	1	1		2	2				32	67	79			19		1	1		16	2	12				
Denmark	46	15	19	11	1									1	1	8			2		1	1		2	1	1				
Estonia	52	40	11	1						6	2			10	14	7		4	2		1			7		1				
Finland	186	139	34	9	4									2	37	61			24		20			10		2			6	
France	985	722	162	64	37	7	3	2	32		13	2		70	272	282	2	3	44	4	36	6		35	9	30			4	
Georgia	68	52	12	1	3	1	3			17	9			20	12	5	1		5	2	1	1		4	6	6		1	5	
Germany	305	186	94	12	13					4				29	24	102	1	9	22		9	2		24	12	3				
Greece	926	828	33	20	45	4	3	1	96	7	1	2		72	131	511	12		11	13	11	7		235	14	73	1	3	2	1
Hungary	448	428	10	6	4	2	1			25	4			37	18	290		1	16		24	7		28	5	26		3	4	
Iceland	16	13		3										1	4						5	2				1				
Ireland	32	21	6	1	4					1				2	5	11			5		1			7	1					
Italy	2,351	1,791	66	355	139	2	6	5	29	7				42	276	1,190	14	4	156		8	3		93	6	359	1	17	1	29
Latvia	123	98	20	3	2	1	2			17	12			59	17	12		1	27	3	4	1		4	1	1		3	9	
Lithuania	9	8	1											1	3	4					1			2						

1. Other judgments: just satisfaction, revision, preliminary objections and lack of jurisdiction.
2. Figures in this column may include conditional violations.
3. Figures in this column are available only from 2013.

1959-2016	Other Articles of the convention																																																												
	Right not to be tried or punished twice		Right to free elections		Right to education		Right to property		Protection of property		Prohibition of discrimination		Right to an effective remedy		Right to marry		Right to assembly and association		Freedom of expression		Freedom of thought, conscience and religion		Right to respect for private and family life		No punishment without law		Non-enforcement		Length of proceedings		Right to a fair trial		Right to liberty and security		Prohibition of slavery		Prohibition of conditionalities		Violations of investigation		Violations of degrading treatment		Lack of effective investigation		Prohibition of torture		Inhuman or degrading treatment		Lack of effective investigation		Right to life - deprivation of life		Other judgments		Friendly settlement/ settling out judgments		Judgments finding no violation		Judgments finding at least one violation		Total number of judgments
	Total	Total	Total	Total	Total	2	2	3	3	3	3	4	5	6	6	6	7	8	9	10	11	12	13	14	P1-1	P1-2	P1-3	P7-4																																	
Lithuania	140	103	24	11	2	3	4		9	4			20	25	27	2	1	16			1		3	5	18		1																																		
Luxembourg	44	33	8	3				1						14	17			4	3	1		3	1	1																																					
Malta	74	53	11		10	1			3				25	11	9	1	1	4	3			1	3	16																																					
Republic of Moldova	339	307	6	3	23	2	9	9	80	43			74	124	11	21		23	4	17	14		49	4	106		2	9																																	
Monaco	2	2											1	2																																															
Montenegro	24	22	1		1				3	2			2	5	5	4		1		2			2		4																																				
Netherlands	157	88	41	16	12		4	1	9				30	26	8			17	7			2	3	1																																					
Norway	42	28	14										1	12	2			7		5				1	1																																				
Poland	1,125	944	123	42	16	6	6	2	45	9			300	106	435	4		110	1	28	1	2	25	4	53			7																																	
Portugal	328	249	15	56	8	1	1						3	35	139	5		14		23			40	1	47																																				
Romania	1,283	1,147	45	29	62	10	38	2	206	75			114	426	129	46	3	82	1	25	6		22	32	466		5	1	15																																
Russian Federation	1,948	1,834	85	13	16	270	298	50	612	165	24	1	816	715	193	85	1	149	9	31	20		440	11	548	2	4	3	118																																
San Marino	14	10	1	2	1								1	7	2			1	1																																										
Serbia	153	136	11		6				3	4			7	28	28	50		13		6			18	2	59		1	1																																	
Slovak Republic	346	309	10	22	5	2	2	1	4	3			52	38	202	2		19		9			35	2	13			1																																	
Slovenia	341	319	17	4	1				21	6			6	17	262	3		10		1			265	1	2																																				
Spain	151	98	46	3	4				2	9			5	46	16	1	4	10		6			1	4	2			2																																	
Sweden	149	60	56	28	5	1			1	4		4	2	28	12	1		9		2	1		3	1	6			1																																	
Switzerland	172	102	62	5	3		1		1	1	2		17	32	7			24	1	16	1	1	2	5																																					
'The former Yugoslav Republic of Macedonia'	133	118	10	3	2	2	2	3	5	10			14	38	62	5		4				1	10		8																																				
Turkey	3,270	2,889	73	204	104	133	204	31	314	208			707	832	586	61	4	100	11	265	75		268	15	653	5	10	32																																	
Ukraine	1,126	1,106	14	2	4	11	52	15	157	80			262	509	316	32	1	58	3	11	5	1	207	2	338		2	1	34																																
United Kingdom	540	312	138	68	22	2	20	2	17		1	1	68	93	29			1	68	1	11	4	4	34	44	3	2	7	2																																
Sub-total	16,399	1,491	1,094	633	482	708	135	1,864	733	50	7	3,339	4,505	5,541	421	43	1,220	65	656	196	9	2,180	255	3,098	13	88	23	328																																	
Total					19,570*																																																								

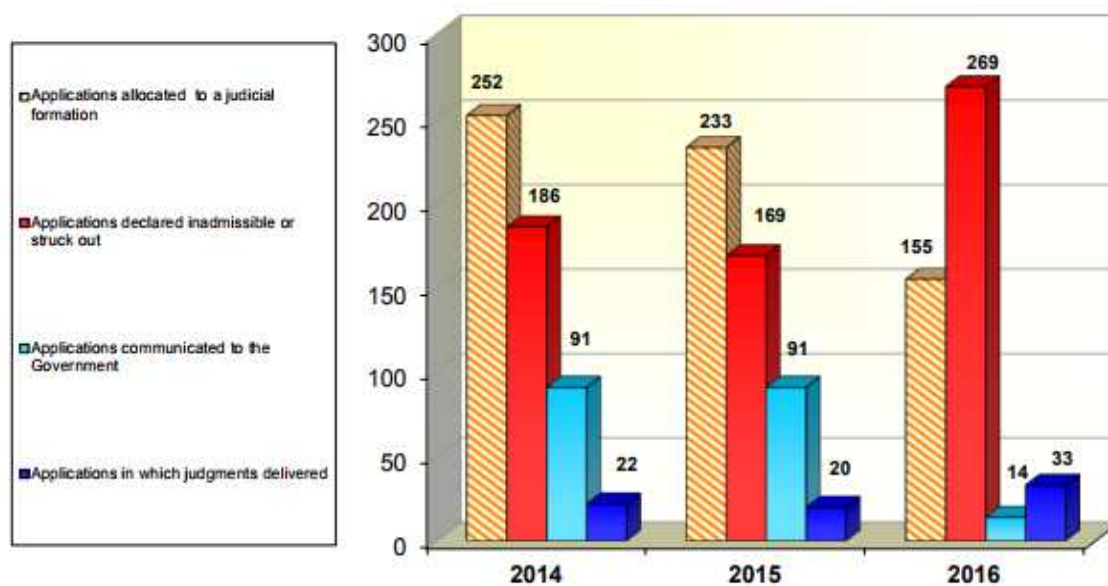
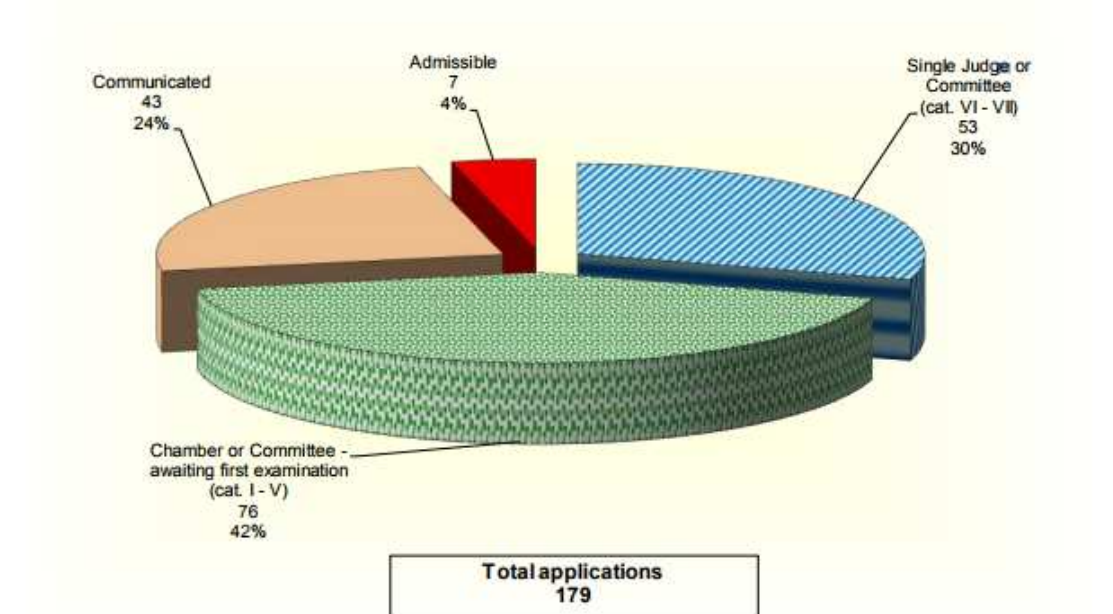
FONTE: European Court of Human Rights (2017b: 8-9)
http://echr.coe.int/Documents/Stats_violation_1959_2016_ENG.pdf



Anexo 8

- Análise estatística de Portugal

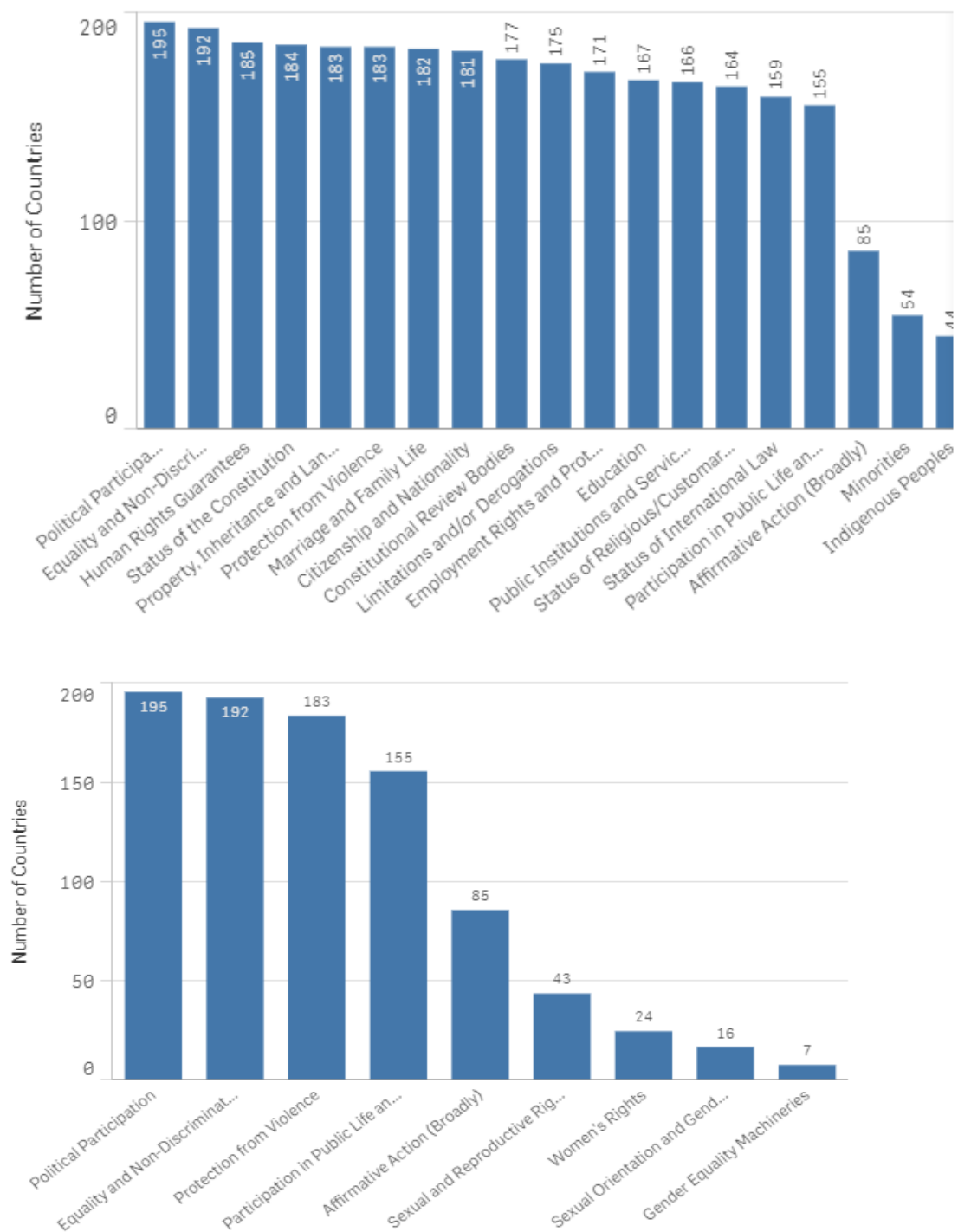
Chart 75 The Court's caseload by stage of proceedings and decision body



FONTE:European Court of Human Rights (2017: 47)
http://echr.coe.int/Documents/Stats_violation_1959_2016_ENG.pdf

Anexo 9

- Quadro com algumas previsões constitucionais (mundo)

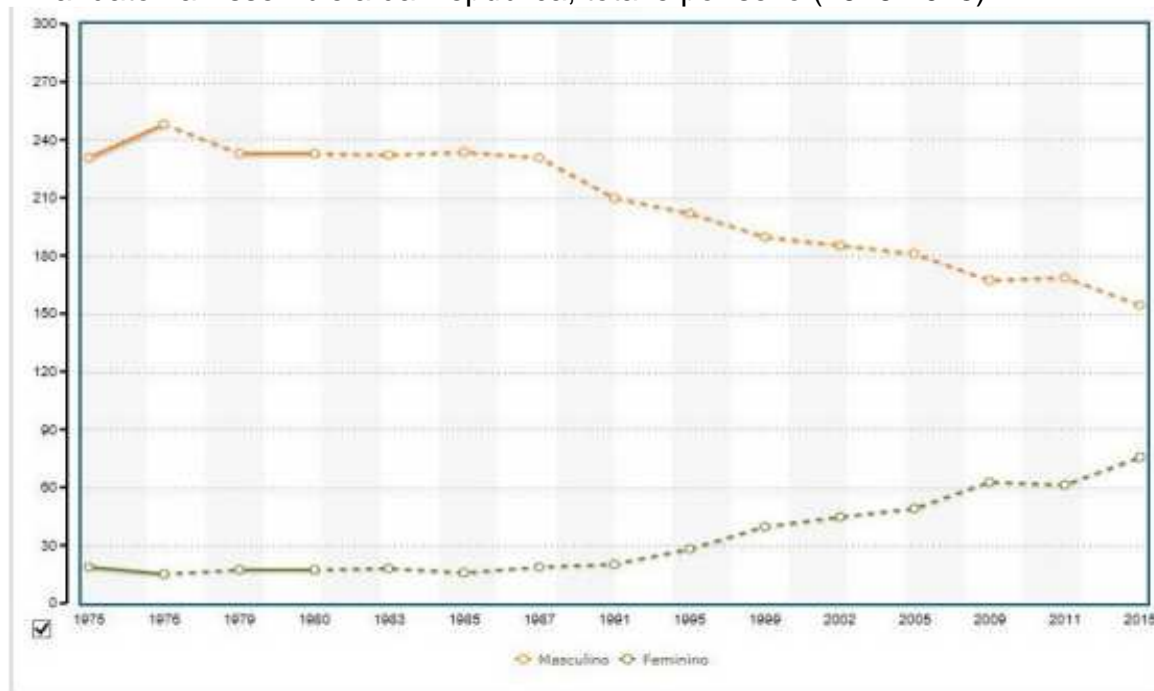


FONTE: UNWOMEN

<http://constitutions.unwomen.org/en/dashboard>

Anexo 10

- Mandato na Assembleia da República, total e por sexo (1976-2015)

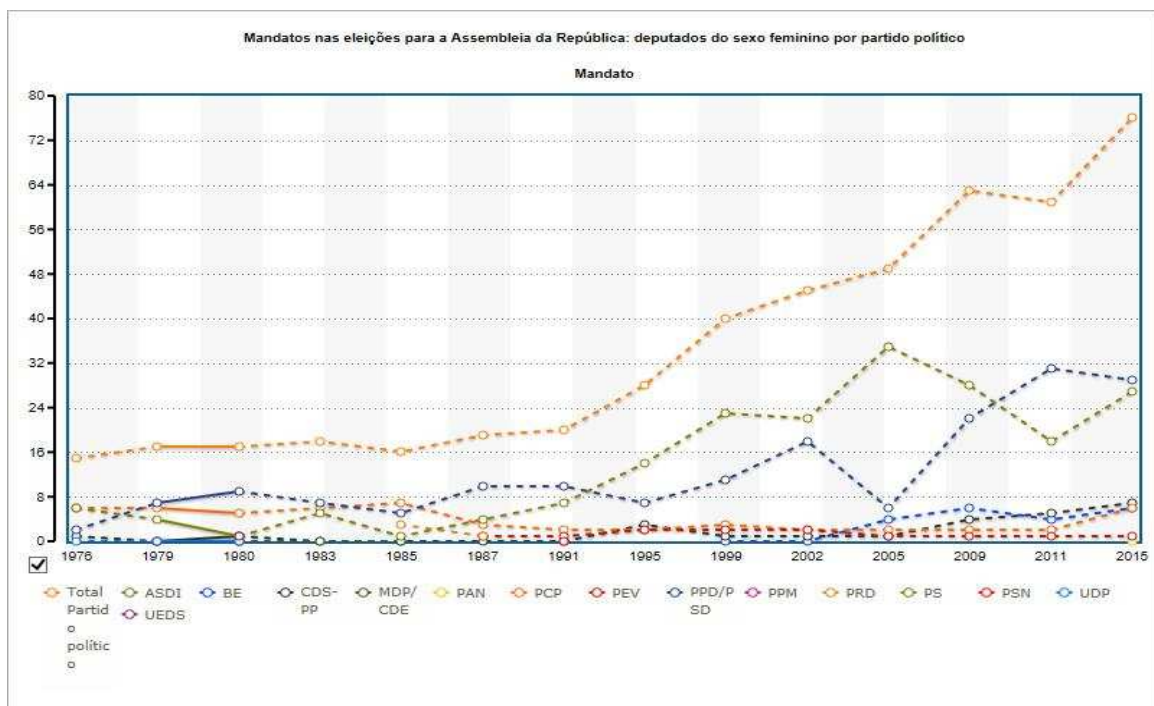


Fontes/Entidades: Assembleia da República, PORDATA

FONTE: PORDATA

<http://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>

- Mandatos para Assembleia da República, por sexo feminino e partido político



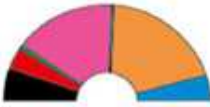
Fontes/Entidades: Assembleia da República, PORDATA

FONTE: PORDATA

<http://www.pordata.pt/Portugal/Mandatos+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+para+a+Assembleia+da+Rep%C3%BAblica+deputados+do+sexo+feminino+por+partido+pol%C3%ADtico-2260>

Anexo 11

- Eleições Legislativas (2015)



Partidos	Total Deputados	Mulheres / Grupo Parlamentar	
		05.10.2015	27.11.2015
PPD/PSD	89	29	29 32,58%
PS	86	27	30 34,88%
BE	19	6	6 31,58%
CDS-PP	18	7	7 38,89%
PCP	15	6	6 40,00%
PEV	2	1	1 50,00%
PAN	1	0	0 0,00%
Total Abs A.R.	230	76	79
Total % A.R.		33,04%	34,35%

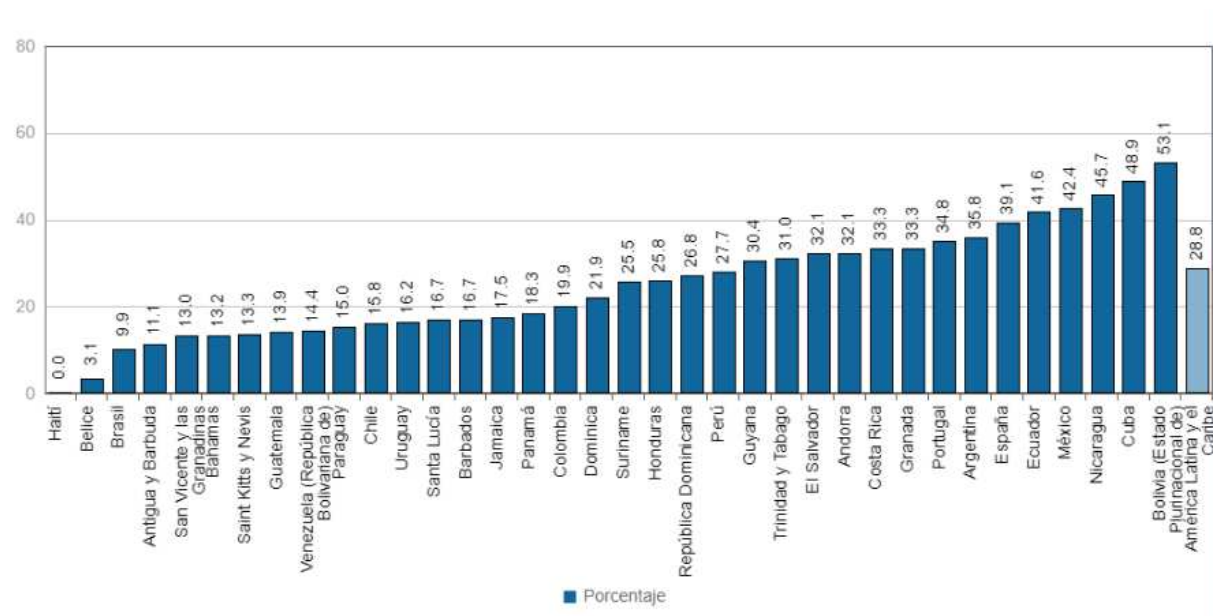
* Resultante das eleições de 4 de Outubro, e após tomada de posse do Governo do Partido Socialista com apoio parlamentar do PCP, PEV e BE

FONTE: Massa e Almeida (2016: 20)

http://isociologia.up.pt/sites/default/files/working-papers/wp25_160616100801.pdf

Anexo 12

- Mulheres eleitas em 2015 para o Poder legislativo na América Latina, Caribe e Península Ibérica (%)



* Dados de 2017 oriundos do *Inter-Parliament Union*

FONTE: Observatório de Igualdade de Gênero

<http://oig.cepal.org/pt/indicadores/poder-legislativo-porcentagem-mulheres-no-orgao-legislativo-nacional-camara-baixa-ou>

Anexo 13

- União Europeia

Quadro 1. Evolução do Índice de Igualdade de Género nos países da UE28, por domínio temático (%)

	2005	2010	2012	2015	Varição (2005-2015)
Saúde	85,9	87,2	87,2	87,4	+1,5
Dinheiro	73,9	78,4	78,4	79,6	+6,0
Trabalho	70,0	70,5	71,0	71,5	+1,5
Tempo	66,7	66,3	68,9	65,7	-1
Conhecimento	60,8	61,8	62,8	63,4	+2,6
Poder	38,9	41,9	43,5	48,5	+9,6
Total	62,0	63,8	65,0	66,2	+4,2

Fonte: Gender Equality Index 2017: Measuring gender equality in the European Union 2005-2015 (EIGE).

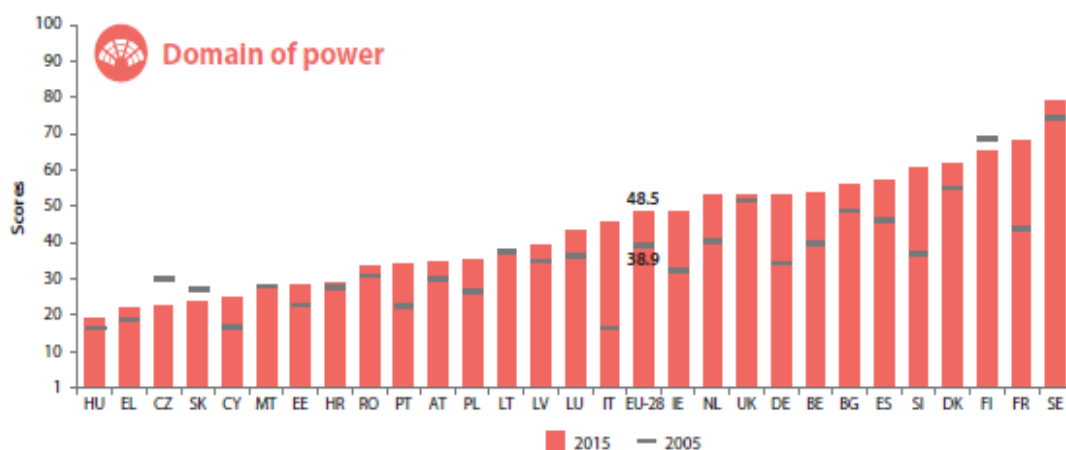
**OBSERVATÓRIO
DAS DESIGUALDADES**

FONTE: Observatório das Desigualdades

<https://observatorio-das-desigualdades.com/2017/10/23/igualdade-de-genero-na-ue-um-progresso-lento/>

- Evolução dos índices dos Estados Membros da União Europeia – 2005 a 2015

Figure 43: Scores of the domain of power, EU Member States, 2005 and 2015

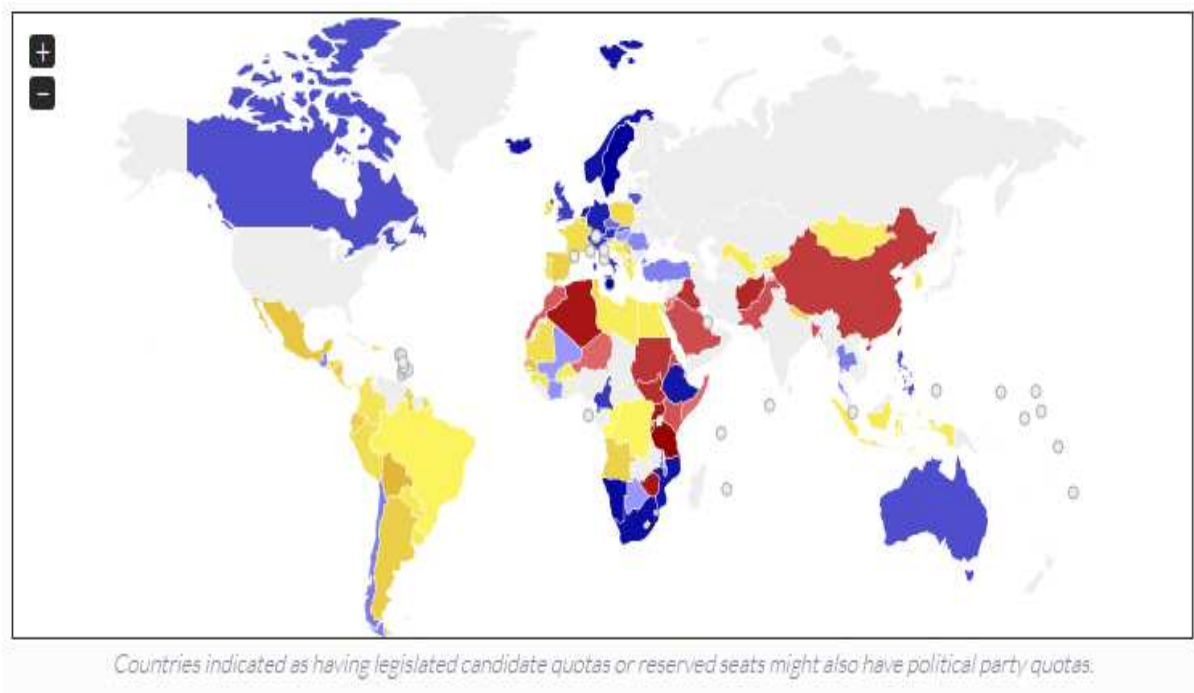


Fonte: EIGE

<http://eige.europa.eu/gender-equality-index>

Anexo 14

- Tipos de quotas no mundo



FONTE: Quota Project

<http://www.quotaproject.org/maps.cfm>

Apêndice

Este apêndice faz parte da dissertação de mestrado, cuja pesquisa analisou a representação política das mulheres nos órgãos de poder. Sendo assim, foi elaborada entrevista a uma legisladora portuguesa, com o intuito de expor a sua visão acerca do tema.

Neste sentido, realizou-se entrevista com a deputada, investigadora e docente universitária na área do Direito Público, Dra. Teresa Leal Coelho, tendo sido gravado o depoimento oral com sua autorização.

É importante destacar que a transcrição buscou respeitar as características relacionadas ao registro oral, dentro das possibilidades do registro escrito. Isso quer dizer que tentamos aproximar-nos ao máximo possível do que foi dito, sendo retificados os aspectos próprios da oralidade, como por exemplo, as contrações e as repetições de palavras, a fim de tornar o texto mais fluido.

Assim, a finalidade da entrevista não relaciona-se com a apuração de dados qualitativos ou quantitativos, mas sim, apresentar um ponto de vista que modificou-se com a conformação da ideia de maior representatividade das mulheres no cenário político português.

P: De acordo com o que pesquisei sobre sua vida, constata-se que há um longo percurso, inicialmente na área académica e depois vida política. Como foi esse caminho?

T: Eu não acredito na funcionalização dos políticos, isto é, entendo que todos os cidadãos têm que estar disponíveis para a sua cota parte de participação política e cívica, e, alguns naturalmente também na democracia representativa, não só na participativa. Por isso, quando diz que a minha carreira académica passou para a carreira política, não passou, pois eu continuo com a carreira académica. Não estou em exclusividade, continuo a dar aulas, porque essa é a minha profissão. Aquilo que efetivamente tive que suspender foi o trabalho que fazia enquanto investigadora no Instituto da Defesa Nacional, mas sobretudo por incompatibilidade de tempo. De não ter disponibilidade de tempo pra tudo e, portanto estabeleci as prioridades como sempre faço na vida.

Agora eu sou uma cidadã política, de participação política desde que me conheço, desde muito cedo e em diversos patamares. Desde logo porque minha

área científica é jurídico-políticas e o meu trabalho de doutoramento é na área do Direito Internacional Público. Fiz durante alguns anos muita participação política no plano global. Fui observadora internacional da Organização das Nações Unidas em processos de aprofundamento da democracia, nomeadamente de Timor-Leste. Tive sempre uma enorme disponibilidade para estar atenta a alguns processos, não todos, naturalmente, mas alguns processos a nível internacional, porque acho que nós somos cidadãos nacionais, mas também somos cidadãos do mundo. Portanto, é esse o entendimento que tenho.

Depois sempre tive uma participação política ativa no âmbito da democracia participativa. Em 1998 com Pedro Passos Coelho e um conjunto de outros companheiros de caminho, criamos uma associação chamada Pensar Portugal e essa associação era um grupo de reflexão e de pressão junto do poder político em determinadas áreas. Desde logo, relativamente a construção europeia, mas também em vários outros segmentos. Durante 16 ou 17 anos, sou capaz de estar a exagerar, durante uns 14 anos até Pedro Passos Coelho se candidatar a presidente do PSD, estivemos a trabalhar em diversas matérias que consideramos de relevante interesse nacional, e, não só no plano da reflexão, como também depois em virtude das conclusões que eram sempre resultantes de um envolvimento de vários segmentos da sociedade civil consoante as matérias. Então fizemos pressão junto do poder político, pedíamos audiência junto ao Primeiro Ministro, ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, a quem quer que fosse para entregar as nossas conclusões e influenciar a decisão política sobre essas matérias.

Quando Pedro Passos Coelho se candidatou à líder do PSD, naturalmente que eu o apoiei e depois acompanhei-o. E foi porque precisamente durante muitos anos e juntamente com outros, refletimos sobre Portugal e sobre aquilo que nós achamos que é o nosso projeto político para o nosso país e para posição de Portugal na Europa e no mundo, é que quando Pedro Passos Coelho se candidatou a presidente do PSD e depois quando se realizaram as eleições eu acompanhei-o e fui candidata a deputada em 2011. Precisamente por isso porque consideramos que agora seria a fase de operarmos no âmbito da democracia representativa, e, por isso tínhamos um projeto para oito anos, porque entendíamos que o nosso programa, que entretanto se transformou parcialmente no programa eleitoral do PSD, era um programa em grande

medida, que passava pela consolidação das finanças públicas e pelo rigor orçamental, pela promoção de outras condições de crescimento económico sustentável, por um lado, e por outro lado também da libertação dos privilégios e das prerrogativas que nós sempre identificamos que se foram consolidando ao longo dos anos.

Apesar de termos entrado num processo democrático em 74, 75 e 76, a verdade é que nos últimos anos a nossa apreciação era de que haviam segmentos da sociedade que se tinham apropriado de certa forma do país digamos assim, e o nosso projeto passava em grande medida para também alterar mentalidades e tornar esta sociedade uma sociedade mais livre, mais justa, e, foi por isso que em 2011, fui candidata número dois da lista de candidatos pelo círculo eleitoral do Porto.

P: E como era nesse momento, quando entrou como segunda da lista, como era o cenário dentro do seu partido em relação as mulheres?

T: Bom, veja, por um lado eu entrei como número dois numa lista e fui eleita pelo Parlamento. Nós estamos a falar de uma legislatura que é a legislatura de 2011-2015, em que na composição parlamentar tínhamos 26,5% de mulheres. Tínhamos até descido ligeiramente em relação a legislatura anterior. Na legislatura anterior, tínhamos tido 27% e na de 2011 tivemos 26,5% de participação feminina.

Cinco anos depois eu estou no meu terceiro mandato como vice-presidente do Partido Social Democrata e sendo eleita em abril deste ano. Portanto, estou desde 2012 como vice-presidente do partido. No primeiro mandato como vice-presidente do partido havia na direção nacional do total de sete elementos, duas mulheres. No mandato seguinte, a direção nacional tinha apenas uma mulher e seis homens. Este mandato temos quatro mulheres e três homens, o que significa que as coisas, embora tenha havido retrocesso de duas para uma, agora voltou para quatro. E, portanto, do ponto de vista estatístico esta era a realidade no grupo parlamentar e foi também a realidade no partido.

Julgo que sabe eu que sou feminista e sou feminista porque entendo que temos que criar condições de liberdade e de igualdade de oportunidades. E isto não por capricho ou por questões relacionadas com uma qualquer opinião

intuitiva, mas sim porque conheço os estudos internacionais e os detalhes da investigação científica que concluem de forma bastante assertiva que a participação da mulher na decisão política, na decisão económica, são um fator multiplicador de eficiência, da produtividade, da inovação, da criatividade, e, portanto, determinante para o crescimento económico. E se assim é, e se o que nós precisamos é de crescimento económico para redistribuir, então nós temos que equilibrar tudo o que reporta a decisões que sejam cruciais para a promoção do progresso, seja a decisão política, seja a decisão económica.

Deixe-me acrescentar o seguinte: no universo da população portuguesa, do povo, as mulheres estão um pouco acima dos 50%, ou seja, há mais mulheres do que homens. Mas nem é tanto esse fator, é que dentro do universo dos licenciados e dos doutorados, há uma média aproximada de 56% de mulheres. O que significa que as mulheres são a maior metade e direi que a metade mais qualificada. Volto a sustentar-me em dados estatísticos, e, portanto, científicos para fazer esta afirmação.

Não é uma questão de intuição ou apreciação, e, portanto, ao longo destes anos de exercício de funções no Parlamento e de exercício de funções no partido, tenho sempre exibido o meu alinhamento feminista, porque em Portugal, tradicionalmente dizer-se que se é feminista tem uma, tem ou teve uma conotação negativa. E, portanto, era importante também fazer essa afirmação e eu notei uma grande evolução nos últimos quatro anos e meio.

Um conjunto de matérias deste segmento, de modificação da sociedade, desta necessidade de corrigir as desigualdades eram esnobadas, é uma expressão mais brasileira do que portuguesa não é? Eram esnobadas, normalmente, quando eram lançadas e cada vez mais se nota que há uma alteração no comportamento das pessoas, que têm mais respeito por esta realidade, e, portanto, parece-me que fizemos um bom percurso nesses últimos anos.

P: Estive na conferência de 40 anos da Constituição da República, uma comemoração na Ordem dos Advogados. Naquela oportunidade, a senhora mencionou que era contra a Lei da Paridade quando ela foi editada em 2006 e que mudou de opinião a partir de 2015. Então, eu gostaria, como era antes e (Teresa: eu fui mudando) exatamente..

T: Eu fui mudando. Eu não era convicta, eu entendia que as quotas eram um instrumento que era absolutamente determinante e necessário nas sociedades em vias de desenvolvimento, quando a discriminação é normativa, está na lei, e não é só sócio-política. Eu entendia que nas sociedades ditas de progresso a correção poderia fazer por outra via, se poderia fazer sem um imperativo legal. Mas estava enganada. E, portanto, estava enganada, pois nós temos quarenta anos de democracia e só na legislatura de 2015 é que atingimos os 35% de mulheres no Parlamento. Como eu disse, na anterior legislatura éramos 26,5%, na anterior 27%, e então para trás tivemos anos e anos em que fomos 6% de mulheres legis na atividade legislativa.

Nas empresas a realidade é ainda mais catastrófica, na medida em que as mulheres são muitas vezes maioritárias, mas depois não ascendem aos lugares de topo. E, portanto, eu fui construindo esta convicção, e, depois houve um momento, como eu lhe disse, que minha área é o Direito Internacional Público e por isso acompanhei e acompanho os processos internacionais.

Quando se realizaram eleições no Afeganistão e no Iraque, como foram sob a égide da ONU, na sequência das intervenções armadas, foi estabelecida uma quota para os respetivos Parlamentos. O que significa que aqueles dois Parlamentos garantiram 25% de mulheres. E quando eu olhei para aquilo e para Portugal, percebi que o Afeganistão e o Iraque tinham chegado aos 25% de mulheres no Parlamento antes de Portugal. E tudo isto, obviamente, me foi fazendo pensar e concluir que sem a Lei das quotas, nós não estávamos hoje com 35% de mulheres no Parlamento.

P: Sem dúvida, sem dúvida. No Brasil ainda tem 10% de mulheres somente no Parlamento. (Teresa: é impressionante) exatamente. Então, diante disso a senhora crê que houve contribuição. As quotas contribuíram para o processo de mudança (Teresa: sem dúvida, sem dúvida) na política portuguesa?

T: Há três eleições na sequência das quotas. A Lei da Paridade foi adotada em 2006 e as três eleições seguintes foram 2009, 2011 e 2015 tiveram, respetivamente, 27% já tinha esse dado 26,5% e agora 35%. Sem dúvida que houve um avanço claro na sequência da lei das quotas. E também numa

legislatura, na primeira legislatura em que as mulheres ultrapassam os 20%, a legislatura de que se iniciou em 2005, salvo erro em 21% e foi nessa legislatura que se adota a Lei das quotas. Mas sem dúvida e estou convicta de que temos que ir mais longe com a lei das quotas.

P: Então, o que que é necessário, além das quotas, para incluir as mulheres na política?

T: Bom, na política e na decisão económica. Em primeiro lugar, os exemplos. E quando eu digo os exemplos, é as mulheres demonstrarem que estão na política e que podem fazer.

Há uma coisa que eu lhe quero dizer que é importante e é isso que eu digo a todos os fóruns de angariação de mulheres para política a que vou. Eu acho que as mulheres são diferentes dos homens e não quero que as mulheres sejam tratadas como os homens. Só devem ser tratadas como homens naquilo que são iguais. Mas acrescento o seguinte: também as mulheres são todas diferentes umas das outras e querem coisas diferentes. Os homens são diferentes, portanto, nós somos todos diferentes uns dos outros. Não há aqui nenhuma tentativa de uniformização, bem pelo contrário, eu quero que a sociedade seja uma sociedade mista, portanto, com uma parcela feminina evidenciada e com uma perspetiva de género que não seja suplantada por um alinhamento de aproximação ao comportamento. Não acredito nisso, não quero isso, não, e aliás considerando que há uma perspetiva feminina e que é diferenciada, que os estudos concluem que esta perspetiva é relevante na produção de efeitos na decisão política e na decisão económica. Mas parece-me para angariar cada vez mais mulheres para política... Olha eu dou um exemplo. Quando eu fui eleita vice-presidente do meu partido, o Partido Social Democrata, houve duas ou três vezes logo de início, que alguns colegas meus sugeriram que as reuniões do partido fossem à noite, ao que eu me opus. Disse: muito bem, as reuniões do partido são à noite quando tiverem que ser à noite. Mas as reuniões regulares do partido devem ser durante o dia, para que haja compatibilidade com a vida familiar e com a vida partidária político-partidária. E assim foi, até porque o presidente do partido é sensível a essa realidade e assim

foi. Mas as medidas de compatibilização da vida familiar devem envolver homens e mulheres.

Depois é preciso quebrar a maneira de organizar a vida política, de forma que foi durante muitos anos confortável para os homens, porque tinham uma mulher em casa a tratar dos filhos, a tomar conta da família. É preciso organizar a vida, seja a vida familiar, porque a vida familiar também tem que ser organizada, na medida em que de facto, nós temos que ter atividade ao fim de semana, temos que ter atividade à noite, temos é que criar condições de melhor compatibilização entre os horários e a forma de fazer política, a ação política e a vida familiar.

P: Então, seria tornar a política mais atrativa, porque compatível com as atividades das mulheres.

T: Exatamente, porque compatível com a vida familiar. Eu não direi que a vida familiar é uma questão das mulheres, é uma questão de todos, é uma questão das famílias, seja qual for o perfil de família, não é? Mas é preciso criar condições para que a vida profissional, e neste caso, a vida política, seja compatível com a vida familiar. Veja, eu como disse sou docente universitária, a minha vida académica e toda a vida dei aulas à noite, não é isso que está em causa, porque há um regime pós-laboral e é preciso haver professores para o regime pós-laboral. E, portanto, dava aulas de dia e dava aulas de noite, naturalmente, e até fazia questão de sempre dar aulas de noite, porque entendo que quem que faz o sacrifício de estudar à noite tem que ter os mesmos professores que dão aulas de dia e, portanto, sempre o fiz. Assim, tudo isso é compatível. Temos é que chegar a soluções de efetiva compatibilidade, dependendo obviamente da vida das mulheres e da vida das famílias. Agora, é fundamental que o ambiente seja um ambiente saudável, que não haja discriminação, e quando digo discriminação estou a falar de discriminação subtil, que não se criem condições de manifesta incompatibilidade. Como sabe as mulheres, também dados estatísticos, trabalham em média mais três horas por dia do que os homens, são dados estatísticos, portanto, científicos. E, desta forma, é preciso criar condições de compatibilizar e cada vez mais distribuir tarefas na família.

P: Em uma reportagem do Público de 19 de junho do ano passado, o Professor Rui Novaes¹ propôs uma mudança da Lei da Paridade, alterando o percentual para 50%. Ele diz que a partir daí pode-se dizer uma lei é paritária. Qual é a sua opinião sobre isso?

T: A Lei da Paridade estabelece os 33,3% e é evidente que eu tenho que concordar com essa afirmação do Professor Rui Novaes, mas considero que não é oportuno dar esse salto, muito provavelmente seria difícil dar esse salto. Mas digo-lhe que podemos ir dando passos, e, portanto eu defendo seguir a orientação das recomendações de Vivian Heding, ou seja, eu defendo que se mude agora para 40% da paridade e defendo também uma reflexão em torno de considerar eventualmente também o alinhamento homem e mulher, homem e mulher, embora aí já vá para os 50%. Mas acho que essa reflexão tem que ser feita. Portanto, eu não discordo, bem pelo contrário, com essa afirmação do Professor Rui Novaes, mas já ficarei confortada se dermos agora o próximo passo para os 40%.

P: A Lei da Paridade estabelece um percentual em relação às Autarquias locais, ao Parlamento europeu e a Assembleia da República (Teresa: exato). Muitos criticam porque não há esta previsão para os demais órgãos de poder. A senhora crê que nesse caso ela deveria ser estendida, deveria haver representatividade também (interrupção)

T: Veja, no que diz respeito ao governo como são cargos de nomeação, tradicionalmente a situação tem sido mais gravosa ainda do que o percentual no Parlamento. E nós só estamos a falar da política, não é?

Isto porque fui sempre às empresas para dizer que também temos o problema das empresas. Nós fizemos nos últimos quatro anos um trabalho nessa matéria, estabelecemos um conjunto, foram quando digo nós é o atual governo, foram aprovados um conjunto de recomendações no âmbito do Conselho de Ministros que espero que venham a ser seguidas, que é da alternância das entidades de supervisão e regulação, alternância do que diz respeito às

¹ Errata: o apelido do Professor Catedrático da Universidade do Porto é Nunes e não Novaes.

presidências, às vice-presidências, a composição dos órgãos de topo. Também no que diz respeito aos órgãos executivos, também cada vez mais temos que avançar nesse sentido. Agora se me pergunta: Lei de quotas? Eu não tenho a certeza que não posso dar uma resposta absolutamente determinada. Não choca que se fixem quotas pra os órgãos executivos, mas eu acho que o trabalho que nós estamos a fazer e o facto de se estabelecer nos órgãos legislativos ou nos órgãos de fiscalização esta exigência e também exigência no âmbito das entidades reguladoras e de supervisão, isso já faz com que se avance nos outros nos outros patamares. Eu estou convencida que hoje, ao ver o Partido Social Democrata, finalmente, ter muito mais mulheres do que homens na direção, não foi preciso uma lei de quotas interna.

Acredito que o movimento que se gerou nos últimos anos e que se tem vindo a consolidar, também em razão da Lei das quotas, vai cada vez mais condicionar as pessoas a não ter atenção para além das questões de mérito, também as questões de género, e, por isso, eu estou convencida que com este movimento nós estamos a criar no âmbito do Partido Social Democrata, estão a gerar esse movimento de mulheres (interrupção da entrevista para atender o telemóvel) e acho e agora me perdi.

Estava a dizer que no Partido Social Democrata estão a desenvolver uma série de núcleos de mulheres sociais democratas, eu dou-lhe um exemplo. No sábado passado estive em Val Passos num encontro de mulheres sociais democratas. Val Passos é uma cidade pequenina e eu tinha 270 mulheres. Fomos fazer um jantar debate e tínhamos 270 mulheres. Ontem estive numa tomada de posse à noite aqui em Lisboa do núcleo distrital de Lisboa e também estavam aí, estavam muitas mulheres e homens.

Estes movimentos de mulheres sociais democratas também condicionam os candidatos homens, no sentido de que elas cada vez mais vão percebendo, também os candidatos homens ou mulheres, que condicionam no sentido que vão percebendo que a representatividade, que as mulheres cada vez mais exigem estar representadas e portanto hão que fazer.

P: Como deputada e académica, não de forma separada, crê que estamos indo ao encontro da democracia paritária aqui em Portugal?

T: É, muito lentamente. É absolutamente lamentável como a nossa democracia tem 42 anos, a nossa Constituição tem 40 anos, é absolutamente lamentável quão lento tem sido estes avanços. Sinto hoje que há cada vez mais vontade de avançar, de dar passos em frente nesta matéria e sinto cada vez mais as que mulheres estão determinadas a fazê-lo. Mas não é uma sociedade paritária, bem pelo contrário, é uma sociedade... O presidente do meu partido costuma dizer que não é sexista e eu respondo-lhe: não é sexista mas a sociedade é sexista. A sociedade não é paritária, nós temos uma diferença de, volto ao setor privado.

Os últimos dados da OCDR relativamente à Portugal dizem-nos que a diferença salarial entre homens e mulheres no setor privado, uma vez que no setor público isso não pode acontecer, mas no setor privado a diferença salarial é na ordem de 17,1%, em média, para as mesmas funções. Bom, 17,1% já é um número impressionante, mas mais impressionante é se eu lhe disser que 17,1% corresponde a 102 dias de trabalho. É impressionante, é impressionante como essa divergência acontece. E depois as mulheres não chegam ao topo das empresas, não chegam ao topo então as (...) 20 não tem uma presidente mulher. É uma coisa impressionante se olhar os últimos anos, havia um exercício que eu fazia muito que era olhar para aqueles conselhos gerais, por exemplo, do BES, da Caixa Geral de Depósitos, do Banco Portugal não tanto, das várias empresas que têm uma certa dimensão e são empresas que tiveram um papel relevante na sociedade portuguesa, e só vemos homens. Aliás, isso continua acontecer muito, é uma coisa que eu faço sempre quando chego e vejo homens e só homens. E, portanto, a nossa sociedade não é uma sociedade paritária, temos problemas de violência doméstica gravíssimos, temos hoje um outro flagelo que é a violência no namoro, que as novas gerações continuam a violência no namoro é mais perpetrada como violência doméstica pelo género masculino sobre o feminino. Morrem 30 mulheres por ano vítimas de violência doméstica, há muito o que corrigir na sociedade portuguesa. Mas eu sinto, noto que já é mais fácil transmitir a mensagem, as pessoas já estão condicionadas. Mas é preciso fazer muito. Não é uma sociedade paritária, nem de perto nem de longe.

Referências bibliográficas

- Obras e Artigos de Revista

- AAVV. NAÇÕES UNIDAS. Comité dos Direitos do Homem. **Os Direitos das Minorias**. Lisboa: GDDC, 2002a. Fichas informativas sobre direitos humanos n.º 18. ISBN 978-972-8707-24-8.
- AAVV. NAÇÕES UNIDAS. Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres. **Discriminação contra as mulheres: a Convenção e o Comité**. - Lisboa: GDDC, 2002b. Fichas informativas sobre direitos humanos n.º 22. ISBN 972-8707-07-X.
- AAVV. NAÇÕES UNIDAS. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos - **Direitos humanos na administração da justiça: manual de direitos humanos para juizes, magistrados do Ministério Público e advogados**. Vol. I. Nova Iorque: Nações Unidas, 2003a. ISBN 978-972-8707-27-9.
- AAVV. NAÇÕES UNIDAS. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos - **Direitos humanos na administração da justiça: manual de direitos humanos para juizes, magistrados do Ministério Público e advogados**. Vol. II. Nova Iorque: Nações Unidas, 2003b. ISBN 978-972-8707-27-9.
- AAVV. Direitos Humanos: compilação de instrumentos internacionais / [recolha e tradução de textos e organização] Raquel Tavares; rev. Raquel Tavares. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, 2008a Vol. I: Direitos Humanos. - ISBN 978-972-8707-30-9.
- AAVV. Direitos Humanos: compilação de instrumentos internacionais / [recolha e tradução de textos e organização] Raquel Tavares; rev. Raquel Tavares. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, 2008b Vol. II: Direitos Humanos. ISBN 978-972-8707-30-9.
- AAVV. Legislação da mulher [recurso eletrónico]. 7.ed. [Em linha]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série legislação; n.º 230). [Consult. 13 Set. de 2017]
Disponível em <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18423>>. ISBN 978-85-402-0491-1.
- AAVV – Mulheres e Poder. **Faces de Eva**. Lisboa. ISSN 0874-6885. n.º 27, (2012), p. 115-123.

- ABARCA, Marco A. – Discurso y política de género en el Derecho Internacional. **Revista Jurídica Universidad de Puerto Rico**. Puerto Rico. ISSN 2310-2799. Vol. 79, n.º 3, (2010), p. 797-849.
- AGACINSKI, Sylviane. **Política dos Sexos**. (trad. Miguel Serras Pereira). 1.ª ed. Oeiras: Celta Editora, 1999. ISBN 972-774-036-7.
- AGUILERA, Samara de las Heras – Una aproximación a las teorías feministas. **Universitas. Revista de Filosofía, Derecho y Política**. [Em linha] n.º 9, enero (2009), p. 45-82. [Consult. 08 Ago. de 2017]. Disponível em: < <http://universitas.idhbc.es/n09/09-05.pdf>>. ISSN 1698-7950.
- ALBERDI, Ines - El significado del género en las ciencias sociales. **Política y Sociedad**. Madrid. ISSN 1130-8001. n.º 32, Enero, (1999), p. 9-21.
- ALEXANDRINO, José de Melo. **Direitos Fundamentais: Introdução Geral**. Estoril: Príncipia Editora, 2007. ISBN 978-972-8818-89-0.
- ALMEIDA, Maria Teresa Féria de – Se as mulheres fossem seres humanos. **Revista Julgar**. Lisboa. ISSN 1646-6853. n.º 22, Janeiro/Abril (2014), p. 97-115.
- BALAGUER, Maria Luisa – **Feminismos**. 1.ª ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2005. ISBN 84-376-2244-1.
- BARRETO, Irineu Cabral – A Mulher à luz da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. In: *Direitos Humanos das Mulheres*. Vital Moreira *et al.* Coimbra: Coimbra Editora, 2005. ISBN 972-32-1335-4. p. 127-155.
- BARRETO, Irineu Cabral – **A Convenção europeia dos direitos do homem**. 5.ª ed. rev. e atualizada. Coimbra: Coimbra Editora, 2010. ISBN 978-972-40-6193-7.
- BARROSO, Luís Roberto – **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 1.ª ed. 3.ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2009. ISBN 08-04749.
- BEAUVOIR, Simone de – **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4.ª ed. Vol. 1. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. ISBN [s.n.º].
- BELEZA, Teresa – Teoria feminista do Direito: uma nova disciplina, uma nova literatura, uma nova forma de pensar. **Direito e Sociedade**. Lisboa. ISSN 0871-2514. Dezembro (1989), p. 18-24.
- BELEZA, Teresa Pizarro – Legítima defesa e género feminino: paradoxos da “feminist jurisprudence”? **Revista Crítica de Ciências Sociais**. [Em linha] n.º 31, março (1991), p. 143-159. [Consult. 12 Jul. de 2017]. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/rccs/index.php?id=395>>. ISSN 2182-7435.

- BELEZA, Maria Teresa Couceiro Pizarro – **Mulheres, direito e crime ou a perplexidade de Cassandra**. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1993. ISBN [s.n.º].
- BOURDIEU, Pierre – **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. ISBN 85-286-0705-4.
- BOWMAN, Cynthia Grant e SCHNEIDER, Elizabeth M. – Feminist legal theory, feminist law making, and the legal profession. **Fordham Law Review**. Paper 136. [Em linha] Vol. 67, n.º 2, (1998), Cornell Legal Studies Research Paper N.º 2-39. [Consult. 08 Nov. de 2016].
Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2122566>. ISSN [s.n.º].
- BRANCO, Patrícia - Do género à interseccionalidade: considerações sobre Mulheres, hoje e em contexto europeu. **Julgar**. Coimbra. ISSN 1646-6853. n.º 4, Janeiro/Abril, (2008), p. 103-117.
- BRONZE, Fernando José – **Lições de introdução ao Direito**. Coimbra: Coimbra Editora, 2002. ISBN 972-32-1105-X.
- BUTLER, Judith P. – **Problemas de género: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. ISBN 85-220-0611-6.
- BUTLER, Judith P. – Vida precária. **Contemporânea**. [Em linha] n.º 1, Jan-Jun. (2011), p. 13-33. [Consult. 04 Set. de 2017].
Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/3>>. ISSN 2236-532X.
- CABRERA, Ana *et. al.* **Política no Feminino**. Óbidos: Alêtheia Editores, 2016. ISBN 978-989-622-877-4.
- CALHEIROS, Clara – Género e igualdade: há um futuro para o feminismo? **Scientia Iuridica**. Braga. ISSN 0870-8185. n.º 333, Setembro/Dezembro, (2013), p. 487-503.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7.^a ed., 2.^a reimpressão. Coimbra: Edições Almedina, 2003. ISBN 972-40-2106-8.
- CANOTILHO, J. J. Gomes & MOREIRA, Vital. **Constituição da República Portuguesa: anotada**. Coimbra: Coimbra Editora, 4.^a ed. rev., vol. I, 2007. ISBN 978-972-32-1462-8.
- CASALEIRO, Paula – O poder do Direito e o poder do feminismo: revisão crítica da proposta teórica de Carol Smart. **Ex aequo**. Vila Franca de Xira. ISSN 0874-5560. n.º 29, (2014), p. 39-53.

COMISSÃO EUROPEIA – A igualdade em 100 palavras – Glossário de termos sobre igualdade entre mulheres e homens. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1998. [Consult. 18 Nov. de 2017].

Disponível em: <<https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/7342d801-86cc-4f59-a71a-2ff7c0e04123/language-pt>>.

ISBN 92-828-2774-7.

CONNELL, Raewyn – **Gender and Power: society, the person and sexual politics**. Cambridge: Polity, 1987. ISBN 978-080-47-1430-6.

CONNELL, Raewyn – **Masculinities**. California: University of California Press, 2005. ISBN 978-052-02-4698-0.

CRENSHAW, Kimberlé – Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**. [Em linha] Issue 1. Article 8 (1989), p. 139-167. [Consult. 15 Ago. de 2017].

Disponível em: <<http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>>. ISSN [s.n.º]

CRUZ, Alcinda R. M. Pinto da – Sobre a igualdade de género - Desigualdades, disparidades e contradições. **MINERVA Revista de Estudos Laborais**. Coimbra. ISSN 1645-5509. n.º 10, Ano VI, Março, (2007), p. 87-127.

EMMENEGGER, Susan – Perspectivas de género en Derecho. In POZO, José Hurtado. **Anuario de Derecho penal**. [Em linha] 1.a ed. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú Fondo Editorial e Universidad de Friburgo Suíza, 2001. [Consult. 08 Ago. de 2017]. p. 37-48.

Disponível em: <https://www.unifr.ch/ddp1/derechopenal/anuario/an_1999_05.pdf>. ISBN 9972-42-391-3.

ERGAS, Yasmine – O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: [dir.] Duby, Georges e Perrot, Michelle. **História das mulheres no ocidente. Vol. 5. O século XX**. Porto: Edições Afrontamento, 1995. ISBN 972-36-0393-4. p. 583-611.

ESCARAMEIA, Paula – Integração da perspectiva de género no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. In Vital Moreira *et al.* **Direitos Humanos das Mulheres**. Coimbra: Coimbra Editora, 2005. ISBN 972-32-1335-4. p. 47-59.

EVANS, Mary. – **Introducción al pensamiento feminista contemporaneo**. Trad. Rosalía Pereda. 1.ª ed. Madrid: Minerva Edições, 1997. ISBN 84-88123-16-7.

FACIO, Alda e FRIES, Lorena – Feminismo, género y patriarcado. **Academia. Revista sobre enseñanza del Derecho de Buenos Aires**. Buenos Aires. ISSN 1667-4154. Ano 3, n.º 6, primavera, (2005), p. 259-294.

FACCHI, Alessandra – Un recorrido desde Carol Gilligan a Tove Stang Dahl. **Academia. Revista sobre enseñanza del Derecho de Buenos Aires.** Buenos Aires. ISSN 1667-4154. Año 3, n.º 6, primavera, (2005), p. 27-47.

FAUSTO-STERLING, Anne – The five sexes. Why male and female are not enough. **The Sciences.** [Em linha] March/April (1993), p. 20-24. [Consult. 13 Ago. de 2017].
Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/239657377_The_Five_Sexes_Why_Male_and_Female_are_not_Enough>. ISSN [s.n.º].

FAUSTO-STERLING, Anne – The five sexes, revisited. The varieties of sex will test medical values and social norms. **The Sciences.** [Em linha] July/August (2000), p. 19-23. [Consult. 13 Ago. de 2017].
Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/10915274_The_Five_Sexes_Revisited>. ISSN [s.n.º].

FERREIRA, Virgínia – Para uma redefinição da cidadania: a sexualização dos direitos humanos. In Vital Moreira *et al.* **Direitos Humanos das Mulheres.** Coimbra: Coimbra Editora, 2005. ISBN 972-32-1335-4. p. 11-25.

GARCÍA, Carmen Castro – **Introducción al enfoque integrado o mainstreaming de género. Guía básica.** Andaluzia: Instituto Andaluz de la Mujer, 2003. ISBN 84-7921-098-2.

GARZÓN, Juan Sisino Pérez – **Historia del feminismo.** 2.^a ed. Madrid: Editorial Juventud, 2012. ISBN 978-84-8319-712-2.

GOLDFARB, Phyllis – Una espiral entre la teoría y la práctica. La ética del feminismo y la educación práctica. **Academia. Revista sobre enseñanza del Derecho de Buenos Aires.** Buenos Aires. ISSN 1667-4154. Año 3, n.º 6, primavera, (2005), p. 67-156.

GONZÁLEZ, María Holgado – Financiación de partidos y democracia paritaria. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Época).** [Em linha] n.º 115, Enero/Marzo (2002), p. 129-153. [Consult. 10 Jul. de 2017].
Disponível em:
<<https://recyt.fecyt.es/index.php/RevEsPol/article/viewFile/46382/27877>>. ISSN-L 0048-7694.

HERNÁNDEZ, Teresa García-Berrio – Democracia paritaria, ¿mito o realidad? Francia vs. Suecia: dos perspectivas antagónicas. **Anuario de Derechos Humanos.** [Em linha]. Vol. 9. (2008), p. 267-336. [Consult. 19 Nov. de 2017].
Disponível em:
<<https://revistas.ucm.es/index.php/ANDH/article/view/ANDH0808110267>>. ISSN-e 2255-5269.

HEYNES, Christof e KILLANDER, Magnus – **Compendium of Key Human Rights documents of The African Union**. 5.^a ed. Cape Town: Pretoria University Law Press, 2013. ISBN 978-1-920538-16-3.

KILLANDER, Magnus – African human rights law in theory and practice. **Research Handbook on International Rights Law**. [Em linha]. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2010. [Consult. 03 Nov. de 2017]. p. 388-413. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r32535.pdf>>. ISBN 979-1-84720-368-7.

LAGARDE, Marcela – **Género y feminismo. Desarrollo humano y democracia**. 2.^a ed. Madrid: horas y Horas, 1997. ISBN 84-87715-60-5.

LOPES, Conceição Brito – Direitos humanos das mulheres: dois passos à frente, um passo atrás. *In* Vital Moreira *et al.* **Direitos Humanos das Mulheres**. Coimbra: Coimbra Editora, 2005. ISBN 972-32-1335-4. p. 157-170.

LOPES, Dulce – A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem vista à luz do princípio da não discriminação. **Julgar**. Coimbra. ISSN 1646-6853. N.º 14, Maio/Agosto (2011), p. 47-75.

LUÍSA NETO – O Direito e a igualdade de género. **Julgar**. Coimbra. ISSN 1646-6853. N.º 8, Maio/Agosto (2009), p. 161-177.

MACCISE, Regina Larrea – Feminismo(s), perspectiva de género y teorías jurídicas feministas. **Derecho en libertad**. [Em linha] Año 4, n.º 7, (2011), p. 132-157. [Consult. 26 Jul. de 2016]. Disponível em: <<http://www.apmj.pt/teoria-feminista-do-direito>>.

MACIONIS, John J. e PLUMMER, Ken – **Sociología**. Trad. Cristina Flesher Fominaya e Javier Calvo Martín. 4.^a ed. Madrid: Pearson Educación, 2011. ISBN 978-848-32-2742-8.

MACKINNON, Catharine – Feminism, Marxism, method, and the State: toward feminist jurisprudence. **Signs**. [Em linha] Vol. 8, n.º 4, Summer (1983), p. 635-658. [Consult. 21 Ago. de 2017]. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0097-9740%28198322%298%3A4%3C635%3AFMMATS%3E2.0.CO%3B2-8>>

MACKINNON, Catharine – **Hacia una teoria feminista del Estado**. Trad. Eugenia Martín. Madrid: Ediciones Cátedra, 1995. ISBN 84-376-1357-4.

MARTINS, Eneida Valarini – A política de cotas e a representação feminina na Câmara dos Deputados. [Em linha] Brasília: [s.n.], 2007. Monografia do curso de Pós-Graduação. [Consult. 21 Ago. de 2017]. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/343>>.

- MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira e MARTINS, Afonso D'Oliveira - **Direito das Organizações Internacionais II**. 2.^a ed. rev. e atualizada. Lisboa: AAFDL, 1996. ISBN [brochado].
- MARTINS, Manuel Meirinho e TEIXEIRA, Conceição Pequito - **O Funcionamento dos Partidos e a Participação das Mulheres na Vida Política e Partidária em Portugal**. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2005. ISBN 972-597-266-X.
- MELO, Helena Pereira de e BELEZA, Teresa Pizarro – Different voices in women human rights: CEDAW and European Union gender equality law. *In Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Heinrich Ewald Hörster*. [coord.] Luís Couto Gonçalves.. [et al.]. Coimbra: Almedina, 2002. ISBN 978-972-40-4996-0. p. 927-957.
- MELO, Helena Pereira – Direitos Humanos em África. ReDiLP – Revista do Direito de Língua Portuguesa. [Em linha] Ano III, n.º 5, janeiro/junho (2015), p. 135-156. [Consult. 27 Out. de 2017]. Disponível em: <<http://idilp.net/wp-content/uploads/2014/12/Revista-REDiLP-N%C2%BA-5-online.pdf>>. ISSN 2182-8768.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3.^a ed. 23.^a tiragem. - São Paulo: Malheiros Editores, 2014. ISBN [brochado].
- MIGUEL, Ana de – Feminismos. *In* Amorós, Célia dir. - **10 palabras clave sobre mujer**. Navarra: Editorial Verbo Divino, 1995. ISBN 84 8169 049 X. p. 217-246.
- MIGUEL, Ana de – Los feminismos a través de la história. [Em linha]. Edición virtual: Demófilo, 2011. [Consult. 08 Set. de 2016] Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/338435979/los-feminismos-a-traves-de-la-historia-doc>>.
- MILL, Jonh Stuart – **A sujeição das mulheres**. Coimbra: Edições Almedina, 2006. ISBN [s.n.º].
- MILLARD, Eric – La paridade en Francia: Concepción y puesta en marcha. Anuario de Derechos Humanos. Nueva Época. [Em linha] Vol.º 9, (2008), p. 431-460. [Consult. 24 Fev. de 2016]. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/ANDH/article/view/ANDH0808110431A>>. ISSN-e 2255-5269
- MILLET, Kate – **A política sexual**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970 ISBN [s.n.º].
- MIRANDA, Jorge – Igualdade e Participação Política da Mulher *In Constituição e Cidadania*. Coimbra: Coimbra Editora, 2003. ISBN 972-8818-62-9, p. 290-300.

- MIRANDA, Jorge – **Curso de Direito Internacional Público**. 2.^a ed., rev. e atualizada. São João do Estoril: Principia, 2004. ISBN 972-8818-18-1.
- MIRANDA, Jorge – A igualdade de sufrágio político da mulher (A propósito da Lei n.º 2137, de 26 de dezembro de 1968) *In* **Escritos vários sobre Direitos Fundamentais**. 1.^a ed. São João do Estoril: Principia, 2006. ISBN 972-8818-62-9, p. 7-14.
- MIRANDA, Jorge – Igualdade e Participação Política da Mulher *In* **Escritos vários sobre Direitos Fundamentais**. 1.^a ed. São João do Estoril: Principia, 2006. ISBN 972-8818-62-9, p. 417-430.
- MIRANDA, Jorge – **Manual de Direito Constitucional**. 4.^a ed. rev. e atualizada. Tomo IV. Coimbra: Coimbra Editora, 2008. ISBN 978-972-32-1613-4.
- MOCO, Marcolino – **Direitos Humanos e seus mecanismos de protecção – As particularidades do sistema africano**. Coimbra: Edições Almedina, 2010. ISBN 978-972-40-3931-2.
- MONTOUVALOU, Virginia e VOYATZIS, Panayotis – The Council of Europe and the protection of human rights: a system in need of reform. **Research Handbook on International Rights Law**. [Em linha]. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2010. [Consult. 03 Nov. de 2017]. p. 326-352. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r32535.pdf>>. ISBN 979-1-84720-368-7.
- MORÁN, María Luz. - La cultura política de las mujeres. **Psicología Política**. [Em linha]. n.º 42, (2011), p. 45-68. [Consult. 27 Nov. de 2015]. Disponível em: <<http://www.uv.es/garzon/psicologia%20politica/N42-3.pdf>>. ISSN 1138-0853.
- MOREIRA, Vital – Participação Política das Mulheres: do sufragismo à paridade. *In* Vital Moreira *et al.* **Direitos Humanos das Mulheres**. Coimbra: Coimbra Editora, 2005. ISBN 972-32-1335-4. p. 61-92.
- MOREIRA, Vital e GOMES, Carla Marcelino – **Compreender os direitos humanos: manual de educação para os direitos humanos**. 1.^a ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2014. ISBN 978-972-32-2223-4.
- MOSCARDÓ, Mercedes Alcañiz - **Cambios y continuidades en las mujeres. Un análisis sociológico**. Barcelona: Icaria, 2011. ISBN 978-849-88-8286-5.
- NOVAIS, Jorge Reis – **Os Princípios Constitucionais Estruturantes da República Portuguesa**. 1.^a ed. reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2014. ISBN 978-972-32-2230-2.

- OKIN, Susan Moller – Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**. [Em linha] n.º 16 (2), maio-agosto (2008), p. 305-332. [Consult. 04 Set. de 2017].
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200002>. ISSN 1806-9584.
- OTERO, Isabel Diz e GONZÁLEZ, Marta Irene Lois – **¿Han conquistado las mujeres el poder político?**. 1.ª ed. Madrid: Catarata, 2012. ISBN 978-848-3197-16-5.
- PERISTA, Heloísa *et al.* – **Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal**. Lisboa: CESIS e CIT, 2016. ISBN 978-972-8399-71-9.
- PIOVESAN, Flávia – **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 3.ª ed. rev. e atualizada. São Paulo: Max Limonad, 1997. ISBN [s.n.º].
- PIOVESAN, Flávia – **Direitos Humanos e Justiça Internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. 1.ª ed. 2.ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2007. ISBN 85-02-05827-4.
- PIOVESAN, Flávia – A proteção dos direitos humanos, civis e políticos das mulheres no Brasil: marco jurídico constitucional e internacional. *In O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. [org.] Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy.. [et al.]. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 58-89. [Consult. 10 Jul. de 2017].
Disponível em: http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf>. ISBN 978-85-88222-14-4.
- POZO, Carlos Francisco Molina del – **Tratado de Derecho de La Unión Europea**. 1.ª ed. Vol. IV. Lisboa: Editorial Juruá, 2015. ISBN 978-989-712-327-6.
- PULEO, Alicia H. – Patriarcado. *In* Amorós, Célia dir. - **10 palabras clave sobre mujer**. Navarra: Editorial Verbo Divino, 1995. ISBN 84 8169 049 X. p. 21-54.
- QUINTANA, Violante Martínez – **Problemas sociales de género en el mundo global**. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces, 2006. ISBN 978-848-00-4753-1.
- RAPOSO, Vera Lúcia Carapeto – **O poder de eva. O princípio da igualdade no âmbito dos direitos políticos: problemas suscitados pela discriminação positiva**. Coimbra: Livraria Almedina, 2004. ISBN 972-40-1985-3.

REBELO, Glória – Representatividade e igualdade de género no trabalho. **Sociedade e Trabalho**. Lisboa. ISSN 0873-8858. N.º 35, Maio/Agosto (2008), p. 13-30.

RÍO, Teresa Pérez del – Transversalidad de género y acción positiva en el ámbito comunitário. **Lan Harremanak**. [Em linha]. N.º 13, (2005-II), p. 35-51. [Consult. 10 Jul. de 2017].
Disponível em: <http://www.ehu.eus/ojs/index.php/Lan_Harremanak/article/view/3462/3096>. ISSN. 2444-5819.

RODRIGUES, José Noronha - Políticas de género no âmbito comunitário. **Revista Tékhne – Revista de Estudos Politécnicos**. [Em linha]. Vol. VI, N.º 10, Dezembro, (2008), p. 263-295. [Consult. 16 Ago. de 2017].
Disponível em: <<http://viginti.datajuris.pt/pdfs/codigos/doutrina/PGAC.pdf>>. ISSN 1645-9911.

RODRÍGUEZ-PINZÓN, Diego e MARTIN, Claudia – The Inter-American human rights system: selected examples of its supervisory work. **Research Handbook on International Rights Law**. [Em linha]. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2010. [Consult. 03 Nov. de 2017]. p. 354-387.
Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r32535.pdf>>. ISBN 979-1-84720-368-7.

SALEMA, Margarida - Acções Positivas e o Direito Português. *In* Cadernos da Condição Feminina, nº 28, Lisboa, 1989, ISSN [s.n.º.], pp. 27-36

SAMPERE, Eva Martínez – La legitimidade de la democracia paritaria. **Revista de Estudios Políticos**. [Em linha]. n.º 107. Enero/Marzo (2000), p. 133-149. [Consult. 10 Jul. de 2017].
Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/27595.pdf>>.

SAMPERE, Eva Martínez – El concepto de ciudadanía y la creación de las condiciones de igualdad. **Estado de Bienestar y Gobernanza**. [Em linha]. (2007), p. 11-42. [Consult. 24 Fev. de 2016].
Disponível em: <<http://www.feministasconstitucional.org/wp-content/uploads/2016/04/ciucondigupdf-1.pdf>>.

SANTOS, Maria Helena – Da origem do feminismo ao feminismo plural, do mundo a Portugal. *In* Serra, Carlos dir. - **O que é feminismo?** Lisboa: Escolar Editora, 2015. ISBN 978-972-592-475-4. p. 61-83.

SARMENTO, Daniel – **Livres e Iguais – Estudos de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006. ISBN 85-7387-918-1.

SCOTT, Joan Wallach – Género: uma categoria últi de análise histórica. **Educação & Realidade**. [Em linha]. Vol. 20, N.º 2, Jul./Dez., (1995), p. 71-99. [Consult. 08 Out. de 2015].

Disponível em: < https://archive.org/details/scott_gender>. ISSN. 2175-6236.

SCOTT, Joan Wallach – **Género e historia**. Trad. de Consol Vilà I. Boadas. Ciudad de México: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008. ISBN 978-968-16-8498-3.

SILVA, Joana Aguiar e – Igualdade ou equilíbrio hermenêutico da diferença. **Scientia Iuridica**. Tomo LXII, nº 333, Lisboa, 2013, ISSN [s.n.º], pp. 505-518.

SILVA, Maria Regina Tavares da – **Democracia Paritária um conceito novo ou um novo olhar sobre a democracia?**. Lisboa: CIDM, 1994. ISBN 972-597-093-4.

SILVA, Maria Regina Tavares da – Pensar a igualdade numa perspectiva de género: nota breve sobre um percurso longo no discurso político da comunidade internacional. *Faces de Eva – Estudos sobre a mulher*. Lisboa. ISSN 0874-6885. n.º 30, (2013), p. 55-75.

SINEAU, Mariette –Direito e democracia. *In* Duby, Georges e Perrot, Michelle dir. - **História das mulheres no ocidente. Vol. 5. O século XX**. Porto: Edições Afrontamento, 1995. ISBN 972-36-0393-4. p. 551-581.

SOUSA, Rita Mota – **Introdução às teorias feministas do Direito**. Porto: Edições Afrontamento, 2015. ISBN 978-972-36-1414-5.

STANG-DAHL, Tove – **O direito das mulheres. Uma introdução à teoria do Direito feminista**. Trad. Teresa Pizarro Beleza. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. ISBN 972-31-0577-2.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes – Feminismos em Portugal (1947-2007) [Texto disponível em pdf] Lisboa: [S.n.], 2008. Tese de Doutoramento. [Consult. 21 Jul. de 2017].
Disponível em: < <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1346>>.

VALDÉS, Maria del Mar Esquembre - Género y ciudadanía, mujeres y Constitución. **Feminismo/s**. [Em linha]. N.º 8, Diciembre, (2006), p. 35-51. [Consult. 24 Fev. de 2016].
Disponível em: <<http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/1179>>. ISSN. 1696-8166.

VALDÉS, Maria del Mar Esquembre - Ciudadanía y género. Una reconstrucción de la triada de derechos fundamentales. *In* Monereo, José Luis Pérez e Monereo, Cristina Atienza - **Género e derecho fundamentales**. Granada: Editorial Comares, 2010. ISBN 978-84-9836-685-3. p. 135-174.

VAKULENKO, Anastasia – Gender and international human rights law: the intersectionality agenda. **Research Handbook on International Rights**

Law. [Em linha]. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2010. [Consult. 03 Nov. de 2017]. p. 196-214.
Disponível em: < <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r32535.pdf>>. ISBN 979-1-84720-368-7.

VARIKAS, Eleni – Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. **Estudos Feministas**. [Em linha] vol. 4, n.º 1 (1996), p. 65-94. [Consult. 10 Jul. de 2017].
Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16658/15226>>. ISSN 0104-026X.

VENTURA, Isabel Maria Nunes – **Medusa no Palácio da Justiça: imagens sobre mulheres, sexualidade e violência a partir dos discursos e práticas judiciais**. Braga: Universidade do Minho, 2016. 736p. Tese de doutorado.

VIANELLO, Mino e CARAMAZZA, Elena – **Género, espácio y poder. Para una crítica de las Ciencias Políticas**. Trad. Jacqueline Cruz. 1.ª ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2002. ISBN 84-376-1973-4.

YUVAL-DAVIS, Nira - Intersectionality and Feminist Politics. **European Journal of Women's Studies**. [Em linha]. Vol. 13, Issue 3 (2006), p. 193-209. [Consult. 07 Ago. de 2017].
Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1350506806065752>>.ISSN 1350-5068.

ZABALA, Begoña - **Movimiento de mujeres, Mujeres en movimiento**. Tafalla: Editorial Txalaparta, 2008. ISBN 978-84-8136-517-7.

- Jornais

CNN, 27 de Novembro de 2017.
<<http://edition.cnn.com/2017/11/23/us/cyntoia-brown-social-media-murder-case-trnd/index.html>>, acedido em 4 Dez. de 2017.

El País, 26 de Julho de 2017.
<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/25/internacional/1500992017_311375.html>, acedido em 03 de Ago. de 2017.

Jornal O Globo, 21 de fevereiro de 2016
<<https://oglobo.globo.com/economia/quehoraselechegamulhertrabalhacadavezmaisquehomem18718278>>, acedido em 15 Mai. de 2017.

Jornal O Globo, 16 de julho de 2017
<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/transgenero-e-parceiro-anunciam-nascimento-do-1-filho-biologico.ghtml>>, acedido em 26 Jul. de 2017.

Jornal Público, 28 de julho de 2017

<<https://www.publico.pt/2017/07/28/sociedade/noticia/o-sexo-a-idade-e-os-tribunais-1780527/amp>>, acedido em 03 de Ago. de 2017.

Jornal Público, 13 de Outubro de 2017

<<https://www.publico.pt/2017/10/13/sociedade/noticia/13-de-outubro-o-ultimo-dia-do-ano-com-igualdade-entre-homens-e-mulheres-1788777>>, acedido em 4 Dez. de 2017.

New York Times, 25 de julho de 2017

<<https://www.nytimes.com/2017/07/25/world/europe/sex-after-50-portugal-european-court.html>>, acedido em 03 de Ago. de 2017.

The Times of India, 27 de julho de 2017

<https://www.pressreader.com/india/the-times-of-india-new-delhi-edition/20170727/282325385041025>, acedido em 03 de Ago. de 2017.

- Legislação Nacional e Internacional

Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos – Disponível em: <<http://www.achpr.org/instruments/achpr/>>, acedido em 09 Out. de 2017.

Carta Africana para a Democracia, Eleições e Governança - Disponível em: <<http://www.achpr.org/instruments/charter-democracy/>>, acedido em 09 Out. de 2017.

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Decreto n.º 1.973, de 1 de agosto de 1996, publicado no Diário Oficial da União em 02 de agosto de 1996.

Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos à Mulher - Decreto n.º 28.011, de 19 de abril de 1950, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1 de 21 de abril de 1950.

Convenção Interamericana sobre a Nacionalidade da Mulher - Decreto n.º 2.411, de 23 de fevereiro de 1938, publicado no Diário Oficial da União em 05 de março de 1938.

Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem – Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/TrafficInPersons.aspx>>, acedido em 04 Out. de 2017.

Convenção sobre o Consentimento para Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registo dos Casamentos – Disponível em: <https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XVI-3&chapter=16&clang=en>, acedido em 16 Set. de 2017.

Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância Disponível em:

<http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos_A-69_discriminacion_intolerancia.asp>, acedido em 09 Out. de 2017.

Convenção Americana sobre Direitos Humanos (ou Pacto de São José) - Decreto n.º 678, de 6 de novembro de 1992 foi publicado no Diário Oficial da União em 9 de novembro de 1992.

Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de 1948 - Disponível em:

<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OEA-Organiza%C3%A7%C3%A3o-dos-Estados-Americanos/declaracao-americana-dos-direitos-e-deveres-do-homem.html>>, acedido em 18 Set. de 2017.

Declaração sobre a Igualdade de Género em África – Disponível em: <<http://www.achpr.org/instruments/declaration-on-gender-equality-in-africa/>>, acedido em 09 Out. de 2017.

Declaração sobre a Proteção da Mulher e da Criança em Estados de Emergência e de Conflito de 1974 – Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 3318 (XXIX), de 14 de dezembro de 1974.

Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 1940, retificado em 03 de janeiro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>, acedido em 23 Out. de 2017.

Decreto n.º 2.411, de 23 de fevereiro de 1938 – Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=16258&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>, acedido em 13 Set. de 2017.

Decreto n.º 19.841, de 22 de outubro de 1945 – Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>, acedido em 21 Out. de 2017.

Lei n.º 3.071, de 1.º de janeiro de 1916 – Diário Oficial da União de 05 de janeiro de 1916.

Lei n.º 4.121, de 27 de agosto de 1962 – Diário Oficial da União de 03 de setembro de 1962.

Lei n.º 11.106, de 28 de março de 2005 – Diário Oficial da União de 29 de março de 2005.

Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África - Disponível em: <http://www.achpr.org/instruments/women-protocol/#14>, acedido em 09 Out. de 2017.

Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (Protocolo São Salvador) - Decreto n.º 3.321, de 30 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União em 31 de dezembro de 1999.

Rome Statute of the International Criminal Court, 17 July 1998 – U.N. Doc. A/CONF.183/9º – Disponível em: <http://legal.un.org/icc/statute/99_corr/cstatute.htm>, acedido em 17 Ago. de 2017.

- *Jurisprudência Analisada*

Acórdão Carvalho Pinto de Sousa Morais vs. Portugal, do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, de 25 de julho de 2017, Processo n.º 17484/15. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-175659"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>, acedido em 03 de Ago. de 2017.

Acórdão n.º 0279/14, do Supremo Tribunal de Justiça, de 09 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/683ae3e81f7522480257d70004aee6f?OpenDocument&ExpandSection=1>>, acedido em 09 de Ago. 2017.

Acórdão em *Habeas Corpus* n.º 21129/BA, do Superior Tribunal de Justiça, de 06 de agosto de 2002, publicada a decisão no DJ de 16 de setembro de 2002. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=mulher+honest&b=ACOR&p=true&l=10&i=2>>, acedido em 15 de Ago. de 2017.

Sentença González y otras (“Campo Algodonero”) Vs. México, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de 16 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_205_por.pdf>, acedido em 30 Out. de 2017.

Processo (ACP) n.º 5009720-21.2017.4.03.6100, da Justiça Federal do Estado de São Paulo, de 31 de julho de 2017, publicada a liminar no DJE de 05 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://pje1q.trf3.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetailProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=326b0ad68b00e049566d686d9365bc6107aeb4122d22908>>, acedido em 18 de Ago. de 2017.

- *Relatórios e Textos Diversos*

BODELÓN, Encarna. **La igualdad y el movimiento de mujeres: propuestas y metodología para el estudio del género**. Working Paper n.º 148. [Em linha]. Barcelona: Universitat Autònoma. [Consult. 26 Jul. de 2016].

Disponível em:
<<http://158.109.129.18/centreatigona/docs/articulos/La%20igualdad%20y%20el%20movimiento%20de%20mujeres.pdf>>.

COMISSION INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS – **Estándares jurídicos vinculados a la igualdad de género y a los derechos de las mujeres en el sistema interamericano de derechos humanos: desarrollo y aplicación.** [Em linha]. Estados Unidos da América: OEA, 2011. [Consult. 29 Out. de 2017]

Disponível em: <
<http://www.oas.org/es/cidh/mujeres/docs/pdf/ESTANDARES%20JURIDICOS.pdf>>.

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÊNERO. **Igualdade de género em Portugal indicadores-chave 2017.** [Em linha]. Portugal: CIG. [Consult. 18 Jul. de 2017]

Disponível em:<https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/AF_CIG_FactSheet.pdf>.

FROSSARD, Helena. **Instrumentos internacionais de Direitos das Mulheres.** [coord.] Helena Frossard. [Em linha]. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. [Consult. 13 Set. de 2017]

Disponível em:
<<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/instrumentos-internacionais-de-direitos-das-mulheres/view>>.

GOUGES, Olympe. Declaração de direitos da mulher e da cidadã. [Em linha].

Disponível em:
<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-da-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>>, acessado em 16 de Setembro de 2017.

GRAYLEY, Monica. ONU alerta sobre falta de vozes femininas em parlamentos pelo mundo. Nova Iorque: ONU Mulheres (17/03/2017). Disponível em:

<http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/index.php/la_manzana_de_la_discordia/article/view/1399> , acessado em 22 de Março de 2017.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in Politics: 2017.** [Em linha]. Geneva: IPU. [Consult. 18 Jul. de 2017]

Disponível em:<<http://www.ipu.org/pdf/publications/wmnmap17-en.pdf>>.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in Politics: 1945 - 2005.** [Em linha]. Geneva: IPU. [Consult. 18 Jul. de 2017]

Disponível em:<<http://www.ipu.org/pdf/publications/wmnmap17-sp.pdf>>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. EXCLUSIVO: Diplomata brasileira foi essencial para menção à igualdade de gênero na Carta da ONU [Em linha].[Consult. 11 Jul. de 2017].

Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/exclusivo-diplomata-brasileira-foi-essencial-para-mencao-a-igualdade-de-genero-na-carta-da-onu/>>.

PATRIOTA, Tania. Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Plataforma de Cairo 1994. **Instrumentos internacionais de Direitos das Mulheres**. [coord.] Helena Frossard. [Em linha]. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p. 34-36. [Consult. 13 Set. de 2017]

Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/instrumentos-internacionais-de-direitos-das-mulheres/view>>.

RUBIO, Arantza Campos. **Aportaciones iusfeministas a la revisión crítica del Derecho y a la experiencia jurídica**. Mujeres y Derecho: pasado y presente. I Congreso interdisciplinar de la sección de Bizkaia de la Facultad de Derecho de la UPV [Em linha]. Bilbao: Universidad del País Vasco. p. 167-226. [Consult. 26 Jul. de 2016].

Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2874672.pdf>>.

UNITED NATIONS ENTITY FOR GENDER EQUALITY AND THE EMPOWERMENT OF WOMEN. **General Recommendations n.º 25**. [Em linha]. New York: UN. [Consult. 08 Ago. de 2017]

Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/>>.

UNITED NATIONS ENTITY FOR GENDER EQUALITY AND THE EMPOWERMENT OF WOMEN. **General Recommendations n.º 28**. «*General Comment n.º 28, HRI/GEN/1/Rev.9 (Vol. I)*». [Consult. 17 Out. de 2017].

Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/1_Global/CCPR_C_21_Rev-1_Add-10_6619_S.pdf>.

UNITED NATIONS DESA POPULATION DIVISION. **World Population Prospects 2017**. [Em linha]. [Consult. 20 Out. de 2017]

Disponível em: <<https://esa.un.org/unpd/wpp/Download/Standard/Population/>>.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Declaração e Plataforma de Ação de IV Conferência Mundial sobre a mulher – Pequim 1995. **Instrumentos internacionais de Direitos das Mulheres**. [coord.] Helena Frossard. [Em linha]. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p. 147-150. [Consult. 13 Set. de 2017]

Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/instrumentos-internacionais-de-direitos-das-mulheres/view>>.

WOOLFREY, Joan. **Olympe de Gouges (1748-1793)**. [Em linha]. Internet Encyclopedia of Philosophy. A peer-reviewed academic resource. [Consult. 16 Set. de 2017]
Disponível em: <<http://www.iep.utm.edu/gouges/>>.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report 2016**. [Em linha]. Geneva: World Economic Forum. [Consult. 18 Jul. de 2017]
Disponível em:
<http://www3.weforum.org/docs/GGGR16/WEF_Global_Gender_Gap_Report_2016.pdf>.

Outros Sítios Eletrónicos Consultados

Campo Algodonero [Consult. 30 Out. de 2017]. Disponível em:
<http://www.campoalgodonero.org.mx>>.

Caso de Campo Algodonero [Consult. 30 Out. de 2017]. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=O72au1ri5lo>>.

GRILS NOT BRIDES [Consult. 21 Out. de 2017]. Disponível em:
<<https://www.girlsnotbrides.org/>>.

HUMAN RIGHTS WATCH [Consult. 01 Nov. de 2017]. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=AW871mJHXxk>>.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION – Gender Equality Tool. [Consult. 13 Ago. de 2017].
Disponível em: <
<http://www.ilo.org/public/english/bureau/gender/newsite2002/about/defin.htm>>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO Brasil – Convenções. [Consult. 23 Out. de 2017].
Disponível em:
<http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_234869/lang-pt/index.htm#c1>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO Portugal – Convenções. [Consult. 23 Out. de 2017].
Disponível em: <
http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_convencoes_numero_pt.htm>.

PRIBERAM DICIONÁRIO
< <https://www.priberam.pt/dlpo/Default.aspx>>.

UNITED NATIONS – UN Documents: Gathering a Body of Global Agreements - «*Vienna Declaration and Programme of Action*» (A/CONF. 157/23). [Consult. 07 Out. de 2017].
Disponível em: <<http://www.un-documents.net/ac157-23.htm>>.

UNITED NATIONS – UN Documents: Gathering a Body of Global Agreements - «*International Conference on Population and Development*» (A/CONF. 171/13). [Consult. 05 Out. de 2017].
Disponível em: < <http://www.un-documents.net/ac171-13.htm>>.

UNITED NATIONS – UN Women - «*Report of the World Conference of the International Women's Year, Mexico City, 19 June – 2 July 1975*» (E/CONF. 66/34). [Consult. 02 Out. de 2017].
Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/how-we-work/intergovernmental-support/world-conferences-on-women>>.

UN WOMEN – United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women - «*Report of the World Conference of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace, Copenhagen, 14 to 30 July 1980*» (A/CONF. 94/35). [Consult. 02 Out. de 2017].
Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/copenhagen.html>>.

UN WOMEN – United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women - «*Report of the World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace*» (A/CONF. 116/28/Rev. 1). [Consult. 02 Out. de 2017].
Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/nairobi.html>>.

UN WOMEN – United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women - «*World Conferences on Women*». [Consult. 02 Out. de 2017].
Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/how-we-work/intergovernmental-support/world-conferences-on-women>>.

UNITED NATIONS - Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/3/217A (III) - «*Universal Declaration of Human Rights*». [Consult. 21 Out. de 2017].
Disponível em: < <http://www.un-documents.net/a3r217a.htm>>.

UNITED NATIONS - Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/1710 (XVI) - «*United Nations Development Decade: A programme for international economic co-operation*». [Consult. 01 Out. de 2017].
Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/observances/international-decades/>>.

UNITED NATIONS – UN Documents: Gathering a Body of Global Agreements - Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/3010 (XXVII) - «*International Women's Year*». [Consult. 01 Out. de 2017]. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a27r3010.htm>>.

UNITED NATIONS – UN Documents: Gathering a Body of Global Agreements - Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/3520 (XXX) - «*World Conference of the International Women's Year*». [Consult. 04 Out. de 2017]. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a30r3520.htm>>.

UNITED NATIONS – UN Documents: Gathering a Body of Global Agreements - Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/35/136 - «*World Conference on the United Nations Decade for Women*». [Consult. 05 Out. de 2017]. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a35r136.htm>>.

UNITED NATIONS – Treaty Collection - «Convention on the Political Rights of Women». [Consult. 21 Out. de 2017]. Disponível em: <https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XVI-1&chapter=16&clang=en>.

VISÃO JURÍDICA – Lei Maria da Penha e o feminicídio. [Em linha]. [Consult. 23 Out. de 2017]. Disponível em: <<http://visaojuridica.uol.com.br/2017/02/01/lei-maria-da-penha-e-o-feminicidio/>>.

WINTER, Bronwyn – Bronwyn Winter roasts transgenderism. [Em linha]. YouTube. [Consult. 28 Set. de 2017]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HIM_EsgaET4>.